

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ALINI HAMMERSCHMITT

**O JORNAL *O COMMERCIO* COMO PORTA-VOZ DO PRODUTOR ARROZEIRO  
(CACHOEIRA DO SUL, 1905-1925)**

Porto Alegre  
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

ALINI HAMMERSCHMITT

**O JORNAL *O COMMERCIO* COMO PORTA-VOZ DO PRODUTOR ARROZEIRO  
(CACHOEIRA DO SUL, 1905-1925)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora em História, área de concentração História das Sociedades Ibéricas e Americanas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari

Porto Alegre  
2019

## Ficha Catalográfica

H224j Hammerschmitt, Alini

O jornal O Commercio como porta-voz do produtor arroseiro (Cachoeira do Sul, 1905-1925) / Alini Hammerschmitt . – 2019.

169 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari.

1. Imprensa do interior. 2. Rizicultura. 3. Cachoeira do Sul. I. Murari, Luciana. II. Título.

ALINI HAMMERSCHMITT

**O JORNAL *O COMMERCIO* COMO PORTA-VOZ DO PRODUTOR ARROZEIRO  
(CACHOEIRA DO SUL, 1905-1925)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora em História, área de concentração História das Sociedades Ibéricas e Americanas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada, em 05 de julho de 2019.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Luciana Murari (PUCRS)  
Orientadora

---

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins (Feevale)

---

Profa. Dra. Marluza Marques Harres (Unisinós)

---

Prof. Dr. Luis Carlos Dos Passos Martins (PUCRS)

---

Profa. Dra. Marlise Regina Meyrer (PUCRS)

Porto Alegre  
2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço sobretudo ao PPGH da PUCRS, à coordenação e a todo corpo docente pela oportunidade de cursar o doutorado e realizar este trabalho. Em seguida, meus agradecimentos se dirigem ao meu pai, pelo apoio e pelas mãos dadas durante toda essa caminhada. Do mesmo modo, não poderia deixar de agradecer ao Newton Tambara pelo apoio durante todos esses anos e, mais recentemente, ao Jose Luis Lanuza Suarez de Puga. Por último, aos meus amigos, que foram indispensáveis para manter meu ânimo sempre disposto a novos desafios.

## RESUMO

A presente tese lança um olhar sobre o jornal *O Commercio*, que circulou em Cachoeira do Sul no início do século XX. Para tanto, escolhemos matérias num corpo de 25 manchetes publicadas entre os anos de 1905 e 1925. O objetivo geral do trabalho é verificar a hipótese de que o jornal *O Commercio* assume papel de porta-voz do setor arroseiro no íterim analisado. Os objetivos específicos são analisar as relações de dominação e poder do posicionamento do jornal e analisar a mensagem do periódico. Como método, optamos por usar a hermenêutica proposta por John Thompson para analisar os produtos de mídia. Esse autor sugere que, primeiramente, seja feita uma análise sócio-histórica, depois uma análise discursiva formal para, então, se fazer a interpretação/reinterpretação. Dentro do que, podemos afirmar uma possível confirmação da hipótese de que o jornal *O Commercio*, no período estudado, pode ser visto como o porta-voz do produtor arroseiro em Cachoeira do Sul. Do mesmo modo, pela verificação das mensagens do jornal, pode ser afirmado que, naquele contexto, a enunciação do periódico serviu para buscar e sustentar relações de dominação.

**Palavras-chave:** Imprensa do interior. Rizicultura. Cachoeira do Sul.

## ABSTRACT

The current thesis looks onto the newspaper called *O Commercio* which circulated in the city of Cachoeira do Sul, in the early 20<sup>th</sup> Century. For this purpose, we selected newspaper articles in a corpus of twenty-five headlines published between 1905 and 1925. The overall aim of this paper is to verify the hypothesis that the *O Commercio* newspaper takes on the role of the rice sector's advocate in the analyzed period. The specific goals are to examine the domination and power relations of the newspaper's positioning and analyze the journal's message. As a method, we opted to use John Thompson's hermeneutics to analyze media products. This author suggests that, firstly, a socio-historical analysis should be done and afterward a formal discursive analysis, in order to then do the interpretation/reinterpretation. Within that framework, we can affirm a possible confirmation of the hypothesis that the *O Commercio* newspaper, in the studied term, may be seen as an advocate of the rice sector in Cachoeira do Sul. Likewise, by the verification of the newspaper's conveyed messages, we can state that in that context, the journal's enunciation counted for pursuing and maintaining domination relations.

**Keywords:** Countryside press. Rice production. Cachoeira do Sul.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Formas de investigação hermenêutica .....	12
Figura 2 – Características típicas dos contextos sociais: situações espaço-temporais .....	28
Quadro 1 – Modos de operação da ideologia .....	14
Quadro 2 – Algumas estratégias típicas da valorização simbólica.....	29

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 A TEORIA E O MÉTODO, CACHOEIRA DO SUL E O JORNAL <i>O COMMERCIO</i> .....</b>	<b>18</b>
2.1 DIRETRIZES TEÓRICO-METODOLÓGICAS .....	18
2.2 CACHOEIRA DO SUL – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	33
2.3 A HISTÓRIA DA IMPRENSA E A INTERPRETAÇÃO DOS ASPECTOS IDEOLÓGICOS DA ATUAÇÃO DE <i>O COMMERCIO</i> .....	37
<b>3 A CULTURA DO ARROZ EM CACHOEIRA DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XX .....</b>	<b>61</b>
3.1 O ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	62
3.2 O SUCESSO DE CACHOEIRA DO SUL NO PLANTIO DE ARROZ IRRIGADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX E O JORNAL <i>O COMMERCIO</i> NESSE CONTEXTO .....	83
<b>4 CACHOEIRA DO SUL E O JORNAL <i>O COMMERCIO</i> NO CONTEXTO DA POLÍTICA ECONÔMICA DA REPÚBLICA VELHA .....</b>	<b>98</b>
<b>5 A CRISE DA RIZICULTURA, A FUNDAÇÃO DO SINDICATO ARROZEIRO E O POSICIONAMENTO DA IMPRENSA .....</b>	<b>131</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>167</b>
<b>LISTA DE FONTES.....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXO A - Notícias de <i>O Commercio</i> (meramente ilustrativas).....</b>	<b>173</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, gostaria de iniciar apresentando ao leitor um pouco da minha trajetória. Sou formada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela PUCRS, e trabalhei por algum tempo com produção audiovisual. Foi quando, por ocasião de estar trabalhando na produção de um documentário sobre a vida do artista plástico Xico Stockinger, surgiu a vontade de ingressar em um mestrado para dissertar sobre a memória do artista transposta no filme em que trabalhava na produção.

Dessa forma, cursei o Mestrado em Memória Social e Bens Culturais na Unilasalle, defendendo a dissertação *Cactos, Guerreiros e Gabirus: o cruzamento de memórias nos documentários Xico Stockinger e Sobre Viver Guerreiro*. Nesse período, por conta das minhas idas a Cachoeira do Sul para visitar minha mãe, que lá reside, tomei conhecimento da existência do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, detentor do jornal que é estudado na presente tese e que, apesar de receber a visita de vários pesquisadores que bebem das suas páginas, nunca antes tinha sido objeto de estudo.

Embora, primeiramente, surgiu a ideia de pesquisar o empreendedorismo arrozeiro histórico em Cachoeira, não tardei a dar-me conta de que o objeto de pesquisa era o ainda inexplorado como tal jornal *O Commercio*. Dentro disso, como nos diz Assis,<sup>1</sup> pensar em escrever sobre a imprensa do interior no Brasil, que possui mais de 5.000 municípios, é não subestimar os potenciais desses locais ao invés de dar valor demasiado às pesquisas no entorno do eixo Rio-São Paulo-Brasília, onde ocorrem as principais resoluções políticas do país, ou em mais algumas capitais de estados. O autor citado diz que é necessário ir além, “jogando luzes sobre as incertezas que, do ponto de vista científico, pairam sobre os cenários menores”.<sup>2</sup> Isso deve ser feito levando em conta suas dimensões territoriais, seus números populacionais e suas particulares localizações.

Há ainda, segundo ele, escassez de materiais sobre a imprensa do interior. Aqui poderíamos acrescentar a nossa motivação em contribuir com a temática de trabalhos sobre a imprensa do interior gaúcho. Além disso, o jornal estudado consta em arquivo sem ser digitalizado, podendo se perder seus registros com o tempo, caso não seja possível preservar as folhas de papel jornal intactas. Essa perda já vem ocorrendo, apesar de todos os esforços do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul para a preservação do material.

---

<sup>1</sup> ASSIS, F. (org.). **A Imprensa do interior**: conceitos a entender e desvendar. Chapecó: Argos, 2013.

<sup>2</sup> Ibid., p. 16.

Segundo Marialva Barbosa,<sup>3</sup> em *O que a história pode legar aos estudos do jornalismo*, o crescimento dos estudos sobre jornalismo tem sido expressivo. Desde os anos 1980, esse foi tema recorrente de pesquisas que buscavam delimitar, desde o fim do século XIX, as atividades profissionais e a construção dos discursos dos jornais. A primeira questão no estabelecimento da relação entre história e estudos do jornalismo teria a ver com as perguntas que o pesquisador faz ao investir na sua pesquisa.

Se, de um lado, a aproximação com a sociologia propiciou referenciais teóricos capazes de caracterizar os vários fenômenos da atividade jornalística, essas análises não estavam preocupadas com o porquê dessas ações relacionadas à historicidade. A maioria das pesquisas verifica o que aconteceu, sem destacar a interpretação imbricada nas razões por que tal fato ocorreu.

Não se trata apenas de dizer que a mídia pode determinar como pensar ou sobre o que pensar, mas por que isso acontece num espaço social considerado, com determinadas especificidades, que difere fundamentalmente do que ocorre em outro espaço. Neste sentido o historicismo é fundamental.<sup>4</sup>

Outra questão levantada por Barbosa<sup>5</sup> e que traremos aqui é que tanto o produto da história como o do jornalismo são narrativas. No caso jornalístico, haveria o relato que conta histórias sobre o aqui e o agora, organizando informações sobre o mundo em que dado evento ocorreu. Partindo dessa organização, o jornalista tentaria informar, de modo coerente, como e por que esse evento ocorreu daquela forma: “Ao relatar um acontecimento ou ao transformar um evento em acontecimento, a partir de sua publicização, o jornalismo instaura – tal como o texto ficcional também o faz – o mundo contado”.<sup>6</sup>

Mais um aspecto apontado por Barbosa<sup>7</sup> diz respeito ao legado que a história deixa ao jornalismo sobre uma consciência crítica. Exemplo disso é, em um contexto em que se quer saber o que aconteceu no século XIX, recorrer à história não para reprovar o passado ou por curiosidade, mas sim para que esta sirva de lição para o presente. O que geraria o conhecimento verdadeiro, nesse caso, é a visão crítica. Porém, aquilo que será decifrado, interpretado, está sempre no presente, no sentido de que a história trabalha com vestígios que chegam ao presente como mensagens e sinais: “Compreendendo o vestígio como mensagem,

<sup>3</sup> BARBOSA, M. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. *Contracampo*, Niterói, n. 12, p. 51-61, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/558>. Acesso em: 20 fev. 2019.

<sup>4</sup> RICOEUR, P. *Conferência em Budapeste*. Coimbra: [s.n.], 2003. Escrita e proferida em inglês. Traduzida pela Universidade de Coimbra. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia). Acesso em: 07 abr. 2019.

<sup>5</sup> BARBOSA, op. cit..

<sup>6</sup> Ibid., p. 54.

<sup>7</sup> Ibid.

vinculando-o a possibilidade de conter uma mensagem, no presente, atribuindo um valor a esses vestígios no presente, produz-se a interpretação indispensável na ação histórica”.<sup>8</sup>

Nesse contexto, para se fazer história, tem que existir vestígios e propensão para a ler e fazer a leitura, ou seja, a interpretação crítica: “A historiografia implica, pois, em leituras de mensagens sobre algo considerado como ausente no nosso aqui agora, a disponibilidade para visualizar nos indícios a mensagem (método) e sua leitura (a crítica)”.<sup>9</sup> Essa seria uma grande contribuição de se utilizar a história para estudar comunicação ou jornalismo, pois é necessário raciocinar numa dimensão histórica para se dar conta de que a ação jornalística ocorre em um presente cheio de visões que refletem a história.

Barbosa<sup>10</sup> alerta que não se pode fazer generalizações. Para a autora, particularizar é um dos princípios da teoria da história, de forma que, ao se fazer uma interpretação, não se pode generalizar o que se conclui para todos os contextos, pois cada espaço social tem sua historicidade, sua trajetória própria: “Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais numa cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo (antes e depois)”.<sup>11</sup>

Paul Ricoeur<sup>12</sup> afirma que a memória pode surgir na análise primeiro como matriz da história, da ótica a partir da qual se escreve a história, e depois como um modo de se reapropriar do passado quando ele é relatado historicamente. O passado seria, assim, o signo da ausência. Mesmo não estando mais presente, o passado é aceito como sendo um estado que a memória faz esforço para reencontrar.

Na luta pela verdade, para Ricoeur, principalmente se tratando de testemunhos escritos, o historiador deveria se fazer as seguintes perguntas: por que foram preservados? Por quem? Para benefício de quem? Essa situação não deveria se limitar ao campo da história como ciência, mas também ao nível das questões acerca de um conflito entre uma tradição memorial e outras memórias tradicionais. Para o autor francês, também existe o significado da escolha do tema pelo próprio historiador, a área de pesquisa, quais os arquivos utilizados na pesquisa até encontrar as explicações consequentes ou finais. Nesse sentido, a interpretação trabalharia

<sup>8</sup> BARBOSA, M. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo**, Niterói, n. 12, p. 51-61, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/558>. Acesso em: 20 fev. 2019. p. 55.

<sup>9</sup> BARBOSA, loc. cit.

<sup>10</sup> Ibid.

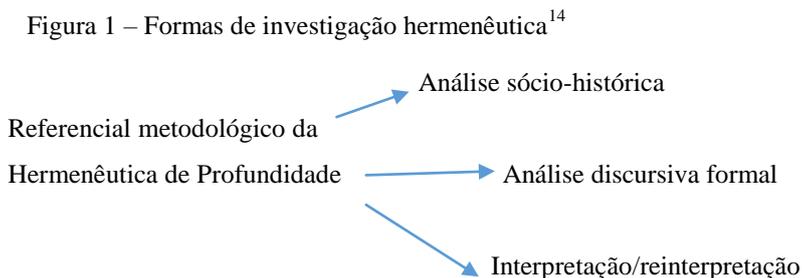
<sup>11</sup> Ibid., p. 56.

<sup>12</sup> RICOEUR, P. **Conferência em Budapeste**. Coimbra: [s.n.], 2003. Escrita e proferida em inglês. Traduzida pela Universidade de Coimbra. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia). Acesso em: 07 abr. 2019.

em todos os graus, desde a fixação de qual é o testemunho e quais são os arquivos até a explicação da casualidade e da finalidade, desde a economia até a cultura.

Dentro desse contexto, nossa aproximação com o tema se deu pelo fato, como já foi dito, de possuir parentes morando em Cachoeira do Sul, ir à cidade e conversar com as pessoas. Assim, foi possível sentir como o auge do período arroteiro ainda está presente na cidade, um passado ausente que ainda está lá, se mantém vivo. Seguindo a linha de raciocínio travada acima, de que a história traz contribuições para o estudo do jornalismo, bem como o fato de haver um exercício inerente de interpretação no trabalho do historiador, como sugerido por Ricoeur, ao escolher o método de pesquisa, seguimos essa direção. Visando essa interpretação, optamos por usar a hermenêutica proposta por Thompson<sup>13</sup> para analisar os produtos de mídia.

Esse autor sugere que, primeiramente, seja feita uma análise sócio-histórica, depois uma análise discursiva formal, para então se fazer a interpretação/reinterpretação, conforme o esquema a seguir:



Seguimos essas etapas, fazendo análise discursiva usando os conceitos propostos e já interpretando ou reinterpretação o material conforme o olhar da pesquisadora. Tendo em perspectiva os postulados de Thompson de que, ao se fazer a análise sócio-histórica, deve se levar em conta as relações de dominação como um tipo particular de poder normalmente assimétrico, utilizamos como auxílio, nesse processo, o uso de conceitos de Bourdieu.<sup>15</sup> Nesse sentido, e indo ao encontro aos conceitos de Bourdieu de campo, Thompson postula que:

<sup>13</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>14</sup> Ibid., p. 365.

<sup>15</sup> BOURDIEU, P. O mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Quando empregada na interpretação da ideologia, a análise sócio histórica deve prestar atenção particular às relações de dominação que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação. Pois nós estamos interessados nas maneiras em que essas relações são alimentadas e sustentadas pelas formas simbólicas que circulam no campo social.<sup>16</sup>

Thompson sugere que o enfoque na ideologia dirige a análise sócio-histórica para se verificar as relações de dominação, de forma que a análise formal ou discursiva é utilizada para identificar “as características estruturais das formas simbólicas que facilitam a mobilização do significado”.<sup>17</sup> Então, segue-se para a análise dessas características estruturais das formas simbólicas, por um lado, e para a interpretação da ideológica, por outro. Para os fins deste trabalho, pegamos as ditas características das formas simbólicas como conceitos de análise para interpretar a ideologia e a relação de dominação, tendo como auxílio os conceitos eleitos de Pierre Bourdieu e Terry Eagleton.<sup>18</sup> Isso foi realizado para demonstrar “como essas formas simbólicas podem operar como ideologia em circunstâncias sócio históricas específicas”.<sup>19</sup>

Thompson utiliza a seguinte tabela para analisar as características estruturais das formas simbólicas com relação à interpretação da ideologia. Esclarecemos que essas unidades serão utilizadas como conceitos-chave e vão ser empregadas mais adiante, neste trabalho, como maneira de entender a ideologização do jornal *O Commercio*.

---

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 7-16.

BOURDIEU, P. Espaço social e a gênese das classes. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2017.

<sup>16</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 378.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

<sup>19</sup> THOMPSON, op. cit., p. 380.

Quadro 1 – Modos de operação da ideologia<sup>20</sup>

MODOS GERAIS	ALGUMAS ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
<i>Legitimação</i>	<i>Racionalização</i> <i>Universalização</i> <i>Narrativização</i>
<i>Dissimulação</i>	<i>Deslocamento</i> <i>Eufemização</i> <i>Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)</i>
<i>Unificação</i>	<i>Estandarização</i> <i>Simbolização da unidade</i>
<i>Fragmentação</i>	<i>Diferenciação</i> <i>Expurgo do outro</i>
<i>Reificação</i>	<i>Naturalização</i> <i>Eternalização</i> <i>Nominalização/passivação</i>

Utilizaremos também a noção de *campo de produção ideológica*, bem como de *poder simbólico* e *visão de mundo*, conceitos de Bourdieu a serem debatidos mais adiante, utilizados do mesmo modo, como conceitos-chave da análise/interpretação. De Eagleton, recorreremos aos conceitos de *valores e crenças*, que serão discutidos na sequência do presente trabalho.

A partir disso, o objetivo geral deste trabalho é verificar a hipótese de que o jornal *O Commercio* assume papel de porta-voz do setor arroseiro. Os objetivos específicos são analisar as relações de dominação e poder do posicionamento do jornal e analisar a mensagem do periódico. Para dar conta desses objetivos propostos, desenvolvemos quatro capítulos, partindo da análise sócio-histórica para a análise de discurso formal, interpretação/reinterpretação de matérias selecionadas em *O Commercio*, eleitas com base no teor em comum em torno do setor arroseiro de Cachoeira do Sul, suas ligações com jornal e seus proprietários, dentro do contexto econômico e político do período estudado.

Assim, o primeiro capítulo aborda os teóricos e o método, contextualiza a cidade de Cachoeira do Sul e o jornal estudado. Dentro dessa abordagem, utilizamos os postulados dos supracitados John Thompson,<sup>21</sup> Pierre Bourdieu<sup>22</sup> e Terry Eagleton,<sup>23</sup> além de buscar aporte

<sup>20</sup> Ibid., p. 81.

<sup>21</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>22</sup> BOURDIEU, P. O mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 7-16.

BOURDIEU, P. Espaço social e a gênese das classes. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

em textos de Angela Schuh com Ione Carlos<sup>24</sup> e com Mirian Ritzel,<sup>25</sup> Teixeira Coelho<sup>26</sup>, Edgar Morin,<sup>27</sup> Luiz Lima,<sup>28</sup> Luis Martins,<sup>29</sup> Antônio Hohlfeldt,<sup>30</sup> Mirela Carvalho,<sup>31</sup> Nelson Sodré,<sup>32</sup> Tania Luca,<sup>33</sup> Francisco Rüdiger,<sup>34</sup> Rodrigo Alsina,<sup>35</sup> Jandira Silva, Elvo Clemente e Eni Barbosa,<sup>36</sup> Muniz Sodré,<sup>37</sup> Tobias Peucer,<sup>38</sup> e Micahel Schudson.<sup>39</sup>

O segundo capítulo contextualiza a rizicultura do período, abordando de que maneira se dava o cultivo de arroz na época estudada, bem como a situação de Cachoeira do Sul dentro disso, para então se voltar para o posicionamento do jornal diante desse cenário pujante em torno da cultura arrozeira. Para tanto, utilizamos especialmente os postulados de Paulo Beskow,<sup>40</sup> Ema Aroztegui,<sup>41</sup> Marli Mertz, Marinês Grando e Luiz Targa,<sup>42</sup> Carlos Müller,<sup>43</sup> Angela Schuh e Ione Carlos,<sup>44</sup> além de John Thompson<sup>45</sup>, Pierre Bourdieu<sup>46</sup> e Terry Eagleton<sup>47</sup> no emprego dos conceitos de análise e interpretação do jornal.

---

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2017.

<sup>23</sup> EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

<sup>24</sup> SCHUH, A; CARLOS, I. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

<sup>25</sup> Schuh, A; RITZEL, M. **Cachoeira do Sul**: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

<sup>26</sup> COELHO, T. **O que é indústria cultural**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

<sup>27</sup> MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo 1- Neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

<sup>28</sup> LIMA, L. **Teoria e cultura de massas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>29</sup> MARTINS, L. Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas. In: MARTINS, L. C. dos P. (org.). **Pensar a história com e além de Bourdieu**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

<sup>30</sup> HOHLFELDT, A. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **E-compós**, v. 7, p. 1-12, dez. 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/ecompos/article/view/118/117>. Acesso em: 10 mar. 2019.

<sup>31</sup> CARVALHO, M. **Às margens do Jacuí**: literatura e imprensa em Cachoeira do Sul. 1999. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

<sup>32</sup> SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Manuad, 1999.

<sup>33</sup> LUCA, T. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L. (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

<sup>34</sup> RÜDIGER, F. **Tendências do jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

<sup>35</sup> ALSINA, M. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 2005.

<sup>36</sup> SILVA, J.; CLEMENTE, E.; BARBOSA, E. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

<sup>37</sup> SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>38</sup> PEUCER, T. Os Relatos Jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-29, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070/1812>. Acesso em: 26 fev. 2019

<sup>39</sup> SCHUDSON, M. **The sociology of news**. New York, NY: W. W. & Norton Company, 2003.

<sup>40</sup> BESKOW, P. R. A formação da economia arrozeira no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 55-84, 1984.

<sup>41</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>42</sup> MERTZ, M.; GRANDO, M.; TARGA, L. A lavoura empresarial do Arroz. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>43</sup> MÜLLER, C. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

<sup>44</sup> SCHUH, A; CARLOS, I. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

No terceiro capítulo, abordamos o contexto do Rio Grande do Sul (RS) na República Velha e a situação de Cachoeira nesse cenário para, então, analisarmos o posicionamento do jornal *O Commercio*. Para essa abordagem, contamos, especialmente, com o aporte teórico de Gunter Axt,<sup>48</sup> Joseph Love,<sup>49</sup> Ronaldo Herrlein Jr.,<sup>50</sup> Paulo Pezat,<sup>51</sup> Angela Schuh e Mirian Ritzel,<sup>52</sup> Jeferson Selbach,<sup>53</sup> Raoul Girardet,<sup>54</sup> bem como John Thompson, Pierre Bourdieu e Terry Eagleton para emprego dos conceitos de análise e interpretação do periódico.

O quarto e último capítulo aborda o contexto da crise do setor arrozeiro na década de 20 do século passado, que culminou com a fundação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. Para verificarmos a posição do plantador arrozeiro, tivemos que contar com fontes complementares, pois, como dito, nem sempre tem sido possível preservar em arquivo as edições do jornal estudado. As edições do ano de 1926, data de anúncio de uma maior crise e da implementação do Sindicato, por exemplo, desapareceram.

Por conta disso, nesse capítulo, recorreremos à análise do Estatuto do Sindicato, bem como a notícias complementares encontradas em *A Federação* e no *Correio do Povo*, jornais que noticiaram vozes de crise e a fundação do Sindicato. Depois disso, partimos para a análise de notícias em torno de uma eminência de crise veiculadas nos anos anteriores ao de maior clamor em torno de uma instabilidade no setor arrozeiro, discorrendo sobre a posição do

---

<sup>45</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>46</sup> BOURDIEU, P. O mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 7-16.

BOURDIEU, P. Espaço social e a gênese das classes. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2017.

<sup>47</sup> EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

<sup>48</sup> AXT, G. Coronelismo indomável: o sistema de relação de poder. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>49</sup> LOVE, J. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

<sup>50</sup> HERRLEIN, J. R. A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 175-207, jan./jun. 2004.

HERRLEIN, J. R. O cenário econômico da revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, p. 76-97, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6935>. Acesso em: 12 abr. 2019.

<sup>51</sup> PEZAT, P. Leituras interpretações de Augusto Comte. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Porto Alegre: Méritos, 2007. p. 29-29. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>52</sup> SCHUH, A; RITZEL, M. **Cachoeira do Sul**: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

<sup>53</sup> SELBACH, J. **Muito além da Praça José Bonifácio**: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo. Cachoeira do Sul: Ed. do Autor, 2007.

<sup>54</sup> GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

jornal *O Commercio* dentro dos conceitos de análise e interpretação eleitos. Para dar suporte teórico a essa abordagem, contamos com os seguintes autores: Sônia Mendonça,<sup>55</sup> Jane Fraquelli,<sup>56</sup> Joseph Love,<sup>57</sup> Paulo Beskow,<sup>58</sup> Lauro Duvoisin,<sup>59</sup> Ema Aroztegui,<sup>60</sup> e Muniz Sodré,<sup>61</sup> além dos três teóricos supracitados com os conceitos-chave utilizados na análise/interpretação.

São de nosso conhecimento os riscos de empregar o método de hermenêutica de profundidade proposto por Thompson adaptado ao contexto dos primórdios da imprensa de massa no interior do Brasil, no início do século XX, em concomitância com o uso de conceitos de Bourdieu e Eagleton para atender a amplitude dessa interpretação. Porém, cremos que, apesar das limitações, a tentativa de emprego dessa hermenêutica/análise é válida para construir, a partir dos vestígios já citados com os quais trabalha a história, uma visão acerca da historicidade da comunicação massiva no Brasil partindo do enfoque micro do olhar interiorano.

---

<sup>55</sup> MENDONÇA, S. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>56</sup> FRAQUELLI, J. A lavoura capitalista de arroz e a crise de 1926. In: CÉSAR, Guilhermino *et al.* **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

<sup>57</sup> LOVE, op. cit.

<sup>58</sup> Beskow, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>59</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>60</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>61</sup> SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

## 2 A TEORIA E O MÉTODO, CACHOEIRA DO SUL E O JORNAL *O COMMERCIO*

### 2.1 DIRETRIZES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Pierre Bourdieu<sup>62</sup> trabalha com o conceito de espaço social, que é a representação da sociedade, é onde estão todos os poderes dela. Ele consiste no conjunto de posições sociais possíveis determinadas pelo capital, que podem ser, dentre outras: capital cultural (arte e línguas); capital econômico (bens materiais); e capital simbólico (prestígio dependendo do capital cultural e do econômico). Desse modo,

[...] Estes poderes sociais fundamentais são, de acordo com minhas pesquisas empíricas, o capital econômico, em suas diferentes formas, e o capital cultural, além do capital simbólico, forma de que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas. Assim, os agentes estão distribuídos no espaço social global, na primeira dimensão de acordo com o volume global de capital que eles possuem sob diferentes espécies, e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital, econômico e cultural, no volume total do seu capital.<sup>63</sup>

Bourdieu<sup>64</sup> afirma ainda que o poder chamado simbólico é um poder suplementar, uma forma modificada, ou seja, imperceptível, alterada e legitimada dos outros modos de poder. Desse modo, só é possível ir adiante da possibilidade dos paradigmas energéticos que caracterizam as relações sociais como relações de força e dos paradigmas cibernéticos que as tornam relações de comunicação a partir da premissa de se especificar as leis de mudanças que conduzem a modificação das distintas categorias de capital em capital simbólico.

Em específico, o empreendimento de encobrir e transformar pode ser tido como eufemização que assegura uma real metamorfose das relações de força, efetuando um ignorar/perceber a violência que elas abrangem objetivamente e tornando-as poder simbólico, apto a realizar resultados reais sem que se gaste, visivelmente, esforço. Para ele, o poder simbólico possui por concepção o formato de ser o poder de construir grupos, que podem já serem constituídos e necessitam de consagração ou que estão a se constituir, o que estaria ancorado em dois níveis.

No primeiro nível, o referido poder deve estar alicerçado na retenção de um capital simbólico. No segundo, o êxito simbólico é consequência do nível em que a visão apresentada

<sup>62</sup> BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

<sup>63</sup> Ibid., p. 154.

<sup>64</sup> BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 7-16.

está baseada na realidade. Ele obterá maior probabilidade de sucesso quanto mais estiver fundamentado na realidade. Quão mais conveniente for a teoria, mais potente será o resultado dessa teoria: “O poder simbólico é um poder de fazer coisas com as palavras. É somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas”.<sup>65</sup> A partir disso é que o conceito de *poder simbólico* será utilizado como instrumento de análise e interpretação de *O Commercio*.

Bourdieu afirma ainda que:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.<sup>66</sup>

O autor postula também o conceito de campo social, que seria exterior ao indivíduo e diferente do habitus, que é interior ao indivíduo. Ele estuda a realidade a partir do conceito de campo. Campo social compreenderia as áreas das sociedades complexas que tendem a ganhar algum grau de autonomia. No interior desses campos, há regras de comportamento, regras de produção. Por exemplo: campos menos autônomos dependem do mercado; campo autônomo produz para quem está dentro do campo.

O habitus, por sua vez, seria um esquema que conduz o indivíduo a um conjunto de ações. Ele possibilita aplicar experiências antigas a novas experiências. Estas aplicações são de categorias, de maneiras de ver o mundo que cada um possui. A tendência de quem vive o habitus é incorporar a dominação, porém também há a incorporação das estratégias de resistência. Assim, o habitus cria formas de agir e o reconhecimento dessas formas de agir. Essa aplicação de categorias de visão de mundo que o sujeito possui é maleável. Desse modo, as representações dos agentes se alternam de acordo com sua posição e com os interesses a elas ligados. Deve-se, pensar, portanto,

<sup>65</sup> BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 166.

<sup>66</sup> BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 14.

[...] seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social. O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação de práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuem os códigos, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social. [...] “Isso é coisa de pequeno burguês” “Isso é coisa de intelectual” [...].<sup>67</sup>

Para Eagleton,<sup>68</sup> a preocupação de Bourdieu é analisar meios através dos quais a ideologia se ocupa da vida comum. Dessa forma, o primeiro autor entende que o último estuda a inculcação de disposição que ocasiona práticas peculiares, em que os indivíduos agem num processo internalizado que, para ele, seria o “inconsciente cultural”. No nosso comportamento habitual, repetimos algumas normas e valores implícitos, de forma que o *habitus* seria apenas o procedimento de transmissão com que estruturas sociais e morais se incorporam na vida social cotidiana.

Dentro disso, o *habitus* de Bourdieu, para Terry Eagleton, seria um sistema aberto que dá a possibilidade aos indivíduos de enfrentar situações não previstas que são permanentemente mutáveis, uma vez que ele seria um criador de estratégias que possibilita inovação. O termo ideologia não seria nuclear na obra bourdieuana, mas o *habitus* teria relevância para o conceito porque induziria os atores sociais a anseios e ações coadunáveis com o que solicitam as ocorrências sociais.

Assim, “[...] para Bourdieu é por meio dessa conjugação do subjetivo e do objetivo, do que nos sentimos espontaneamente dispostos a fazer e do que nossas condições exigem de nós, que o poder se consolida”.<sup>69</sup> A vida em sociedade teria muitos *habitus* distintos, pois cada processo é adaptado ao que Bourdieu chama de “campo”, que seria um conjunto de instituições e indivíduos que disputam pelo mesmo propósito.

Nesse contexto, o que normalmente está em questão em cada campo é a obtenção do mais alto nível de domínio no interior dos mesmos, de tal modo que possibilite dar ou retirar legitimidade de outros integrantes. Atingir esse domínio abrange concentrar o maior “capital simbólico” possível ao campo.

Todo campo social seria organizado por regras não verbalizadas, que atuam como “violência simbólica” – a qual, por ser legítima, não é percebida como violência. Para

<sup>67</sup> BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 158-159.

<sup>68</sup> EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 141.

Eagleton,<sup>70</sup> a violência simbólica seria o modo de Bourdieu reconsiderar o postulado de Gramsci sobre hegemonia, de forma que a teoria do francês seria uma “microestrutura” da ideologia, sendo esta vista como vida cotidiana.

Para Eagleton,<sup>71</sup> o termo ideologia possui uma grande abrangência de significados históricos. Várias vezes o autor indica os meios com os quais os signos, significados e valores auxiliam a reeditar um poder dominante na sociedade, porém também pode demonstrar um contexto significante entre discurso e interesses políticos.

Tal autor acredita que a ideologia não é uma origem geradora de uma unidade social, mas, primeiramente, tenta reestabelecer a unidade no patamar do imaginário. Ela é uma força social sistematizadora que forma os indivíduos nas origens de suas experiências reais que têm existências reais e procura aparelhá-los como modos de valores e crenças nas suas ocupações particulares e para a propagação da ordem social. Assim sendo, usaremos a noção de ideologia, tal qual *valores e crenças*, como conceito de análise e interpretação de *O Commercio*.

A ideologia é antes uma questão de “discurso” que de “linguagem” – mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal. Representa os pontos em que o poder tem impacto sobre certas enunciações e inscreve-se tacitamente dentro dela. Mas não deve, portanto, ser igualada a nenhuma forma de partidarismo discursivo, discurso “interessado” ou viés retórico; antes o conceito de ideologia tem como objetivo revelar algo da relação entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade, quando essas condições de possibilidade são vistas à luz de certas lutas de poder centrais para a reprodução [...] de toda uma forma de vida social.<sup>72</sup>

Eagleton conclui dizendo – e nisso dialoga com Bourdieu – que há um local em que os modos de consciência podem ser transformadores. Isso ocorre de um momento para outro e pode ser chamado de luta política. Ela se caracteriza por os cidadãos que, localmente, produzem resistência política, moverem-se, levados pelo impulso interior dessas oposições, ao embate com o poder do Estado, podendo ter seus pensamentos modificados de modo definitivo.

Bourdieu vê as representações como visões do mundo social, como ele se divide, como se classifica, como funciona. São sistemas classificatórios para identificar esses processos. As representações são, para ele, de duas formas: 1) autorrepresentação, que, num primeiro processo, é para conformidade, mas também para o conflito. São as representações que os

<sup>70</sup> EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

<sup>71</sup> Ibid.

<sup>72</sup> Ibid., p. 194.

grupos fazem de si próprios e dos outros; e 2) formas simbólicas são representações, no sentido de que qualquer narrativa sobre o mundo é uma representação, a qual, em determinado espaço, tem grau alto de autonomia.

Nesse sentido, falando sobre o campo cultural e o ofício de autor, Bourdieu afirma:

O autor é realmente um criador [...]. Ele transforma profundamente a visão de mundo, ou seja, as categorias de percepção e de apreciação do mundo, os princípios de construção do mundo social, a definição do que é importante e do que não é, do que merece ser representado e do que não merece.<sup>73</sup>

Nesse contexto, para Bourdieu,<sup>74</sup> o fazer do jornalista implica a venda de visões de mundo, e, assim, a transformação da notícia em mercadoria já é uma ideologia. A relação entre o público e o jornalista passa por uma similaridade de hábitos. Quem vivencia o habitus tem disposição para incorporar estratégias de dominação, do mesmo modo que tem para incorporar estratégias de resistência, já que essa utilização de categorias de ver o mundo que o indivíduo dispõe é maleável. A visão que o jornalista transmite é pré-formada, serve para dar forma à sua visão de mundo, produzindo práticas e representações, permitindo o diálogo entre várias formas coletivas e o jornalismo. Em relação a isso, também usaremos a noção bourdiana de *visão de mundo* como conceito-chave de análise e interpretação do jornal estudado.

Com relação aos jornais das primeiras décadas do século XX no Brasil, Coelho<sup>75</sup> argumenta que a invenção dos tipos móveis de imprensa estabelece o surgimento dos meios de comunicação de massa, ao menos seu molde inicial. Ou seja, com eles se podia reproduzir ilimitadamente os textos da época, embora seu consumo fosse baixo dado o número de público letrado. Na mesma linha, Thompson<sup>76</sup> afirma que, quando ocorre a existência dos meios técnicos para confeccionar esses meios, bem como aparelhos institucionais que propiciem a sua organização, ocorre o distanciamento espaço-temporal entre a transmissão da forma simbólica e sua produção, o que pode ser considerado uma característica da comunicação massiva.

Thompson afirma que “Hokeheimer e Adorno usaram o termo ‘indústria cultural’ para se referirem à mercantilização de formas culturais ocasionadas pelo surgimento da indústria

<sup>73</sup> BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

<sup>74</sup> BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

<sup>75</sup> COELHO, T. **O que é indústria cultural**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

<sup>76</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

do entretenimento nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX”.<sup>77</sup> Na sequência, o autor declara que, no contexto de seus estudos, os frankfurtianos fazem com que dediquemos atenção para alguns tópicos da comunicação de massa para “[...] aqueles aspectos que pertencem à mercantilização das formas simbólicas pelas indústrias da mídia”.<sup>78</sup>

Coelho<sup>79</sup> aponta, no entanto, que a indústria cultural somente surgiria quando começaram a circular os primeiros jornais, para depois existir a chamada cultura de massa, que necessitou dos dois outros processos anteriores para existir e, além deles, de variados produtos, como o romance de folhetim, o cinema, a fotonovela, etc. Edgar Morin<sup>80</sup> não tem objeção de que o livro e o jornal já eram mercadorias, porém a cultura e a vida privada nunca teriam entrado tanto no âmbito comercial e industrial ao mesmo tempo, não fosse a viabilidade técnica que a industrialização propiciou e a criação da cultura de massas, que ele considera uma “terceira cultura” surgida após a Segunda Guerra Mundial, originada da imprensa, do cinema, do rádio e da televisão e que se realiza em paralelo às culturas clássicas e humanistas. Assim, ele define cultura de massas da seguinte forma:

O termo cultura de massa, isto é, produzida segundo as normas maciças da fabricação industrial; propagada pelas técnicas de difusão maciças ([...] *mass media*); destinando-se a uma massa social, isto é, um aglomerado gigantesco de indivíduos compreendidos aquém e além das estruturas internas da sociedade (classe, família, etc).<sup>81</sup>

Partindo do pensamento desse autor, poderíamos refletir que a indústria cultural se caracteriza e adquire peculiaridade nas temáticas de entretenimento que receberam ampla difusão dos meios técnicos de comunicação de massa no pós-guerra e originou a chamada cultura de massas. Porém, ao se ter o aparato técnico que possibilitou a reprodução em série, como afirma Morin, o artista/criador/autor do século XIX “Tende a se desagregar com a introdução das técnicas industriais na cultura. A criação tende a se tornar produção”.<sup>82</sup> Nesse contexto, os primeiros meios técnicos e veículos de comunicação de massa (os primeiros *mass media*), o jornal e o livro, principiam a era da cultura produzida em processo de produção industrial e sua mercantilização. Embora os quadros dos artistas do século XIX também possam ser, até certo ponto, chamados de mercadoria, a circulação de bens simbólicos

<sup>77</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 131.

<sup>78</sup> Ibid., p. 136.

<sup>79</sup> COELHO, T. **O que é indústria cultural**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

<sup>80</sup> MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo 1- Neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

<sup>81</sup> Ibid., p. 14.

<sup>82</sup> MORIN, loc. cit..

produzidos de modo massivo faz parte do advento da industrialização. Lima<sup>83</sup> questiona o esquema colocado apenas em termos cronológicos:

Industrialização → Veículos de comunicação de massa → Cultura de massas

Para o autor, conceber a cultura de massas como efeito inevitável da continuidade dos veículos de comunicação de massa seria um pouco de falta de reflexão a respeito. Então, ele sugere um quadro que considera mais adequado, apesar de permanecer a relação de causa e efeito:

Industrialização → Transformação das relações de produção → Redistribuição dos papéis culturais

Nesse sentido, poderíamos afirmar que a industrialização levou à mercantilização da cultura. Com ideias correlatas a essas está Bourdieu<sup>84</sup> ao abordar as relações entre o campo de produção erudita e o campo da indústria cultural e afirmar que, nesta última categoria, há uma oposição entre a “a liberdade criadora e a lei de mercado”,<sup>85</sup> situando a indústria cultural como um meio em que há a comercialização de bens simbólicos, além de um interesse mercadológico. Isso está dentro do que aponta Ferreira,<sup>86</sup> de que Bourdieu, na última etapa do seu trabalho, voltou seu pensamento à teoria crítica da Escola de Frankfurt, estabelecendo relações entre o jornalismo e o mercado e trazendo questões como a de que o campo jornalístico teria uma autonomia relativa. Nessa linha de raciocínio, Bourdieu<sup>87</sup> afirma:

Entender como o campo jornalístico contribui para fortalecer, em todos os campos, o “comercial” em detrimento do “puro”, os produtores mais sensíveis às seduções das potências econômicas e políticas em detrimento das mais comprometidas em defender os princípios e valores da “profissão”, ele deve, ao mesmo tempo, ver que é organizado de acordo com um estrutura semelhante à dos outros campos e que o peso do “comercial” é muito maior. O campo jornalístico constituiu-se como tal, no século XIX, em torno da oposição entre jornais oferecendo “notícias”, preferencialmente “sensacionais” ou, melhor, “sensacionais”, e jornais propondo análises e “comentários” e anexados para marcar sua distinção a partir do primeiro afirmando valores elevados de “objetividade” é o lugar de uma oposição entre duas

<sup>83</sup> LIMA, L. **Teoria e cultura de massas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 19.

<sup>84</sup> BOURDIEU, P. O mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

<sup>85</sup> Ibid., p. 140.

<sup>86</sup> FERREIRA, J. Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2087>. Acesso em: 27 nov. 2018.

<sup>87</sup> BOURDIEU, P. L'Emprise du journalisme. **Actes de la recherche en sciences sociales: l'emprise du journalisme**, v. 101- 102, p. 3-9, mar. 1994. p. 4, tradução nossa.

lógicas e dois princípios de legitimação reconhecimento de pares, concedido àqueles que reconhecem mais completamente “valores” ou princípios internos, e os reconhecimentos pelo maior número, materializado no número de entradas, leitores, ouvintes ou espectadores, então os números de vendas (best sellers) e lucro em dinheiro, a sanção do plebiscito democrático sendo inseparavelmente, neste caso, um veredicto do mercado.

Apesar de o autor ter mostrado o campo jornalístico associado ao surgimento do jornalismo de viés objetivo estadunidense, ele traz em nota referência à invenção do jornalismo na França, sinalizando que neste, do mesmo modo que no caso americano, ocorreu uma oposição entre o jornalismo literário e o político. Certamente Bourdieu não construiu reflexão ampla sobre questões particulares da imprensa francesa,<sup>88</sup> e trazer seu conceito para a análise do jornalismo interiorano no Brasil da República Velha, em um local onde havia uma gama de jornais, sendo os de maior destaque de instituições partidárias e de cunho comercial na figura do clássico proprietário/comunicador dono de jornal num negócio familiar, como é o caso do periódico estudado, *O Commercio*, requer contextualização. Cremos que se pode falar, tratando-se de Cachoeira do Sul no início dos XX, em um jornalismo comercial incipiente, dentro de um capitalismo nascente, mas não um campo jornalístico propriamente dito, nunca sem esquecer o contexto no qual esse jornal está incluído.

Hohlfeldt<sup>89</sup> assinala, conforme será discutido com mais detalhes posteriormente, que o jornalismo gaúcho do período compreendido entre 1870 e 1930, composto por tipos variados de jornais, seria caracterizado pelo início das empresas industriais, de forma que proprietários e empresas jornalísticas, aqui sem considerar o seu alinhamento a partidos e ideologias, precisavam da publicidade e que o periódico fosse assinado por questões de sobrevivência financeira. Desse modo, os jornais começaram a atuar como empresas, buscando lucros além da propagação dos princípios e ideias dos respectivos proprietários.

Do mesmo modo, creio que não é possível dispensar a utilização de um conceito mais abrangente que o de campo jornalístico para “dar conta desse espaço de intersecção entre jornais e agentes políticos envolvidos em disputas semelhantes, embora com instrumentos distintos”.<sup>90</sup> Por conta disso, utilizarei também a noção de Bourdieu de *campo de produção*

<sup>88</sup> MARTINS, L. Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas. In: MARTINS, L. C. dos P. (org.). **Pensar a história com e além de Bourdieu**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

<sup>89</sup> HOHLFELDT, A. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **E-compós**, v. 7, p. 1-12, dez. 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/ecompos/article/view/118/117>. Acesso em: 10 mar. 2019.

<sup>90</sup> MARTINS, L. Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas. In: MARTINS, L. C. dos P. (org.). **Pensar a história com e além de Bourdieu**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

*ideológica* como conceito-chave do jornal estudado. *Campo de produção ideológica* é definido por Bourdieu<sup>91</sup> como:

[...] universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente ou, se quisermos, a problemática legítima [...].<sup>92</sup>

Ao conceitualizar campo de produção ideológica, Bourdieu desenvolve uma categoria particular para entender o processo de lutas entre os vários campos de produção simbólica com relação a suas possibilidades de atuar nas discussões correntes na sociedade. Assim, esse conceito vê o espaço de debates como um local onde atores políticos, jornalísticos e outros grupos significativos em dada sociedade estabelecem uma competição para centralizar a determinação da visão mais legítima sobre ocorrências comunitariamente importantes. Desse modo, as pressões externas ao campo de produção, como as econômicas e políticas, são delineadas com relação às pressões internas ao mesmo campo, definindo o posicionamento dos atores que agem dentro dele.<sup>93</sup> Assim, usaremos também, portanto, o conceito de *campo de produção ideológica* na análise de *O Commercio*.

Avalizando a teorização de Bourdieu, John B. Thompson<sup>94</sup> afirma que as formas simbólicas são geradas por agentes que se localizam no interior de contextos sócio-históricos particulares que são equipados com variedades de recursos, os quais modificam a maneira como cada indivíduo recebe e interpreta a forma simbólica. Essas formas, por serem contextuais, também sofrem frequentemente um processo de valorização que dão a elas certa variedade de valor.

O autor destaca que, para Bourdieu, um campo de posições poderia ser visto simultaneamente como um espaço de posições e, de modo diacrônico, como uma somatória de trajetórias. Essas posições e trajetórias seriam definidas pela quantidade e pela disseminação de vários modos de recurso ou capital.

Thompson<sup>95</sup> proclama que, para seus postulados, haveria três principais tipos de capital: capital econômico, que incluiria os bens, as propriedades; capital cultural, que

<sup>91</sup> BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2017.

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 372.

<sup>93</sup> MARTINS, L. Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas. In: MARTINS, L. C. dos P. (org.). **Pensar a história com e além de Bourdieu**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

<sup>94</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>95</sup> *Ibid.*

incluiria conhecimentos, habilidades e formação educacional; e capital simbólico, que incluiria méritos adquiridos de forma concentrada, prestígio e reconhecimento ligados a uma pessoa ou posição. No interior de cada campo, os sujeitos se ancoram nesses distintos modos de recursos para atingir seus objetivos próprios, bem como podem procurar oportunidades para tornar um recurso de um modo em um de outro modo.

Para o autor, na teoria bourdieuana as normas e convenções que conduzem várias ações e interações da vida social são implícitas e imprecisas. Elas se conceituariam como esquemas flexíveis e encontram-se em modos de conhecimento prático progressivamente inculcados e repetidos nas práticas cotidianas. Porém, ao praticar os esquemas ou ancorar-se em regras, os indivíduos também os aumentam e adaptam, processo este que não seria mecânico, de modo que as ações fossem rigidamente definidas por ele, mas, ao contrário, a realização de esquemas e regras seria algo criativo que pode ser modificado.

No entanto, Thompson distingue os campos de interações, com suas regras e esquemas, das chamadas instituições sociais, que podem ser vistas como grupos específicos, mais ou menos estáveis de regras e recursos, que atuam em conjunto com as relações sociais que se instituem nos seus interiores. Para ele, “as instituições sociais podem ser vistas como constelações de regras, recursos e relações que estão situados dentro de um campo de interação, os quais, por sua vez, são, ao mesmo tempo, por eles criados”.<sup>96</sup> Desse modo, apesar de as instituições sociais serem componentes constitutivos dos campos de interação, elas não são coextensivas a eles, tendo várias ações e interações que ocorrem no interior dos campos e fora de instituições em particular. Porém, isso não quer dizer que essas ações e interações não sofram influência de poder e recursos, regras e esquemas inerentes às condições sociais do campo onde se localizam.

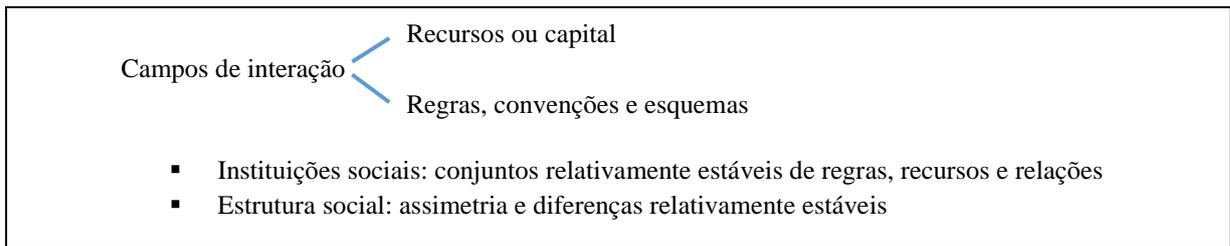
Thompson<sup>97</sup> formula o seguinte gráfico a respeito das características típicas dos contextos sociais:

---

<sup>96</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 197.

<sup>97</sup> Ibid..

Figura 2 – Características típicas dos contextos sociais: situações espaço-temporais<sup>98</sup>



Para o autor, essa análise aponta para um pano de fundo a respeito do exercício do poder, em que este é denominado como a habilidade de agir na conquista de objetivos e interesses particulares; por exemplo, o poder de agir dos indivíduos que modifica a realidade e que é ancorado nos recursos que eles têm à disposição. Esse poder depende da posição que esse sujeito ocupa no interior do campo ou da instituição. No momento em que essas vinculações de poder estabelecidas são sistematicamente assimétricas, ocorre a dominação, na qual o poder é exercido de forma estável a ponto de excluir outros grupos ou indivíduos.

Thompson<sup>99</sup> analisa que os atributos dos contextos sociais são estabelecidos, além da ação e interação pela produção e recepção das formas simbólicas, cuja produção acarreta a utilização dos recursos disponíveis e a prática de várias regras e esquemas por sujeitos que estão em algum ponto no interior de um campo ou de uma instituição. Assim, quando um indivíduo objetiva produzir formas simbólicas para determinados receptores, a perspectiva de recepção dessas formas está inserida nas circunstâncias de produção. A posição que um indivíduo tem em um campo ou instituição e a expectativa de recepção de dada forma simbólica são conjunturas sociais da produção que a modela.

Nesse sentido, é normal que a expectativa que precede a recepção das formas simbólicas seja usualmente inserida nas circunstâncias de produção. Por outro lado, se as atribuições dos contextos sociais são compostas pelas maneiras com que essas formas são recebidas e compreendidas, deve-se considerar que elas são recebidas por sujeitos que estão localizados em contextos sócio-históricos particulares, cujas características modelam a recepção, o entendimento e valorização das mesmas. Esse processo não ocorre passivamente, uma vez que os indivíduos atribuem sentido, dão um significado ao que recebem ancorados em recursos, regras e esquemas que possuem. Esse sistema varia conforme a posição que o indivíduo tem nos campos ou nas instituições.

<sup>98</sup> Ibid., p. 199.

<sup>99</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Ao obter e decifrar as formas simbólicas, os sujeitos participam de um processo contínuo de composição e recomposição do significado, chamado pelo autor de reprodução simbólica dos contextos sociais, cuja consequência é o fato de estarem sujeitas a intrincados sistemas de valorização, avaliação e conflito. A valorização se diferencia em dois tipos: a simbólica, que é o valor pelo qual as formas simbólicas são estimadas, e a econômica, que é o valor que lhes é dado para a troca no mercado. Por meio da valorização econômica, as formas simbólicas se tornam mercadorias ou bens simbólicos. Um e outro tipo de valorização cercam-se de diferentes níveis de conflito.

Com o aumento da mercantilização das formas simbólicas, a maior parte dos conflitos de valorização econômica se encontra demarcada pelas instituições de mídia, que normalmente têm interesse justamente na valorização econômica de formas simbólicas e na deliberação desses conflitos. Por exemplo, quando uma editora transforma um bem simbólico como um livro em mercadoria e o oferece para troca no mercado, o prestígio do autor e do produtor pode acrescentar valor econômico ao bem simbólico.

Assim, para Thompson<sup>100</sup> os sujeitos implicados na produção e recepção das formas simbólicas normalmente sabem que estas têm a possibilidade de serem aferidas por processos de valorização, de forma que eles podem desenvolver estratégias para o crescimento ou subtração dos valores simbólicos e/ou econômico. As estratégias usadas estão vinculadas às posições que são ocupadas dentro do campo de interação e estão subordinadas aos recursos que se possui e da ligação com outros sujeitos do campo. Dentro disso, esse autor desenvolve um esquema de estratégias de valorização simbólica:

Quadro 2 – Algumas estratégias típicas da valorização simbólica<sup>101</sup>

POSIÇÕES DENTRO DE UM CAMPO DE INTERAÇÃO	ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO SIMBÓLICA
Dominante	Distinção Menosprezo Condescendência
Intermediária	Moderação Pretensão Desvalorização
Subordinada	Praticidade Resignação respeitosa Rejeição

<sup>100</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>101</sup> Ibid., p. 207

Thompson<sup>102</sup> prossegue seu raciocínio afirmando que atualmente as indústrias da mídia desempenham uma função primordial, mas que seu surgimento e crescimento foi um processo histórico particular que seguiu o nascimento das sociedades modernas. A origem da comunicação de massa, por exemplo, está relacionada ao século XV, quando a tecnologia da prensa de Gutemberg se espalhou por locais comerciais da Europa com o objetivo de confeccionar várias cópias de manuscritos e textos. Esse foi o princípio de um progresso que transformou totalmente o modo como as formas simbólicas são produzidas, recebidas e transmitidas por indivíduos e que anda em paralelo com a amplificação do capitalismo industrial e com a constituição dos modernos Estado-nação.

Dentro disso, o autor segue abordando a transmissão cultural, “[...] isto é, o processo pelo qual as formas simbólicas são transmitidas aos produtores e receptores”.<sup>103</sup> Isso está relacionado à relevância da escrita e à incorporação dos meios técnicos para a conservação das mensagens escritas, em específico com o surgimento da circulação massiva de jornais nos séculos XIX e XX na Europa.

O autor diferencia três aspectos da transmissão cultural:

- a) Meio técnico de produção, que é a essência material da forma simbólica, os elementos materiais utilizados para produzi-la e transmiti-la. Esses meios técnicos têm alguns atributos: grau de fixação – capacidade distinta para estocar e preservar a informação. Podem ter uso como recurso para atividade de poder, pois permitem acesso restrito à informação segundo os interesses dos indivíduos; grau de reprodução – com relação à escrita, o progresso da imprensa foi definitivo, pois possibilitou que as informações escritas fossem reproduzidas de modo que antes era impossível; e grau de participação – que possibilita ou exige que os sujeitos usem distintos recursos e habilidades para codificar e decodificar as mensagens no meio técnico.
- b) Troca simbólica, a qual frequentemente abarca um aparelho institucional de transmissão. Este é formado por articulações institucionais definidas por regras, recursos e relações variadas, que acarretam relações de poder entre sujeitos que se localizam de modo institucionalizado. Distintas instituições formam os canais de difusão seletiva, ou seja, composições institucionais pelas quais as formas simbólicas circulam de modo diferente e em diferente proporção na sociedade.

---

<sup>102</sup> Ibid.

<sup>103</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 220.

Essas formas têm interação com o poder e com o aparelho institucional de transmissão, sendo, portanto, também um conjunto de mecanismos para implementação restrita das informações.

- c) Distanciamento espaço temporal, relacionado à transmissão de uma forma simbólica de forma a acarretar impreterivelmente o seu afastamento, em muitos níveis, da situação de produção: “[...] ela é distanciada de seu contexto, tanto espacial como temporalmente e inserida em novos contextos que podem ser localizados em diferentes tempos e locais”.<sup>104</sup> No momento em que as formas simbólicas são transmitidas longe de sua situação de copresença ocorre a extensão de acessibilidade, dependente do meio técnico de transmissão e do aparato institucional. Por exemplo, os meios que inicialmente oportunizavam a extensão de acessibilidade no espaço tinham a tendência a serem um tanto leves e transportáveis, como o papiro e o papel.

Com relação à interpretação da ideologia, o autor propõe, no patamar da análise sócio-histórica, que ela se direciona para as relações de dominação que se definem nas circunstâncias nas quais as formas simbólicas são produzidas e recebidas. Dentro disso, a análise sócio-histórica, quando utilizada para interpretar a ideologia, tem de levar em conta as relações de dominação que determinam as instituições sociais e os campos de interação.

Assim, ele sugere que se utilize as noções de modo de operação da ideologia, já citadas, para analisar as características estruturais das formas simbólicas com relação à interpretação da ideologia. Reafirmamos que esses conceitos vão ser empregados mais adiante neste trabalho como maneira de entender a ideologização do jornal *O Commercio*.

Thompson indica que se comece analisando as características estruturais das formas simbólicas para tentar indicar essas características como etapas de estratégia ou método específico de construção simbólica, considerando-se que, em situações particulares de construção e recepção dessas formas simbólicas, as estratégias de construção tendem a estar relacionadas a questões ideológicas. Desse modo, “interpretar a ideologia é explicar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar”.<sup>105</sup>

Ao se associar formas simbólicas a relações de dominação, o procedimento de interpretação quer buscar demonstrar de que modo essas formas simbólicas podem atuar

<sup>104</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 225.

<sup>105</sup> Ibid., p. 379.

como ideologia em situações sócio-históricas específicas. Assim, interpretar uma forma simbólica como ideologia pode trazer possibilidade para a crítica de outras interpretações, bem como da própria situação em que os indivíduos se encontram. Indo mais além, o autor afirma que a interpretação da ideologia tem que se incumbir de uma dupla função: explanação criativa do significado e argumentação concisa do modo como esse significado é utilizado para instituir e manter relações de dominação.

Para Thompson,<sup>106</sup> existe um enfoque tríplice na comunicação de massa: O primeiro tópico é da produção e transmissão ou difusão, no que ele sugere a análise sócio-histórica para tentar definir, por exemplo, os atributos das instituições em que as mensagens são produzidas e pelas quais são difundidas. O segundo tópico é a construção da mensagem comunicativa, em que é dada ênfase à análise formal ou discursiva, concebendo-se a mensagem como uma construção simbólica que tem uma estrutura articulada. O terceiro tema é a recepção e apropriação das mensagens comunicacionais, no qual se sugere a análise sócio-histórica combinada à pesquisa etnográfica para verificar as condições de recepção da mensagem. Este último fator não será analisado para fins do presente trabalho, visto que não há viabilidade de averiguar precisamente os receptores das mensagens do jornal *O Commercio*. Portanto, iremos nos deter na análise sócio-histórica e de construção da mensagem como construção simbólica, dando ênfase às características das formas simbólicas e às suas estratégias que indiquem relações de dominação e, conseqüentemente, uma ideologia.

Dentro disso, afirma-se que as ideias teóricas apresentadas auxiliam neste trabalho, na medida em que formarão uma base de pensamento que ajudará a interpretar e entender o jornal *O Commercio*, bem como o contexto histórico-econômico no qual ele se insere, da emergência da rizicultura em Cachoeira do Sul. Os conceitos de *visão de mundo* e de *poder simbólico* e de *campo de produção ideológica* e de ideologia dentro da perspectiva de *crença e valores*, mais os conceitos distribuídos em características estruturais das formas simbólicas e suas conseqüentes etapas de estratégia ou método específico de construção simbólica no tocante às relações de dominação ideológica são pressupostos que serão desenvolvidos e utilizados na interpretação do jornal.

---

<sup>106</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 393.

## 2.2 CACHOEIRA DO SUL – CONTEXTUALIZAÇÃO

O princípio do município de Cachoeira do Sul remete aos índios guaranis, primeiros habitantes dessa região do Rio Grande do Sul. Porém, o início concreto do povoamento do local se deve ao Tratado de Madri, em 1750 – ano do início do povoamento de Cachoeira –, que estabelecia que a Colônia de Sacramento passaria a domínio espanhol e, em contrapartida, as Missões Jesuíticas dos Sete Povos ficariam para Portugal.

As terras que atualmente formam a cidade de Cachoeira, a partir de tal ano, passaram a ser habitadas por soldados paulistas que obtiveram sesmarias da Coroa portuguesa a fim de certificar a posse dessas terras a Portugal.<sup>107</sup> Paranhos Antunes, na obra *História de Cachoeira*, de 1930, descreve:

Cachoeira, como todos os municípios gaúchos, foi um vastíssimo acampamento militar em seu início, na segunda metade do século XVIII. Imprecisa é a data da sua fundação [...]. Também em 1724 esparramaram-se pelo município os primeiros estancieiros paulistas e lagunenses, sem, no entanto, organizarem-se em povoação.<sup>108</sup>

De 1750 em diante, fazendas se desenvolveram, nas quais se agruparam vários casais de açorianos indicados ao distrito de Botucahy. Paranhos Antunes segue descrevendo: “[...] desde 1750, que as fazendas de criação foram tomando extraordinário incremento, reunindo-se as mesmas, 1753, diversos casaes de açorianos [...]”.<sup>109</sup>

Nesse contexto, Camozato, na obra *Grande Album de Cachoeira*, de 1922, afirma: “Diversos casaes açorianos, mandados também por Gomes Freire,<sup>110</sup> desde 1753, constituíam o nucleo inicial do povoamento do então districto do Botucarahy e Jacuhy [...]”.<sup>111</sup> Assim, os soldados portugueses obtiveram sesmarias ocupadas por gado xucro e instituíram as primeiras estâncias, trabalhando na criação desses bovinos. Já em 1753, quando se iniciou a chegada dos casais de açorianos que se fixaram às margens do Jacuí, formaram-se as pequenas propriedades.<sup>112</sup>

<sup>107</sup> Para o contexto histórico de Cachoeira do Sul, ver: SCHUH, A; CARLOS, I. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

<sup>108</sup> Paranhos, A. **História de Cachoeira**. Cachoeira do Sul: Oficinas Typographicas do Cachoeira-Jornal, 1930. p. 4.

<sup>109</sup> PARANHOS, loc. cit.

<sup>110</sup> Gomes Freire de Andrade, nobre e militar português. Em decorrência do Tratado de Madrid, veio à região sul para delimitar das fronteiras com as colônias espanholas.

<sup>111</sup> Camozato, B. **Grande album de Cachoeira no centenário da Independência do Brasil**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1922. p. 3.

<sup>112</sup> Schuh, A; RITZEL, M. **Cachoeira do Sul**: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

Alguns índios missioneiros foram reunidos em aldeamento pelos portugueses próximo ao Cerro do Botucará e, em 1759, foram transferidos para o Passo do Fandango, local em que construíram uma capela em homenagem a São Nicolau e que, atualmente, é conhecida como Aldeia. Esses habitantes da Aldeia formaram o primeiro núcleo urbano nas proximidades do Rio Jacuí e, ao vislumbrar as quedas d'água no leito do rio, iniciaram a chamar o lugar de Cachoeira. Paranhos Antunes<sup>113</sup> descreve que: “Em 1818, seus habitantes, em uma longa representação ao Rei Dom João VI pediram, seu desmembramento a villa de Rio Pardo e a graça de ser erigida em villa e então Freguesia de Cachoeira”.

Desse modo, em 5 de agosto de 1820, Cachoeira tornou-se o 5º município da província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o primeiro na região central, chamando-se Vila Nova de São João da Cachoeira em homenagem a Dom João VI, Rei de Portugal. Além de adquirir, portanto, emancipação política e administrativa, ele submeteu a sua administração às freguesias de Santa Maria da Boca do Monte, Alegrete, Livramento, São Gabriel e Caçapava.<sup>114</sup>

O povoado, em conformidade com sua origem portuguesa, tinha na Igreja – cujos pilares foram construídos no ano de 1793 – o lugar em que se reunia para celebrações religiosas, sociais e políticas. Paranhos Antunes<sup>115</sup> afirma que “A Igreja Matriz era bem um prototipo da architectura em estylo colonial ou jesuítico [...]”. Na Cachoeira da época, a Igreja era toda de pedra e era onde também se realizavam as eleições. O Cemitério foi inaugurado em 1833; antes disso, a parede lateral do templo religioso católico era utilizada para sepultar os mortos das famílias ricas.<sup>116</sup>

A partir de 1830, a Vila da Cachoeira, que contava com 1500 habitantes, teve uma expansão adiante da Igreja Matriz. Foi preocupação da Câmara de Vereadores organizar esse crescimento, como também a abertura de novas ruas. Nessa época, Vila Nova de Cachoeira tinha completado dez anos, e é do mesmo período a primeira referência à atual Praça José Bonifácio, marco histórico da cidade.<sup>117</sup>

Em 20 de setembro de 1835, eclodiu a Revolução Farroupilha como consequência da insatisfação da oligarquia gaúcha com os tributos sobre o charque. Cachoeira imediatamente associou-se ao movimento revolucionário através da participação de líderes da comunidade da

---

<sup>113</sup> PARANHOS, op. cit., p. 24.

<sup>114</sup> Schuh, A; RITZEL, M. **Cachoeira do Sul**: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

<sup>115</sup> Paranhos, A. **História de Cachoeira**. Cachoeira do Sul: Oficinas Typographicas do Cachoeira-Jornal, 1930. p. 18.

<sup>116</sup> SCHUH; RITZEL, op. cit.

<sup>117</sup> Ibid., p. 18.

época.<sup>118</sup> Contudo, a atuação concreta da cidade na Revolução verificou-se em 23 de setembro de 1835, momento em que o juiz de paz, Gaspar Francisco Gonçalves, ficou sabendo que, em Rio Pardo, um agrupamento opositor das ideias liberais recusava-se a admitir a autoridade de Dr. Marciano Pereira Ribeiro, o qual tinha assumido a Presidência da Província por conta da fuga do presidente Fernandes Braga para a vila de Rio Grande.

No comando de um esquadrão e de uma companhia da Guarda Nacional, seguiu para Rio Pardo Antônio Vicente da Fontoura, tendo ido junto Gaspar Francisco Gonçalves e Manduca Carvalho. Eles partiram em ajuda aos revolucionários vizinhos, e sua atuação foi fundamental para que Rio Pardo se tornasse adepta da causa farroupilha.

Os farroupilhas de Cachoeira voltaram à cidade em 3 de outubro e foram recebidos de forma festiva, com demonstrações populares e celebração na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, a qual foi encomendada pela Câmara Municipal. Dias depois, foi realizado no mesmo local o batismo do estandarte da tropa vencedora.

Em 1º de março de 1836, chegou à Vila de Cachoeira Bento Manoel Ribeiro, Comandante das Armas Imperiais, que, apoiando o representante do Governo Imperial, acompanhado de uma divisão do exército, começou uma excursão pelos lugarejos do Rio Grande do Sul para que a população gaúcha admitisse a autoridade de Araújo Ribeiro, novo presidente da Província.<sup>119</sup> Bento Manoel determinou a prisão de Gaspar Francisco Gonçalves no navio Perziganga, em Porto Alegre.

Tal facto motivou as iras de Bento Manoel, que, inesperadamente, entrou na villa desguarnecida, prendendo revolucionários, entre os quaes Gaspar Francisco Gonçalves. A câmara municipal de Cachoeira [...] teve que submeter-se á prepotência de Bento Manoel, muito embora houvesse em officio apelado para os sentimentos de humanidade.<sup>120</sup>

Devido a essa circunstância, Bento Manoel emitiu um ofício ao presidente da Câmara de Cachoeira, Joaquim Gomes Pereira, avisando que o município seria atacado se a Câmara continuasse aceitando a autoridade de Bento Gonçalves. Foi acatado o aviso, mesmo assim, o vilarejo permaneceu em seus ideais republicanos, passando a ser atacado por guerrilhas e incursões, por vezes pelos legalistas, outras pelos farroupilhas.

Em 1838, Antônio Vicente da Fontoura foi nomeado Chefe da Polícia de Rio Pardo e Cachoeira, e implantou-se a Câmara Municipal, que não operava há anos, iniciando o regime

<sup>118</sup> SCHUH, A; CARLOS, I. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

<sup>119</sup> Schuh, A; RITZEL, M. **Cachoeira do Sul**: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

<sup>120</sup> Paranhos, A. **História de Cachoeira**. Cachoeira do Sul: Oficinas Typographicas do Cachoeira-Jornal, 1930. p. 12.

republicano farroupilha em Cachoeira. Porém, em maio de 1840, ocorreu a última seção da Câmara na direção republicana, pois, em 10 de junho, chegou à vila uma Brigada Legalista, a qual indicou o Major Manoel Adolpho Charão para retomar a monarquia.

Em 1856, a Praça da Igreja contava com os prédios da Matriz e do Teatro, que fora inaugurado em 1830, além do Império do Espírito Santo, construído por Irmandades, a fim de abrigar festas religiosas. Por volta de 1848, houve uma importante construção para o município, a Ponte de Pedra sobre o Rio Botucaraí, a primeira ponte desse perfil no Rio Grande do Sul. Ela era não só a principal, mas a única ligação a Porto Alegre. Por ela passavam tropas e circulavam os comerciantes entre Cachoeira e Rio Pardo, dentre outros municípios.<sup>121</sup>

Em 15 de dezembro de 1859, o município passou a denominar-se cidade de Cachoeira. Nesse período, em 1857, chegaram os primeiros imigrantes alemães, ocupando a Colônia de Santo Ângelo, atualmente cidade de Agudo. O cultivo do arroz chegou a Cachoeira do Sul junto com estes, em 1857, “que praticavam a agricultura na Colônia de Santo Ângelo [...]. Dois anos após a vinda dos imigrantes, o arroz aparecia como um dos produtos cultivados na colônia”.<sup>122</sup>

Em 1870, às margens esquerdas do Rio Jacuí, em um lugar chamado de Paredão, fundou-se a Charqueada e Estabelecimento Paredão, que foi a primeira indústria da cidade. Na sua cercania, havia em torno de 1000 hectares com gado para abate e produção de charque. A companhia foi comprada em 1887 pela empresa inglesa Brazilian Extract of Meat & Hide Factory Limited, que modernizou a fábrica e começou a produzir língua em conserva, extrato de carne e graxa refinada.

Em 1887, chegaram as famílias italianas a Cachoeira, especialmente no local chamado de Distrito de Cortado. Esses núcleos familiares estabeleceram-se na 4ª Colônia Imperial, atual Silveira Martins, e de início cultivaram a atividade agrícola. Em torno de 1880, algumas famílias mudaram-se para a cidade, fomentando o seu comércio.

No fim do século XIX, o abolicionismo e a propaganda republicana agitavam os intelectuais e políticos do município, tendo havido longas campanhas em prol desses dois ideais, inclusive com a fundação do Club Republicano em 1882, realização propagada no jornal da época, *O Cachoeirense*, e a defesa da instauração da república por Borges de Medeiros nas conferências na tribuna. Em 18 de novembro de 1889, a Câmara de Cachoeira

<sup>121</sup> SCHUH, A; RITZEL, M. **Cachoeira do Sul**: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

<sup>122</sup> SCHUH, A; CARLOS, I. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991. p. 10.

adotou a República, que havia sido proclamada por Deodoro da Fonseca no dia 15 do mesmo mês.

Ainda no final do século XIX, ocorreu a inauguração da Estação Ferroviária, em 1883. Situada na extremidade norte da Rua Sete de Setembro, ela gerou mudanças no traçado urbano da época.<sup>123</sup> Assim, pode ser observado que a economia de Cachoeira, no seu século inicial de povoamento, esteve concentrada nas charqueadas, tendo a chegada do imigrante alemão trazido novidades para o cultivo da agricultura, dentre elas a cultura do arroz.

No sentido de estudar o jornal *O Commercio*, é importante conhecer o desenvolvimento histórico da imprensa, como será realizado a seguir. A isso seguem explanações acerca do jornalismo e do jornal que serão de essencial relevância para a compreensão do discurso empregado pelo periódico dentro do contexto histórico da cidade de Cachoeira do Sul.

### 2.3 A HISTÓRIA DA IMPRENSA E A INTERPRETAÇÃO DOS ASPECTOS IDEOLÓGICOS DA ATUAÇÃO DE *O COMMERCIO*

Thompson<sup>124</sup> descreve que, dentre os progressos principais da história da transmissão cultural, estão o surgimento de textos escritos e a inserção de novos meios técnicos para a fixação das informações escritas. As impressões por tipo<sup>125</sup> apareceram na Europa no final do século XIV, e os livros impressos de tal forma datam de 1409. “Contudo os desenvolvimentos geralmente associados a Gutenberg diferiam do método original chinês em dois aspectos centrais: o uso do tipo alfabético e a invenção da prensa de impressão”.<sup>126</sup> Isso por volta do ano de 1450. A adaptação de Gutenberg da prensa que já existia na Europa desde o século I d.C. possibilitou que uma página de tipos fosse feita, unida e manobrada através de um único bloco, no qual se podia espalhar tinta e então pressionar o papel.

Desse modo, as técnicas de impressão se propagaram rapidamente pela Europa, e as imprensas foram constituídas nos mais importantes centros europeus. Isso, para Thompson,

---

<sup>123</sup> SCHUH; RITZEL, op. cit.

<sup>124</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>125</sup> Do mesmo modo que invenção do papel, as técnicas de impressão surgiram primeiramente na China, sendo que a impressão por tipos progrediu de sistemas de carimbos e estampagem e foi utilizada, provavelmente, no século VIII. Atribui-se a Pi Sheng, em 1041, o primeiro tipo móvel, que posteriormente foi feito também por impressores na Coreia, que trocaram os caracteres de cerâmica por tipos de metal. Thompson ressalta que, mesmo não havendo indícios nítidos do deslocamento das técnicas de impressão da China e Coreia para a Europa, elas podem ter se propagado com a disseminação do papel-moeda e por cartas de jogo impressos na China. Para maiores informações, ver: Ibid.

<sup>126</sup> Ibid., p. 230.

marca o nascimento da comunicação de massa, que coincide com os primeiros moldes de produção capitalista e de comércio, bem como com os princípios dos modernos Estado-nação. As imprensas pioneiras eram normalmente empreendimentos pequenos que se motivavam, em primeiro lugar, a fazer reproduções de cunho religioso e literário e a produzir textos para as áreas de direito, medicina e comércio. “Combinando as atividades de impressão, publicação e vendas de livros, as primeiras impressoras se tornaram parte de um novo e florescente comércio de livros na Europa”.<sup>127</sup>

As imprensas pioneiras imprimiam e publicavam livros, mas também imprimiam panfletos, periódicos e folhas noticiosas variadas – modelo este que surgiu no século XV. No Brasil, durante o período colonial, de acordo com Nelson Sodré,<sup>128</sup> o livro era visto como “instrumento herético”, podendo circular com naturalidade apenas entre os religiosos, meio no qual era aceito como algo característico do seu trabalho, diferentemente de qualquer outro ambiente profissional. A existência de bibliotecas, aliás, se limitava a mosteiros e colégios, não existindo em casas particulares.

Segundo o autor, a imprensa no Brasil apareceu sob decisiva proteção e iniciativa oficial com a implantação da Corte de Dom João Antônio de Araújo, que, na conturbada fuga da família real para o país, colocou no porão do navio equipamento fotográfico da secretaria que ocupava até então, a Secretaria de Estrangeiros e Guerra. Chegando ao Brasil, ele ordenou que se instalasse o material na sua casa. Foi, então, promulgado um ato real no qual se estabelecia no local a Impressão Régia, em 31 de maio de 1808. Foi dali que saiu, em 10 de setembro de 1808, a primeira edição do *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico que se dedicava a reportar o que se passava na Europa.

Antes disso, no entanto, em 1º de junho de 1808, Hipólito da Costa fundou o *Correio Brasiliense*, que era feito em Londres e que pode ser considerado a referência inaugural do periodismo brasileiro. Afirma Sodré:

O atraso da imprensa brasileira, aliás, em última análise, tinha apenas uma explicação: ausência de capitalismo, ausência de burguesia. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu. A influência do *Correio Brasiliense*, pois, foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada. [...] Quando surgiram aquelas condições, o *Correio Brasiliense* perdeu a razão de ser.<sup>129</sup>

<sup>127</sup> Ibid., p. 231.

<sup>128</sup> SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Manuad, 1999. p. 11.

<sup>129</sup> Ibid., p. 28.

Porém, segundo Ana Luiza Martins e Tania Regina De Luca,<sup>130</sup> o destaque dado ao atraso, à censura e ao oficialismo dos primórdios da imprensa no Brasil não é satisfatório para conseguir entender a complexidade das suas particularidades e dos outros modos de comunicação de uma sociedade que se encontrava em mudança com o absolutismo em crise.

Assim, o advento da imprensa no país não ocorreu em um vácuo cultural, mas dentro de um intrincado enredo de relações e de formas de transmissão que já existiam, dentre as quais a imprensa estava incluída. O jornalismo, nesse contexto, tinha a intenção de delimitar e organizar a cena pública, que atravessava um período de mudanças nas relações de poder e que envolvia vários campos da hierarquia social, em proporções políticas e sociais.

No Rio Grande do Sul, o pontapé inicial da imprensa foi o surgimento do jornal *Diário de Porto Alegre*, em 1827, que reportava atos e comunicados oficiais do Governo da Província. Rüdiger, tratando a respeito do jornalismo no estado, afirma:

[...] convém notar em primeiro lugar que jornalismo e imprensa podem confundir-se, mas não são a mesma coisa. O Rio Grande do Sul conheceu diversos tipos de imprensa (política, literária, operária, religiosa, humorística, noticiosa), mas nem todas possibilitaram a formação do correspondente jornalismo. Este estudo designa *jornalismo* como uma prática social composta do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode estruturar-se de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão.<sup>131</sup>

Com relação ao período estudado neste trabalho, focado no jornal *O Commercio*, que é o início da República Velha, Sodré<sup>132</sup> aponta que, assim que mudou o regime, não houve grande mudança no desenvolvimento da imprensa, que continuava retendo o prestígio na mão dos republicanos em comparação aos monarquistas nas várias regiões do país. No entanto, com algum desenvolvimento do capitalismo e com o novo cenário político-administrativo, até o final do século XIX a imprensa estava consolidada. Isso explica o surgimento de muitos jornais, em diversos locais. Dentro desse contexto, no alvorecer do novo século, é que surge o jornal estudado.

Luca<sup>133</sup> afirma que, nesse período, a imprensa aprende várias técnicas de inovação tecnológica, que possibilitam utilizar inúmeras ilustrações, tais como a charge, a caricatura, a fotografia, como também aumentar as tiragens e incrementar a qualidade da impressão a

<sup>130</sup> LUCA, T. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L. (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011

<sup>131</sup> RÜDIGER, F. **Tendências do jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003. p. 11.

<sup>132</sup> SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Manuad, 1999.

<sup>133</sup> LUCA, T. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L. (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

menor custo, oportunizando a preparação da comunicação de massa. “O tripé indispensável á sustentação da grande empresa editorial se erguia. [...] a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização, os incentivos á aquisição e/ou fabricação de papel”.<sup>134</sup>

Para Rüdiger, o jornalismo no Rio Grande do Sul teve duas fases distintas: a primeira seria do jornalismo político-partidário, que vai desde sua formação até 1930 do século passado. A segunda, guiada pelas noções de jornalismo informativo e indústria cultural, teria surgido lentamente no princípio do século XX, quando apareceram as primeiras empresas jornalísticas, tendo se firmado com composição das atuais redes e monopólios de comunicação. A passagem de uma fase a outra teria sido gradual durante décadas.

Silva, Clemente e Barbosa,<sup>135</sup> por sua vez, dividem a história da imprensa gaúcha em três fases. A primeira teria duas subfases: uma que vai de 1827 a 1845, desde quando surgiu o primeiro jornal até ser lançado *O Imparcial*, último periódico antes do fim da Revolução Farroupilha, e outra de 1845 a 1851, com os jornais pós-conflito. A segunda fase propriamente dita, chamada pelos autores de consolidação, é repartida em três subfases: de 1852 a 1868, de 1869 a 1884 e de 1885 a 1895. A terceira fase, intitulada fase moderna, entre 1896 a 1910, teria se iniciado com a fundação do *Correio do Povo*.

Hohlfeldt<sup>136</sup> questiona a classificação tanto de Rüdiger quanto de Silva. Para ele, a imprensa se inicia no RS, como já foi dito, em 1827, quando, após a instituição da imprensa oficial da província, surgem publicações precárias não muito qualificadas. Isso se dá até o período anterior à Revolução Farroupilha, em 1830, quando surgem os jornais revolucionários, padrão que vai até 1845. Durante esse período, todos os jornais eram a favor ou contra a revolução. Terminado o conflito, o autor classifica a forma de imprensa como partidária ou panfletária civil, que vai de 1850 a 1900, na qual há obrigatoriamente um vínculo dos editores e donos de jornais com partidos políticos por questões de sobrevivência financeira, pois praticamente não existia publicidade – algo que começa a mudar com o surgimento do *Correio do Povo*, devido ao desgaste dos jornais partidários após Revolução de 1893.

Paralelamente, o autor detecta o desenvolvimento de uma imprensa literária a partir de 1860, indo até o princípio do século XX, o que teria promovido o primeiro salto de qualidade no jornalismo. Hohlfeldt data o início da clichéria, em 1912, como o princípio do jornalismo

<sup>134</sup> Ibid.

<sup>135</sup> SILVA, J.; CLEMENTE, E.; BARBOSA, E. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

<sup>136</sup> HOHLFELDT, A. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **E-compós**, v. 7, p. 1-12, dez. 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/ecompos/article/view/118/117>. Acesso em: 10 mar. 2019.

industrial que duraria todo o século. Aqui podemos assinalar que o jornal estudado neste trabalho, *O Commercio*, possuía sua própria oficina, então poderia ser enquadrado nessa classificação. O periódico de Cachoeira se enquadra também no período trabalhado pelo pesquisador, do final da década de 1860 em diante, quando surgem os jornais que inserem a noção de empresa jornalística. Apesar de alguns diretores e editores ainda estarem vinculados a partidos políticos, é nessa época que eles tomam consciência de que precisam atender à demanda de um público.<sup>137</sup>

O que se observa, assim, é um deslocamento de acentuação, do emissor – um determinado tipógrafo resolve editar um jornal; ou um determinado partido político – para o receptor: mesmo os jornais partidários devem atender a determinadas demandas de seu público, além de divulgarem seus princípios ideológicos. Os jornais vinculados às novas comunidades étnicas - alemães e italianos, principalmente - e aqueles dirigidos ao leitor mais segmentado, seja o intelectual ou a jovem senhora de família, além dos jornais operários, nada mais fazem que enfatizar essa nova perspectiva. É para e com o receptor que os novos editores e proprietários de publicações se dirigem e se preocupam.<sup>138</sup>

Thompson<sup>139</sup> afirma que, nos países de capitalismo desenvolvido, a evolução da indústria do jornal nos séculos XIX e XX tem a configuração delineada por duas direções: o crescimento e a consolidação da circulação massiva de jornais e a crescente internacionalização das atividades de coleta de notícias. Os jornais se transformaram em grandes organizações comerciais que tinham a demanda por quantias consideráveis de capital, tanto inicialmente quanto para sua manutenção, devido à acirrada competição. Nesse contexto, a figura do clássico proprietário/comunicador dono de um ou de dois jornais dentro de um negócio familiar foi substituído por grandes empreendimentos com vários jornais e meios. Porém, no caso brasileiro, com o desenvolvimento capitalista inicial na recentemente instaurada República, no século XX, temos o jornal *O Commercio*, de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, como o caso típico de um jornal familiar com proprietários comunicadores e que pode ser chamado de industrial/comercial, visando lucro, conforme referido anteriormente.<sup>140</sup>

<sup>137</sup> HOHLFELDT, A. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **E-compós**, v. 7, p. 1-12, dez. 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/ecompos/article/view/118/117>. Acesso em: 10 mar. 2019.

<sup>138</sup> Ibid., p. 5.

<sup>139</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>140</sup> HOHLFELDT, op. cit.

Aqui cabe trazer a discussão levantada por Martins<sup>141</sup> no estudo realizado sobre a imprensa brasileira dos anos 1950, quando, segundo o autor, houve uma transição do jornalismo político-partidário para um jornalismo empresarial. No caso de Cachoeira do Sul nas primeiras décadas do século XX, existiam jornais de estilo variado, com predominância para os de cunho político. *O Commercio* aparecia, nesse contexto, como uma proposta distinta de periódico comercial/empresarial. Porém, há que se levar em conta a observação do estudo do pesquisador supracitado:

Desta forma, para entendermos os jornais da década de 50, devemos fazer uma distinção fundamental entre o jornalismo propriamente partidário, ou seja, aquele cuja inserção no debate público se dá sob a autoridade de um grupo e/ou partido político, e o jornalismo doutrinário, cuja inserção na esfera de debates ocorre mediante a identificação do jornal com uma corrente ideológica ou com bandeiras de caráter público, sem vínculos diretos com partidos.<sup>142</sup>

A partir disso, poderíamos afirmar que o jornal *O Commercio*, no período estudado, é de cunho comercial, procurando se posicionar como um periódico sem vínculos partidários diretos (algo cuja coerência iremos aferir no decorrer deste trabalho), mas se identificando com bandeiras de característica pública ou com linhas ideológicas. Segundo Carvalho,<sup>143</sup> o periódico inaugural, em Cachoeira do Sul, foi o político-partidário republicano *Cachoeirense* (1879- 1884). O jornal *O Commercio*, por sua vez, é um periódico de caráter empresarial que teve seu início em 1º de janeiro de 1900, fundado por Henrique Möller Filho, e foi veiculado às quartas-feiras até 1966.

O redator era Guilherme Antônio Möller e o tipógrafo, João Antônio Möller. Era um jornal familiar, portanto. De acordo com a autora, o jornal teve por “diretrizes a imparcialidade, a independência política e jornalística, a austeridade e o serviço ao bem comum”,<sup>144</sup> afirmação que vai ser averiguada e indagada no presente trabalho. Até 1905, o jornal foi bilíngue, português e alemão. Seu formato era 50x35cm.

---

<sup>141</sup> MARTINS, L. Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas. In: MARTINS, L. C. dos P. (org.). **Pensar a história com e além de Bourdieu**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

<sup>142</sup> MARTINS, L. Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas. In: MARTINS, L. C. dos P. (org.). **Pensar a história com e além de Bourdieu**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 24.

<sup>143</sup> CARVALHO, M. **Às margens do Jacuí**: literatura e imprensa em Cachoeira do Sul. 1999. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

<sup>144</sup> *Ibid.*, p. 63.

Em tal período, Carvalho<sup>145</sup> aponta, existiam jornais de cunho político em Cachoeira, como o *Rio Grande*, do Partido Republicano, que iniciou atividades em 1904 e funcionou até 1915, chegando a ter João Augusto Möller, familiar dos diretores de *O Commercio*, como proprietário. Outros exemplos são o *A Palavra*, em atividade entre 1916 e 1922, partidário dos parlamentaristas, bem como *O Parlamentarista*, que circulou entre 1916 e 1918.

Os jornais de caráter informativo que circularam em Cachoeira no intervalo de tempo estudado são: os literários e noticiosos *O Cachoeirense* (1901-1927) e *O Mignon* (1915) e o evangélico *O Arauto* (1922-1927). Já os periódicos de cunho crítico-humorístico e literário surgiram na cidade em 1900, com a fundação do *A Lua*, seguido pelo *Oku* (1905) e pelo *O Dragão* (1909). Estes dois últimos tiveram seus lançamentos anunciados no próprio *O Commercio*. Nesse gênero, também surgiu e encerrou atividades em 1911 o *A Cavação*. Além deles, havia o *Avenida* (1914), *O Fioto* (1915), *O Filhote* (1915) – assim chamado por ser impresso nas oficinas de *O Commercio* – e *O Mallho* (1916).

*O Grande Album de Cachoeira*, em comemoração ao centenário da independência do Brasil, organizado em 1922 por Benjamin Camozato, dedica uma página ao jornal *O Commercio*. Abaixo da foto da sede do jornal, lê-se o texto: “EDIFICIO PROPRIO em que funciona a Typographia de ‘O COMMERCIO’. Fundada em setembro de 1897, tendo apparecido em 1.º de janeiro de 1900 o primeiro numero de ‘O Commercio’, que se publica até hoje, tendo uma tiragem 1.400 exemplares”. Seguem-se fotos do escritório e da redação com os proprietários e alguns redatores, da oficina tipográfica, que era movida a vapor, e uma última do bazar e livraria do jornal, indicando que esse era um espaço aberto à comunidade.

Caracterizando-se como um jornal familiar de empresários/comunicadores, *O Commercio* tem como principal figura seu fundador, Henrique Möller Filho, que era filho de imigrantes alemães, nascido em São Leopoldo, em 1866. Ele exercia a profissão de tipógrafo desde os 13 anos de idade na cidade natal, transferindo-se para Cachoeira em 1897, ano em que abriu a tipografia; três anos depois, fundou o jornal. Em 1922, ocupavam cargo de Conselheiro Municipal ele e seus irmãos Guilherme, redator do periódico, e João Antônio, tipógrafo. Todos atuaram como uma espécie de embaixadores do discurso ideológico em prol da agricultura e da rizicultura.

Dentro disso, a seguir serão analisadas algumas matérias selecionadas do jornal *O Commercio*, interpretando de acordo com os conceitos elencados nos pressupostos dos autores trabalhados, buscando identificar o discurso ideológico embutido nas suas retóricas. Para

---

<sup>145</sup> Ibid.

tanto, será necessário abordamos a conceitualização de notícia, uma vez que o período que estamos estudando nesta pesquisa é do início do século XX, e é evidente que a maneira de construir uma matéria jornalística se transformou ao longo do tempo com a introdução de novas tecnologias. Sendo assim, o uso que *O Comercio* fazia de padrões de seleção, ao verificar e abordar os fatos, são relativos à sua época. Encontramos algumas definições de notícia que acreditamos conceitualizar esse produto jornalístico.

Alsina<sup>146</sup> vê o acontecimento como um fenômeno social, sendo, portanto, definido historicamente. Ao longo da história, saber o que acontecia era um privilégio das classes hegemônicas, que, para firmarem seus domínios, necessitavam de informação. Antes da invenção da publicação impressa, comerciantes e banqueiros europeus, bem como a nobreza, eram informados através de manuscritos sobre desde até a situação do tráfego marítimo até acontecimentos políticos. Com o surgimento da imprensa, por conta do grande número de analfabetos, o conhecimento dos acontecimentos manteve-se restrito ao estrato social dominante, ao povo restando os rumores ou os acontecimentos locais. Além disso, a notícia de um acontecimento envolvia uma questão temporal: chegava com grande atraso com relação ao fato que a originara.

Assim, o início da imprensa foi um fator de desenvolvimento da cultura e do comércio, depois se tornando instrumento de lutas políticas, vide o fato de o primeiro livro impreso ter sido a Bíblia. Ao obter relevância política, a informação passou a ser controlada pelos poderes religiosos e civis, não apenas na forma de censura, mas sendo utilizada também para a construção de acontecimentos convenientes. Com os avanços técnicos, as questões espaço-temporais dos acontecimentos teriam diminuído, mas aumentaram as circunstâncias políticas.

Alsina detecta que, em meados do século XIX, nos países desenvolvidos, pode-se falar em comunicação de massa, pois é quando a imprensa se torna para os cidadãos a principal fonte de informação/transmissão de acontecimentos. “Além disso, frente aos acontecimentos sociais, a imprensa adota uma postura mais ativa; já não se trata de receber a informação e comentá-la, mas também há que se descobrir o acontecimento”.<sup>147</sup>

Para o autor, no intento de se diferenciar acontecimento de notícia é necessário estabelecer um ponto de referência, pois o que é notícia em um processo pode ser acontecimento em outro. Assim, ele define acontecimento como sendo uma mensagem recebida, enquanto a notícia seria uma mensagem emitida. Ou seja, o acontecimento seria um fenômeno de percepção do sistema, ao passo que a notícia seria o fenômeno de geração de um

<sup>146</sup> ALSINA, M. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 2005.

<sup>147</sup> ALSINA, M. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 2005. p. 67, tradução nossa

sistema: “É dizer, todo fato social é potencialmente acontecimento para os meios de comunicação e toda notícia é potencialmente um acontecimento para a sociedade”.<sup>148</sup> Os *mass media*, nesse contexto, usam, por um lado, os acontecimentos sociais como matéria-prima e, por outro lado, produzem e transmitem produtos que podem vir a ser um acontecimento social.

Muniz Sodré<sup>149</sup> incorpora a noção kantiana de fato como definição para objetos dos quais pode ser provada a realidade, bem como em que há a possibilidade de o receptor dar seu sentido/significado para o sucedido. Assim, para o autor, faz-se necessário encontrar outro vocábulo para a representação social do que se denomina de fato, que para ele seria o termo “acontecimento”. Este, em sua perspectiva, pode ser visto como sinônimo de fato sócio-histórico, mas, enquanto dito acontecimento é pautado pelo aqui e agora, o fato é uma “elaboração intelectual”.<sup>150</sup>

Além disso, Sodré propõe que poderia se levantar a possibilidade de que a comunicação do acontecimento através de uma organização informativa teria por objetivo influenciar ou controlar mais do que realmente informar. Há que se levar em consideração também que a vida ocorre para além do discurso, havendo mais força afetiva dos grupos envolvidos no embate do que o modo racional dos acontecimentos. Considerando que fatos cotidianos são dignos de serem noticiados, o que unificaria as notícias imprevistas e os fatos cotidianos seria a marcação do fato.

Sousa,<sup>151</sup> em trabalho que analisa a tese de Peucer,<sup>152</sup> aponta que, para este, a notícia seria algo em forma de exposição e escrita, para a qual se faz uso de linguagem. Ela trata a respeito de fatos singulares, e é escolhida entre muitas outras formas de relatos possíveis de acordo com a importância para quem noticia. Por fim, as notícias sofrem condições de fatores, tais como o tempo.

Nesse sentido, por entender que o jornalismo brasileiro tem muita influência do jornalismo norte-americano, remontamos ao histórico das notícias nos Estados Unidos trazido por Michael Schudson,<sup>153</sup> que vê a notícia como uma forma cultural socialmente construída:

<sup>148</sup> Ibid., p. 72, tradução nossa.

<sup>149</sup> SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>150</sup> SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 33.

<sup>151</sup> SOUSA, J. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 31-56, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2071/1813>. Acesso em: 07 abr. 2019.

<sup>152</sup> PEUCER, T. Os Relatos Jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-29, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070/1812>. Acesso em: 26 fev. 2019.

<sup>153</sup> SCHUDSON, M. **The sociology of news**. New York, NY: W. W. & Norton Company, 2003.

“[...] Uma declaração feita por agências comerciais comuns ou de estado, composta por profissionais de notícias, que relatam que um evento é digno de nota”.<sup>154</sup> Dentro do que as notícias emitidas pelos *mass medias* seriam “uma representação de cada evento no mundo”.<sup>155</sup>

De acordo com esse autor, no seu país, as primeiras institucionais e culturais características das notícias contemporâneas remontam a 400 anos atrás, quando pessoas foram pagas para escrever histórias verdadeiras sobre fatos correntes, o que durou em torno de 250 anos, principalmente em relação a assuntos políticos. A ideia que esses jornalistas deveriam tentar escrever notícias não partidárias e de modo profissional teria sido desenvolvida somente por volta do século XX.

Schudson<sup>156</sup> relata que, nos Estados Unidos colonial, os impressores foram primeiro homens de negócio e não jornalistas, eles faziam dinheiro imprimindo anúncios de casamentos, bem como de produtos diversos. Os jornais desses indivíduos teriam sido inicialmente desenhados para serem propagandas dos seus negócios de impressão. Com o passar do tempo, os seus conteúdos tenderam para um modelo comum, que era uma gama de publicidade local, pequenos parágrafos de fofoca local e largo espaço para política e economia europeia tomada diretamente de jornais de Londres. A política de outras colônias raramente aparecia e a local era inexistente. Eles não imaginavam seus jornais como instrumento político ou de agências de reportagens, apenas imprimiam o que vinha até eles.

No entanto, no primeiro meio século de jornalismo americano, entre cerca de 1690 e 1760, aparece uma pequena indicação de que os jornais se tornariam um fórum central para discursos políticos. Muito embora os jornais coloniais tenham escapado da controvérsia, pregando nos seus impressos a neutralidade e imprimindo primeiramente notícias estrangeiras para evitar reclamações e acusações de difamação, o conflito ocorrido com os Britânicos, em 1765, tornou incômodo para os impressos ser neutro, quando cada um era compelido a tomar um lado. Nesse período, os jornais estadunidenses começaram uma longa carreira como porta-vozes de partidos e facções.

Posteriormente, o Ato de Sedição de 1798 proibiu críticas ao governo, tornando ofensa criminal a publicação de qualquer assunto contra o governo americano. Com a vitória a presidente de Thomas Jefferson, em 1800, o Ato de Sedição expirou e a oposição partidária se tornou aceita, fazendo valer a Primeira Emenda da Constituição Americana de 1791, que

---

<sup>154</sup> Ibid., p. 31, tradução nossa.

<sup>155</sup> Ibid., p. 34, tradução nossa.

<sup>156</sup> SCHUDSON, M. **The sociology of news**. New York, NY: W. W. & Norton Company, 2003. p. 71.

tornou lei não abreviar a liberdade de expressão ou de imprensa. Schudson<sup>157</sup> reporta que, na primeira década da nova nação, os jornais foram identificados com a voz editorial.

Com o passar do tempo, a coleta de informações passou a ser a função central em um jornal convencional diário, e o jornalismo foi lentamente diferenciando-se da política, tornando-se mais comercial. Nesse contexto, por volta de 1920, os jornalistas americanos foram articulando regras para sua atividade, dentro de uma consciência de profissionalismo e de ética da objetividade. Entre 1922 e 1923, foi formada a primeira grande associação profissional da categoria, a Sociedade Americana de Editores de Jornais, na qual foi adotado o código de ética de “sinceridade, confiabilidade e precisão”, além do de “imparcialidade”.

No jornal estudado no presente trabalho, não havia ainda o chamado editorial ou a ampla difusão do artigo de opinião,<sup>158</sup> e são raras as matérias assinadas, como conhecemos no jornalismo moderno. Como vimos historicamente, no caso americano, os quesitos de imparcialidade e objetividade surgiram somente na década de 20 do século passado. Porém, embora a atividade de se pagar para contar estórias locais seja antiga e a circulação de impressos norte-americanos, primeiramente, relatasse fofocas e notícias estrangeiras, não se pode negar que havia o fato emitido, divulgado, contado, o que pode ser entendido como notícia.

Portanto, devido a sugestão da Banca Examinadora desta tese com relação ao cuidado com o uso do termo notícia, nomearemos de matérias jornalística o material divulgado pelo jornal *O Commercio*, apesar de entendermos como notícia qualquer fato possível de ser comprovado,<sup>159</sup> como um acontecimento, divulgado e emitido<sup>160</sup> por parte dos jornalistas responsáveis por um jornal. Consideramos que, em tais casos, não há somente uma seleção por parte desses profissionais ao divulgá-lo, mas inclusive uma “elaboração intelectual”,<sup>161</sup>

---

<sup>157</sup> Ibid.

<sup>158</sup> “No jornalismo, a partir das obras de José Marques de Melo e Manuel Chaparro, é possível sintetizar os gêneros jornalísticos em formatos, a partir de propósitos comunicativos como informar, opinar, prestar serviço, etc., resultando nos gêneros informativo, opinativo, interpretativo e utilitário, os mais legitimados até aqui”. (ENCICLOPÉDIA INTERCOM de comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://www.cienciasnubens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso em: 21 mar. 2019.).

Gênero Jornalístico: Opinativo: Trata-se de um **gênero argumentativo**, onde existe a opinião do autor permitida. Lembrando que estes textos não são baseados em “*eu acho*”, “*tem que ser assim*”, porém focado em argumentações fomentadas em especializações. Ex: Crônica, artigo, editorial. (FELIX, F. Gênero jornalístico informativo, opinativo e interpretativo. In: ACADEMIA do jornalista. [s.l.], 2019. Disponível em: <https://academiadojornalista.com.br/producao-de-texto-jornalistico/genero-jornalistico-informativo-opinativo-e-interpretativo>. Acesso em: 21 mar. 2019.).

<sup>159</sup> SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>160</sup> ALSINA, M. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 2005.

<sup>161</sup> SODRÉ, M., op cit., p. 33.

uma representação<sup>162</sup> do acontecido. No entanto, a seguir analisaremos o que chamaremos de matérias chaves do jornal *O Commercio*, utilizando a metodologia já mencionada de John Thompson.<sup>163</sup>

Começamos com a seguinte matéria, que foi publicada sob o título “Agricultura” em dezembro de 1905:

Agricultura

Si bem que já tenhamos feito do assumpto, materia de que, em diversas vezes hemos nos occupado com interesse, entendemos, no entretanto, que elle é merecedor de toda a nossa attenção, da nossa propaganda, da nossa protecção e por isto suppomos prestar um serviço ao publico em geral, e essencialmente ás classes conservadoras [...].<sup>164</sup>

Refletindo acerca do trecho da matéria relatada, levando-se em conta a teoria de Thompson,<sup>165</sup> é possível verificar que o jornal *O Commercio* se insere sócio-historicamente no processo de desenvolvimento da circulação massiva de jornais no Brasil do início da República Velha, com seu capitalismo incipiente. No tangente ao pensamento desse mesmo autor, averigua-se que a edição desse e dos demais jornais em Cachoeira do Sul indica a existência dos meios técnicos para confeccioná-los, bem como aparelhos institucionais que propiciem suas organizações, ocorrendo o distanciamento espaço-temporal entre a transmissão da forma simbólica e sua produção, o que pode ser tido como uma característica da comunicação massiva, distintivamente à comunicação oral.

Levando-se em conta esse contexto sócio-histórico para interpretar a ideologia, de acordo com Thompson,<sup>166</sup> é necessário analisar de que modo as formas simbólicas atuam como ideologia nas relações de dominação que aparecem na mensagem descrita de *O Commercio*. Nessa situação, ele sugere que se inicie analisando características estruturais das formas simbólicas como estratégias, verificando-se uma tentativa de legitimação do discurso através de estratégias de construção simbólica, como a estratégia de universalização e de racionalização.

No trecho inicial da matéria, fica clara a tentativa de tornar a mensagem propagada por eles – que é, na verdade, de interesse de alguns indivíduos – como de interesse de toda a comunidade, portanto, universal. Quando se alude a fazer um trabalho para o público em

<sup>162</sup> SCHUDSON, M. **The sociology of news**. New York, NY: W. W. & Norton Company, 2003.

<sup>163</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>164</sup> A AGRICULTURA. **O Commercio**, 13 dez. 1905.

<sup>165</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>166</sup> THOMPSON, op. cit.

geral, em especial às classes conservadoras,<sup>167</sup> somos remetidos ao conceito muito utilizado na República Velha, algo que, pela fala do jornal, evidencia qual parcela da sociedade ele representa, apesar do discurso universalizador empregado.

Também é possível perceber a visão de mundo do jornal, no sentido do qual nos fala Bourdieu,<sup>168</sup> a quem ele se dirige e quem procura representar, sendo que, no momento no qual a notícia é vendida em forma de mercadoria, ela já é ideologia oferecida como produto/visão de mundo ao público leitor. Essa visão de mundo é percebida no posicionamento alinhado ideologicamente à causa agrícola, às classes ditas conservadoras e ao Partido Republicano. Em um sentido mais amplo, o do *campo de produção ideológica*, o periódico se lança na disputa pela visão mais legítima sobre o que é relevante para a comunidade de Cachoeira, o que vai ao encontro da noção de legitimação de Thompson, pois este se baseia no pressuposto de Max Weber de que as relações de dominação têm a possibilidade de serem instauradas ou mantidas porque são representadas como legítimas, ou seja, merecedoras de apoio.

Do mesmo modo, é possível averiguar que, nas partes seguintes da matéria supracitada, aparece a estratégia de racionalização do discurso em uma sequência na qual se nota a argumentação de que a produção agrícola pode ser tão vantajosa quanto a criação de gado:

Sendo no Rio Grande do Sul, o principal commercio, o do gado, entendemos erroneamente que isto constitue a sua unica riqueza e que, por elle zelando, e desenvolvendo-o, temos já velado pela conservação da fortuna particular e publica. Mas é um erro e grande esse modo de pensar temos o dever de procurar o desenvolvimento material da nossa terra por todos os modos, principalmente, quando reconhecemos, como é certo, que possuímos recursos de grande valor e que perfeitamente pódem fornecer azo de nos engrandecermos muito materialmente e nos collocarmos em culminancia de difficil accesso.<sup>169</sup>

Com relação à interpretação das características estruturais das formas simbólicas como estratégias, constata-se essa tentativa de legitimação do discurso através de estratégia de construção simbólica descrita por Thompson,<sup>170</sup> aqui aparecendo a *racionalização*, processo no qual o criador de uma forma simbólica concebe um encadeamento de raciocínio que busca defender ou justificar uma soma de relações ou instituições sociais e, através disso, persuadir a audiência de que aquilo merece ser apoiado.

<sup>167</sup> A expressão “classes conservadoras” é extremamente recorrente em discursos públicos e jornais da República Velha. Refere-se geralmente a três “classes”: lavoura, indústria e comércio, que seriam as responsáveis pela conservação da ordem social (SARMENTO, S. N. **A raposa e a águia**: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana. Salvador: Edufba, 2011.).

<sup>168</sup> BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

<sup>169</sup> A AGRICULTURA. **O Commercio**, 13 dez. 1905.

<sup>170</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Assim, a matéria desenvolve o argumento de que se pensava que a criação de gado era a única forma de riqueza, mas que isso seria um erro, pois se deveria considerar o desenvolvimento de todas as formas possíveis, já que recursos para isso o estado possuía. Fica clara a tentativa de racionalizar a narrativa buscando apoio da audiência para a diversificação das culturas agrícolas, pensamento ligado à política de policultura do Partido Republicano.<sup>171</sup> Como veremos mais adiante, no que se refere ao jornal estudado, este empreenderia uma defesa da cultura do arroz e da “classe” ligada a ela, a de novos empreendedores rurais, atitude típica de um ambiente jornalístico principiante, mas que se lança a defender bandeiras e interesses buscando tornar o seu ponto de vista o mais legítimo no espaço de conflitos mais amplo da sociedade.

Em outro trecho da matéria, também se pode aludir ao pensamento de Eagleton<sup>172</sup> quando este afirma que a ideologia equipa com modos de *valores e crenças* os indivíduos. No caso do jornal, isso se percebe no momento em que ele tenta vender as ideias nas quais acredita. Entre os posicionamentos que estão contidos no postulado de Thompson,<sup>173</sup> a partir do qual é possível destacar mais uma característica estrutural das formas simbólicas indicadas por ele, está a *fragmentação*, que seria quando as relações de dominação podem ser sustentadas não através da unificação das pessoas de uma sociedade, mas sim da segmentação de indivíduos e grupos que poderiam oferecer desafio aos grupos dominantes ou direcionando ação àqueles que são tidos como maus ou temíveis e com os quais se discorda.

Pertencente às formas simbólicas mencionadas pelo autor está a estratégia de *diferenciação*, ou seja, o destaque dado para gerar o sentimento de distinção do outro; no contexto do trecho citado, isso acontece em relação ao produtor que opta por criar gado ao invés de se dedicar a várias culturas agrícolas. Thompson sugere que, nessa situação, verifique-se como essas formas simbólicas podem atuar como ideologia/dominação. Pode-se afirmar que há, no trecho de *O Commercio*, uma tentativa de diferenciação entre os produtores tradicionais, criadores de gado, defendidos pelo partido Federalista,<sup>174</sup> e um novo grupo dominante na cidade, que busca se estabelecer, em que se incluem os novos empreendedores arroseiros.

A agricultura, por exemplo, no Rio Grande do Sul, está ainda atrazadíssima: ninguém cura do seu desenvolvimento. A não ser aquilo que a necessidade do

<sup>171</sup> Ver o capítulo 3 do presente trabalho.

<sup>172</sup> EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

<sup>173</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>174</sup> Ver capítulo 3 do presente trabalho.

consumo a cada um impõe, nada mais se vê de desenvolvimento agrícola no nosso Estado. Os que possuem grandes extensões de campos, limitam-se exclusivamente a povoal-os com bons gados, certos de que sómente deste modo conseguirão usufruir as suas propriedades [...].<sup>175</sup>

No restante da matéria, aparece a *unificação*, uma característica das formas simbólicas apontada por Thompson,<sup>176</sup> pois se busca a estandardização do comportamento daquela sociedade quando se fala no plural sobre a prática agrícola ou a falta dela no Rio Grande do Sul e sobre os avanços tecnológicos nessa área. Fica clara a visão de mundo do jornal, bem como a tentativa de vendê-la ao leitor, produzindo *valores e crenças* em prol da agricultura por ele defendida. Verifica-se a dominação de uma atividade econômica, a pecuária, e um esforço na defesa de uma prática mais ampla que os donos do jornal consideram adequada, dentro da sua visão, e da disputa da ótica mais legítima no espaço de conflito das produções simbólicas daquela comunidade de modo mais abrangente, também no *campo de produção ideológica*.

Não estudamos a agricultura: quasi que a desconhecemos em absoluto; não mandamos os nossos filhos estudal-a e nem tão pouco acompanhamos o progresso que a sciencia faz em relação à industria agrícola [...]  
Com as novas descobertas de instrumentos, a agricultura tem sido poderosamente auxiliada, de maneira que com taes recursos, se tem reduzido enormemente a somma do trabalho braçal que d'antes se despendia para tal empreendimento; tanto que hoje pôde decuplar facilmente o esforço de cada um e tambem decuplar o resultado a se obter, sem que seja necessaria a despeza de grandes forças naturaes. Tencionamos [...].<sup>177</sup>

No ano de 1906, aparece outra matéria em defesa da produção agrícola, mas já desponta a tendência que viria a seguir em *O Commercio*, a de incorporar o papel de grande incentivador da cultura do arroz em Cachoeira do Sul. As características ideológicas da matéria ficam evidentes quando o jornal expressa sua *visão de mundo*, seus *valores e crenças*, aqui entendidos como expressão de ideologia, pois essa posição com relação à política econômica reflete valores, princípios e concepções do periódico relativos, por exemplo, à política do Partido Republicano com relação ao cultivo da policultura e incentivo aos produtores coloniais ou à “defesa do boi” realizada pelo Partido Federalista.<sup>178</sup> A questão econômica é apenas uma das facetas do ponto de vista do jornal, de seus conceitos ideológicos, os quais temos condições de verificar neste trabalho.

Dentro disso, o jornal se lança a incentivar a produção arrozeira ao afirmar que, apesar

<sup>175</sup> A AGRICULTURA. *O Commercio*, 13 dez. 1905.

<sup>176</sup> THOMPSON, op. cit.

<sup>177</sup> A AGRICULTURA. *O Commercio*, 13 dez. 1905.

<sup>178</sup> Ver capítulo 3 do presente trabalho.

dos bons resultados obtidos até então e da geografia favorável, a cultura de arroz vinha sendo negligenciada pelo produtor. Fica expressa, assim, sua bandeira ideológica e seu posicionamento no espaço de disputas pela visão mais legítima no *campo de produção ideológica*.

#### Cultura do Arroz

Ninguém poderá desconhecer, nem negar quaes tem sido os resultados satisfactorios, essencialmente no nosso municipio, apresentados pela cultura do arroz, um dos problemas agricolas que, mais que todos, tem chamado sobre si a vista dos nossos camponeses e industrialistas.

Exactamente pelo favorecimento de margens fluviaes que possuimos no municipio, entrecortado de rios e arroios é que muito tem se desenvolvido entre nós a cultura do arroz e é de lamentar que diante dos resultados obtidos, não tenha ella ainda obtido maior desenvolvimento e merecido dos nossos homens do campo toda a attenção de que é merecedora.

Data de muito pouco a maior acção agricola no nosso Estado, quanto ao arroz, e pelos canhenhos da nossa importação póde-se facilmente verificar que o resultado dessa actividade agricola tem satisfeito completamente as aspirações que se poderiam alimentar a respeito [...].<sup>179</sup>

Nesse trecho, verifica-se a característica de *unificação* e uma busca por *standardização*, assim como ao longo da notícia toda, tal qual postula Thompson<sup>180</sup> nas suas características e estratégias da forma simbólica, quando se busca padronizar o comportamento daquela sociedade, falando no plural sobre a atividade da rizicultura praticada em Cachoeira. Na visão do jornal, esperava-se o auxílio da natureza e não se buscava aprimorar suas técnicas ou arriscar seu capital na atividade arrozeira, preferindo deixá-lo no banco.

O texto segue trazendo uma crítica aos produtos estrangeiros, importados, tidos como de péssima qualidade, que há tempos abasteciam o mercado da época. Porém, afirma-se que estava sendo percebida uma preferência pelos artigos nacionais, algo que, para o periódico, seria uma alegre esperança. Então, a notícia volta a levantar a bandeira da propaganda, relativa ao seu ponto de vista, no momento em que afirma seu desejo ardente de ver maior capital sendo investido na agricultura.

E' lastimavel termos de confessar que antes de tudo, temos o habito de prescrutar se o resultado é correspondente ao nosso trabalho: uma vez verificado que assim acontece estacamos na nossa acção, sem cuidarmos de desenvolv-a, augmental-a e, sobretudo aperfeiçoal-a, exigindo unicamente que a natureza olhe por si só, sendo que nella vemos o nosso maior auxiliar. E' o receio de arriscar-se os capitaes de que porventura se disponha; achamos sempre mais acertado que elles estejam ahi improductivos n'uma casa bancaria a render 4 ou 5 %, do que expol-os a um revez industrial. Esquecemos do contrario.

<sup>179</sup> CULTURA do arroz. **O Commercio**, 7 fev. 1906.

<sup>180</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Temos sempre em vista a perspectiva de um insucesso e é sempre pelo que optamos. Nunca lembramos que o resultado possa ser o mais satisfactorio e que o industrialista possa, colhendo o fructo do seu grande labor, duplicar os seus capitaes. Os nossos mercados sempre, desde longas épocas suppridos de artigo importado, ás vezes de pessima qualidade e, segundo opinião corrente, ás vezes vehiculo da peste bubonica, tem nestes ultimos tempos se consagrado ao consumo do artigo nacional, preferido sobre todos os congeneres pelo consumidor. Isto, é claro, constitue para nós uma risonha esperança e si é exacto que alimentamos o desejo ardente de dar à agricultura rio-grandense o maior impulso concebivel, nada justifica que estejamos e nos conservemos de braços cruzados, deixando paralyzados os capitaes que poderiam perfeitamente cooperar para o nosso maior desenvolvimento agricola!<sup>181</sup>

Na parte restante da matéria, é citado como exemplo outro município, que forneceu incentivo fiscal à produção de arroz – experiência que o jornal considera vantajosa. O periódico compara a situação com a de Cachoeira, onde, além da contribuição pública, havia novo imposto sobre a lenha, considerado pesado para a indústria, o que acrescia risco àqueles que desejassem investir no arroz. Assim, muito embora a cidade contasse com condições geográficas excelentes para a produção arrozeira, não havia apoio do poder público.

Diversas declarações evidenciam tensões entre o poder municipal e a nova classe de empreendedores da qual *O Commercio* começava a se tornar incentivador e porta-voz. Pode-se perceber nisso, indo ao encontro do postulado de Thompson,<sup>182</sup> que as estratégias de construção simbólica, denominadas por ele de modo mais geral de formas simbólicas, são utilizadas para pautar relações de dominação, havendo um processo de lutas dos campos simbólicos, no tocante à atuação do periódico nas discussões existentes na sociedade de Cachoeira do período, relativo ao campo de produção ideológica.

A municipalidade de Monte Negro, encarando sériamente o assumpto, estamos certos, chegou à conclusão acertada de que o seu auxilio iria cooperar no alargamento dessa industria, por isto, isentou o arroz do imposto de exportação, assim como tambem as fabricas da respetiva descascação e preparo. Ora, deste modo, bem póde o industrialista sem receio aventurar os seus capitaes, consagrar a parte lucrativa com que iria concorrer para os cofres publicos, ao melhor preparo das terras e respectiva canalização, emfim, ficaria o agricultor absolutamente livre da pesada contribuição publica que, seja dito a verdade, ás vezes bastante pesa nos orçamentos industriaes. Olhemos para nós agora, isto é, para a nossa actualidade: veremos as nossas fabricas quasi na impossibilidade de poderem funcionar. De um lado a contribuição publica, d'outro o novo e pesado imposto sobre a lenha, tropeço cruel e pernicioso que vem de frente affectar e comprometer a acção das nossas industrias. Tudo isto addicionado ao temor do industrialista receioso de expôr os seus capitaes, não deixa de crear difficeis pêas á acção industrial que deveriamos desenvolver, para nosso bem, para o bem estar do povo e progresso do municipio.

<sup>181</sup> CULTURA..., op. cit.

<sup>182</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Não podemos acreditar que a imitação da resolução da municipalidade de Monte Negro entre nós viesse desequilibrar os nossos orçamentos; um ligeiro estudo, uma rápida comparação de dados, daria immediata prova de que, sem fazer um sacrificio, a nossa municipalidade poderia concorrer para dar-se valioso auxilio á cultura do arroz. O que nos toca a fazer, temol-o realizado, sem esmorecimentos e confiantes na gradeza [...].<sup>183</sup>

Segue a isso matéria publicada em 18 de abril de 1906, na qual o jornal engrandece a colheita e o desenvolvimento da rizicultura em Cachoeira naquele ano, como a adoção de açudes de irrigação. O periódico vai se afirmando como incentivador e porta-voz dos plantadores de arroz, citando alguns arroteiros nominalmente e inclusive se referindo a alguns destes como seus amigos. Nisso pode ser observada uma das características das formas simbólicas descritas por Thompson,<sup>184</sup> a *legitimação*, que usa como estratégia a *narrativização*: a narrativa sobre esses empreendedores é feita de modo a criar/instituir uma relação de dominação almejada por essa nova classe de produtores. A matéria termina exprimindo a *visão de mundo, os valores e crenças* do jornal ao se desejar veementemente que a cidade se torne uma entre as mais prósperas nesse cultivo, pois conta com grande quantidade de terra e em boas condições. Nesse processo de *legitimação/narrativização*, cabe destacar, percebe-se novamente a característica de disputa do *campo de produção ideológica* pela visão mais legítima do caminho adequado para aquela sociedade.

#### Cultura do Arroz

E' notavel o desenvolvimento que tem tido, este anno, em nosso municipio, o cultivo do arroz.

Apezar da secca que se faz sentir, a colheita desta preciosa graminea está sendo animadora, devido às acertadas preocupações e medidas adoptadas pelos nossos intelligentes agricultores, os quaes fizeram construir grandes açudes para irrigação de seus arrozaes e consequente escoamento das aguas. Folgamos em dar aos nossos leitores algumas informações sobre diversas lavouras de arroz. D'entre as plantações do 2.º districto, destaca-se o estabelecimento e lavoura dos infatigaveis cavalheiros srs. Euripedes Mostardeiro, conceituado commerciante de Porto Alegre e Sabino Pereira da Silva, criador neste municipio. [...] Digna de menção é também a lavoura do nosso amigo capitão João Jorge Krieger, talvez a segunda deste municipio, e cuja colheita deverá ter começo no dia 25 do corrente mês. [...] Deu tambem começo à sua colheita o nosso amigo Annibal Pereira da Silva, igualmente possuidor de um bom arrozal do 2.º districto. No mesmo disctricto possuem lavouras os nossos amigos José Sebastião V. da Cunha e João Baptista Nelsis da Cunha. [...] Oxalá que este municipio venha a ser um dos mais prosperos no cultivo do arroz, para o que se dispõe de abundantes e optimas terras.<sup>185</sup>

<sup>183</sup> CULTURA do arroz. **O Commercio**, 7 fev. 1906.

<sup>184</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>185</sup> CULTURA do arroz. **O Commercio**, 18 abr. 1906.

Em matéria do dia 16 de maio de 1906, surge outra vez a *visão de mundo* do jornal, bem como suas *crenças e valores*, quando se afirma que, muito antes de os bons resultados aparecerem na publicidade – ou seja, aqui de modo claro almejando influenciar simbolicamente e apresentar a visão mais legítima no *campo de produção ideológico* –, eles já defendiam a agricultura e o arroz, dando há tempos opinião e até oferecendo conselhos.

O Arroz

Não esperamos que os resultados satisfatórios viessem à tona da publicidade, para apresentarmos a espalhafatosa feição de prof[ilegível]dores dos interesses locais: desde muito nos ocupamos com tal subdivisão da industria agricola, ora mostrando as suas vantagens, ora dando a nossa opinião e offerecendo nossos conselhos.<sup>186</sup>

Nessa mesma linha ideológica de defesa e estímulo da produção arrozeira, a notícia segue com a afirmação de que o arroz “póde ser mais tarde para nós, o que é o café para São Paulo”.<sup>187</sup> Mais uma vez estratégias simbólicas são utilizadas para tentar estabelecer uma relação de dominação nas disputas entre os vários campos de produção simbólica. No tocante à atuação nas discussões de questões relativas a Cachoeira e que envolve os donos do jornal e o investidor arrozeiro, nota-se uma tentativa de definir a pauta da sociedade e estabelecer seus domínios.

Validando o papel crescente que *O Commercio* vinha adquirindo como porta-voz de uma parcela da sociedade cachoeirense, em 1º de janeiro de 1907, em decorrência do aniversário de sete anos do jornal, é publicado um poema endereçado a Henrique Möller Filho, cujo teor enaltece o periódico. Ele foi escrito por um leitor, Waldomiro Taborda, que, segundo informações do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, era figura presente em momentos de reuniões da comunidade. Em um dos versos, lê-se: “Sagrado defensor do nobre Povo”.<sup>188</sup>

O COMMERCIO<sup>189</sup>

*A Henrique Möller Filho.*

Desponta o sol radioso de janeiro  
E um anno mais de lucta este jornal  
Completa hoje, feliz e sobranceiro.  
Da sociedade, vívido phanal.  
Vestindo-se de galas, prazenteiro  
Vem á liça festivo, triumphal,  
A receber o premio verdadeiro  
Do seu ingente esforço sem igual!  
Deixa, *O Commercio*” um rastro luminoso...

<sup>186</sup> O ARROZ. *O Commercio*, 16 maio 1906.

<sup>187</sup> O ARROZ. *O Commercio*, 16 maio 1906.

<sup>188</sup> O COMMERCIO, 1º jan. 1907.

<sup>189</sup> Ibid.

Marchando na vanguarda bonançoso,  
Tendo os olhares no futuro immersos...  
Sagrado defensor do nobre Povo,  
Ao despontar de mais este Anno Novo,  
De regosijo envio-te estes versos.  
Vaccacahy-Mirim, 1 -1-1907.  
Waldomiro Taborda.

Pode-se ler, nos versos de Taborda, exaltações ao jornal como sendo “Da sociedade, vívido phanal”,<sup>190</sup> ou seja, é-lhe atribuído o papel de farol que orienta a comunidade. Em outras passagens, lê-se novamente essa ideia de que ao periódico cabe a responsabilidade de iluminar a coletividade – “Deixa, *O Commercio*” um rastro luminoso...”<sup>191</sup> e, mais ainda, inspirá-la no sentido de trazer a dianteira do progresso – “Marchando na vanguarda bonançoso”.<sup>192</sup>

Aqui é possível verificar a consonância com o pensamento de Bourdieu<sup>193</sup> com relação à tentativa, através da glorificação do jornal, de exercer o *poder simbólico* através da palavra, criando um capital simbólico e modificando a *visão de mundo* da sociedade. De acordo com o autor, o poder simbólico constitui grupos ou fornece meios para que grupos que já existem se consagrem.

Esse grupo dos novos empreendedores arrozeiros de que o periódico se posiciona como embaixador encontra ressonância nos versos de Taborda. Esse posicionamento se solidifica e se diferencia com relação aos outros jornais existentes no período na cidade, cujas bandeiras são mais políticas ou panfletárias, procurando exercer suas influências no *campo de produção ideológica*, havendo disputa pela visão mais legítima entre os vários campos de produção simbólica com relação às pautas da sociedade em questão.

No dia 23 de janeiro de 1918, o jornal publicou uma nota com título de “Expediente”, na qual informa os valores cobrados por seus serviços. Essa atitude faz lembrar a afirmativa de Bourdieu<sup>194</sup> de que, no momento em que um jornal é oferecido como produto, uma ideologia está sendo vendida.

---

<sup>190</sup> Ibid.

<sup>191</sup> Ibid.

<sup>192</sup> O COMMERCIO, 1º jan. 1907.

<sup>193</sup> BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 7-16.

BOURDIEU, P. Espaço social e a gênese das classes. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

<sup>194</sup> BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Expediente d', "O Commercio"  
 Redacção e officinas: Rua 7 de Setembro, 183  
 Assignatura annual, podendo começar em qualquer mez ou dia. . . . . 10\$000  
 Numero avulso ..... 200  
 Editaes, publicações de agradecimentos, annuncios commerciaes, a pedidos, secção livre etc. pagarão 100 réis por espaço de linha de typo corpo 10 ou corpo 8 pela primeira vez e 50 réis pelas vezes seguintes.  
 Uma participação, 2\$000 rs. Proclamas do juizo de casamentos, 2\$000 por duas vezes.  
 Todas as publicações são feitas mediante pagamento adeantado, exceptuadas as das casas commerciaes com que mantemos relações.<sup>195</sup>

Um ano depois, em 5 de fevereiro de 1919, o próprio jornal realiza uma publicação referente ao seu aniversário, comemorando o jornal de número 1001:

O Commercio" em seu 1001.º numero<sup>196</sup>  
 Após 19 annos de luctas, *O Commercio* completou, no dia 29 de Janeiro, o seu numero 1.000, e entra hoje no segundo milheiro.  
 E'-nos agradavel registrar que ainda existem muitos favorecedores que lhe dispensam a sua preciosa sympathia desde o primeiro numero da sua publicação, acompanhando-o, ininterruptamente, no decorrer desses longos 19 annos.  
 São desses bons amigos que, bem comprehendendo a importante missão social da imprensa, expoente do progresso nas localidades, não negam o seu auxilio a uma empreza quando, uma vez ou outra, não esteja de accordo com o seu modo de pensar a opinião que o jornal emite sobre certos e determinados assumptos.

Na matéria, os responsáveis pelo jornal agradecem a simpatia e a fidelidade do público leitor conquistado pelo periódico em seus 19 anos de existência. Além disso, demonstra-se gratidão àqueles amigos que entendem a “missão social da imprensa”, vista como propulsora do progresso, e que não se ofendem quando o periódico publica uma opinião contrária às suas, fazendo um nítido afago ao seu público e enaltecendo o papel de defensor do desenvolvimento e do setor que representaria essa possibilidade naquele momento, o arrozeiro.

Nessa matéria comemorativa do jornal, pode-se verificar mais uma vez a característica das formas simbólicas descritas por Thompson<sup>197</sup> de *unificação*, que usa a estratégia de *standardização*, pois se percebe a tentativa de unificar os indivíduos leitores de *O Commercio* de forma a interligá-los em uma identidade coletiva e padronizá-los a um referencial padrão que é apresentado como princípio aceitável e partilhado da troca simbólica. Estão presentes novamente a *visão de mundo e os valores e crenças* do jornal.

<sup>195</sup> EXPEDIENTE d' "O Commercio". *O Commercio*, 23 jan. 1918.

<sup>196</sup> "O COMMERCIO" em seu 1001º numero. *O Commercio*, 5 fev. 1919.

<sup>197</sup> THOMPSON, J. *Ideologia e cultura de moderna*: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Em matéria de 19 de fevereiro de 1913, intitulada “Liberdade de imprensa”, ao falar sobre a legislação à qual estava submetida a imprensa da época, o jornal esclarece quem são os responsáveis por seus artigos e notícias, que viemos interpretando até aqui, e também brada pela liberdade de imprensa.

Trata-se de uma matéria informativa sobre a legislação vigente para a imprensa da época, mas logo no primeiro parágrafo verifica-se a *visão de mundo* e os *valores e crenças* do jornal – o seu posicionamento, enfim –, quando se afirma que *O Commercio* não é um periódico anônimo, uma vez que o proprietário, Henrique Möller Filho, é quem responde pelas matérias sem assinatura. Aquelas assinadas eram de responsabilidade de seus autores, ao jornal que o jornal acresce que são sempre feitas por pessoas conhecidas pela sua equipe.

Para dirimir dúvidas e errôneas interpretações sobre a livre manifestação do pensamento pela imprensa, mais uma vez fique bem accentuado que *O Commercio* não é jornal anônimo: ao ser lançado à publicidade o seu primeiro número, foram preenchidas as formalidades exigidas pelo Art. 383 do Código Penal da República, o que deve ainda constar do respectivo termo lavrado em livro da Intendencia Municipal desta cidade.

O proprietário-director desta folha, Henrique Möller Filho, é o responsável pela inserção de originaes sem assignatura.

Os artigos de - *collaboração, secção livre ou tribuna do povo* - correm sob a exclusiva responsabilidade legal dos signatarios dos escriptos assim publicados, embora o façam com pseudonymo, com tanto que no competente lugar esteja, por extenso, o nome ou assignatura do responsável, afim de ser feito o reconhecimento da firma, em caso de ser necessaria a exhibição judicial do autographo.

Portanto, é intuitivo que o proprietário-director deste jornal, e os empregados de suas officinas, não são solidarios com os conceitos emittidos por pessoas estranhas á direção e redacção do mesmo.

Nas publicações alheias, respeitamos a orthographia de seus autores; até nisso a solidariedade nossa não vai.<sup>198</sup>

O jornal também explica que havia quem acreditasse que toda equipe deveria ser responsabilizada pelo que é publicado, além do autor que assina o texto, com o detalhe de que ao leitor não seria cobrada responsabilidade por ter solidariedade legal ao que foi divulgado. Além disso, tal interpretação da lei poderia acabar pedindo a condenação de inocentes. Isso o periódico considera uma interpretação errada do Art. 22 do Código Penal da época por aqueles que não desejavam ampla liberdade da imprensa e de qualquer cidadão. Fica nítida, portanto, a posição de *O Commercio* como defensor da atividade jornalística da época, lançando sua tentativa de influência sobre a sociedade mais geral no âmbito do *campo de produção ideológica*.

Entretanto, ha quem opine que <<nos crimes de abuso da liberdade de

<sup>198</sup> LIBERDADE de imprensa. *O Commercio*, 19 fev. 1913.

comunicação do pensamento são solidariamente responsáveis: o autor; o dono da typographia, lithographia ou jornal; o editor; os gerentes ou administradores, si a typographia, lithographia ou jornal pertencer à entidade colectiva, sociedade ou companhia; o vendedor ou distribuidor de impressos ou gravuras, quando não constar quem é o dono da typographia, lithographia ou jornal, ou fôr residente em paiz estrangeiro; o vendedor ou distribuidor de escriptos não impressos, communicados a mais de 15 pessoas, si não provar quem é o autor, ou que a venda ou distribuição se fez com o consentimento desde>>; - porque, assim está estabelecido no Art. 22 do Codigo Penal da Republica, sendo que <<nestes crimes não se dá cumplicidade, e a acção criminal respectiva poderá ser intentada contra qualquer dos responsáveis solidarios, a arbitrio do queixoso>>, como réza o Artigo 23 do citado codigo. A solidariedade legal abrange a todos (...) esquecendo-se, porém, dos leitores do jornal e dos apreciadores da gravura lithographica, entidades essenciaes, porque sem ellas o *crime* fica sendo inexistente.

A solidariedade legal pécca por esse lado e pelo arbitrio conferido ao queixoso; pois, si a lei quer a punição de um abuso criminoso, como permite outro abuso não menos criminoso, qual seja o arbitrio, do qual prevalecendo-se, o queixoso poderá pedir a condemnação da parte innocente. Tal arbitrio legal é uma verdadeira arbitrariedade, e a justiça nunca póde ser arbitraria. Desde que exista solidariedade a acção penas deverá recahir sobre todos os solidarios.

Mas, o Art. 22, parece-nos, tem sido mal interpretado por quem não deseja a liberdade ampla da imprensa, onde qualquer cidadão póde manifestar o seu pensamento, tanto no terreno social, como tambem na arena pessoal.<sup>199</sup>

Na sequência, percebe-se a característica de *legitimação* através da estratégia de *racionalização*, pois é possível entrever uma busca por legitimar o discurso em favor da liberdade de imprensa por meio de uma argumentação racional, elencando os artigos da lei que, no transcorrer do raciocínio apresentado, validam o valor da imprensa livre pregada pelo jornal em uma tentativa de impor seu *poder simbólico* e também de tornar seu argumento dominante naquela sociedade, lutando pela predominância da visão mais legítima sobre as questões de interesse daquela sociedade na esfera do campo de produção ideológica. Finaliza-se a matéria apontando que seria desnecessária uma regulamentação da imprensa, sendo suficiente a legislação existente, carecendo esta apenas de atualização.

Esse artigo não está de harmonia com o titulo que trata da *responsabilidade criminal*; pois, o Art. 25, do alludido codigo diz: <<A responsabilidade penas é exclusivamente pessoal. Nos crimes em que tomarem parte membros de corporação, associação, a responsabilidade recahirá sôbre cada um dos que participarem do facto criminoso.>> Desaparecem, por conseguinte, a solidariedade e o arbitrio queixoso. Não; o torniquete do Art. 22 só poderá ser applicado indistinctamente no caso de absoluta falta do conhecimento do responsável autor da publicação do escripto incriminado. Isto mesmo infere-se do dispositivo da letra b), do art. 22.

O Codigo Penal é de 11 de Outubro de 1890, precedeu, portanto, à Constituição Federal da Republica, que data de 24 de Fevereiro de 1891, e estatúa no Art. 72 § 12: <<Em qualquer assumpto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelos abusos que commetter, nos casos e pela fórma que a lei determinar e não é permitido o anonymato.>> Foi, como vê-se claramente, derrocada a *solidariedade* do Art. 22 do Codigo Penal.

<sup>199</sup> LIBERDADE de imprensa. *O Commercio*, 19 fev. 1913.

A Constituição do Estado também não esposou a *solidariedade* daquele código, (...) do Art. 71 § 16: <<Em qualquer assumpto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, respondendo cada um pelos crimes communs que commetter no exercicio dessa liberdade. Não é permitido o anonymato, cumprindo que os escriptos sejam assignados pelos seus respectivos autores. Em lei especial serão determinadas as condições e penalidades referentes á obrigação imperiosa da assignatura.>> Sendo a imprensa, hoje, um meio de vida, uma profissão muito licita e honrosa, e <<não sendo permitido estabelecer leis que regulamentem qualquer profissão>>, como refere o § 17, não é aceitavel a oração final do § 16, supra. Ainda não surgiu a regulamentação da imprensa; e resta saber de que é a competencia: do Estado ou da União? Julgamos desnecessaria tal regulamentação, em vista das disposições legais, e onde já estão estabelecidas penalidades para os infractores e responsaveis pelos casos previstos nos Art.<sup>os</sup> 126, 184, 314, 315 a 325, 383 a 387, do Código Penal, que já tem soffrido alterações em outras disposições de seu texto, e ha um projecto de reforma do mesmo, incubado.<sup>200</sup>

Por tudo o que foi descrito até aqui, começando com a visão dos teóricos e do método, passando pelo contexto histórico de Cachoeira do Sul, bem como pela contextualização sócio-histórica da imprensa no geral e do jornal *O Commercio* especificamente, chegou-se à interpretação de algumas matérias consideradas chaves para entender a ideologia do jornal de acordo com o pensamento e os conceitos elencados por Bourdieu,<sup>201</sup> Eagleton<sup>202</sup> e Thompson.<sup>203</sup>

Foi possível observar os conceitos de Thompson e de Eagleton, ancorando a dominação pretendida no âmbito daquela sociedade, abrangendo o conceito de Bourdieu de *campo de produção ideológica*, usando para isso o *poder simbólico* para estabelecer sua *visão de mundo*. Dentro disso, no capítulo seguinte, pretendemos trazer a conjuntura do desenvolvimento da cultura arroseira no período para elucidar melhor de que maneira esta ideologia do jornal vai firmando o periódico como porta-voz do arroseiro e as relações de dominação que se estabeleceram no interior desse processo histórico em específico.

---

<sup>200</sup> Ibid.

<sup>201</sup> BOURDIEU, P. O mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 7-16.

BOURDIEU, P. Espaço social e a gênese das classes. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2017.

<sup>202</sup> EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

<sup>203</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

### 3 A CULTURA DO ARROZ EM CACHOEIRA DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Dentro do tema proposto, percebe-se que o jornal *O Commercio*, aos poucos, no período estudado, vai dedicando ênfase à cultura do arroz. Desse modo, faz-se necessário entender o contexto em que essa cultura despontou e se solidificou como uma das principais atividades agrícolas do Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação ao contexto em que se encontrava a produção agrícola no país no fim do século XIX e início do XX, Beskow<sup>204</sup> argumenta que houve um grande crescimento das importações de alimentos básicos. Contudo, nesse período, em um cenário de problemas financeiros no país aliado a um debate acerca da proteção das atividades internas, foi adotada uma política de governo protecionista, ligada a uma elevação de preços de produtos agrícolas importados através do aumento de tributação.

Foram estabelecidas tarifas alfandegárias para produtos oriundos do exterior, algo que fazia parte de uma política de aumento de arrecadação tributária federal para contornar déficits orçamentários, além de um composto de providências que visavam proteger as produções industrial e agrícola. Essas atitudes são fatores que colaboraram para tornar mais caras as importações, o que estimulou a produção interna.

No caso específico do arroz, segundo o mesmo autor, em 1896, a tarifa de importação subiu de 30 para 60 réis por quilo; em 1903, foi para 120 réis por quilo; e, em 1906, passou para 160 réis por quilo, sendo acrescida de uma sobretaxa em ouro que fazia com que custasse 215 réis o quilo. Ela aumentou ainda mais em 1909, indo para 287 por quilo, situação que resultou, já no ano de 1907, que o arroz importado, na praça do Rio de Janeiro, ficasse mais caro que o nacional, mesmo que tivesse qualidade inferior ao produto local.<sup>205</sup>

Nesse contexto, o Rio de Janeiro ficou dependente das importações de produtos alimentícios para atender sua demanda, e São Paulo converteu-se em quase autossuficiente na produção de alimentos e matérias-primas agrícolas designados ao consumo da população. O Rio Grande do Sul, por sua vez, passou a exportar para o Rio de Janeiro, além da Argentina e do Uruguai, pois, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, a Itália, de quem eles importavam, estava envolvida no conflito.<sup>206</sup>

---

<sup>204</sup> BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: Hucitec: CNPQ, 1986.

<sup>205</sup> Ibid.

<sup>206</sup> Ibid.

Com relação ao contexto das importações e exportações gerais no Brasil, Fortunato Pimentel, em estudo publicado em 1949, analisa a rizicultura nas primeiras décadas do século passado, afirmando que, realmente, de 1907 em diante, as importações caíram bastante:

O Brasil, cuja produção anteriormente àquelas medidas protecionistas, não dava para o consumo interno e por isso importava arroz, começou, de 1909 em diante, a exportar este produto, reduzidas, como já vimos, as importações, que se restringiram muito de 1916 a 1923, chegando quase a desaparecer no período de 1917 a 1920.<sup>207</sup>

Tacques,<sup>208</sup> por sua vez, na sua obra de 1941 que aborda o desenvolvimento da cultura do arroz nas primeiras décadas do século XX, relatou, dentro da perspectiva da sua época, as medidas federais que alavancaram o cultivo de arroz no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul. Dentro disso, ele descreve que o Brasil foi o primeiro país da América Latina onde se cultivou arroz – documentos da Capitania de São Vicente, datados por volta de 1500, referiam que existiam arrozais na região de Iguape. Porém, apesar do clima favorável, a cultura teria demorado a se desenvolver, não tendo havido uma proliferação como houve com os canaviais e com os cafezais, que sempre teriam tido mais destaque nas lavouras do passado.

Até o principio desse século o Brasil importava arroz, para seu consumo, na importancia de cerca de vinte mil contos annualmente. O governo federal desejando incentivar e amparar sua cultura no paiz, creou o imposto de 15\$230 réis, por sacco de arroz importado, o que fez com que a risicultura nacional fosse se desenvolvendo e a importação diminuindo gradativamente [...].

Praticamente, depois de 1908, importamos apenas alguns lotes de sacos de semente. Firmou-se assim, com o amparo federal, a risicultura brasileira que com o decorrer de mais uma meia duzia de annos estava livre da concorrência do exterior, com a deflagração da guerra mundial, em 1914.<sup>209</sup>

Nesse cenário, com incentivo do governo federal, o arroz encontrou no Rio Grande do Sul ambiente propício ao seu desenvolvimento, como veremos a seguir.

### 3.1 O ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Aroztegui, em *A Lavoura Arrozeira Rio-Grandense Nas Três Primeiras Décadas do Século XX*,<sup>210</sup> defende que “A história da produção capitalista do arroz no Rio Grande do Sul

<sup>207</sup> PIMENTEL, F. **Aspectos gerais de Cachoeira**. Porto Alegre: Gundlach, 1941. p. 102.

<sup>208</sup> TACQUES. **O arroz no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Barcelos, Bertaso & Cia, 1941.

<sup>209</sup> *Ibid.*, p.18.

<sup>210</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

se inicia quando o governo federal brasileiro coloca altas taxas ao arroz importado”.<sup>211</sup> Esse aumento nas taxas cresceu entre 1880 e 1907, o que possibilitou aos produtores brasileiros produzirem para o mercado nacional consumidor de arroz. Além disso, no contexto da Primeira Guerra Mundial, até 1920, houve uma alta dos preços para o arroz. Isso se expandiu rapidamente à produção do produto em muitos estados brasileiros, com destaque para São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em 1903, em Pelotas, os irmãos Lang introduziram a primeira lavoura de arroz em grande escala com irrigação por levante mecânico de água. No ano seguinte, o dentista Jorge Franke e empresário João Jorge Krieger criaram a sociedade pioneira de plantação de arroz em Cachoeira do Sul.

Em 1906, instalou-se em Cachoeira do Sul a primeira lavoura irrigada com levante mecânico, fazendo uso de locomóvel a vapor e bombas centrífugas, pela bacia do rio Jacuí.<sup>212</sup> A produção de arroz aumentou com rapidez, sendo vendida e consumida no Rio Grande do Sul e fora dele, nas cidades do Rio da Prata e nas nacionais, algo que fez com que, em 1916, fossem atingidas as primeiras 100.000 toneladas, duplicando essa quantidade até 1930.<sup>213</sup>

Segundo Mertz, Grando e Targa, a plantação gaúcha irrigada de arroz na forma de produção capitalista mesclou agentes sociais oriundos de diferentes culturas rurais, bem como mexeu com sujeitos econômicos da área urbana e operadores governamentais, gerando “[...] uma verdadeira revolução agrícola no Rio Grande do Sul”.<sup>214</sup>

Dessa forma, na empreitada da produção arrozeira lançaram-se os mais variados profissionais liberais, “homens da cidade” que viam na cultura do grão uma possibilidade de negócio.<sup>215</sup> Para isso, eles empregaram mão de obra familiar ou contrataram trabalhadores assalariados – produzindo com tecnologia colonial, somente remodelada pela irrigação em larga escala – e implantaram empresas que expandiram a plantação.

Com relação ao contexto da produção de arroz no início do século XX, Müller afirma que o grão, no Rio Grande do Sul, foi antecedido pelo trigo que era plantado pelos açorianos como produto agrícola de exportação. No entanto, o trigo era produzido de forma colonial,

<sup>211</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980. p. 5.

<sup>212</sup> Beskow, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>213</sup> AROZTEGUI, op. cit..

<sup>214</sup> MERTZ, M.; GRANDO, M.; TARGA, L. A lavoura empresarial do Arroz. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2). p. 215.

<sup>215</sup> AROZTEGUI, op. cit.

tendo mão de obra familiar ou utilizando um número reduzido de escravos, além de ter pouco grau técnico. Situação similar se deu com o milho, apesar de que, neste caso, em quantidade produzida, essa teria sido a maior cultura de quase toda história do estado; porém o milho, esporadicamente, foi cultivado de modo comercial e tampouco “[...] foi objeto, nessa época, de esforços sistemáticos de pesquisa, como ocorreu com o trigo”.<sup>216</sup>

Para Müller, o arroz, em compensação, apesar de pertencer à produção da colônia alemã no final do século XIX, converteu-se, na primeira década do século XX, na primeira plantação caracteristicamente capitalista. Ele cita Pelotas como pioneira da irrigação de 1903 e 1905 para, posteriormente, afirmar que as primeiras lavouras de arroz irrigado, no Rio Grande do Sul, apareceram em pilares capitalistas, fazendo uso do arrendamento e da irrigação.

O autor prossegue afirmando que, no princípio, a produção era reservada para o mercado colonial do Rio Grande do Sul, pois exportar para o resto do Brasil era caro. De forma acelerada, porém, o cultivo se espalhou para regiões do estado com terras planas e favoráveis à irrigação, liderado por empreendedores de origem germânica que possuíam acúmulo de capital oriundo da economia colonial e de sua repercussão mercantil. Nesse contexto, Cachoeira do Sul teria começado com o processo de irrigação mecânica, mas o autor não identifica no município as primeiras lavouras com arrendamento capitalista, tal qual Beskow, que vê entre os profissionais liberais Jorge Franke e João Krieger e os fazendeiros João Leitão e Fidelis Prates a primeira sociedade desse tipo no Brasil, conforme referido anteriormente.

As áreas de pecuária de exportação e as colônias de povoamento eram compostas por áreas culturais com lógicas econômicas diferentes. Ao passo que a cultura antecessora era ancorada na pecuária extensiva, de modelo rentista e muito tradicional, a cultura dos colonos europeus era movimentada, com pequenos produtores de mercadorias. A originalidade da cultura do arroz irrigado, desde o seu princípio, foi, então, a de pioneiramente conseguir interligar essas duas esferas de lógicas tão distintas. Isso se deu pelo fato de que a plantação irrigada de arroz, na forma capitalista de produção, ocorreu nas terras que os descendentes de imigrantes arrendavam dos pecuaristas.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> MÜLLER, C. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998. p. 57.

<sup>217</sup> MERTZ, M.; GRANDO, M.; TARGA, L. A lavoura empresarial do Arroz. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

Citando Beskow,<sup>218</sup> Mertz, Grando e Targa<sup>219</sup> apontam que entre as características da plantação de arroz irrigado está o uso de trabalho assalariado – de modo temporário –, bem como a disjunção do proprietário das terras e do empresário rural que coordenava a produção, personificado na figura do arrendatário, acarretando como consequência a criação da renda capitalista da terra. Desse modo, essa cultura remunerava “[...] o assalariado, o empresário (com o lucro) e o proprietário-rentista (com o arrendamento)”<sup>220</sup>.

Com relação à lavoura de arroz, esta se associava à indústria no processo anterior do plantio, pois as fábricas lhe abasteciam de maquinário e equipamentos essenciais para preparar o solo, até mesmo os locomóveis; posteriormente, a indústria beneficiava o grão e se vinculava ao capital comercial. Sobre o plantio, é sabido que houve outras tentativas de plantar arroz irrigado anteriormente por colonos alemães e estancieiros luso-brasileiros, mas a atividade que originou o grande crescimento da cultura surgiu em dois polos que ficam longe um do outro. Em 1903, houve uma experiência de colonos alemães frustrada em Pelotas, que foi retomada por estancieiros em 1905. No mesmo período, em Cachoeira do Sul, dois descendentes de alemães se associaram a um estancieiro e começaram a cultivar arroz irrigado através do uso de bombas.<sup>221</sup>

Aos pecuaristas não teria passado despercebido que plantar arroz no verão, nas planícies úmidas nas quais não dava para pastorear e que, até aquele momento, não eram utilizadas, acabava depositando refugo alimentar valioso para o gado que tinha perdido peso durante o inverno. Assim, a cultura do arroz não causava danos à pecuária tradicional, e sim aumentava o seu desempenho.

Novelli,<sup>222</sup> na sua obra em forma de manual de cultivo escrita em 1919, ilustra a preocupação corrente no período de que não se deveria cultivar arroz sempre no mesmo terreno:

A cultura do arroz mantida sempre no mesmo terreno, favorece extraordinariamente a difusão das ervas daninhas, como demonstram muitos exemplos que observamos. É, pois, necessario adoptar uma *rotação*, alternando o arroz com culturas enxutas que permitem destruir as sementes nocivas, e melhorar as condições físicas, químicas, e bio-químicas do terreno, de modo a dar-lhe condições que

<sup>218</sup> BESKOW, P. R. A formação da economia arroseira no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 55-84, 1984.

<sup>219</sup> MERTZ, M.; GRANDO, M.; TARGA, L. A lavoura empresarial do Arroz. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>220</sup> Ibid., p. 216.

<sup>221</sup> Ibid.

<sup>222</sup> NOVELLI, N. **Cultura do arroz**: palestras agrícolas. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1919.

permitted cultivar periodically o arroz, obtendo-se sempre grande productividade.<sup>223</sup>

Mais adiante, o autor completa: “Lembramos ainda que o fim da rotação é fazer suceder a cultura do arroz pela de outro cereal enxuto, [...] e a seguir pela de uma leguminosa que, [...] dificilmente poderia vegetar logo depois do arroz”.<sup>224</sup>

Nesse contexto, pelo fato de que os colonos de arroz arrendavam as terras, sua atividade não atrapalhava a grande propriedade pecuarista, não mexendo, portanto, na organização fundiária. No entanto, há indícios de que, para que a plantação de arroz se ampliasse, como ocorreu no início do século passado, foi preciso uma atuação ímpar do Estado.<sup>225</sup>

Ao mesmo tempo em que o governo nacional desenvolveu, no final do século XIX, um sistema de protecionismo para a produção de arroz através de uma política tarifária cambial, o que tornou vantajosa a produção interna, especialmente no Rio Grande do Sul, onde o arroz irrigado era mais produtivo que o sequeiro plantado no resto do Brasil, também o governo estadual, em 1906, concebeu uma lei que protegia a produção estadual de arroz dos concorrentes, tanto do resto do país como de países estrangeiros; além disso, em 1914, isentaram-se do Imposto Territorial as construções e todo capital utilizado no plantio, inclusas as benfeitorias, o que levou a um declínio na arrecadação desse imposto na sub-região arrozeira e na colonial no decorrer da República Velha.

Além disso, simultaneamente ao fato de o governo taxar a propriedade latifundiária ao invés do capital, o conjunto de pessoas interessadas nas questões do cultivo do arroz exerceu clara pressão sobre os governantes para se conseguir isenção fiscal. A causa, os escritores afirmam, era que a plantação capitalista de arroz movia altos capitais comerciais na importação de maquinário, no beneficiamento e na distribuição do cereal, assim como em capitais industriais na fabricação local de máquinas e silos e em capitais bancários com os financiamentos a indústrias e plantadores.<sup>226</sup>

<sup>223</sup> NOVELLI, N. **Cultura do arroz**: palestras agrícolas. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1919. p. 11.

<sup>224</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>225</sup> MERTZ, M.; GRANDO, M.; TARGA, L. A lavoura empresarial do Arroz. *In*: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>226</sup> *Ibid.*

Aroztegui<sup>227</sup> e Beskow<sup>228</sup> afirmam que o financiamento de bancos era restrito no período estudado, sendo que, de acordo com a primeira autora, essas instituições davam alguns empréstimos, mas basicamente àqueles que tinham terra própria e faziam parte dos modos de produção tradicional, da criação de gado e das charqueadas. Assim sendo, fundamentalmente quem financiava o plantio eram os engenhos através do adiantamento.

*O adiantamento* se constituía quando o cultivador ganhava do engenho o adiantamento em dinheiro parcelado para realizar o preparo da terra, a compra de sementes, a irrigação e a colheita, nos meses de julho e agosto em diante. Porém, no momento em que colhia o arroz, a firma era compelida a passá-lo às mãos do engenho, que beneficiava, vendia e fechava as contas com a empresa, abatendo o valor do arroz em casca e o dinheiro que fora adiantado acrescido de um juro de 12%. O negócio se estendia de nove meses a um ano, ficando submetido à ocasião em que o arroz em casca era concedido e àquela em que eram liquidadas as contas.

Para Mertz, Grando e Targa,<sup>229</sup> várias foram as sujeições econômicas, gêneros de capitais e agentes que se juntaram para alavancar o crescimento rápido da plantação arrozeira gaúcha. Nesse contexto, essa expansão não seria viável caso não houvesse a intervenção protecionista federal e a ideologia de governo do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que deu espaço a outros protagonistas além dos tradicionais.

O mercado interno gaúcho consumiu grande parcela da produção da rizicultura local, tendo, em 1914, consumido o mesmo que as exportações e, em 1916, mais de três vezes o valor exportado. Assim, o Rio Grande do Sul, que importou arroz em 1907, em 1920 exportou em torno 32 mil toneladas. Em 1926, foram produzidas 200 mil toneladas, havendo lavouras de até 100 mil hectares. Isso aconteceu porque, na década de 1920, no Rio Grande do Sul, o cultivo que se iniciou de conjunturas distintas desenvolveu uma estrutura bastante nítida, surgindo os engenhos de arroz que iriam dominar a plantação, juntamente com os fazendeiros.<sup>230</sup>

Os plantadores que tinham pouca terra eram obrigados a dividir seus lucros e inclusive seu sobretabalho com os fazendeiros através do arrendamento em porcentagem de colheita e parceria. Neste ponto, é registrado o surgimento dos engenhos de arroz, afirmando que, no começo da década de 1920, surgiram os grandes e modernos engenhos com amplitude

<sup>227</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>228</sup> Beskow, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>229</sup> MERTZ, M.; GRANDO, M.; TARGA, L. A lavoura empresarial do Arroz. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>230</sup> AROZTEGUI, op. cit.

industrial superior. Aliados a eles, o grande comércio, em Porto Alegre, de artefatos agrícolas monopolizava e controlava a produção e comercialização de arroz.<sup>231</sup>

“A dominação do engenho sobre a lavoura vem-se constituindo desde a década anterior, mas é na década de 20 que ela adquire uma consistência definitiva”.<sup>232</sup> Existiam dois tipos de empresas do arroz: a pequena, porém significativa em números, embora sem força na quantidade de produção e nas decisões sobre ela; e a grande empresa capitalista que tinha seu ícone nas lavouras criadas pelos grandes engenhos e que produzia largo volume de arroz. Nesse sentido, “os grandes engenhos, ao mesmo tempo industrializadores, comercializadores, financiadores e plantadores, assumem a liderança no setor”.<sup>233</sup> Porém, no momento em que os grandes engenhos arquitetavam um novo período de capitalização e exploração intensiva com o uso de tecnologias capitalistas na lavoura, começa a crise nas conjunturas nacionais e internacionais que originaram a moderna produção de arroz no Rio Grande do Sul, como veremos em capítulo posterior.

A acumulação do capital acabou dominando e revolucionando as forças produtivas e as relações de produção que, no princípio, estavam mais próximas da prática camponesa do que da capitalista. Nesse tocante, a posição de Aroztegui<sup>234</sup> difere da de Beskow com relação à plantação de arroz no Rio Grande do Sul do período, pois este vê no arrendamento o sistema capitalista nascente no país, acreditando que ele é

[...] embrião do sistema de produção baseado no arrendamento capitalista com início da conformação das suas três classes sociais fundamentais – proprietário fundiário/arrendador, capitalista agrícola/arrendatário e assalariados rurais. Estes últimos produzindo um excedente econômico, apropriado e repartido entre aqueles sob a forma de renda fundiária e lucro, a partir da realização da produção no mercado.<sup>235</sup>

Com relação às técnicas de produção arrozeira no estado daquele período, a cultura do arroz teria obtido conjuntura propícia no Rio Grande do Sul devido ao fato de haver terras de várzea e temperaturas adequadas para o crescimento da planta no período do verão. Porém, em virtude de invernos temperados, não é possível realizar mais que uma colheita por ano, que ocorre

<sup>231</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>232</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>233</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>234</sup> AROZTEGUI, *op. cit.*

<sup>235</sup> Beskow, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986. p. 45.

na época de verão.<sup>236</sup> Além disso, a irregularidade das chuvas foi um obstáculo que somente conseguiu ser vencido com irrigação artificial, o que converteu essa técnica em imprescindível ao plantio de arroz. Nesse contexto, o uso de instrumentos técnicos (por exemplo, bombas de elevação mecânica da água) dependia de causas econômicas e não naturais.

Na realidade dessa modernização, ocasionalmente se usavam tratores, e o preparo da terra era feito com colheira<sup>237</sup> e trilha. Os tratores que surgiram no país, na década de 1910, eram utilizados esporadicamente, e isso independia do tamanho da lavoura. O uso eventual de tratores era devido ao alto preço dessa máquina, aliado ao fato de seu uso necessitar de atenção especial relativa a drenar o terreno, além da falta de pessoas que soubessem usá-los. Desse modo, as empresas de grande porte abriram mão do uso dessa máquina, algo que diminuía sua produtividade.<sup>238</sup>

Em *Cultura do arroz*, de 1914, um guia sobre a rizicultura realizado por João Simões Lopes,<sup>239</sup> deputado e defensor dos interesses da indústria, há uma exaltação ao uso de tratores, apesar do seu preço elevado:

Tratores-É esse um assumpto o mais moderno. Os tratores são indispensaveis na grande cultura [...]. O tractor<Oruga> é engenhoso, bem equilibrado [...]. Deve ficar consignado que seu preço ainda é elevado; entretanto essa desvantagem fica [ilegível] pelo resultado que nos dá em trabalho de vulto.<sup>240</sup>

No que diz respeito ao preparo da terra, era comum o uso de arados e de grades de discos puxados por bois. As canalizações eram feitas manualmente através da utilização de ferramentas. As curvas de nível tinham grande relevância como componentes do sistema de irrigação. Para serem feitas corretamente, elas precisavam ser desenhadas por técnicos, algo que não estava ao alcance da maior parte das empresas, somente das grandes.<sup>241</sup>

A relevância das curvas de nível abrangia, além da irrigação, a drenagem. Desse modo, era imprescindível que esta fosse feita adequadamente, tanto para possibilitar a boa atuação das máquinas na ceifa, apesar de no período esta ser predominantemente manual, mas principalmente pela necessidade de a terra estar bem arejada na maior parte do tempo: “Uma

<sup>236</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>237</sup> Tipo de almofada de palha colocada ao redor do pescoço de certos animais.

<sup>238</sup> AROZTEGUI, op. cit.

<sup>239</sup> LOPES, J. S. **Cultura do arroz**. Pelotas: [s.n.], 1914.

<sup>240</sup> Ibid., p. 43-44.

<sup>241</sup> Ibid.

terra não arejada é campo fértil para as ervas daninhas e pragas do arroz”,<sup>242</sup> já era proferido pelo estudioso Simões Lopes em 1914.

Com relação ao nivelamento, Novelli, autor contemporâneo ao período estudado, preconiza que o arrozeiro deveria ter sempre a precaução de observar os problemas do terreno assim que iniciasse a irrigação para consertar as falhas do nivelamento nas consecutivas ações de aragem, pois “Só se assim se consegue com o tempo uma irrigação perfeita”.<sup>243</sup> Precauções assim são consideradas requisitos fundamentais para que a lavoura de arroz estivesse uniforme e com abastecimento de água ajustado. Porém, documentos do período e outros subsequentes apontam para o fato de não haver adequados cuidados na preparação das curvas de nível, o que tinha um peso determinante no rendimento da produção.<sup>244</sup>

No tocante à adubação,<sup>245</sup> ela só era disseminada em Pelotas até 1930, pela conciliação com a atividade das charqueadas. João Simões Lopes,<sup>246</sup> que escreveu sua obra sobre o plantio de arroz em Pelotas, em 1914, preconiza:

A adubação é um processo de grande importância e um auxiliar econômico indispensável na agricultura; com o seu emprego racional damos à planta as matérias necessárias a sua nutrição, na dose mais conveniente, e que esteja de acordo com as exigências do solo.

Por sua vez, no que diz respeito às sementes, também até a década de 1930 não havia a seleção destas. Essa falta, conjuntamente à preparação falha do solo, especialmente na drenagem e na adubação, foram substanciais causadores do surgimento do arroz vermelho, tipo de grão considerado ruim e, por isso, não considerado comercial.<sup>247</sup>

Além disso, as causas citadas também contribuem para o grande percentual de arroz quebrado e para a presença de ervas daninhas e pragas, fatores que originam contaminação, além do cansaço do solo, e levam ao nomadismo da plantação. Isso não era percebido adequadamente pelos plantadores nas primeiras décadas do século.

Não havia mais do que um cuidado paralelo em relação às deficiências tecnológicas sobre a seleção de sementes, o que resultaria também na preocupação com o resultado do

<sup>242</sup> LOPES, J. S. **Cultura do arroz**. Pelotas: [s.n.], 1914. p. 22.

<sup>243</sup> NOVELLI, N. **Cultura do arroz**: palestras agrícolas. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1919.

<sup>244</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>245</sup> Ibid.

<sup>246</sup> LOPES, op. cit., p. 52.

<sup>247</sup> AROZTEGUI, op. cit.

produto. Nessa época, a prática era mudar de terra e de qualidade de semente.<sup>248</sup> Novelli, em seu livro de 1919 direcionado ao produtor de arroz, realizado como uma espécie de manual indicativo do plantio considerado por ele como correto, indica:

O plantador de arroz deve ter presente que a variedade e a bôa qualidade da semente tem grande importância sobre o resultado da cultura. Sômente com bôa semente e bem preparada se podem ter os melhores productos. Por consequencia, deve-se ter todo o cuidado na escolha da variedade mais apta á natureza dos terrenos e no preparo d' ella.<sup>249</sup>

Novelli menciona ainda que o “Carolina” era uma das melhores variedades cultivada no Rio Grande do Sul: “Entre as variedades cultivadas no Rio Grande, a chamada Carolina é uma das que têm mais valor pelas qualidades commerciaes e tambem uma das mais aptas ao clima”.<sup>250</sup> O autor, dentro dos limites do conhecimento existente na sua época, defende a seleção de sementes como um aperfeiçoamento técnico que propicia o aumento da produtividade. Desse modo, ele recomenda:

Qualquer que seja a variedade cultivada, é necessario que o plantador de arroz pratique anualmente uma cuidadosa seleção das sementes para reproduczil-a em annos sucessivos, seleccionando-a com o fim de obter as melhores sementes em que estejam conservados e melhorados seus principaes caracteres. É necessário que a semente que se emprega esteja sempre limpa, depurada e seleccionada de modo que sejam excluídos os grãos incompletos [...] defeituosos.<sup>251</sup>

No jornal *O Commercio*, são encontrados inúmeros anúncios e materiais de divulgação das variedades de semente existentes no período. O periódico sempre se posiciona a favor da seleção das mesmas, tal qual Novelli, inclusive por vezes reproduzindo textos do manual desse autor. Aroztegui também afirma que o tipo de arroz dominante era o “Carolina”, mas observa que essa variedade apresentava grande percentual de quebra. Por isso, é deixada um pouco de lado quando, em 1918, insere-se o arroz “Japonês”.<sup>252</sup>

Era realizada, no período em estudo, na maioria das terras, a irrigação por elevação de água dos rios através de bombas ligadas por motores a vapor. Esses motores, na maioria das vezes, eram abastecidos à lenha, geralmente com eucalipto. A marca mais conhecida era o

<sup>248</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>249</sup> NOVELLI, N. **Cultura do arroz**: palestras agrícolas. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1919. p. 25.

<sup>250</sup> Ibid.

<sup>251</sup> Ibid., p. 27.

<sup>252</sup> AROZTEGUI, op. cit.

locomóvel “Lanz”: “Trata-se de um motor montado sobre rodas. Dessa maneira, ele mesmo se autopropulsiona, facilitando seu traslado e manipulação. Pode ser ligado a bombas ou também a trilhadeiras e outras máquinas agrícolas”.<sup>253</sup>

Após a água ser puxada e erguida, ela era movida através de altas calhas de metais até os canais de terra. No entanto, esse método específico tinha seu lado inoportuno, pois era de alto custo e complicado por necessitar de grande quantia de lenha e por ser subordinado à mutável cauda dos rios, não podendo dar garantias de fornecer a quantidade de água precisa quando necessário.

Ao estudar e difundir os aspectos técnicos da produção de arroz, Novelli recomenda: “Onde as condições especiais dos terrenos e dos cursos de águas tornem possível a irrigação por derivação, será sempre preferível seguir esse sistema, que, embora requerendo grande despesas iniciais com o tempo torna a irrigação muito mais econômica”.<sup>254</sup> Essa era a indicação do método de plantio ideal.

O uso de açudes foi considerado tecnicamente mais garantido, lógico e barato em longo prazo. Além disso, ele possibilitaria utilizar continuamente a quantidade de água que fosse necessária, não se ficando sujeito aos efeitos de uma seca acentuada. Apesar de necessitar de um considerável investimento no início, essa solução não exigiria gastos posteriores.<sup>255</sup>

Do mesmo modo que a falta de criação de açudes, as falhas na execução das curvas de nível estavam condicionadas à realidade de quem plantava. A maioria dos produtores não tinha fundos, era de arrendatário de terras e não procurava investir em estruturas que depois permaneceriam com os donos da terra, o que se aproximava completamente do quadro da seleção de sementes e do nomadismo.<sup>256</sup>

Os altos preços do arroz faziam com que os plantadores não necessitassem de outra prática. Porém, com a progressiva modificação nas conjunturas nacional e internacional, além do reflexo disso no preço do arroz, surgiram apreensões e críticas ao método de irrigação com bombas.

A respeito da colheita, ela era realizada praticamente apenas com sustentação no uso da força motriz humana, além da utilização de foices. Nesse sistema, havia dois

---

<sup>253</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980. p. 24.

<sup>254</sup> NOVELLI, N. **Cultura do arroz**: palestras agrícolas. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1919. p. 8.

<sup>255</sup> AROZTEGUI, op. cit.

<sup>256</sup> Ibid.

procedimentos principais, a ceifa e a emendação: “O arroz é primeiro ceifado e depois colocado em medas, para ser finalmente trilhado”.<sup>257</sup> Relatando o processo da colheita em obra escrita na segunda década do século XX, João Simões Lopes, em a *Cultura do Arroz*,<sup>258</sup> informa: “A ceifa é uma operação muito delicada, e da qual bastante depende a produção final. Effectua-se a ceifa por duas fórmãs; à *mão* ou com o emprego de ceifadoras mechanicas”.

Sobre a emenda ou emendamento, o autor alerta:

Outra operação que tambem deve ser feita com cautela; as pequenas médas devem ter 9 a 11 feixes no máximo [...] podendo ficar, segundo experiencias já feitas, vinte e mais dias na lavoura. [...] Caso se faça necessario retardar a trilha por qualquer circumstancia, deve-se então construir as médas *definitivas* compostas de 80 a 100 feixes cada uma [...]. Feitas estas médas com capricho, podem resistir sem perigo a uma permanencia de 3 a 4 meses na lavoura [...].<sup>259</sup>

O processo de colheita tinha, portanto, característica manual, uma vez que não havia indícios do uso de ceifadeiras. Mesmo as grandes empresas realizavam a ceifa por empreitada, trabalho manual dividido por funções e feito por turmas de trabalhadores.

Existia oferta de ceifadeiras no mercado, mas os plantadores quase não as utilizavam. O porquê disso era o mesmo exposto para a falta de uso dos tratores. Especialmente uma máquina chamada de ceifadeira-atadeira, que realizava por dia o trabalho para o qual eram necessários 20 homens e que ainda não estava corretamente desenhada, gerava prejuízo entre corte e debulha.<sup>260</sup> Simões Lopes, observador contemporâneo a esse processo, representa bem o espanto do arroteiro do período diante das tecnologias agrícolas, ainda pouco utilizadas nas plantações do Rio Grande do Sul, ao descrever as ceifadeiras-atadeiras como “machinas curiosissimas”,<sup>261</sup> mas que, a seu ver, assessoravam valorosamente o procedimento de corte do arroz.

Quanto ao processo de trilha, este já estava mais mecanizado, porém, nas pequenas empresas, a trilha ainda era manual, sendo realizada ao se bater os feixes sobre os giras.<sup>262</sup> Além disso, era utilizado o malacate<sup>263</sup> guiado por bois. Porém, nas grandes empresas eram utilizadas trilhadeiras acionadas por locomóvel. Havia também o secador, mecanismo técnico

<sup>257</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arroteira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980. p. 25.

<sup>258</sup> LOPES, J. S. **Cultura do arroz**. Pelotas: [s.n.], 1914. p. 83.

<sup>259</sup> Ibid., p. 89.

<sup>260</sup> AROZTEGUI, op. cit.

<sup>261</sup> LOPES, op. cit., p. 85.

<sup>262</sup> Cipós

<sup>263</sup> Instrumento de tração animal que amplifica a rotação.

significativo, mas utilizado exclusivamente nas grandes empresas, pois seu custo não compensava o investimento de pequenos produtores. Estes, para evitar que o arroz estragasse enquanto aguardavam preços melhores, deixavam o produto nas medas até a hora de vendê-lo.<sup>264</sup>

O transporte do arroz até o engenho era realizado por carretas. O uso de caminhões só ocorreu após 1930, segundo a historiografia. Contudo, Simões Lopes, em seu livro de instruções da época, preconiza que:

O transporte do grão das trilhadeiras ao celeiro, faz-se com bons resultados, empregando *caminhões automóveis*, quem vencem com facilidade as distancias, diminuindo o stock a céu aberto, que sempre é arriscado, um bom *caminhão* de 3000 kilos de carga, póde transportar folgadoamente em uma distancia de 4 kilometros, de 600 a 700 saccos por dia com uma despezamaxima de 30 réis por sacco, ao passo que o mesmo arroz transportado em carretas custaria no mínimo 100 a 150 réis.<sup>265</sup>

No entanto, ele não faz referência à frequência com que os caminhões eram utilizados na época, apenas orienta que, em sua opinião, eles deveriam sê-lo. Isso leva a crer que, como postula Aroztegui, nesse período ainda havia pouca mecanização agrícola. Os motivos mais genéricos da falta de mecanização da lavoura estavam vinculados aos contextos nacional e internacional, que influenciavam o nível de capitalização das empresas.<sup>266</sup>

Beskow,<sup>267</sup> por sua vez, acredita que a demora na mecanização mais profunda estava ligada ao sistema de arrendamento, já que era preciso investir em drenagem para que as máquinas colheitadeiras conseguissem se mover nas extensões molhadas dos campos. Isso não acontecia, entre outros motivos, pelo fato de a duração do arrendamento ser menor que o tempo mínimo de retorno dos investimentos executados. Do mesmo modo, o arrendamento não incentivaria a adubação verde e a calagem para corrigir o solo, que são técnicas agrícolas relevantes para o incremento da produtividade e para conservar o solo. Tais fatores encorajaram o nomadismo na cultura do arroz, algo que trazia consequências sociais e atingia sobretudo os pequenos arrendatários.

Na visão de Müller,<sup>268</sup> é complexo deduzir qual foi o significado da orizicultura para a mecanização no Brasil no início do século XX, pois o país era na sua maioria agrícola e não

<sup>264</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>265</sup> LOPES, J. S. **Cultura do arroz**. Pelotas: [s.n.], 1914. p. 94, grifos do original.

<sup>266</sup> AROZTEGUI, op. cit., p. 27.

<sup>267</sup> Beskow, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>268</sup> MÜLLER, C. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

existem dados dos estados, nos quais grande parte das lavouras ainda era cultivada de forma manual, por tração animal. Porém, ele cita uma referência dada pelo censo de 1920, a qual informa que havia 1706 tratores atuando no país e que, desses, metade funcionava no Rio Grande do Sul.

Como na época não havia indústria de base no país, havia a imposição de se importar maquinários e bombas, além dos mecanismos de transporte, pagando-se preços elevados por esses materiais.<sup>269</sup> Nesse contexto, quem provia de máquinas os engenhos era a *Casa Bromberg*,<sup>270</sup> que representava companhias alemãs, norte-americanas e inglesas, tendo sido, no princípio, a única empresa do Rio Grande do Sul no segmento. Os *Bromberg* disponibilizavam os melhores produtos que havia no mundo, mas a altos custos. Quando as importações foram encerradas, durante a Primeira Guerra Mundial, surgiram em Cachoeira muitas empresas de construção e conserto de máquinas agrícolas.<sup>271</sup> Nessa época, existiam na cidade problemas com o manejo apropriado do solo, de sementes, bem como com despesas com arrendamento, com o capital básico para o plantio e com a comercialização do arroz, que era dominada por beneficiadores que retinham a maioria do valor produzido.<sup>272</sup>

O padrão tecnológico da cultura de arroz era considerado “extensivo, caro e até predatório”.<sup>273</sup> Desse modo, o uso da força motriz mecânica estava restrito basicamente à irrigação. A energia do homem e dos bois eram as forças motrizes fundamentais nas demais atividades. A tecnificação era primária e se resumia a procedimentos específicos, tais como a trilha. Assim, a adubação, bem como a seleção de sementes e a preocupação com as pragas e o incremento do solo usualmente não existiam ou ocorriam em empresas e locais peculiares. Apesar disso, o rendimento do uso da terra era muito maior no Rio Grande do Sul, no período de 1909 a 1920, do que em outros estados, especialmente em locais de plantio de arroz como Cachoeira do Sul.

Sobre a força de trabalho, existiam basicamente dois tipos de trabalhadores nas lavouras de arroz do período: os de mão de obra familiar – que abarcava toda família,

<sup>269</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>270</sup> Bromberg & Cia foi uma empresa de imigrantes alemães que obteve grande êxito entre metade do século XIX e do XX, estabelecendo-se, além do Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Uruguai e na Argentina. Ela importava ferramentas para a agricultura, locomóveis, automóveis, entre outros (CHAVES, R. Livro bilíngue conta os primeiros 50 anos da Bromberg & Cia. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 6 de junho de 2018, 00:15. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2018/06/livro-bilingue-conta-os-primeiros-50-anos-da-bromberg-cia-cji27itfp0ar101paynbnkk58.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.).

<sup>271</sup> AROZTEGUI, op. cit.

<sup>272</sup> MÜLLER, C. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

<sup>273</sup> AROZTEGUI, op. cit., p. 28.

inclusive crianças, em unidades de trabalho – e os trabalhadores individuais. O grupo de trabalhadores de mão de obra familiar era composto por produtores de subsistência, tanto pequenos proprietários como moradores das fazendas, que se dedicavam eventualmente ao trabalho com a produção arrozeira. Eles tinham uma forma de vida particular, mesclando a ocupação com o arroz com a de subsistência. Os trabalhadores individuais, por sua vez, não possuíam vínculo fixo com a terra, sendo contratados pelos empreendimentos arrozeiros e nomeados como permanentes, diaristas ou volantes.

O trabalhador permanente era admitido por um período para uma função de muitas semanas ou até meses, firmando compromisso de ir até o local todos os anos na época específica. O empresário arrozeiro tinha muito apreço por esse tipo de empregado, que era escolhido por seu senso de responsabilidade, seu conhecimento e sua capacidade, fazendo com que o empregador se dedicasse a garanti-lo ano após ano.<sup>274</sup> Tal categoria de mão de obra geralmente vinha de lugares longínquos, retirava-se da família e de casa, vivendo por esse tempo nas empresas, onde construía rancho precário ou se alojava no empreendimento.

A força de trabalho permanente era consideravelmente menor que a temporária,<sup>275</sup> pois abrangia os trabalhos do empreendimento durante o ano todo, não só na colheita, exigindo a residência no local. É possível que tais trabalhadores tenham se originando da mudança no sistema de trabalho nas estâncias pecuaristas, que expulsou mão de obra para as cidades e para regiões onde aumentava a oferta de emprego.

Simões Lopes, por ser contemporâneo ao período estudado, dá-nos uma demonstração da denominação dos trabalhadores do arroz na segunda década do século XX, salientando que: “O pessoal, factor de alta importancia na agricultura, nas culturas de arroz é numeroso; é preciso haver cuidado na escolha e divisão d’elle, que compõe-se em geral, de administradores, capatazes, peões effectivos, extraordinários ou jor-naleiros”.<sup>276</sup>

Simões Lopes se detém, então, em descrever os administradores e capatazes. Os primeiros deveriam ser:

[...] algo instruidos, com as melhores qualidades moraes, activos, energios e calmos, previdentes, e habeis em lidar com o pessoal. Aos administradores deve-se conceder liberdade de acção, afim de fazel-os respeitados, estimados do pessoal, sem o que é impossível conseguir uma bôa administração. Em estabelecimentos grandes, em que todas as operações são complexas, impõe-se a necessidade de pessoal disciplinado e

<sup>274</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980, p. 28.

<sup>275</sup> Beskow, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>276</sup> LOPES, J. S. **Cultura do arroz**. Pelotas: [s.n.], 1914. p. 112.

pratico, sem o que nada se consegue. O administrador representa o dono d'estas casas e como tal deve ser olhado pelo pessoal que fica inteiramente debaixo de sua direcção. [...] e precisam manter a maior cordealidade e lealdade com seus proprietários [...].<sup>277</sup>

Quanto aos capatazes, Simões Lopes recomenda: “Os capatazes por sua vez devem ser homens de bôa saude, activos, com instruccção sufficiente e muito práticos; sob sua fiscalizaçãõ directa acham-se os peões, que devem ser divididos em turmas, dirigidas de perto por elles”.<sup>278</sup>

Quando o pelotense cita os peões, ele está se referindo ao que Aroztegui<sup>279</sup> identificou como os trabalhadores de mão de obra familiar e individual. Do alto da sua soberba, para ele, o peão era

[...] apenas uma machina humana e por sua total ignorância, executa a tarefa vizando apenas o jornal despreoccupado com quais quer interesses futuros do estabelecimento. O pessoal effectivo dos arrozaes deve ter familia, garantindo-se assim sua estabilidade, pois o jornaleiro diario não é um operario seguro e sim um adejo, que aprende à nossa custa e mais tarde vae dar o seu esforço a outrem. Entretanto seja dito, que o peão brasileiro é um optimo operario, de grande resistencia, saude de ferro, fácil comprehensãõ e, depois de disciplinado, pode competir com o melhor operario do mundo; para trabalhos agricolas, o peão rio-grandense, pelo grande habito que tem da vida de campanha, muito mais facilmente se completa.<sup>280</sup>

No caso do trabalhador diarista, ele morava perto, era vizinho das empresas. Ia e vinha da lavoura todos os dias, mas geralmente era menos capacitado que o permanente, o que fazia com que fosse despedido ou readmitido pelos empreendimentos de arroz a qualquer tempo. Já a categoria de volantes era de trabalhadores sem rumo, que recebiam por dia, trocavam de empresa de acordo com o pagamento e as exigências do trabalho. Uma parcela do conjunto de todos esses tipos de mão de obra viria de famílias que foram tiradas de suas terras, mas também se verifica a existência de negros, prováveis descendentes de escravos que pertenceram às charqueadas.<sup>281</sup>

No caso do trabalho individual, era utilizado o empregado que disponibilizava de forma pessoal sua capacidade de trabalho. Os trabalhadores contratados, de grupos familiares ou individuais, eram compostos por luso-brasileiros, não sendo comum a mão de obra italiana

<sup>277</sup> LOPES, J. S. **Cultura do arroz**. Pelotas: [s.n.], 1914. p. 112-113.

<sup>278</sup> Ibid., p. 114.

<sup>279</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arroeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>280</sup> LOPES, op. cit, p. 114.

<sup>281</sup> AROZTEGUI, op. cit.

ou alemã. Porém, havia, em certas regiões, pequenos produtores de arroz não vinculados com as empresas, e sim com força de trabalho formada pela família do produtor, que eram teuto-brasileiros, o que corrobora a informação de que foram os imigrantes alemães os primeiros a plantar arroz em regiões como a de Cachoeira do Sul.<sup>282</sup>

Quanto à organização do trabalho, existiam dois modos essenciais: o individual e o por turmas, no qual se mesclavam capacitação e colaboração. Entretanto, ambos os modos de sistematização do trabalho atuavam sobre a procedência do trabalhador, assim como as imposições desiguais do ano agrícola, o grau de aperfeiçoamento tecnológico das atividades agrícolas e as relações de produção, que independiam do tamanho da empresa, agrupavam todos estes tópicos.<sup>283</sup> Assim, no período de preparo da terra, que vai de julho a setembro, bem como da colheita e trilha, de abril a junho, a quantidade de mão de obra utilizada era consideravelmente maior que nas épocas de sementeira, de outubro a novembro, e irrigação, de dezembro a março.

A sistematização do trabalho era distinta de acordo com a função, sendo que a colheita possibilitava um nível de colaboração e uso da mão de obra quanto ao sexo e a idade diversos, o que não ocorria em outras práticas. Nesse contexto, igualmente se modificavam as aptidões que precisavam ter os trabalhadores. Desse modo, o trabalho individual se dava mais no preparo do solo, na sementeira, na reparação de taipas e não na colheita, na qual assumia enorme relevância a forma de trabalho em turma, chamada empreitada.

Em ocasiões como a da trilha, a inserção de maquinário modificava qualitativamente a propriedade e a sistematização do trabalho, pois passava a ser a máquina o que definia o ritmo do trabalho e a distribuição de funções no interior de uma equipe de trabalhadores, que dependia dela. Além disso, esses distintos modos de sistematizar o trabalho variavam de acordo com o tamanho das empresas. Nas firmas de maior porte, acontecia o trabalho individual em todas as funções, menos na etapa da colheita, na qual o trabalho era sistematizado em turmas de empreitada. Na pequena propriedade de produção, geralmente de até nove hectares, eram aproveitados por todo o ano os trabalhadores da família do proprietário, mas, na colheita e em algumas outras ocasiões, como no preparo da terra, admitiam-se empregados individuais.<sup>284</sup>

Nas turmas por empreitada que trabalhavam na colheita, havia um responsável contratado pela empresa. O preço pago pelo empregador era de um determinado valor por

---

<sup>282</sup> Ibid.

<sup>283</sup> Ibid.

<sup>284</sup> AROZTEGUI, op. cit.

quadra colhida e emendada, o que equivale mais ou menos a 1,74 hectares. Os termos como eram tratados geralmente determinavam que a colheita tinha de ser realizada de uma maneira que fazia com que o arroz fosse de fato colhido, não podendo ficar uma parcela dele no campo, além de as medas terem certos requisitos para simplificar as trilhas, assim por diante. Quando terminada a função, a empresa fiscalizava o trabalho, tendo a prerrogativa de cancelar total ou relativamente o contrato se acreditava que as exigências não foram realizadas.

A duração do trabalho se estendia pelo dia todo, em alguns momentos até a noite. Esse tempo estava submetido a uma análise do que era mais proveitoso para realizar o trabalho o mais rápido possível e ser capaz de combinar uma próxima empreitada ou voltar para casa. Desse modo, a durabilidade da empreitada variava, estava condicionada ao tamanho e à produtividade da turma, além da função que se comprometia executar.<sup>285</sup>

Nas três primeiras décadas do século XX, o empresário do arroz era um personagem novo no ambiente agrícola do Rio Grande do Sul. Isso porque, nas épocas anteriores, o arroz era cultivado por colonos para complementar as rendas de subsistência, não existindo, exatamente, o chamado empresário arroteiro.

Existiriam três linhas originárias do empresário de arroz, “[...] o pequeno proprietário rural, o grande pecuarista (criador e charqueador) e os homens novos”.<sup>286</sup> Os pequenos proprietários rurais, acompanhados dos pequenos arrendatários, formavam as pequenas empresas que plantavam arroz. Alguns pecuaristas de vulto, mas principalmente os chamados “homens novos”, parcialmente sem ligação com as atividades rurais em função das suas classes sociais, constituíram as grandes empresas agentes da maior parcela da produção, seja na lavoura, seja no engenho.

Com relação ao perfil das empresas de engenho no estado, elas eram um misto de empreendimento comercial beneficiador com a hegemonia da atividade comercializadora na sua vida econômica. Isso porque a conjuntura de compra do arroz em casca, de venda do arroz descascado, como também de todas as práticas desse movimento, que são transporte, financiamento, armazenamento, secagem e assim por diante, são definidas dentro da estratégia empresarial do engenho arroteiro. Nesse contexto, mesmo que o beneficiamento do

---

<sup>285</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arroteira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>286</sup> *Ibid.*, p. 43.

arroz feito pelo engenho somasse valor ao produto, isso se dava em proporção menor que as práticas de compra e venda.<sup>287</sup>

Novelli brada orgulhosamente:

Paralelamente com a cultura do arroz, também a indústria do preparo e brunidura tem feito progressos admiráveis no Rio Grande.

Temos visto, em plantações modernas, instalações que a satisfazem a toda as exigências da delicada operação do preparo do arroz, como a do engenho do Cascalho, do coronel Pedro Osório, e a Riseria Aydos & Neves, de Cachoeira, onde o arroz preparado muito se aproxima do que é trabalho na Itália.<sup>288</sup>

De fato, o grande produtor capitalista de arroz passou a beneficiar a sua própria produção, pois isso fez crescer bastante o número de sacos colhidos, não havendo grandes dificuldades para montar o engenho, que é bem mais barato no caso do arroz se comparado a outras culturas.<sup>289</sup>

Simões Lopes informava no seu guia ao arroteiro da época:

Os municípios de Pelotas, Camaquã, Cachoeira, Porto Alegre, Rio Pardo, S. Gabriel e outros há já alguns anos que cultivam arroz anualmente com um coeficiente volumoso dos engenhos de benefício.

Ha em todo o Estado um grande numero de engenhos bem montados e em pleno funcionamento [...].<sup>290</sup>

Quanto aos arrendatários, no período de várias décadas, sobressaíam-se dois grandes deles no estado, que negociavam centenas de quadras: tratam-se de Roberto Danzmann e os irmãos Castagnino. Danzmann era notável arrendatário em Cachoeira, Rio Pardo e São Jerônimo. Já os irmãos Castagnino descendiam de um imigrante italiano especializado na preparação de conservas.<sup>291</sup> Eles iniciaram o plantio de arroz em 1919, através do arrendamento de dezenas de quadras de vários fazendeiros. Além disso, no ano de 1923, Júlio Castagnino se tornou cunhado de Reinaldo Roesch. Este comprou terras que os Castagnino arrendavam na planície pertencente aos Barbosa, tornando os irmãos arrendatários de Roesch. Além disso, Castagnino e Roesch arrendaram vários hectares em sociedade na cidade de Cachoeira do Sul.

<sup>287</sup> BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>288</sup> NOVELLI, N. **Cultura do arroz**: palestras agrícolas. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1919. p. 36.

<sup>289</sup> BESKOW, op. cit.

<sup>290</sup> LOPES, J. S. **Cultura do arroz**. Pelotas: [s.n.], 1914. p. 101.

<sup>291</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arroteira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980. p. 47.

Fortunato Pimentel,<sup>292</sup> em sua obra sobre o arroz nas primeiras quatro décadas do século XX, descreve que, nos anos 1920, em Cachoeira, “(...) existiam 104 empresas arrozeiras sendo as maiores de Barros & Cia.; A. Castagnino & Vieira da Cunha e João Leitão & Cia”.

Distintamente de Pelotas e de Tapes, em que os engenhos acabaram comprando as terras que seus sócios cultivavam anteriormente, instituindo lavouras particulares incorporadas a empresa do engenho, em Cachoeira, o Engenho Brasil comprou menos terras e, ao invés de construir nelas lavouras particulares, optou pelo arrendamento.<sup>293</sup>

As maiores plantações de Cachoeira não eram dos engenhos e tinham como donos cultivadores com relativa independência, segundo Aroztegui. O município teve um agrupamento muito grande de plantadores de médio porte, em relação a Dazmann e Castagnino. Nesse conjunto, sobressaíam-se os arrendatários provenientes de ambiente urbano, como profissionais liberais, comerciantes de vultos, artesãos e técnicos. Supõe-se que os pequenos plantadores eram em maior número, porém com capacidade de produção abaixo dos demais.<sup>294</sup>

Havia alguns traços específicos na rizicultura de Cachoeira. Em primeiro lugar, nela os engenhos não tinham tanto poder como em outros locais, como Porto Alegre e Pelotas. A maior parte dos proprietários de engenho era oriunda do comércio de materiais agrícolas e de outros ofícios urbanos, além de iniciarem a partir de um grau um tanto menor de capitalização em relação a outros.<sup>295</sup> Em segundo lugar, havia em Cachoeira um agrupamento de grandes e médios arrendatários, provenientes de modo especial da classe média do município, que se sobressaíram nas lavouras. Arrendatários que tinham pouco ou nada de terra e capital principiaram arrendando pequenas quantidades e foram, no começo, bastante dependentes dos fazendeiros e engenhos. Ao longo do tempo, entretanto, obtiveram uma relativa independência e centralizaram, sob seu poder, parcela relevante do capital do arroz.<sup>296</sup>

A pequena empresa, que não ultrapassava nove hectares de plantio, era originária, basicamente, de lavoureiros de subsistência, composto pelos minifúndios e pelas colônias do interior. Esses produtores começaram a produzir para o mercado de arroz em formato

---

<sup>292</sup> PIMENTEL, F. **Aspectos gerais da cultura do arroz no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.n.], 1949. p. 84.

<sup>293</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>294</sup> Ibid.

<sup>295</sup> Ibid.

<sup>296</sup> Ibid.

pequeno e permaneceram nesse perfil por toda a época estudada. Em números de empresas, esse tipo era maior, mas sua influência no montante produzido era reduzida.<sup>297</sup>

No que se refere às grandes empresas, as mesmas eram retratadas através das plantações de grandes engenhos e por um agrupamento relevante de grandes arrendatários com maior ou menor subordinação aos engenhos, sendo a maior parte deles oriunda, fundamentalmente, da classe média das cidades. A maioria da produtividade era efetivada neste modelo de firma ou em outras menores, chamadas de médias.<sup>298</sup>

Os lavoureiros grandes e pequenos passaram por algum modo de domínio dos engenhos – que subordinavam enquanto donos do capital – e fazendeiros – que dominavam como donos da terra. Dentro desse contexto, um número reduzido de fazendeiros começou a plantar arroz como reais empresários da produção. A maior parte se restringia a arrendar ou construir parcerias. O domínio dos engenhos era exercido de modo exterior, através da supremacia da industrialização, comercialização e financiamento, sendo que, em alguns locais, eles também faziam parte do cultivo, pertencendo às maiores plantações do estado.<sup>299</sup>

Beskow<sup>300</sup> salienta que esses fazendeiros, ao arrendarem suas terras, distinguiam-se dos donos de terra tradicionais da agroindústria brasileira da época, que eram proprietários fundiários e capitalistas agrícolas na mesma pessoa. Para o autor, o arrendamento estabelecia um modo bem específico de produção capitalista, baseado nas três classes sociais: o arrendatário capitalista, o proprietário fundiário e o produtor direto assalariado.

Sobre a relação entre a empresa arrozeira (plantador) e a propriedade, três situações distintas são descritas: o plantador proprietário, a sociedade plantador-fazendeiro e o plantador arrendatário. A situação mais comum aparentava ser o plantador-arrendatário.<sup>301</sup> É provável que a maior parcela do que era produzido pertencia às firmas arrendatárias, o que converge para a hipótese de que os grandes empresários eram originários socialmente das camadas urbanas. O plantador proprietário era raro, sendo extraordinária sua existência em Pelotas e em Cachoeira até a metade da década de 1920. Porém, das três circunstâncias vistas a respeito das ligações da empresa plantadora com a propriedade da terra, a sociedade

---

<sup>297</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>298</sup> Ibid.

<sup>299</sup> Ibid.

<sup>300</sup> BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>301</sup> Ibid.

plantador-fazendeiro ocorria, preferencialmente, entre pequenos agricultores e fazendeiros, não ocorrendo na lavoura de larga escala.<sup>302</sup>

O arrendamento se efetivava por um contrato entre proprietário de terra e cultivador, no qual o dono autorizava a utilização da terra, podendo ser também da água, retendo um percentual da colheita. Os valores retidos giravam ao redor de 20% do colhido apenas para o arrendamento da terra e de 30% no caso de arrendar terra e água. Entretanto, na circunstância de a terra arrendada ter plantações de eucalipto, esse percentual aumenta, já que esta a madeira desta árvore era a mais utilizada para abastecer as bombas de irrigação. O uso do dinheiro nesse tipo de negociação quase não acontecia.

As benfeitorias inseridas pelos arrendatários com relação ao manejo, às curvas de nível feitas para irrigação, aos locais de armazenagem, bem como aos secadores e a outras ações, eram responsabilidade de quem arrendava. Estas ficavam na propriedade ao término do contrato de arrendamento, a não ser que o arrendatário se desfizesse delas.<sup>303</sup>

O arrendatário capitalista do arroz do período não comprava a terra, pois não possuía capital necessário para adquiri-la e para arcar com os gastos indispensáveis para a produção. Isso o fazia optar pela produção e vislumbrar extrair o excedente do que era gerado pelo assalariado rural. Existia pouco financiamento bancário para aquisição de propriedade rural.<sup>304</sup>

A seguir, analisaremos de que modo Cachoeira do Sul se inseriu nesse panorama de plantio rizícola descrito, bem como o posicionamento ideológico do jornal estudado com relação a esse cenário.

### 3.2 O SUCESSO DE CACHOEIRA DO SUL NO PLANTIO DE ARROZ IRRIGADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX E O JORNAL *O COMMERCIO* NESSE CONTEXTO

Dois anos após a chegada dos imigrantes alemães, em 1857, já se tem notícias do plantio de arroz em Cachoeira do sul.<sup>305</sup> Informações obtidas junto ao Arquivo Histórico do município e no jornal *O Commercio* citam a empresa Franke, Krieger & Comp., que começou a operar em 1907, tendo como sócios Jorge Hugo Franke, João Jorge Krieger e o proprietário

<sup>302</sup> BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>303</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>304</sup> BESKOW, op. cit.

<sup>305</sup> SCHUH, A; CARLOS, I. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

rural Fidélis Prates, como pioneira no arroz irrigado com levante mecânico no Rio Grande do Sul.

A empresa foi precursora nesse tipo de empreendimento, mas foi dissolvida no ano seguinte para dar origem à Empresa Moderna, de produção e beneficiamento de arroz. Esta foi fundada com mesma finalidade, porém constituída por sociedade entre Jorge Hugo Franke, o proprietário rural João Augusto Leitão e Afonso Fonseca, denominando-se, assim, Leitão, Franke & Cia.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, de taxaço de produtos agrícolas e amparo à produção interna, algo bem acentuado no Rio Grande do Sul, ocorreu o desenvolvimento da agricultura de modo capitalista em uma das maneiras de organização da produção consideradas clássicas por Beskow:<sup>306</sup> o arrendamento capitalista. A sociedade entre os três arrendatários citados foi pioneira nesse tipo de empreendimento na cultura arrozeira gaúcha. O autor sinaliza ainda que:

Embora predomine largamente na organização das atividades agropecuárias do país a forma de produção que combine num único agente social o proprietário fundiário e o capitalista agrícola, aí incluindo-se os empreendimentos rurais controlados por empresas industriais, financeiras e comerciais, o arrendamento capitalista se tornou a forma amplamente hegemônica numa lavoura do porte da arrozeira do Rio Grande do Sul.<sup>307</sup>

Cachoeira do Sul, juntamente com Pelotas, foi pioneira na produção de arroz, sendo que, no período de 1906 a 1916, em Cachoeira do Sul, havia grande número de áreas de cultivo, alcançando uma média de 101 hectares. Identifica-se ainda nesse período a queda anual das importações, em oposição à elevação anual da produção de arroz em Cachoeira do Sul. Em um cenário em que o mercado consumidor gaúcho não absorveria esse crescimento, o autor supõe que essa produção tenha se direcionado ao Estado do Rio de Janeiro.

Cachoeira, núcleo arrozeiro do Rio Grande do Sul por décadas, teve um ambiente de explícita modernização. Em 1906, havia somente duas lavouras com levante mecânico, mas em 1926 esse número saltou para 129, que usavam 180 locomóveis com potência de 4,005 HP, segundo fontes do Sindicato Arrozeiro.<sup>308</sup> Nesse período, a produção crescia aceleradamente. Calhas e curvas de nível espalhadas pela cidade modificavam o ambiente

---

<sup>306</sup> Beskow, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>307</sup> Ibid., p. 22.

<sup>308</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

rural, enquanto na área urbana instituíam-se escritórios modernos das empresas de arroz e edifícios de grande porte dos engenhos. “Novos homens, novas mentalidades surgiram subvertendo a velha ordem pecuarista”, define Aroztegui.<sup>309</sup>

Com relação a Cachoeira do Sul, na década de 1920, a produção de arroz na cidade aparece em primeiro lugar no estado do Rio Grande do Sul, resultado dos investimentos arroseiros iniciados mais relevantemente a partir de 1905. Com uma produção de 5.000 sacas de 50 kg de arroz em 1905, o município passou a ter 402.500 sacas em 1916, o que equivaleria a 20.125,000 kg.<sup>310</sup>

A empresa arroseira precursora na produção de arroz em Cachoeira era composta por dois homens chamados “da cidade”, personagens já citados, o dentista Jorge Franke e o homeopata e comerciante João Krieger, que se associaram a dois fazendeiros de vulto, João Leitão e Fidelis Prates, sendo Prates o dono da terra onde se estabeleceram as plantações. Dentre esses sócios, Leitão e Franke seguiram plantando arroz nas décadas posteriores, enquanto o dentista iria atuar também na indústria, criando a Fábrica de Vidros Navegantes anos depois.

Bernardes descreve, no compilado *A Cultura do Arroz no Rio Grande do Sul*, editado pelo Sindicato dos Arroseiros, em 1935:

Deve dar-se como época inicial da risicultura no municio de Cachoeira, o anno de 1906, em que foi installada a primeira lavoura, com levante mechanic por meio de locomovel a vapor e bombas centrifugas.

Antes existia a pequena lavoura, ou o arroz plantado nas colônias, sem irrigação, aproveitando-se os terrenos humidos, e, em 1904, fundou-se uma lavoura com regular extensão com irrigação natural (por gravidade).<sup>311</sup>

O compilado do Sindicato dos Arroseiros assinado por Bernardes informa que, em 1908, havia 11 lavouras com levantes mecânicos em Cachoeira do Sul, e que em 1916 esse número subiu para 129. Em relação ao total de produção das lavouras com irrigação mecânica, ele descreve: em 1906, 5.000 sacos, saltando, em 1916, para 402.500 sacos.<sup>312</sup> A quantidade de arroz produzido no estado nos anos seguintes foi: 36.960 toneladas em 1919 e 40.800 toneladas em 1925.<sup>313</sup>

<sup>309</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arroseira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980. p. 20.

<sup>310</sup> Ibid.

<sup>311</sup> BERNARDES B. **A cultura do arroz no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sindicato Arroseiro, 1935. p. 100.

<sup>312</sup> BERNARDES, loc. cit.

<sup>313</sup> Ibid., p. 101.

Por esses números, Bernardes conclui que “a semente lançada por Jorge Franke e Krieger encontrou um ambiente próprio para seu desenvolvimento tanto neste como em outros municípios”.<sup>314</sup> Ele salienta, em aclamação, que para cada arroteiro que não tinha sucesso apareciam outros que tentavam corrigir os erros que ocasionaram o fracasso dos pioneiros:

[...] Assim de etapa em etapa, chegaram a um ponto em que hoje estão, graças à abnegação de muitos que não trepidaram envolver fortunas, numa cultura pouco conhecida, entre nós, naquela época. Glória àquelles que com sua queda, se não alcançaram meta ambicionada, deixaram ensinamentos para que outros trilhassem com maior segurança, a senda do progresso, elevando a cultura do arroz ao que hoje ella é, padrão de esforço, tenacidade e realização rio-grandenses.<sup>315</sup>

E possível perceber, a partir da citação, que o empresário arroteiro se vê e se valoriza – através de Bernardes, que é o autor que o representa – como um empreendedor inovador e persistente que tem a capacidade de construir o futuro mesmo quando derrotado. Pimentel, no seu já citado tratado da época sobre o cultivo de arroz do início do século XX, ainda afirma que “O arroz de Cachoeira do Sul comporta uma longa monografia, tal sua importância econômica e histórica”.<sup>316</sup> Ele prossegue assegurando que:

Em 1921, Cachoeira do Sul produziu 600 mil sacos de arroz, cujo valor foi estimado em 12 mil contos. [...] Os negócios do arroz se avultaram tanto em Cachoeira do Sul, que o Banco da Província para lá mandou há anos o Sr. Souza Costa, que possuindo um grande talento e um perfeito tino comercial, fez com que a filial prosperasse [...].<sup>317</sup>

Em 1920, Cachoeira do Sul tinha a totalidade de 27 cultivadores, sendo somente três fazendeiros de vulto e 11 arrendatários. A origem desses arrendatários era, sobretudo, a cidade: comerciantes, profissionais liberais, artesãos, técnicos, etc.<sup>318</sup> A produção da cidade estava parcialmente centralizada em poucas empresas, porém de grande porte, sendo que destas nove eram responsáveis por 20% da produção. No entanto, não era o município no qual a ocorrência de centralização podia ser considerada mais relevante. Em contrapartida, essa centralização apresentava em Cachoeira traços próprios, que a distinguiam no panorama do

<sup>314</sup> BERNARDES B. **A cultura do arroz no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sindicato Arroteiro, 1935. p. 100.

<sup>315</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>316</sup> PIMENTEL, F. **Aspectos gerais de Cachoeira**. Porto Alegre: Gundlach, 1941. p. 83.

<sup>317</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>318</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arroteira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

estado. Em 1921, o município possuía 25 engenhos, dentre os quais os maiores eram Ernesto Pertille e Filhos, Strack & Cia., Felipe Matte, nomeado de Engenho Central, e Roesch & Cia – Engenho Brasil. Em 1926, estes dois últimos já eram os maiores engenhos.

O Engenho Central foi inicialmente formado pela sociedade entre João Aydos, Frederico Dexheimes, Euripedes Mostardeiro e Coronel Izidoro Neves da Fontoura. Mostardeiro foi um criador relevante, cujo plantio de arroz não foi em grande quantidade. Já Fontoura foi um conhecido comerciante e notório político que plantou arroz significativamente. Sobre os demais não há maiores informações.<sup>319</sup>

Com relação ao Engenho Brasil, constituído em 1921, este surgiu como fruto da sociedade Treptow, Papaiz, Schneider e Roesch. Treptow tinha outrora uma oficina mecânica onde, em 1921, foi estabelecido o engenho; Papaiz era médico, e Reinado Roesch, nascido em Candelária, foi, por um período, caixeiro viajante em uma empresa de compra e venda de material agrícola em Porto Alegre. Ele se deu conta do potencial de Cachoeira e fixou-se lá, em 1918, como representante do empreendimento porto-alegrense. Por fim, Schneider, proveniente de Arroio do Meio, trabalhou em Porto Alegre, mas se mudou para Cachoeira, tornando-se sócio de Roesch na firma de representações.<sup>320</sup>

A respeito dos engenhos em Cachoeira, Pimentel escreve sobre a época próxima à estudada, sobre a produção do ano de 1921: “Na data beneficiaram arroz 25 engenhos, sendo os principais os de Ernesto Pertille & Filhos; Strack & Cia.; Felipe Matte, Reinaldo Roesch S.A.”.<sup>321</sup> Como pode ser percebido, a profusão de empresas de arroz em Cachoeira era profícua.

Das grandes empresas no município, empreendimentos como Castagnino e Danzmann eram arrendatárias. Em 1921, cinco das nove que produziam 20% do arroz da cidade trabalhavam com o arrendamento. Alguns dados a respeito do preço da terra apontam que, em Cachoeira do Sul, o solo destinado à agricultura alcançou um valor muito alto relativo ao designado para a atividade pastoril.<sup>322</sup>

Pode-se observar, portanto, através destes dados, que Cachoeira do Sul viveu um auge de plantio de arroz desde o seu início, com arroz irrigado, desde 1906/1907 até 1924. A seguir, primeiramente, serão apresentados dois anúncios de arrendamento de terras em

<sup>319</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>320</sup> Ibid., p. 30.

<sup>321</sup> PIMENTEL, F. **Aspectos gerais de Cachoeira**. Porto Alegre: Gundlach, 1941. p. 84.

<sup>322</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

Cachoeira do Sul para ilustrar o que foi explanado anteriormente acerca da dinâmica empresarial do plantio do arroz na cidade no período estudado. Além disso, eles servem para constatar que o arroteiro, com o desenvolvimento da rizicultura, tornou-se anunciante do jornal, desenrolando em um processo de reconhecimento do jornal como defensor desse setor, que conseqüentemente também usa de espaços no periódico para anunciar e divulgar seus negócios.

O jornal, nesse contexto, vê-se obrigado a manter certa coerência para não perder o capital simbólico de credibilidade e legitimidade junto ao seu público.<sup>323</sup> Segue o anúncio supracitado:

Terras para Arroz

Arrenda-se, no 6º districto municipal, logar denominado Rincão da Moradia, 6 coloniais de terras de campo e matto, proprias para plantação de arroz, distando apenas 300 metros do Rio Jacuhy. A tratar com Germano Treptow, nesta cidade. Proprietario: Carlos Fehn.<sup>324</sup>

Nessa citação, pode ser observada a autoria do anúncio como sendo de Germano Treptow, conhecido personagem do mercado arroteiro de Cachoeira, já mencionado neste trabalho, diferentemente do anúncio a seguir, de 1912, no qual o jornal diz que, nas suas dependências, tem-se conhecimento de quem possuiria terra para arrendar, atribuindo a esse local eloquentes qualidades, porém não revelando seu proprietário. Esses anúncios fazem recordar o pensamento de Pierre Bourdieu<sup>325</sup> de que o *poder simbólico* é por concepção o poder de formar grupos, que podem já serem constituídos e necessitam de consagração ou que estão a se constituir. O jornal, dentro do seu campo de atuação, tenta impor a *visão de mundo* desse grupo dentro do campo de produção ideológica para centralizá-la como mais legítima com relação às ocorrências de determinada comunidade.<sup>326</sup>

Nos trechos mencionados de *O Commercio*, verifica-se a formação do grupo empreendedor da cultura do arroz em Cachoeira, dos proprietários e arrendatários produtores, bem como dos engenhos descritos em torno do poder de divulgação do jornal, cujo raciocínio ideológico vem sendo demonstrado desde o primeiro capítulo deste trabalho. A materialização

<sup>323</sup> BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 7-16.

<sup>324</sup> O COMMERCIO. **Terras para Arroz**, 20 de março de 1912.

<sup>325</sup> BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, op. cit., p. 7-16.

<sup>326</sup> BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2017.

dos interesses comerciais desse grupo econômico aparece em vários anúncios de arrendamento de terras, como o que pode ser visto a seguir:

Terras para Arroz

Nesta typographia informa-se quem tem para arrendar de 3 a 4 sesmarias de campo de primeira qualidade para plantação de arroz, com mattos para extrahir superior madeira de lei. Agua permanente, fornecida por um arreo de curso volumoso.<sup>327</sup>

Em outra matéria, de abril de 1912, o jornal relata o desenvolvimento da cidade no período:

O Relatorio de estatistica é acompanhado de varios quadros graphicos, lithogravuras e um esboço de geografia agricola e industrial do municipio, em que figuram as lavouras de arroz, região do trigo, núcleos coloniaes (polycultura), vinhas, região carbonifera, wolfram e cal, cobre, ouro e granjas modelos.

Delle extrahimos, a seguir, alguns dados que nos parece mais interessantes.

Tem a cidade 810 predios, sendo 714 terreos, 21 sobrados e 75 sobradados.

Foi de 886 unidades o crescimento da população no anno de 1910, segundo os dados do registro civil, sendo registrados 1316 nascimentos, entre estes 26 nati-mortos.

Realizaram-se 317 casamentos, ou mais 39 do que em igual periodo de 1909. [...] 68 agricultores exploram, em larga escala, a producção da vinha no 5º districto, onde havia, em 1910, plantados 28.770 pés de varias especies de parreiras (Nacional, Izabel, Rosa, Clinto, Franceza, Americana, Marcemina, Yorck, Verdisa, Rabosa e Malvasio) que produziram 300 pipas de vinho.<sup>328</sup>

Percebe-se, pelo divulgado, que a cidade estava em expansão, vindo ao encontro da narrativa desenvolvida neste trabalho. A notícia, no seu seguimento, traz números sobre os cultivos de uva e de trigo, enaltecendo, em determinado trecho, o plantio de arroz como a maior riqueza do município no período. Essa informação, apesar do seu conteúdo real e numérico, insere o jornal num contexto em que ele se lança em uma defesa ideológica, obrigando-se a manter certa coerência para não perder o capital simbólico de credibilidade e legitimidade que mantém com seu público.

A maior riqueza do municipio é actualmente a lavoura de arroz, explorada em grande escala nas terras feracissimas que orlam as margens dos nossos rios e arroios. 67 empresas agricolas, localizadas em diversos districtos e servidas pelos mais modernos machinismos, exploraram o cultivo do arroz na safra de 1911 - 1912, cuja colheita é calculada em 240.000 saccos. Adicionando o minimo de 20.000 saccos para as pequenas lavouras da região da polycultura, a colheita total é calculada em 260.000 saccos, os quaes, contados ao preço minimo de 8\$000 rs., produziram um resultado bruto superior a... 2.000:000\$000.<sup>329</sup>

<sup>327</sup> TERRAS para arroz. **O Commercio**, 3 abr. 1912.

<sup>328</sup> RELATÓRIO anual. **O Commercio**, 24 abr. 1912.

<sup>329</sup> Ibid.

A partir desses números, pode ser observada a expressividade e o empreendedorismo do município, cujo relatório anual calcula a colheita 1911/1912 em 240.000 sacos de arroz, enquanto, no mesmo período, a Seção Estatística do Município de Pelotas<sup>330</sup> indica um total de 61.624 sacos de arroz. Nesses anos, o Rio Grande do Sul, embora com produção em expansão, ainda figurava em 3º lugar no cenário nacional rizícola, sendo responsável por apenas 2% da produção brasileira, ficando atrás de São Paulo, com 55%, e Minas Gerais, com 25%.<sup>331</sup> Essa conjuntura mudaria na década seguinte.

Na parte posterior da matéria, citada a seguir, também são referidos engenhos de arroz que já citamos aqui como potências da Cachoeira da época e empresas arrozeiras e agrícolas. Neste, como no trecho anterior, aparece a característica da forma simbólica de *legitimação* com a estratégia de *racionalização* quando números pungentes para o município no período, em uma visível argumentação racional, são elencados para legitimar e confirmar o discurso em prol do arroz e dos cuidados com a agricultura explorada “sob todos os aspectos”, o que vem ao encontro da *visão de mundo, valores e crenças* do jornal, como já foi apontado, para tentar estabelecer a rizicultura como atividade dominante na cidade em comparação com a pecuária e as charqueadas, que também são citadas no trecho a seguir. Situa-se, dessa forma, o *campo de produção ideológica* no qual o jornal se insere, como já foi dito.

O relatório estampa fotogravuras da actividade de varias empresas arrozeiras, assim como do Grande Engenho Central, da firma Aydos, Neves & C.; da Cachoeira do Fandango e da Cacheira Negra, do rio Jacuhy; do mostruario do municipio da Cachoeira na Exposição Internacional Turim-Roma; de touros e terneiros puros, das raças Hereford e Devon, da Granja da Penha, do dr. Balthazar de Bem, classificado de Grandas modelares este estabelecimento de criação, sito no 3º districto, a Granja Anna maria, do nosso amigo capitão João Jorge Krieger, localisada nas imediações da Ferreira, 1º districto municipal, e a Granda Porvir, do sr. coronel Isidoro Neves da Fontoura, sita no 2º districto, assignalando que nestes dois ultimos estabelecimentos, onde se encontram exemplares puros de reça bovinas, como Hereford, Flamengo e outras, cuida-se com carinho da agricultura, explorando-a sob todos os aspectos.

Accrescenta o relatório que no 4º districto o nosso amigo coronel Paulo Magnus Hellberg está também iniciando uma outra granja modelo.<sup>332</sup>

Em 1913, circulou no jornal um anúncio da Bromberg & Cia endereçado aos engenhos.<sup>333</sup>

Para descascar arroz, da afamada fabrica F. H. SCHULE e todos os aparelhos para o beneficiamento deste cereal!

<sup>330</sup> PIMENTEL, F. *Aspectos gerais da cultura do arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.n.], 1949.

<sup>331</sup> Ibid.

<sup>332</sup> RELATÓRIO anual. *O Commercio*, 24 abr. 1912.

<sup>333</sup> ENGENHOS. *O Commercio*, 28 maio 1913.

Locomoveis “Lanz” de qualquer força Bombas e canos. Todo material para irrigações de lavouras, temos sempre em deposito.  
 Fornecemos plantas e todas as informações para instalações de machinas para industria, agricultura e qualquer outra instalação mechanica. - Preços rasoaveis!  
 AGENCIA BROMBERG & C. - CACHOEIRA

Comprova-se, mais uma vez, que o público do jornal era os agricultores variados, arroteiros e donos de engenhos, aos quais eram endereçados as matérias e os anúncios que circulavam no periódico, e que, por sua vez, também anunciavam seus negócios ali, tais como as terras para arrendamento em anúncios, como citado anteriormente. O mesmo se nota em notícia a seguir, que informa sobre produção dita como vultosa de engenhos<sup>334</sup> no ano de 1916 e que termina de forma acalorada parabenizando, desejando de forma exclamativa aos chamados amigos donos de engenho que sigam adiante:

Engenhos de Beneficiar Arroz. – Desde principio da safra têm trabalhado diariamente os 5 engenhos de beneficiar arroz deste districto. O engenho da firma Posselt&Garske não só tem funcionado de dia, como até 10 horas da noite. Por ter continuado a beneficiar arroz de 1ª qualidade, dando, assim, bom sobrepezo tem sido tanta a remessa de arroz, que os srs. Irnãos Posselt&Garske acham-se embaraçados para aceitar mais arroz, por estarem seus armazens repletos desse grão, por este motivo estão resolvidos a construir mais um armazém, com capacidade superior a 10.000 saccos. Parabens a esses amigos. Avante!<sup>335</sup>

Na notícia que traremos a seguir, de janeiro de 1907, é relatada uma visita do jornal ao arrozal Franke, Krieger & C., demonstrando quão próxima era a relação entre *O Commercio* e seu público de arroteiros e como foi se formando esse grupo de novos investidores agrícolas em Cachoeira do Sul, que, como afirma a matéria, transforma-se de pastoril em agrícola de modo mais amplo. Nota-se a necessidade de propagar e afirmar seu *poder simbólico* através do periódico, que, por sua vez, alinha-se à bandeira da rizicultura.

#### O Arrozal

Foi no domingo, 13 do corrente, que em alegre comitiva, às 6 horas da manhã, saímos desta cidade em demanda do pittoresco sitio à margem esquerda do arroio Capané, onde assentaram sua tenda de trabalho os sympathicos e infatigaveis industrialistas srs. Franke, Krieger& C. Ver e admirar o seu vasto e afamado arrozal, foi o que fomos fazer. Despontou-nos essa justa curiosidade as sensacionais noticias em circulação, cada qual mais empolgante, de que a aludida área, não só por seu bem escolhido local, como por sua admiravel extensão, está fadada a ser a de maior rendimento em todo o Estado, que a olhos vistos opera a sua transformação de essencialmente pastoril para exclusivamente agricola.<sup>336</sup>

<sup>334</sup> O jornal cita cinco engenhos em funcionamento, embora informação anterior de Aroztegui (1980) dê conta de mais engenhos existentes no período. É possível que o jornal tenha se referido aos cinco de maior porte: Ernesto Pertille e Filhos, Strack & Cia, Engenho Central, Roesch & Cia, Engenho Brasil e o citado Posselt & Garske.

<sup>335</sup> ENGENHOS de beneficiar arroz. *O Commercio*, 12 ago. 1916.

<sup>336</sup> O ARROZAL. *O Commercio*, 30 jan. 1907.

No trecho seguinte da matéria, percebe-se um elogio às melhorias feitas na estrada de acesso ao arrozal, subentendendo-se que o progresso se deu aliado ao desenvolvimento arrozeiro, o que fica mais claro mais adiante, quando é narrado que também chegava ao local a linha telefônica. Há, portanto, uma tentativa de alinhar o pensamento ideológico ao da administração municipal, que estaria dando diretrizes acertadas e aperfeiçoamento para as estradas do município. Também fica visível a articulação entre o poder público e o empresariado rizícola, já que a administração municipal realiza as melhorias justamente na área de atuação desse grupo defendido pelo jornal.

Notamos com satisfação que a estrada desta cidade até ahi acha-se muito melhorada, com escavações, aterros e pontilhões em todos os pontos precisos, o que muito recomenda a utilissima e patriótica administração do actual vice-intendente em exercicio, nosso patricio sr. dr. Candido de Freitas. [...] Com a nossa chegada ao arrozal coincidiu a inauguração de um importante melhoramento. Referimo-nos à installação de uma linha telephonica que, à tarde, ficou ligando aquelle bello sitio a esta cidade.<sup>337</sup>

Na sequência aparece, como em toda a matéria, outra estratégia de *legitimação* que é a *narrativização*, quando se usa o artifício da narrativa, contando-se histórias para justificar as ações de poder de modo a sensibilizar pela emoção e envolver o leitor em um processo simbólico que pode servir para originar e manter relações de dominação. Há um apelo para a emoção do leitor, buscando-se identificação dos interesses dos arrozeiros com o público. Desse modo, o relato a seguir enaltece de forma poética a plantação:

Minutos eram decorridos quando do alto da margem direita do Jacuhy descortinavamos uma grande extensão de terras de um verde escuro, à 6 kilometros mais ou menos. Era a plantação monstra, o soberbo arrozal Franke, Krieger & Cia. Em marcha batida por uma boa estrada não ha muito aberta pelos interessados nessa rapida via de communicacão, em pouco mais de uma hora eramos chegados ao termo de nossa amena viagem. Em verdade não vacillamos em affirmar que esse plantio do apreciado grão ultrapassa em extensão a tudo quanto a nossa imaginação havia idealisado ali encontrar.<sup>338</sup>

Mais adiante segue o apelo emocional ao leitor em tom poético e fazendo uso de muitos adjetivos, mas a *racionalização* é utilizada quando é afirmado que os sócios arrozeiros fazem fortuna e que em breve se verão maços e maços de dinheiro sendo negociados ali. A narrativa continua dizendo que essa prosperidade será estendida a todo o Rio Grande do Sul, em uma alusão de que a fortuna privada gera a fortuna pública. Também se percebe uma

<sup>337</sup> O ARROZAL. *O Commercio*, 30 jan. 1907.

<sup>338</sup> Ibid.

valorização da figura do investidor, enquanto o trabalhador nem sequer é citado. Essas questões indicam a *visão de mundo*, os *valores e crenças* do periódico.

E' realmente bello de vêr-se aquelle lençol quasi sem fim, de um verde semi-negro, a fazer pulsar de nobre alegria os corações dos laboriosos industrialistas que, promovendo assim com intelligente e incançavel actividade o augmento da sua fortuna, concorrem poderosamente para o progresso de nosso amado Rio Grande. Olhando-se para aquellas áreas talvez sem igual em terras deste Estado, parece estar-se vendo já maços e maços de cédulas novas de 200\$ e 500\$000 a entrarem pelos bolços das calças e dos casacos dos amaveis industrialistas que ali confiada e corajosamente plantaram o seu capital!<sup>339</sup>

Em trecho posterior, percebe-se ainda um argumento da característica de *legitimação* através da estratégia de *racionalização* no momento em que são apontados números e é informado que foi feito investimento em tecnologia com bomba de irrigação e motor vindos da Europa e com ceifadora e trilhadora já encomendadas, num claro elogio à tecnologia agrícola e defesa da continuidade do avanço tecnológico promovido por esses empreendedores.

O soberbo e vasto plantio que absorveu 600 alqueires do inestimavel grão, occupa uma área mais ou menos de 18 quadras de extensão, por 8 de largura. A possante bomba que mede 30 cmts. De diametro e levanta do arroio Capané 2 metros cubicos de agua por minuto, com a qual é fartamente regada toda aquella lavoura, foi mandada vir da Europa, por telegramma, conjunctamente com o motor de força de 25 cavallos, e custaram, ambas as peças, 12:000\$000, postas aqui. [...] Encomendadas e talvez já em viagem se acham as aperfeiçoadas machinas *Trilhadora* e *Ceifadora*, que vêm completar o conjunto mechanicamente de propriedade desses senhores. Para a sécca do nutritivo grão vimos em construcção, pouco abaixo do local onde funciona a grande bomba, um extenso galpão que mede talvez 300 palmos de comprimento, por 100 de largura, o qual, disse-nos o sr. Krieger com a intima satisfação de quem tem consciencia da importancia da obra que está construindo, será provido de trilhos interiormente e de um elevador para transportar o arroz secco, do pavimento inferior ao superior.<sup>340</sup>

Na sequência da notícia, reproduzida a seguir, percebe-se que o jornal se esforça em tornar a sua *visão de mundo* a mais legítima dentro do *campo de produção ideológica* da cidade daquele período. Nesse sentido, para legitimar sua posição e exercer seu *poder simbólico*, é dada a imagem dos proprietários do arrozal como sendo investidores paladinos defensores da grande causa da rizicultura.

É narrado ao leitor que Franke tocou violão, Krieger cantou e outro sócio Fidelis Prades dançou tango, festividades em homenagem à promissora atividade do arrozal, nas quais foram

<sup>339</sup> O ARROZAL. *O Commercio*, 30 jan. 1907.

<sup>340</sup> Ibid.

acompanhados pelo amigo e dono do jornal, Henrique Möller Filho. No trecho fica evidente, mais uma vez, que o *poder simbólico*, que é o poder de fazer coisas com as palavras, nesse caso, criou um grupo de defensores da cultura do arroz que contava com *O Commercio* como porta-voz para se consagrar no espaço de conflito e interesses de Cachoeira do Sul.

Os dignos industrialistas srs. Franke, Krieger & Cia., cavalheiros de fino trato, que seja dito de passagem, sem melindrar a sua encantadora modestia, nos receberam e trataram com as mais significativas e inesquecíveis provas de alta consideração, esperam colher para mais de doze mil saccos de sua futura e bem cuidada sementeira. [...] A pouca distancia, na orla do matto que ahi serpeia o Capané, vai o sr. Krieger edificar um confortante Chalet, não só para habitação de sua exma. familia durante os mezes da safra, como para hospedar *por algumas horas* os amigos que, como nós, aguilhoados por fêminil curiosidade, resolvam-se ir admirar a opulencia de sua apreciada lavoura. [...] Vê-se bem que a emprehendedora firma Franke, Krieger & Cia., não poupa esforços nem olha despezas quando se trata de introduzir reaes melhoramentos na industria que resolveram explorar. Pelo que vimos e ouvimos do sr. Krieger, em breve tempo as apraziveis margens do murmuroso Capané estarão ali transformadas em vasta zona de actividade sem igual, em plantação, colheita e exportação de arroz em grande escala, para o que contam com todos os elementos para isso necessarios. Assim propicia lhes corra a sorte, que bem merecem-n'a esses extremados paladinos do desenvolvimento agricola em terras de nosso berço. Não podemos, porém, furtar-nos ao desejo de contar reservadamente uma surpresa com que nos deleitaram os amaveis amigos Franke, Krieger & Cia.

Alguns momentos depois de havermos chegado, um dos nossos companheiros de viagem pediu ao amigo Krieger que, em regozijo à nossa visita, e, mais, pelo promettedor estado do arrozal, cantasse uma das suas apreciadas modinhas. Elle a principio quiz escusar-se, mas sendo por todos instado declarou que só o faria si o amigo Jorge o acompanhasse no violão. A' vista disto o amigo Franke tomou do violão, afinou-o com toda pericia e após alguns rasgos de phantasia principiou o acompanhamento, cantando o amigo Krieger uma linda cançoneta intitulado - Ai que lindo Bonequinho. Em meio da cantoria, tendo chegado o socio vizinho e electrizando-se com a justa alegria de seus amigos, completou a scena dançando um tango com todo o requebro. Até o rabiscador destas linhas, apezar do seu velho rheumatismo, entrou tambem no baile em regosijo ao bom lucro que promete o arrozal.<sup>341</sup>

No texto acima, é possível perceber que a figura do empresário arroteiro é referida como tendo virtudes civilizadas, sendo de “fino trato”. Ao ler o relato da confraternização musical que ocorreu no arrozal, constata-se que há grande interação entre o jornalista e os produtores, em clima de alegria e otimismo, evidenciando o pertencimento do empreendedor e do narrador à mesma cultura. Isso nos remete a Pierre Bourdieu<sup>342</sup> e ao *poder simbólico* com sua capacidade de formar grupos, que podem já serem constituídos e necessitam de consagração ou que estão a se constituir. O papel do jornal novamente, dentro da sua

<sup>341</sup> O ARROZAL. *O Commercio*, 30 jan. 1907.

<sup>342</sup> BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 7-16.

comunidade, é o da busca por impor a *visão de mundo* e os *valores e crenças* desse grupo no interior do *campo de produção ideológica* para centralizá-la como mais legítima com relação às ocorrências daquela sociedade.

Levando-se em conta a característica recorrente de *legitimação, a racionalização*, convém verificar uma matéria informativa de setembro de 1919, reproduzida a seguir, que traz uma prestação de contas da Intendência Municipal aos bancos operantes no Rio Grande do Sul no período. Pelos números apresentados de arrecadação municipal, percebe-se um crescimento de 1909 a 1918.

A demonstração racional apresentada vai ao encontro do argumento do jornal de que Cachoeira estava alcançando o progresso com o arroz, já que o maior número arrecadado vem da expedição de produtos, indústrias e profissões, classificação na qual se encontram os empresários/produtores de arroz e os de engenhos. Nessa busca por legitimação, o jornal procura apresentar coerência na defesa de uma bandeira que o distingue dentro do *campo de produção ideológica* e procura vender essa *visão de mundo* como mais legítima no espaço de disputas daquela sociedade. Para isso, além da *racionalização*, ele procura exercer seu *poder simbólico*, o que fica bem claro quando chama o intendente municipal de amigo, dando a entender que a administração municipal faz parte do seu grupo, que, naquele momento histórico, já se tornara o dominante.

Damos a seguir o officio circular dirigido pelo operoso intendente municipal, nosso amigo capitão Francisco Gama, a 30 de Agosto ultimo, a todos os Bancos do Rio Grande do Sul [...].<sup>343</sup>

#### RENDAS MUNICIPAES

A renda arrecada nos ultimos dez annos foi a seguinte: 1909-167:490\$262; 1910-291:313\$900; 1911-286:390\$065; 1912-315:035\$263; 1913-388:836\$786; 1914-388:274\$235, 1915-355:432\$737; 1916-364:732\$251; 1917-454:850\$588; 1918-497:067\$228

As principaes fontes desta renda foram as seguintes no anno de 1918:

Expedição de productos	143:000\$000
Industrias e profissões	52:400\$000
Imposto predial	50:000\$000

Em 1919, provavelmente, as rendas municipaes attingirão a rs. 550:000\$000.<sup>344</sup>

Como mais um exemplo de *legitimação* usando a *racionalização*, podemos observar os resultados do crescimento e o desenvolvimento de Cachoeira no período, o que é noticiado através da obra de abastecimento de água – foi construída uma hidráulica para abastecer a cidade em 1920.

<sup>343</sup> O SANEAMENTO de Cachoeira. **O Commercio**, 3 set. 1919.

<sup>344</sup> Ibid.

Conforme adiantamos aos nossos leitores, Cachoeira terá dentro em breve instalação hydraulica, para abastecer a sua zona mais densamente povoada, já por encanamentos domiciliares, já por meio de fontes e bebedouros publicos, consistindo os serviços na execução de parte do projecto que a respeito elaborou o notavel engenheiro dr. Saturnino de Britto, na vigencia da administração do capitão Francisco Gama. Serão incalculaveis os beneficios que tão importante melhoramento proporcionará aos habitantes desta cidade.<sup>345</sup>

Além disso, o jornal procura exercer *seu poder simbólico* ao reproduzir o comunicado do intendente municipal a respeito dessa obra de abastecimento de água do município. Ao fazê-lo, o periódico opina que os problemas nessa questão serão resolvidos graças ao empenho do tido como louvável intendente, que, com isso, tornava-se merecedor de gratidão dos cidadãos cachoeirenses e a quem os donos do jornal davam seus cumprimentos. Essa é uma demonstração clara de que, naquele momento, *O Commercio* e seu grupo arroteiro mantenedor e leitor já podia ser percebido como um poder econômico dominante alinhado ao poder político.

Confirmando o que havíamos dito, o dr. Annibal Loureiro<sup>346</sup> recebeu do dr. Ildefonso Pinto, secretario das Obras Publicas do Estado, o seguinte telegramma: “P. Alegre, 25 - Comunico-vos que por despacho de hontem o dr. Presidente do Estado approvou e autorizou a execução immediata do projecto preliminar das obras de abastecimento d’agua a essa cidade. Remetterei pelo correio os respectivos documentos, comprehendido o projecto, inclusive plantas e orçamento. Saúdações cordiaes”. Solução desta magno e grandioso problema, devido aos continuos esforços do Illustre dr. Annibal Loureiro, deste que assumiu a chefia deste Municipio, torna-o portador de um titulo de benemerencia publica e credor da gratidão da população desta cidade, com quem nos congratulamos.<sup>347</sup>

Por tudo que foi analisado neste capítulo, conclui-se que a historiografia e as fontes apontam para um crescimento do município de Cachoeira do Sul, nos anos destacados, que coincide com o auge a produção arroteira do estado e do município. Dentro disso, percebe-se como o jornal *O Commercio* foi formatando seu discurso em prol da rizicultura, aos poucos se

<sup>345</sup> ABASTECIMENTO d’agua á Cachoeira. **O Commercio**, 20 jun. 1920.

<sup>346</sup> Aníbal Lopes Loureiro aportou em Cachoeira em 1920, nomeado por Borges de Medeiros para administrar provisoriamente o município depois que o intendente Francisco Gama e todos os conselheiros municipais renunciaram a seus cargos, deixando a administração acéfala. Mais tarde, conquistando a confiança dos munícipes, ele foi eleito para a Intendência, dando início a uma série de ações em prol dos serviços de águas e esgotos. Em 20/9/1921, inaugurou a primeira hidráulica de Cachoeira, nas proximidades do Hospital de Caridade [...] Durante a revolução de 1923, Aníbal Loureiro foi nomeado pelo governo do estado para comandar o Corpo Provisório de Cachoeira, pelo Decreto nº 3.158, de 25/5/1923. (Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul).

<sup>347</sup> ABASTECIMENTO d’agua á Cachoeira. **O Commercio**, 20 jun. 1920.

tornando parte do grupo de arroteiros que defendia. Esse grupo chega ao final do período estudado como dominante naquela sociedade

Para verificar como se deu esse processo, foi realizada a interpretação de algumas matérias consideradas chaves para entender a ideologia do jornal de acordo com o pensamento e os conceitos elencados de Bourdieu, Eagleton e Thompson. É possível observar mais uma vez os conceitos ideológicos de Thompson e Eagleton ancorando uma tentativa de dominação já em processo de estabelecimento, pois o setor arroteiro desponta, no momento abordado, como nova elite nas comunidades cachoeirense e gaúcha. Essa busca por domínio ocorre com o jornal defendendo a bandeira arroteira na abrangência maior da sociedade no *campo de produção ideológica*, utilizando para isso seu *poder simbólico* para legitimar sua *visão de mundo*. Dentro da mesma circunstância, no capítulo seguinte trataremos das questões políticas que envolviam o Rio Grande do Sul e o município à época e veremos como o jornal, que aqui já pode ser visto como porta-voz dos arroteiros, posicionou-se.

#### 4 CACHOEIRA DO SUL E O JORNAL *O COMMERCIO* NO CONTEXTO DA POLÍTICA ECONÔMICA DA REPÚBLICA VELHA

Com a derrocada da oposição, a liderança no Rio Grande do Sul, no fim do século XIX, personificava-se na figura de Júlio de Castilhos, que comandava o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), a administração pública, a política no estado e as questões municipais. Essa situação perdurou até 1898, quando seu indicado, Borges de Medeiros, tomou o poder, sendo reeleito em 1902, embalado por um manifesto de Castilhos que convocava os republicanos a apoiarem sua candidatura. Nessa eleição, a oposição do Partido Federalista se absteve.<sup>348</sup>

Até a morte de Castilhos, em 1903, Borges obedeceu ao chefe, mas após a morte do primeiro a liderança do segundo foi questionada pelos republicanos, o que o fez recuar taticamente e indicar Carlos Barbosa Gonçalves como candidato na eleição de 1907. Assim, entre 1908 e 1913, ao longo do governo de Gonçalves, Borges de Medeiros se manteve no comando do partido e conseguiu organizar alianças de compromissos e lealdades no interior do estado.<sup>349</sup>

No período castilhista, houve liberdade de ação para os parceiros nos municípios. Borges de Medeiros, por sua vez, teve a intenção de intervir de modo mais sistêmico nas administrações municipais, fortalecendo o poder administrativo estatal. Em âmbito federal, a partir de 1910, o governo Hermes da Fonseca, liderado na esfera política por Pinheiro Machado, alçava vários gaúchos a cargos nacionais, ao que Borges reagia dando autonomia para nomeações a cargos federais no estado. Dessa forma, ele obteve apoio para sua liderança partidária e para o comando do governo a partir de uma rede de compromissos que se entrecruzavam vigorosamente no interior do Rio Grande do Sul.

Em 1915 – no mesmo momento em que no Partido Republicano Conservador (PRC) aumentava as desavenças em âmbito nacional e que a liderança de Pinheiro Machado ruía –, Borges contraiu uma grave doença que o fez abandonar o governo por um ano. Seu afastamento apresentava também ligação com o desgaste político que sofria, por isso o comando do partido foi entregue a Protásio Alves em algumas cidades, como Livramento, mas em outras, como Cachoeira do Sul, permaneceu o controle de Borges. No tocante à administração do governo, ela foi assumida pelo vice-presidente Salvador Pinheiro Machado,

---

<sup>348</sup> AXT, G. Coronelismo indomável: o sistema de relação de poder. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>349</sup> Ibid.

irmão do senador José Gomes Pinheiro Machado, que controlava a bancada gaúcha no Congresso e que acabou assassinado no Rio de Janeiro.<sup>350</sup>

Com relação à economia do período, Joseph Love afirma que a agricultura foi a base fundamental de todos os estados na República Velha, vide o café em São Paulo e em Minas Gerais. Essa cultura de cultivo desses estados liderou as exportações brasileiras de 1911 a 1920, significando 53% do que era exportado nesse intervalo de tempo e 70% na década posterior. O Rio Grande do Sul, por sua vez, exportava menos que esses dois estados, estando interessado, essencialmente, em salvaguardar o mercado interno para os produtos agropecuários.<sup>351</sup>

Diferentemente de São Paulo, que dependia das exportações, o Rio Grande do Sul, de 1910 a 1930, enviava para o mercado interno dois terços a três quartos do que saía do estado, restando dos gêneros alimentícios e das atividades da pecuária em torno de 30 a 40% do que era exportado. Assim sendo, o estado baseava-se em uma economia agroindustrial.<sup>352</sup>

Nesse contexto da República Velha, apesar de as informações sobre a produção econômica do período serem insatisfatórias, o estado cresceu nitidamente, saindo do 6º lugar em quantia de produção agrícola para 3º em 1920, tendo neste último ano ficado atrás somente de São Paulo em número de propriedades rurais, além de ser o primeiro do país em número de rebanhos bovinos. A produção de charque ainda era a atividade mais importante do estado, mas os problemas que atingiam os produtores em todo século XIX permaneceram ocorrendo nas primeiras décadas do século seguinte. Em relação às manufaturas, o RS só estava abaixo de São Paulo e do Distrito Federal no ano de 1920.<sup>353</sup>

No referido período, o investimento mais importante do Rio Grande do Sul era no plantio de arroz. O cultivo desse grão adquiriu relevância comercial na década de 1920, tornando-se o mais expressivo desses tempos. Atrás da carne e de seus derivados, o arroz foi o alimento de maior importância exportado pelo Rio Grande do Sul na República Velha.<sup>354</sup>

Em análise mais recente, Herrlein<sup>355</sup> pontua que o exponencial crescimento da economia do Rio Grande do Sul na 1ª República teve âncora especialmente na ampliação do mercado

<sup>350</sup> AXT, G. Coronelismo indomável: o sistema de relação de poder. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>351</sup> LOVE, J. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

<sup>352</sup> Ibid.

<sup>353</sup> Ibid.

<sup>354</sup> Ibid.

<sup>355</sup> HERRLEIN, J. R. O cenário econômico da revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, p. 76-97, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6935>. Acesso em: 12 abr. 2019.

interno, apesar de as exportações terem crescido altamente nos anos 1920. Esses avanços foram produto da instalação gradual de uma nova estrutura econômica no estado, que teria ampliado o rol produtivo estadual ao adicionar os produtos da agropecuária colonial, paralelamente a prolongada crise da pecuária. De outro ângulo, o crescimento teria sido consequência da integração do mercado interno gerado pelas ligações ferroviárias e dos incrementos na situação dos transportes fluviais e ferroviários, como também da desobstrução da Barra de Rio Grande (1918), que foi encampada pelo governo do estado, juntamente com o porto (1919) e a viação férrea (1920), e da instalação de novo porto na capital (1921).

Essas mudanças relativas à questão econômica ocorreriam no âmbito de uma transição para a economia chamada capitalista, determinada pela acumulação privada de capital e pela preponderância do trabalho assalariado, paralelamente à passagem para uma sociedade burguesa moderna, dentro do padrão estabelecido pela democracia política do novo regime republicano. No Rio Grande do Sul, a transição histórica ao capitalismo seria determinada pela esfera política que gere a economia e a sociedade de modo a reestruturá-las.<sup>356</sup>

Esse transcurso teria acontecido no meio rural com a fundação das novas colônias de pequenos proprietários agrícolas, apoiados de modo direto ou indireto pelo governo do estado, que atuaram de modo a propiciar a expansão sequencial da produção primária e agroindustrial gaúcha em vários produtos. Isso teria também ecoado no meio urbano por limitar a migração rural. No conjunto, esse progresso teria propiciado que o setor econômico da agropecuária colonial atingisse, até o final do período, um peso de destaque na economia do estado, fixando de fato o que pode ser chamado de uma hegemonia econômica estadual.<sup>357</sup>

Nesse ponto, haveria mais um aspecto definidor na passagem da economia gaúcha ao capitalismo: a concentração, no mesmo espaço, de dois processos econômicos, o pecuário-charqueador, vigente desde 1740, e agropecuária colonial, instituída a partir de 1840. Essa integração espacial se deu, no princípio, através da navegação fluvial, abarcando a Lagoa dos Patos, a embocadura do Guaíba e seus rios afluentes (Jacuí, Sinos e o Taquari), donde surgiu grande movimentação empresarial de serviços, agregados para estipular uma grande expansão agrícola, comercial, industrial e urbana no Rio Grande do Sul da República Velha. Esse fato se comprovaria em números, como no crescimento das exportações de 5% a.a no período entre 1901 e 1929 para 12% a.a nas últimas décadas deste íterim. O RS sofreu uma intensa transformação na sua economia regional subsidiária, pois, embora o estado dependesse da

---

<sup>356</sup> HERRLEIN, J. R. O cenário econômico da revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, p. 76-97, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6935>. Acesso em: 12 abr. 2019.

<sup>357</sup> Ibid.

atividade da economia exportadora nacional de um modo mais genérico, possuía diversificação de mercados e produtos para aumentar as suas exportações. Desse modo, sem deixar de lado sua característica subsidiária, a economia local teria tido condições de modificar seu sistema de oferta, crescer no mercado regional e conquistar espaços que se ampliavam no mercado nacional.<sup>358</sup>

Nesse contexto, teria havido um aumento no peso dos produtos da agropecuária colonial nas exportações gaúchas, cenário no qual despontava o arroz nas primeiras décadas da República. Por outro lado, a queda dos artigos da pecuária e das charqueadas nas exportações é retrato da crise constante desse setor durante toda a República Velha. Com relação à pecuária, isso seria devido ao fato de ser pouco dinâmica e vigorosamente baseada apenas na utilização dos recursos naturais. Já em relação ao charque, este seria um produto em declínio, levando-se em conta os avanços tecnológicos, pois tendia a ceder lugar às carnes frigorificadas. Mesmo assim, ele se manteve como o mais importante produto em solo gaúcho, vindo a cair suas exportações de modo incorrigível a partir de 1918.<sup>359</sup>

De acordo com Herrlein,<sup>360</sup> os pecuaristas teriam obtido suporte do governo do estado para trazer a instalação de frigoríferos. O cenário contava com situação externa favorável por conta da guerra, que acabou definindo a implantação de três indústrias frigoríficas de matriz americana e uma nacional financiada por capital local, o Frigorífico de Rio Grande. Esses investimentos mais tarde se mostrariam não tão promissores.

Na década de 1920, teriam aumentado as relações comerciais do RS com outras regiões do país e do estrangeiro. Esse fato, que fez com que as exportações gaúchas crescessem 12% a.a no período 1919-1921, consagrando-se como o seu auge a nível estadual desde o Império. No mesmo íterim, as importações também aumentaram muito, gerando saldos comerciais negativos, tendo sido o valor das exportações inferior ao das importações – 21% em média. Tais dados sugerem que a demanda interna era maior que a produção estadual e conseguia progressivamente ter maior destaque na dinâmica da economia estadual.<sup>361</sup>

Nesse cenário de déficit comercial, enquanto as exportações do RS cresceram 5% a.a de 1901 a 1929, as exportações brasileiras cresceram somente 3,7%. São Paulo, o estado pujante da nação, teve exportações internacionais de 3,7% e totais de 4,4% no mesmo período. Além disso, a arrecadação tributária estadual, nos patamares da União, do estado e dos municípios,

---

<sup>358</sup> HERRLEIN, J. R. O cenário econômico da revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, p. 76-97, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6935>. Acesso em: 12 abr. 2019.

<sup>359</sup> Ibid.

<sup>360</sup> Ibid.

<sup>361</sup> Ibid., p. 85.

teria tido crescimento maior do que as exportações estaduais, o que poderia indicar que o PIB gaúcho tenha crescido mais que 5%.<sup>362</sup>

A infiltração do capitalismo nas práticas econômicas do RS teria sido resultado de um progresso interno, apesar de ligado aos mercados chamados externos. Esse transcurso não teria sido moldado pela introdução da economia local gaúcha no mercado mundial, como no caso de São Paulo, além de no RS esse processo ter sido peculiarmente mais devagar do que em tal estado. Dentro da particular estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, o latifúndio não seria agroexportador ou mercantil-escravista, ao passo que a pequena propriedade teria exercido um desempenho econômico e social determinante para a transição capitalista. Essas conjunturas histórico-sociais diferiam das outras regiões do Brasil.<sup>363</sup>

Politicamente, o Partido Liberal local tinha preponderância no final do Império, fato que teria levado a uma elaboração impar do republicanismo. Com a Proclamação da República, um grupo com base ideológica sólida, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), ascendeu. Este acabaria demonstrando grande habilidade pragmática de liderar as instituições públicas, garantindo de modo rápido o apoio fundamental do Exército Nacional e, na sequência, instituindo uma força armada privativa do Estado do RS, a Brigada Militar.

Com relação aos opositores, os federalistas não queriam a volta do Império como lhes imputavam os republicanos, mas almejavam a centralização política na esfera federal, balizada pelo parlamentarismo. Eles preconizavam o liberalismo político e econômico, podendo ser chamados de herdeiros do Partido Liberal. No entanto, defendiam que a pecuária tinha que ser principalmente apoiada por ser a grande riqueza estadual.<sup>364</sup> Desse modo, aderiam à “defesa do boi”,<sup>365</sup> que se baseava na crença nos benefícios da especialização econômica do RS por suas condições regionais mais favoráveis à pecuária e seus derivados. Essa hipótese estaria ancorada em ensinamentos de economistas e se inspirava nas atividades de outras regiões, como nos exemplos do café, do açúcar e do cacau. Os federalistas também eram contra a imigração que era feita com apoio direto dos governos regional e federal, criticando o uso de dinheiro público local para fomentar outra coisa que não fosse a pecuária, apesar de aceitarem a imigração espontânea. O cerne dos seus pensamentos era defender os interesses da pecuária e da liberdade política, o que pode ser tido como defender a liberdade

<sup>362</sup> HERRLEIN, J. R. O cenário econômico da revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, p. 76-97, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6935>. Acesso em: 12 abr. 2019.

<sup>363</sup> HERRLEIN, J. R. A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 175-207, jan./jun. 2004.

<sup>364</sup> Ibid.

<sup>365</sup> Id., 2015, p. 86.

de continuar dominando a esfera política estadual. Eles estavam ancorados socialmente pelo latifúndio pecuarista tradicional e pelo comércio, sendo, portanto, predominantes na campanha e em quase toda região sul do estado.

No vértice oposto, os republicanos tinham projeto fundamentado na diversificação econômica e na modernização da sociedade sul-rio-grandense. Eles preconizavam a autonomia política estadual com relação ao Estado Nacional e intentavam diminuir a dependência econômica local dos mercados externos, além de criticarem as crises da pecuária, suas consequências e a insistência na sua especialização. Juntamente a isso, a procura pela autossuficiência regional era outra alegação do PRR em prol de que o governo incentivasse a policultura, beneficiada pela política imigratória. As ideias do PRR preconizavam uma versão singular do positivismo, explicando a predileção pelo sistema ditatorial baseado no conhecimento e na repulsa ao que chamavam de representação de interesses.

Segundo Paulo Pezat,<sup>366</sup> a importância do conjunto de ideias positivistas de Augusto Comte, no Rio Grande do Sul, entre as últimas décadas do século XIX e as do início do século XX, é um dos fatos mais característicos da cultura e da história sul-rio-grandenses. Depois do fracasso da Revolução Farroupilha, a propagação do positivismo em território gaúcho retornou de modo organizado no final da década de 1860. Com a criação do PRR (1882), a difusão desse ideário teria ganhado um estímulo definitivo.

Do ponto de vista econômico, os republicanos eram antiliberais política e economicamente. Eles desaprovavam o pensamento liberal de autorregulamentação dos mercados, apesar de serem privatistas com relação à ligação estatal com negócios privados, que precisariam ser conduzidos livremente por seus proprietários se estivessem de acordo com a ordem e costume da sociedade, implicando uma responsabilidade do cidadão. Eles também professavam a liberdade espiritual e de pensamento na vigência da ordem e segundo a ciência, questionando se a “economia inglesa” estava nesse grupo.<sup>367</sup>

Na administração de estatais, os republicanos enfatizavam o discurso e a prática no tocante aos cuidados com o bem público e com a segurança financeira do Estado, dizendo-se contra a utilização de créditos para gastos ou para financiamento de atores privados. Eles estavam ancorados socialmente também pela pecuária, principalmente no Planalto e no Oeste, mas tiveram a instituição de um novo alicerce social, no decorrer da 1ª República, com

---

<sup>366</sup> PEZAT, P. Leituras interpretações de Augusto Comte. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Porto Alegre: Méritos, 2007. p. 29-29. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>367</sup> HERRLEIN, J. R. O cenário econômico da revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, p. 76-97, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6935>. Acesso em: 12 abr. 2019.

colonos, ramos médios urbanos, profissionais liberais e sindicatos, bem como dentro da máquina burocrática estatal.<sup>368</sup>

Dentro do que foi exposto, a atuação econômica do Estado local teria tido renome por estimular os métodos de mudança na economia e na sociedade que estavam transcorrendo. Os custos despendidos com a chamada colonização oficial estimulada pelo estado regional e federal ajudaram a impulsionar a reforma da organização social, fortalecendo a camada social de pequenos proprietários rurais, cultivadores da policultura concomitante às culturas de exportação, que se utilizavam da mão de obra familiar.

A reestruturação econômica foi alavancada também pelo combate ao contrabando e pela Reforma Tributária de 1902, que tentou acabar com os impostos de exportação que tornavam os artigos gaúchos caros e dificultavam suas comercializações nos mercados regionais brasileiros. Para isso, foi instituído o imposto territorial rural, visando garantir ao menos a arrecadação estadual. Essa reforma acarretou redução ou isenção tributária ao charque e a outros produtos locais e propiciou a diversificação da pauta de exportações, bem como sua ampliação, ao mesmo tempo em que protegeu a indústria, salvaguardando de algum modo as exportações de matérias-primas. Embora não tenha conseguido a extinção do imposto, o total de sua renúncia fiscal atingiu em torno de 70% na década de 1920, tendo as receitas perdidas sido recuperadas pelo imposto territorial que incidia sobre a propriedade da terra, que teve como resultado desonerar o capital comercial industrial e aumentar o tributo sobre a propriedade fundiária.

A atuação econômica do estado se deu em várias áreas e teria sido de um “crescente comprometimento com a solução dos problemas da economia do Estado”.<sup>369</sup> Isso teria ocorrido com a realização de gastos públicos que promoveram o desenvolvimento econômico, que cresceu no decorrer de toda a 1ª República, excetuando-se de 1912 a 1918, momento em que a queda das negociações externas teria gerado menos arrecadação e controle de gastos.

No total, o orçamento do RS cresceu 580% de 1893 a 1929, e os gastos com promoção do desenvolvimento, mais de 15.500%, gastos que foram de 2,5% para 56% do orçamento, nesses anos, devido ao empenho do governo com a infraestrutura (portos e ferrovias).<sup>370</sup> Também se destaca no conjunto de gastos a educação, inclusas a educação básica e a técnica,

---

<sup>368</sup> HERRLEIN, J. R. O cenário econômico da revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, p. 76-97, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6935>. Acesso em: 12 abr. 2019.

<sup>369</sup> HERRLEIN, J. R. A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 175-207, jan./jun. 2004. p. 18.

<sup>370</sup> Ibid. Para maior aprofundamento, ver trabalho completo de Herrlein.

bem como o desenvolvimento agrícola, industrial e comercial, o saneamento, a energia e os recursos minerais.<sup>371</sup>

Nesse sentido, o Plano de Viação, instituído em 1913, dava a direção da administração pública no ramo dos transportes, presumindo um programa de obras em portos e ferrovias, alegando que era necessário socializar os serviços públicos na esfera da infraestrutura. Esse plano teve execução sucessiva até 1920, tendo como produto as encampações do sistema ferroviário, do Porto e da Barra de Rio Grande. Do mesmo modo, o Estado se apropriou e passou a operar minas de carvão geradoras de combustível empregado na manutenção das hidrovias e da termelétrica. Ao se levar em conta a 1ª República, poderia ser afirmado que houve um grande aumento dos gastos públicos do governo do RS, alicerçado na progressiva arrecadação estadual. Existiam dois projetos sociais e políticos em disputa, mas o poder estava na mão do PRR, que realizava seu projeto abaixo de críticas da oposição.<sup>372</sup>

Na política, cisões no Partido Republicano Rio-grandense produziram dissidências de parte de seus membros em municípios relevantes, como Cachoeira do Sul e Santa Maria, e tiveram consequências em todo o estado nas eleições municipais de 1916, “[...] o que traduziu, mais uma vez, a forte queda de braços entre poder estadual central e poder local”.<sup>373</sup> Nesse ínterim, Borges superou as adversidades e se reelegeu presidente estadual em 1917. Com a morte de Pinheiro Machado, Borges retomou o comando da bancada gaúcha na Câmara e neutralizou dissidentes que ofereciam risco, porém o robustecimento do seu poder retirou ação no partido, o que geraria novos rompimentos futuros.<sup>374</sup>

Além disso, nesse período, o governo estadual programou tomar para seu controle serviços públicos, tais como ferrovias, a barra de Rio Grande, portos marítimos e canais de navegação internos, cuja finalidade era tornar mais forte o poder de infraestrutura do estado e a capacidade de comando da sociedade civil, como também alicerçar a supremacia mercantil almejada pela parcela de comerciantes e financistas do litoral urbano.<sup>375</sup>

Para sustentar o pensamento intervencionista, teria se recorrido a teses nacionalistas e socializantes, bem como desenvolvimentistas. Contudo, essas visões eram contraditórias, pois, apesar de se reprovar o capital estrangeiro no porto e nas ferrovias, ele foi aceito de bom grado na implantação de frigoríficos na fronteira em 1917. Não existia, então, “uma política

<sup>371</sup> HERRLEIN, J. R. A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 175-207, jan./jun. 2004.

<sup>372</sup> Ibid.

<sup>373</sup> AXT, G. Coronelismo indomável: o sistema de relação de poder. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2). p. 99.

<sup>374</sup> LOVE, J. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

<sup>375</sup> Ibid.

de desenvolvimento integrada que levasse em consideração outros aspectos infraestruturas estratégicos da economia”.<sup>376</sup> Exemplo disso teria sido quando o governo do estado não tornou possível a edificação, no Jacuí, de uma grande hidrelétrica que poderia abastecer as indústrias com alta quantidade de eletricidade a baixo custo, pois isso afetaria parcelas mercantis de Porto Alegre que houvessem aplicado capital em termelétricas, as quais se tornariam inúteis com a hidrelétrica. Ademais, apesar de um serviço de má qualidade, não houve quem cogitasse a encampação ou socialização das atividades de eletricidade e bondes em grandes cidades. Por isso, seria preciso analisar com cautela a retórica nacionalista e desenvolvimentista do PRR em torno dessas propostas de encampação dos serviços públicos.<sup>377</sup>

Diante disso, o modo empregado para realizar as encampações em 1919 e 1920 gerou uma séria crise financeira que, em 1921 e 1923, fortaleceu a oposição. Borges valeu-se de empréstimos internos dos bancos regionais, utilizando a poupança pública acumulada pelas denominadas caixas populares, causando um esvaziamento de circulação de capital no estado. Isso ocorreu no momento em que se tornava disponível a demanda reprimida de importações pós-Primeira Guerra Mundial, o que acarretou “[...] forte especulação em moeda estrangeira, inflação regional, alta de juro e arrocho de créditos, precipitando inúmeras hipotecas sobre o segmento estancieiro [...]”.<sup>378</sup>

Desse modo, a elite que liderava teve sua escolha política de pacto estratégico com a parcela de classe dos charqueadores e dos mercadores litorâneos urbanos. Além disso, a inflação e o crescimento do custo dos serviços públicos colocou a classe média urbana e o proletariado contra a elite dominante. Em 1922, Borges de Medeiros enfrentou Assis Brasil nas eleições estaduais, nas quais saiu vitorioso sob acusação de fraude pela oposição. No dia em que seria a posse do presidente do estado, 25 de janeiro de 1923, iniciou-se uma revolução armada com o objetivo de depor o mandatário estadual, o que durou até o Pacto de Pedras Altas, em dezembro do mesmo ano, o que assegurou a continuidade de Borges até 1928 no poder. Nesse processo, a oposição conseguiu impelir uma reforma constitucional, a qual modificou o âmago do constitucionalismo castilhistas, retirando a alternativa de reeleição do

---

<sup>376</sup> AXT, G. Coronelismo indomável: o sistema de relação de poder. *In*: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2). p. 100.

<sup>377</sup> *Ibid.*

<sup>378</sup> *Ibid.*, p. 101.

presidente do estado, instituindo a eleição do vice-presidente, além de restringir as intervenções estaduais nos municípios.<sup>379</sup>

Nesse contexto, para mediar a sua manutenção no poder, Borges precisou lançar mão das lideranças do partido e das famílias oligárquicas, fragilizando seu poder pessoal e as camadas que o apoiavam nas cidades, mas sob outra perspectiva fazendo crescer o partido, que já não dependia tanto do seu comando. Como consequência, impôs-se a exigência das candidaturas de Getúlio Vargas e de João Neves da Fontoura ao governo estadual em 1927. Ademais, o pacto de 1923 teria reduzido a repressão à oposição, que cresceu nas eleições federais de 1924, bem como teria consolidado temporariamente o poder local.<sup>380</sup> Em face da opulência das contestações do princípio da década de 1920, Borges de Medeiros necessitou mais uma vez de aliados de peso nos municípios, “[...] como os Flores da Cunha, em Livramento, Valzumiro Dutra, em Palmeiras das Missões, ou os Neves da Fontoura em Cachoeira do Sul”.<sup>381</sup> Desse modo, depois do fim da Revolução de 1923, os representantes do palácio perderam força, o que consolidou as lideranças locais.

A inserção da cidade de Cachoeira dentro do sistema político castilhistaborgista se deu através do Partido Republicano durante o intervalo de tempo estudado, de 1905 a 1925. Nesse contexto, destaca-se na administração municipal o Coronel Isidoro da Fonseca, tendo ao final do período seu filho João Neves da Fontoura assumido a liderança administrativa.

Borges de Medeiros, em 1885, graduou-se em Direito pela Universidade do Recife, para onde tinha se transferido no ano anterior. Ele imediatamente retornou ao Rio Grande do Sul para exercer a advocacia em Cachoeira do Sul. Na cidade, prosseguiu sua militância política e logo se tornou o chefe regional do PRR.<sup>382</sup>

Os republicanos de Cachoeira vincularam-se vigorosamente à liderança de Borges “[...] e com fiéis seguidores de sua política na administração municipal, obteve a partir dos primeiros anos deste século, meios que alavancaram seu progresso”.<sup>383</sup> Além disso, o líder republicano possuía propriedades de terra em Cachoeira e frequentava o cenário local da época.

A oposição era manifestada por órgãos de imprensa com bandeira política definida. O jornal *Rio Grande* (1904 a 1914) representava a situação, contestava e combatia *O Comércio*

<sup>379</sup> AXT, G. Coronelismo indomável: o sistema de relação de poder. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>380</sup> Ibid.

<sup>381</sup> Ibid.

<sup>382</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/borges\\_de\\_medeiros](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/borges_de_medeiros). Acesso em: 01 dez. 2018.

<sup>383</sup> SCHUH, A; RITZEL, M. **Cachoeira do Sul**: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 30.

(1900-1966), que se autodeclarava sem linha política estabelecida, mas com colaboradores posicionados. Na década de 1920 (de 1920 a 1922), havia o jornal *A Palavra*, de Fábio Leitão, parlamentarista, e o próprio *Parlamentarista* (1916 a 1918), de Tancredo Maciel.<sup>384</sup>

Na economia, a elite era formada pelos criadores de gado e pelos plantadores de arroz, seguidos pelos industriais, com raízes na lavoura de arroz. Segundo Selbach, “Em termos econômicos, o arroz despontaria como base da sustentação do crescimento da região somente com introdução das primeiras lavouras irrigadas por gravidade, em fins do século XIX e principalmente início do XX”.<sup>385</sup>

O autor salienta que, em um contexto similar ao de Porto Alegre, a intensa atividade de acumulação de capital que ancorou o crescimento urbano-industrial de Cachoeira do Sul era oriunda de setores coloniais e não da pecuária tradicional. Assim, a riqueza acumulada em Cachoeira ocorreu mais por causa de alemães, italianos e outros migrantes do que pelos estancieiros de origem luso-brasileira. A economia tinha por força a produção, industrialização e conseguinte comercialização de alimentos em pequenas e médias propriedades familiares, casas comerciais de colonos e descendentes, bem como pequenas indústrias artesanais.

Após a abordagem do contexto em que surgiu o plantio do arroz mecanizado, do modo como essa cultura era cultivada, como também de uma explanação do momento político/econômico que o Rio Grande do Sul e a cidade de Cachoeira do Sul viviam quando o cultivo desse grão atingiu aumentos exponenciais, partiremos para a interpretação de algumas notícias chave sobre a temática exposta neste tópico coletadas de *O Commercio*, verificando quais das categorias eleitas para esse trabalho aparecem.

Na matéria que trazemos a seguir, verifica-se a divulgação da informação de que o presidente do estado, Borges de Medeiros, chegaria a Porto Alegre no dia seguinte. Pode ser percebido que, apesar de o jornal ter sido muitas vezes descrito como isento nas questões políticas, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, há, no relato da matéria, uma referência ao grau de satisfação que se encontrava entre os republicanos ao receberem seu líder na capital do estado com “suntuosas festas”.<sup>386</sup> Nessa altura, da República Velha e do andamento das questões arroeiras em Cachoeira, levantadas como bandeira pelo noticioso, já é possível falar em alinhamento do setor produtivo rizícola com as lideranças republicanas citadas na matéria, como De Bem e Francisco Gama, que, com a familiaridade de Borges de

---

<sup>384</sup> SCHUH, A; RITZEL, M. **Cachoeira do Sul**: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

<sup>385</sup> SELBACH, J. **Muito além da Praça José Bonifácio**: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo. Cachoeira do Sul: Ed. do Autor, 2007. p. 118.

<sup>386</sup> DR. BORGES de Medeiros. **O Commercio**, 17 maio 1916.

Medeiros com a cidade de Cachoeira, encontravam-se em posições ajustadas ao presidente estadual.

Nesse contexto, a posição do periódico, com sua bandeira pró-arroz, está em concordância com a disputa do *campo de produção ideológica*, no qual se encontram outros agentes, como os econômicos e políticos que, nesse momento histórico do município, estão com as forças hegemônicas políticas pendendo para o mesmo lado que o professado pelo periódico. Nisso pode ser aferido um posicionamento ideológico do jornal com relação aos seus *valores e crenças e visão de mundo*, indo ao encontro dos propagados pelos Republicanos, mais especificamente aos de Cachoeira. Leia-se a seguir a matéria:

Dr. Borges de Medeiros

Chegará amanhã a Porto Alegre, o eminente chefe do Partido Republicado rio-grandense, dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros.

Já o *Commercio* disse em suas columnas o regosijo que vibra na alma republicana por esse auspicioso facto.

Na capital do Estado, festas sumptuosas serão promovidas pelo partido republicano, que terá como interprete o talentoso dr. Vieira Pires.

Pela Assembléia dos Representantes, o Illustre dr. Sergio de Oliveira saudará o [egregio] presidente do Estado.

O coronel Horacio Borges segue hoje para Porto Alegre, com o fim de representar pessoalmente o partido republicano de Cachoeira, Também representará ao dr. Balthazar de Bem e ao capital Francisco Gama, respectivamente intendente e vice-intendente municipal, em exercício [...].<sup>387</sup>

A seguinte matéria coletada de *O Commercio* divulga a encampação da *Compagnie Française*<sup>388</sup> por Borges de Medeiros, bem como a ordem dada pelo presidente do estado de execução de obra de abastecimento de água em Cachoeira com a construção da hidráulica na cidade, através da reprodução de telegrama do Intendente Municipal Republicano Anibal Loureiro a Borges. Com esta informação se pode inferir a ligação íntima de Medeiros com o município.

A proposito da solução dada pelo dr. Borges de Medeiros à instalação do serviço de aguas nesta cidade, bem como por motivo da encampação da *Campagne Auxiliaire*, o dr. Annibal Loureiro, intendente municipal, dirigiu-lhe o seguinte telegramma:

<sup>387</sup> DR. BORGES de Medeiros. *O Commercio*, 17 maio 1916.

<sup>388</sup> As obras da barra e do cais da cidade do Rio Grande estavam a cargo da *Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*, contratante dos serviços junto à União mediante onerosas concessões, inclusive a obrigatoriedade do pagamento de pesadas taxas pelo comércio local. Para livrar a economia gaúcha desses encargos, Borges de Medeiros empreendeu insistente campanha junto ao governo federal para garantir a transferência da administração daqueles serviços para Estado. A campanha obteve êxito, levando à encampação das obras pela União, que pagou as despesas da barra e transferiu os contratos para o estado, o qual arcou com os custos do porto. Para maior aprofundamento, ver: AXT, G. Política Portuária e de navegação e a formação do Estado no Rio Grande do Sul (1900-1930). In: TARGA, L. R. P. (org.). **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: UFRGS: FEE: UNIVATES, 1998. p. 147-194.

Cachoeira, 28 - Tendo recebido comunicação dr. secretario Obras Publicas haver V. Exa. approved e ordenado execução immediata projecto preliminar abastecimento d'agua esta cidade, tenho honra e satisfação apresenta a V. Exa. em seu nome, sinceros agradecimentos por tão notavel melhoramento que muito contribuirá para o seu progresso. Aproveito ensejo enviar V. Exa. em nome deste Municipio effusivas congratulações encampação Via Ferra, a qual constitue mais um eloquente titulo de benemerincia e gratidão do Rio Grande ao patriotico e fecundo governo de V. Exa. Respeitosas saudações.  
Annibal Loureiro  
Intendente Provisorio<sup>389</sup>

A matéria a seguir, publicada na edição semanal do jornal, que ia às ruas nas quartas-feiras, aborda a eleição municipal que aconteceria no domingo seguinte. Nela nota-se o jornal se posicionando claramente na disputa pela visão mais legítima dentro da esfera de interesses mais amplos pertencentes ao *campo de produção ideológica*, cenário em que se diz “órgão orientador da opinião esclarecida”, mencionando que, na cidade, naquele momento, não haveria choque maior entre duas correntes políticas contrárias (sendo aqui os Republicanos e Federalistas), pois, apesar de visões mais acaloradas, haveria de se ter harmonia após o pleito. Esse fato é creditado à reorganização do PRR em Cachoeira, bem como a uma maior civilidade, o que fazia deixar de lado a antiga unilateralidade eleitoral.

No trecho reproduzido a seguir transparece o que já referimos, que, de acordo com o trabalho de Axt,<sup>390</sup> na gestão do Partido Republicano em nível estadual, nos governos de Borges, teve-se a intenção de interferir mais sistematicamente nas administrações municipais, fortalecendo o poder administrativo estatal. Do mesmo modo postula Love que, diante de todo contexto das suas sucessivas administrações, para se manter no poder, Borges precisou das lideranças do partido e das famílias oligárquicas, fragilizando seu poder pessoal e as camadas que o apoiavam nas cidades, mas, sob outra perspectiva, fazendo crescer o partido no momento em que esse já não dependia tanto do seu comando.<sup>391</sup>

#### O pleito de domingo

Terá logar no proximo domingo a eleição para intendente e conselheiros municipaes. Não é demais que, como orgam orientador da opinião esclarecida de nossa [ilegível], façamos algumas considerações a respeito do comício proximo, do qual devem sahir escolhidos os representantes da administração de Cachoeira.

Não estamos afortunadamente a dois passos de uma dessas luctas violentas, entre duas correntes, que se degladiam, disputando o poder no choque de intenções pessoases inconfundíveis.

Aplacadas as discordias mais apaixonadas e serenados os animos, entramos afinal, ao que parece no terreno seguro da harmonia politica, em ordem que se poder

<sup>389</sup> HYDRAULICA e encampação da “Auxiliaire”. **O Commercio**, 30 jun. 1920.

<sup>390</sup> AXT, G. Coronelismo indomável: o sistema de relação de poder. *In*: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

<sup>391</sup> LOVE, J. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

esperar em futuro proximo o esquecimento das velhas rivalidades, que por tanto tempo tem posto em desasossego a fraternidade da familia cachoeirense. Esse resultado é devido não sómente a reorganisação recente do partido republicano cachoeirense, com o aproveitamento de todas as suas unidades apresentaveis, senão tambem ao aperfeiçoamento dos nossos costumes civicos, que estão pondo de margem os antigos processos de compressão eleitoral e de [ilegível] faccioso.<sup>392</sup>

No que segue ao trecho, o jornal continua discorrendo sobre o que se considera um consenso político existente na sociedade municipal, uma vez que todos estariam unidos no objetivo de implementar o progresso com serviços como o saneamento urbano e melhoria no sistema de transporte e estradas na área rural. Esses, segundo a opinião do periódico, seriam desejos de todos, independentemente de doutrina política. Para o jornal, qualquer administrador que realizasse essas questões, sendo sério e tolerante ao mesmo tempo, teria o apoio da opinião pública.

A publicação festeja a evolução de uma política considerada “rasteira” e cheia de “intrigas” para uma união em prol do trabalho que superaria o passado e traria um futuro de prosperidade sólida. Em tal passagem do texto, podem ser observados novamente os *valores e crenças* e a *visão de mundo* do jornal no progresso e na geração de riquezas. Do mesmo modo, observa-se a característica das formas simbólicas de *legitimação* com o uso da estratégia de *universalização*, nessa parte da notícia e na anterior, quando se propaga que há uma união em torno de um mesmo pensamento para os destinos da cidade, ao passo que, na realidade, embora a maioria da população votante viesse a eleger um intendente republicano, certamente havia os que discordavam. Pode ser aferido, então, que há uma tentativa de legitimar o discurso universalizando-o, influenciando o eleitorado para fins de dominação e manutenção da hegemonia republicana.

Póde-se dizer em rigor que já não temos problema politico a resolver; toda gente está compenetrada de um unico anuncio ardente, o de ver a nossa terra acarreirada na vereda do progresso matinal, com a creação dos modernos serviços de saneamento urbano e de viação rural, que são as duas aspirações [ilegível] de todos os cidadãos, sem distincão de credos politicos.

O administrador, que realisar esses urgentes melhoramentos e que, além disso, imprimir aos seus actos o cunho de uma misteriosa orientação, de seriedade e tolerancia, conquistará em definitiva os aplausos da opinião.

Evoluimos por felicidade das preocupações acanhadas da politicagem rasteira, que enovella homens e caracteres em tecido das intrigas dissolventes, e, todos a uma, estamos congregados em rumo do trabalho fecundo, que nos tiram em poucos annos da situação anterior para os largos horizontes, que se [ilegível] à nossa terra como um centro celeiro, de prosperidade e de riqueza sólida.<sup>393</sup>

<sup>392</sup> O PLEITO de domingo. **O Commercio**, 1º set. 1920.

<sup>393</sup> O PLEITO de domingo. **O Commercio**, 1º set. 1920.

Na parte seguinte da matéria, há um posicionamento do jornal no espaço de disputas do *campo de produção ideológica*, no qual o noticioso exerce sua atividade doutrinária, delimitando e defendendo seus *valores e crenças e visão de mundo*, mais uma vez em prol do progresso, algo que ele considera pauta importante nas discussões da sua comunidade. É discorrido a respeito de uma aludida crise, que, pelos números de produção arrozeira e crescimento do município no ano de 1920 aos quais temos acesso, vistos no capítulo anterior, aparenta não ter muito sentido, embora nos anos posteriores surjam indicações nesse sentido, como será abordado posteriormente. *O Commercio* prega que devem ser deixadas de lado picuinhas locais para haver união de todos e deve-se incentivar o governo para que este não perca tempo com rivalidades e se concentre em benefício da cidade. É afirmada a autenticidade da eleição que haveria de ocorrer, conclamando-se os eleitores a realizarem seu voto.

Não há, de uma forma direta e sem comedimento, como pôde ser visto na matéria que foi analisada em capítulo anterior a respeito de visita dos donos do jornal a arrozal de Cachoeira ou em outras matérias citadas, nas quais são elogiadas as ações da municipalidade a favor do progresso em geral e da estrutura a atividade arrozeira, uma declaração aberta em favor dos republicanos. Na comunicação a seguir, porém, nota-se uma manifestação explícita em favor da eleição dos republicanos no pleito vindouro, com apoio declarado ao candidato à intendência Annibal Loureiro, já referido neste trabalho. O periódico encerra dizendo que, qual seja o resultado das eleições, compromete-se em prestar dever à cidade e acredita ardentemente em uma direção bem-fadada para o município. É possível perceber que, na disputa do *campo de produção ideológica* pelo que seria o mais adequado para os destinos municipais, *O Commercio*, nesse momento histórico, coloca-se alinhado à facção hegemônica do campo político regional.

A propria crise, que ora assoberba a nossa agricultura e as nossas industrias nascentes, é um aviso a mais para que não nos dividamos por querellas de campanario, antes fomentemos a união das iniciativas, apoiando o poder publico, para que este, desquitado das peocupações de lucta, enverede pelo bom caminho.

Um grupo de cidadãos apresenta uma chapa a parte para os cargos de conselheiros e essas candidaturas estabeleceram intenso trabalho eleitoral, de modo que os eleitos de domingo serão fieis representantes da opinião popular, escolhidos pelos seus órgãos legitimos.

Concorram, pois, todos os cidadãos nas urnas, traga cada um o seu voto; desse cotejo é que nascem as grandes lições de civismo.

*O Commercio* está certo de que o partido republicano terá eleitos os seus candidatos, que representam uma garantia de trabalho e de ordem, pois tanto o dr. Annibal Loureiro, como os nomes que compõem a chapa de conselheiro, exprimem bem o desejo geral e receberam da população a melhor acolhida.

Seja qual fôr, porém, o *verdictum* das urnas; compenetremo-nos formalmente dos nossos deveres e prestemos à nossa terra o concurso indefectível do nosso devotamento e da nossa fé ardente nos seus bellos destinos.<sup>394</sup>

A matéria reportada a seguir segue a mesma linha de apoio aos republicanos na ocasião da posse dos eleitos nesse pleito. Primeiramente, há um tom precisamente informativo a respeito da cerimônia de posse do Intendente e do Conselho Municipal eleitos. Nesse ponto, aparece a informação de que o presidente da mesa eleitoral local, que foi quem empossou o novo Conselho, era Augusto Brandão, então colaborador de Henrique Möller Filho na redação de *O Commercio*. Tal fato é indicador de que, apesar de dadas as devidas questões circunstanciais de burocracia do processo eleitoral da época, o jornal estava inserido na vida ativa da comunidade do período. A matéria segue nominando os conselheiros que se elegeram e é reproduzido o discurso de um dos conselheiros nomeados, José Carlos Barbosa, direcionado ao novo Intendente Annibal Loureiro. A oratória de Barbosa inicia com a lembrança do compromisso assumido por Loureiro perante todos de honrar seu cargo.

#### Posse do Intendente e do Conselho Municipal

As duas horas da tarde de 20 do Setembro, no pavimento superior do edificio da Intendencia, perante numerosa [ilegível], constituída de exmas. familias e cavalheiros de todas as classes *sociais* realizou-se a posse do intendente e do Conselho Municipal, eleitos no *dia* actual.

O presidente da mesa eleitoral do *presente* districto, nosso companheiro de redação Augusto Brandão, empossou o novo Conselho Municipal. Essa corporação elegeu seu presidente, por unanimidade de votos, o conselheiro sr. José Carlos Barbosa, que nomeou o conselheiro sr. Pedro Stringuini para servir de secretario do Conselho.

Empossado o intendente, que *mantem* o compromisso do estylo, o administrador do municipio foi saudado *pele* José Carlos Barbosa, com as seguintes palavras:

Iluste cidadão dr. Annibal Loureiro; srs. membros do conselho municipal; meus senhores.

De acordo com o preceito da lei fundamental do municipio, acabastes de prestar perante nós o compromisso de *cumprir* e fielmente desempenhar o vosso *honrado* cargo [...].<sup>395</sup>

Na sequência, Barbosa saúda e conclama os que se elegeram a agirem na administração pública com amor por aquela terra, objetivando o progresso. Ele expressa os desejos do Conselho Municipal recém-eleito de colaborar para “reerguer” Cachoeira, intimando para um ideal que necessita de sacrifícios. O teor dessa afirmação pode ser relativizado, já que Cachoeira vinha de uma sequência de administrações republicanas desde a instauração da República e não se pode necessariamente dizer que nesse exato momento estivesse sofrendo graves crises, embora os produtores passassem por dificuldades para conseguir crédito e

<sup>394</sup> O PLEITO de domingo. *O Commercio*, 1º set. 1920.

<sup>395</sup> POSSE do Intendente e do Conselho Municipal. *O Commercio*, 22 set. 1920. Grifos do jornal.

escoar a produção, como veremos em matéria mais adiante. *O Commercio*, entretanto, vem alardear, dali em diante, cada vez mais que há um prenúncio de crise surgindo. Trataremos mais desse contexto no próximo capítulo.

Em algumas ocasiões, dentro do íterim estudado, o jornal fala da necessidade de “fazer a cidade ressurgir” ou do “reerguimento” na mesma linha do discurso de Barbosa, o que parece ser apenas uma retórica para chamar atenção para os pontos que os jornalistas e outros atores consideram importantes de serem realizados na cidade. Pode ser dito que são subterfúgios de certo modo utilizados para tentar impor a visão mais legítima dentro das disputas do *campo de produção ideológica*. No contexto do discurso de Barbosa na posse da nova administração municipal, que é reproduzido a seguir, é possível considerar que o novo conselheiro quer dar a entender que há algo a ser melhorado e que Annibal Loureiro é a pessoa capaz de fazê-lo com o auxílio do Conselho Municipal, cenário em que o intendente recebeu eloquentes votos de êxito.

Tenho a honra de saudar-vos em nome dos meus pares e de fazer vótos para que a vossa acção administrativa os inspire nos mais puros sentimentos de amor á nossa terra e devotamento aos serviços do seu progresso.

A aspiração uniforme de todos os cidadãos é de que o nosso município realise neste quatrienio os grandes melhoramentos urbanos e ruraes, de que urgentemente carece.

Si os realisardes tereis prestado um imenso beneficio a esta terra, que vos recebe com as maiores esperanças.

Outra cousa não desejamos sinão uma larga politica de trabalho ordeiro e um regimen de completa justiça.

O conselho municipal deseja, na esfera das suas attribuições, collaborar comvosco na obra do reerguimento de Cachoeira e para esse grande ideal não poupará sacrificios.

Recebei, pois, sr. dr. Annibal Loureiro, as nossas cordeaes saudações e os nossos melhores vótos. Ao finalizar reboou pelo recinto uma salva de palmas.<sup>396</sup>

No trecho a seguir da mesma matéria, é reproduzido pelo jornal o discurso de posse de Annibal Loureiro, que começa dizendo que havia pressuposto que, ao terminar seu tempo de intendente provisório, voltaria às simples atividades de servidor público, pois jamais se imaginou continuando a nobre função administrativa principiada por ilustres cachoeirenses. Ele teria ficado grandemente envaidecido quando, após o lançamento da sua candidatura de acordo com os pressupostos e ideais republicanos, recebeu apoio em comícios do concorrente. Prossegue o discurso prometendo honrar o cargo, retribuir a confiança do povo cachoeirense e devotar lealdade ao presidente do Estado – Borges de Medeiros –, a quem chama de “sacerdote” que conduzia “a gloriosa comunhão republicana rio-grandense”. No fragmento do

<sup>396</sup> POSSE do Intendente e do Conselho Municipal. *O Commercio*, 22 set. 1920.

pronunciamento transcrito a seguir, pode ser percebido o pensamento da facção dominante do campo político regional e local.

Feito silencio, tomou a palavra o intendente empossado, dr. Annibal Lopes Loureiro, que leu a sua plataforma administrativa, a qual publicamos a seguir:

Minhas senhoras; meus senhores; senhores conselheiros!

Presuppuz, sempre, que ao terminar o periodo de minha administração provisoria, neste Municipio, com a eleição para o proximo quadriennio intencional, regressaria tranquillo a reassumir o meu post de modesto serventuario do Estado, convicto de haver bem cumprido o meu dever.

Jamais almejei a honra insigne de proseguir na obra administrativa encebada por illustres varões cachoeirenses, não obstante a viva sympathia que desde logo me inspirou este bôa terra, generosa para commigo em reiteradas manifestações de consideração e apreço.

Foi, pois, com profundo desvanecimento que após a proclamação da minha candidatura, consoante os estylos politicos e a praxe republicana, ao elerado cargo de Intendente deste prospero e futuroso municipio, a vi unanimemente suffragada nos comicios eleitoraes de cinco do corrente.

Embora considere a chefia da administração publica encargo de graves responsabilidades, de crueis sacrificios, às vezes não me seria licito recusar, sob nenhum pretexto, a dignificante investidura de guiar a vida administrativa municipal.

Compelliram-me, sobretudo, à acceitação desta honrosa incumbencia, alem das minhas arraigadas crenças politicas, o indeclinavel dever de retribuir a captivante generosidade do povo cachoeirense e o compromisso moral, assumido commigo mesmo de continuar a servir com a costumada dedicação e lealdade o governo do eminente estadista que com tão elevado patriotismo preside os destinos do nosso Estado, inspirando, como um sacerdote a gloriosa communhão republicana rio-grandense.<sup>397</sup>

No trecho posterior do discurso de Loureiro, há uma exaltação de Cachoeira como sendo “um dos mais importantes municípios do Estado”. Ele afirma a convicção na ideia de progresso, ao qual é preciso dar continuidade. Do mesmo modo, é afirmado o valor da ordem, bem dentro do lema positivista. Loureiro cita que deve haver investimento em saneamento, fornecimento de energia elétrica, viação municipal, transportes com estradas, estações férreas e portos fluviais. Pode-se notar, portanto, uma retórica alinhada às ações discorridas anteriormente neste capítulo e aos pensamentos do governo estadual republicano.

O municipio de Cachoeira sendo um dos mais importantes do Estado, reclama já do seu administrador acurado estudo na solução de todos os seus problemas.

Cumpre, pois, applicar-lhe, sempre, as regras aconselhadas pela arte governamental, sobrelevando a que estabelece a continuidade de ordem politica e administrativa como condição fundamental de ordem e progresso.

Dedicar-lhe-ei o melhor da minha actividade no desejo exclusivo de bem servir os seus superiores interesses.

Varias são as suas actuaes necessidades.

A cidade clama pelo seu saneamento, comprehendido o abastecimento d'água, calçamento de ruas e continuo fornecimento de energia electrica.

A viação municipal merece, também, especial cuidado.

<sup>397</sup> POSSE do Intendente e do Conselho Municipal. *O Commercio*, 22 set. 1920.

O problema dos transportes, após a conflagração européia, preocupa seriamente a atenção de todos os governos. A sua importancia é capital e decisiva em relação ao incremento da produção, que no dizer de Ives Guyot está na razão geometrica da rapidez da circulação. Quanto mais uma nação puder utilizar o espaço e o tempo, mais ella produzirá.

As estradas de rodagem constituem a base de todo os systema de viação. Ligam os nucleos de população e as zonas productivas às estações ferreas e aos portos fluviaes.

Mais vale não produzir, diz o illustre presidente do nosso Estado, do que produzir e não poder transportar o producto para os lugares do consumo.<sup>398</sup>

Quanto ao jornal *O Commercio*, pelo pronunciamento do intendente eleito nesse pleito de 1920, é possível aferir que, como dissemos anteriormente, nesse momento histórico, há alinhamento dos *valores e crenças e da visão de mundo* do periódico com o republicanismo na gestão da municipalidade e a nível estadual. Nesse contexto, o jornal, ao se alinhar e apoiar o PRR, apresenta também suas demandas, como uma espécie de contrapartida em função da receita gerada pelo município para o estado. A facção hegemônica, dentro do seu campo político, alinhada ao jornal no contexto mais amplo do *campo de produção ideológica*, ambos em concordância, procuraram impor seu ponto de vista, sem esquecer que o jornal posiciona-se defendendo a sua bandeira arrojada e progressista.

Na parte derradeira de seu discurso, Loureiro faz um apelo junto aos conselheiros municipais para viabilização de leis necessárias para realizar os “grandiosos empreendimentos” aos quais ele condiciona o desenvolvimento do município, novamente se comprometendo com os valores morais que diz considerar inseparáveis da atividade de governante. Ele defende outra vez a ordem pública, com maior atuação policial sem interferência na esfera judiciária. Também promete investir em escolas e em ensino primário. Desse modo, mais uma vez, ele reafirma os valores positivistas dos republicanos, o apelo à ordem policial e o investimento em educação.<sup>399</sup> Loureiro também se diz disposto a sacrifícios no exercício da sua função, realizando-a sem vaidades para, junto com os conselheiros, impulsionar o progresso de Cachoeira. Ele acredita que do fortalecimento dos municípios depende a riqueza do Rio Grande do Sul e do Brasil. Termina agradecendo reverência recebida pelo conselho eleito, no qual declara confiança. Após se pronunciar, Loureiro foi, nas palavras de *O Commercio*, “muito felicitado”. A seguir, apresentamos esse trecho de modo literal, retirado do jornal estudado; nele consta a fala do intendente eleito em Cachoeira no ano de 1920.

<sup>398</sup> POSSE do Intendente e do Conselho Municipal. *O Commercio*, 22 set. 1920.

<sup>399</sup> Para maior compreensão do contexto ver: TRINDADE, H. 2007. *O Positivismo*. Teoria e prática. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS.

Espero, portanto, senhores conselheiros municipaes, que opportunamente me habilitareis com as necessarias leis de meios, para a realização destes grandiosos empreendimentos de que depende a prosperidade do nosso municipio.

Não obstante estas graves preocupações que por si só constituem objecto de um vasto programma administrativo, não descuidarei, um só instante, dos deveres de ordem moral e politica inherentes à função governamental.

Velarei pela manutenção da ordem publica, assegurando indistinctamente a todos os cidadãos toda a sorte de garantias. Recommendarei às autoridades policiaes a mais severa vigilancia na prevenção dos delictos, sem intervir, directa ou indirectamente, em qualquer dos departamentos da vida judiciaria municipal. Procurarei diffundir o mais possivel o ensino primario, creando escolas e um corpo docente de reconhecida idoneidade. [...]

Serei, neste posto de incalculaveis sacrificios sempre justo e tolerante, resignado a supportar com denodo qualquer dissabor que não raro nos reserva a vida publica.

Jamais exercel-o-ia por simples ostentação de mando ou mera vaidade pessoal; nem para satisfazer mesquinhos interesses ou paixões subalternas.

Conto, senhores do Conselho Municipal, com o vosso valioso e patriotico concurso à realização de todos os nobres empreendimentos que interessem o progresso de Cachoeira.

Da prosperidade dos municipios que constituem a cellula mater da Federação dependem a riqueza do nosso amado Rio Grande e o engrandecimento do nosso glorioso Brasil [...].<sup>400</sup>

Após a reprodução de outro discurso, dessa vez de um conselheiro, o jornal declara:

Encerrada a solennidade da posse, durante a qual tocou á frente do edificio uma banda musical, foi servida uma taça de *champagne* aos presentes.

O novo intendente e os membros do Conselho Municipal receberam muitos cumprimentos e felicitações, às quaes reunimos as nossas, fazendo votos para que a nova administração seja fecunda em beneficios de toda ordem ao nosso vasto e futuroso municipio.

A cerimonia da posse compareceram elementos politicos de todos os matizes, e, apesar de não terem sido expedidos convites especiaes, o salão da municipalidade esteve repleto de povo, provando o interesse que, felizmente, despertam os problemas administrativos da communa.<sup>401</sup>

O jornal *O Commercio* informa, portanto, que o encerramento da cerimônia teve banda de música e champanhe e que os eleitos receberam muitos cumprimentos e felicitações. Em seguida, é dada a sua posição de que se juntava a esses votos de sucesso o desejo de que a nova administração fosse promissora ao “vasto e futuroso município”, afirmação em que aparecem outra vez os *valores, as crenças e visão de mundo* do noticioso com relação a um futuro de progresso. Posteriormente, a matéria informa a presença de grande número de pessoas do povo no cerimonial e logo adiante dá a sua opinião, comemorando que os assuntos administrativos sejam objeto de interesse da comunidade. Nessa situação é possível perceber o ponto de vista do periódico e novamente indica seu posicionamento nas disputas entre os vários campos de produção simbólica que compõem o *campo de produção ideológica* com

<sup>400</sup> POSSE do Intendente e do Conselho Municipal. *O Commercio*, 22 set. 1920.

<sup>401</sup> Ibid.

relação à possibilidade de ação nas pautas em curso na sociedade que são consideradas importantes pelos jornalistas.

Logo em seguida, na matéria, o jornal informa: “A proposito da posse, foram recebidos e expedidos os telegrammas seguintes [...]”. São apresentados, então, os referidos telegramas de cidadãos cachoeirenses felicitando os eleitos, em especial dirigidos a um ilustre que se trata de um antigo morador e afeito aos assuntos da cidade, Borges de Medeiros.

Como é possível observar, os telegramas referidos, que fazem parte da matéria sobre a posse do intendente e do Conselho, são um comunicado a V. Ex. Borges a respeito do empossamento do Intendente Annibal Loureiro, assinado por alguns dos conselheiros eleitos no pleito de 1920. Mais interessante que isso, para este estudo, é a mensagem que vem adiante, endereçada a Borges de Medeiros pelos conselheiros eleitos pelo Partido Republicano, entre os quais se encontra ninguém menos que Henrique Möller, fundador e jornalista de *O Commercio*. Isso confirma a relação entre o jornal e PRR, como já era de se esperar. Assim, na sequência dessa edição do jornal, é reproduzido um telegrama dos Conselheiros eleitos a Borges, entre os quais aparece Möller. Os referidos conselheiros empossados naquele dia foram: J. Carlos Barbosa, Pedro Stringuini, H. Möller Filho, Ernesto Müller, Octaviano Oliveira e Franklin Araujo.

No trabalho de Carvalho,<sup>402</sup> há referência de que, no ano de 1922, Möller era Conselheiro Municipal. Com esse telegrama reproduzido no seu jornal, comprova-se que ele fora eleito em 1920 para um mandato de quatro anos. O arquivo Municipal de Cachoeira informa que ele foi eleito três vezes (1904-1908, 1916-1920, 1920-1924), mas com esse comunicado comprova-se a ligação material entre *O Commercio* e o PRR. Nesse contexto, a afirmação de que o periódico tinha por “diretrizes a imparcialidade, a independência política e jornalística, a austeridade e o serviço ao bem comum”,<sup>403</sup> como mencionado no primeiro capítulo da presente tese, torna-se totalmente questionável.

Como viemos analisando até aqui, durante o íterim estudado, o jornal sempre defendeu a bandeira da rizicultura e da agricultura. Ao longo dos anos em estudo, há hegemonia administrativa republicana no estado e em Cachoeira do Sul, e o destaque do setor arrozeiro ao qual o jornal dá voz cresce progressivamente. Dentro da ideologia do noticioso, aqui compreendida entre os conceitos elegidos de Eagleton, Bourdieu e Thompson, vai se formatando uma aproximação com o campo político na medida em que a bandeira defendida

---

<sup>402</sup> CARVALHO, M. *Às margens do Jacuí: literatura e imprensa em Cachoeira do Sul*. 1999. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

<sup>403</sup> Ibid., p. 63.

pelo jornal vai ganhando destaque e se tornando o setor dominante na economia da cidade nesse período.

Os valores, as crenças e a *visão de mundo* de *O Commercio*, dentro da nossa análise, sempre estiveram próximos dos ideais do Partido Republicano local, chegando ao ponto em que esse alinhamento tem confluência em disputas simbólicas mais abrangentes do *campo de produção ideológica*, como viemos observando nas notícias reproduzidas neste capítulo, e gerando um resultado prático de busca por poder dentro do campo político pelo comunicador jornalístico. Pode ser aludido, como não se tem informação da verdadeira motivação pessoal do jornalista, que, por parte de Henrique Möller, a ida para a carreira política seria uma forma de colocar a sua ideologia em forma de ação política, administrativa e prática e não mais apenas simbólica.

Na matéria que vem a seguir, o título a princípio sugere que Cachoeira está com problemas e que, por isso, o jornal faria uma cobrança ao governo do estado: “O fracasso da Cachoeira: Um apello ao Dr. Presidente do Estado”. A comunicação do periódico começa afirmando que Cachoeira tinha tido, nos dez anos anteriores, um progresso considerável. Lembramos que, naquela década, a cidade teve sucessivos governos republicanos, mesmo quadro que já se encontrava no início do período estudado, cabendo destaque, com relação a esses dez anos citados pelo jornal, que de 1908 a 1911 o governo municipal foi do Intendente Izidoro Neves da Fontoura, que aparentemente se destacou e cuja gestão inicia a época de expressivo crescimento que a matéria defende.

Cabe salientar que, pelos dados que conseguimos coletar e que foram apresentados no segundo capítulo deste trabalho, o ano de 1916 registrou um crescimento de 40% comparado ao começo do ciclo arrozeiro na cidade, em 1905.<sup>404</sup> O noticioso segue a notícia que analisamos referindo-se ao aumento do número de empresas agrícolas na cidade: no último decênio, atingiu-se mais de 100 empresas arrozeiras. Novamente, referimos que, na segunda parte da presente tese, já trouxemos a informação de Pimentel de que “[...] existiam 104 empresas arrozeiras”<sup>405</sup> nos anos 1920 em Cachoeira do Sul. As informações, portanto, confluem, podendo-se aferir que esse incremento econômico do município foi algo concreto e significativo para a comunidade local.

Posteriormente, o jornal segue defendendo esse desenvolvimento de Cachoeira mencionando que lá se instalaram filiais do Banco Alemão, do Banco da Província e do

---

<sup>404</sup> BERNARDES B. *A cultura do arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sindicato Arrozeiro, 1935. p. 100.

<sup>405</sup> PIMENTEL, F. *Aspectos gerais da cultura do arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.n.], 1949. p. 87.

Banco do Brasil, entre outros. Embora autores já citados aqui, no segundo capítulo, afirmem que havia pouco financiamento aos produtores no período, essas filiais bancárias seriam atraídas pela geração de riqueza do município, segundo argumento d'*O Commercio*, que poderíamos até considerar que comprova, de certa forma, o profícuo período pelo qual passou Cachoeira do Sul nas primeiras décadas do século XX. Segue o trecho estudado:

O fracasso da Cachoeira

Um apello ao Dr. Presidente do Estado

Ha pouco mais de dez annos entrou neste municipio na senda de um progresso que, ao mesmo tempo, attestava a capacidade productora do seu territorio, como a laboriosidade intelligente e ousada dos seus habitantes.

A industria agricola, que até então andava circumscripta á região colonial, começou a estender-se aos campos, de modo que dentro de pouco installaram-se á margem do Jacuhy e seus numerosos affluentes para mais de 100 empresas arroseiras, dotadas de aparelhamentos aperfeiçoados requeridos para a grande producção dessa graminea.

De facto, nestes ultimos annos as colheitas já se estimavam por mais de meio milhão de saccos.

Para a aquisição das machinas e instrumentos agrarios, importados do estrangeiro, bem como para as construcções e custeio desse grande numero de empresas, foi necessario, como é natural, o emprego de muitos milhares de contos, cujo capital, ao principio era fornecido pela agencia do Banco Allemão, pouco depois extinto devido à guerra européia; pela Filial do Banco da Provincia, que aqui se installou aos primeiros symptomas da nossa agitação economica; e, finalmente, pelas filiaes dos outros bancos do Estado, sendo a ultima a do Banco do Brasil, todas attrahidas pelo grande e crescente desenvolvimento das nossas riquezas.<sup>406</sup>

Na sequência da mesma matéria, transcrita a seguir, o jornal começa com informação que refuta a opinião de que não havia crédito bancário na época. Reflitamos que pode ser dito que era restrito aos homens de capital,<sup>407</sup> mas, conforme é afirmado na matéria que agora verificamos, *O Commercio* pontua que até aquele ano de 1920 os bancos obtiveram bons lucros, por isso havia crédito fácil aos agricultores e criadores – as empresas bancárias até mesmo chegavam a solicitar tal prática, na visão de mundo progressista do periódico, por quererem sinceramente impulsionar o desenvolvimento econômico e comercial da cidade.

Em seguida, a matéria complementa que a fatura financeira abrangeu esferas estruturais da cidade, como a de construção, tendo as propriedades também se valorizado. Uma vez que cresceram operações de todas as naturezas, os governos estadual e federal triplicaram a arrecadação no município – o que ocorreu de fato, segundo vimos no relatório da intendência reproduzido do jornal no segundo capítulo, onde consta que ela cresceu 25% de 1913 a 1918.

<sup>406</sup> O FRACASSO da Cachoeira: um apello ao Dr. Presidente do Estado. *O Commercio*, 29 set. 1920.

<sup>407</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arroseira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

Enfim, para o periódico, a abastança teria atingido a todos, menos aos que foram ingênuos em trabalhar pela expansão econômica de Cachoeira dando como garantia seu patrimônio. Para defender essa posição, o jornal se propõe a desenvolver um “sucinto histórico” narrando o desencadear dos fatos, no que é possível observar a característica das formas simbólicas de *legitimação* com estratégia de *narrativização*, na qual se utiliza o artifício de desenvolver uma narrativa para legitimar seu ponto de vista, o que de alguma forma pode ter sido usado nesse caso para criar e/ou sustentar uma relação de dominação em prol do arroteiro/agricultor.

Até o começo deste anno tudo andou muito bem. Os Bancos regorgitaram de lucros; e devido a isso, não só facilitaram as operações de crédito aos agricultores e criadores, como também as solicitavam, com intuitos quasi sinceros de incrementarem a expansão economica e commercial do municipio.

A cidade, dada a fartura de dinheiro, floresceu em construcções, sendo ainda assim insufficiente deante das exigencias da população que a ella affluia; as propriedades se valorisaram desmesuradamente; as operações de todo genero multiplicaram-se vertiginosamente; os cartorios não tinham mãos a medir; as repartições fiscaes, estadual e federal, em menos de um decennio, dobraram, redobram, triplicaram suas arrecadações; o erario da communa trasbordava com os vultuosos excessos das previsões orçamentarias, já de si encaradas com largueza. Emfim, o lucro, a opulencia bateu a todas as portas, menos sómente à dos que trabalharam empenhando ingenuamente o seu patrimonio na expansão economica do municipio, como se verá no desdobrar deste succinto histórico.<sup>408</sup>

De então para adiante, a matéria segue tons alarmistas, alertando para uma parada brusca do crescimento e da geração de riqueza. Aqui é interessante observar que o jornal, apesar de já sabermos ser mais que aliado, tendo como representante do PRR e conselheiro municipal o seu dono, parte para a defesa da sua bandeira, que é a argumentação em prol da agricultura e do arroteiro. O jornal volta-se, então, contra as decisões tomadas pelo governo republicano de Borges de encampar a Via Férrea, que, segundo o periódico, desmoronava, tendo gerando grave crise nos transportes. Porém, para o noticioso, ao utilizar o dinheiro de fundos depositados nos bancos para a encampação, o governo estadual fez com que os bancos se precavesses e interrompessem o crédito ao comércio e à indústria estadual, o que, conforme já vimos neste capítulo, foi referido pela historiografia que estuda o período.

Para o jornal, a desventura teria sido tal que na última colheita e plantação os produtores teriam tido que lutar contra grandes dificuldades, gerando produção inexpressiva e cara. Aqui cabe observar que de fato a produção de arroz em Cachoeira, em 1920, caiu de 36.960

---

<sup>408</sup> O FRACASSO da Cachoeira: um apello ao Dr. Presidente do Estado. *O Commercio*, 29 set. 1920.

toneladas do ano de 1919 para 31.956 toneladas,<sup>409</sup> ou seja, houve uma queda de pouco mais de 5.000 toneladas. Não foi um declínio extremamente acentuado, mas, como se vê, foi suficiente para o jornal levantar sua bandeira outra vez e tentar influenciar as pautas em debate na sociedade através de sua ação para que fosse atingida a esfera mais ampla do *campo de produção ideológica*. De acordo com o periódico, para piorar a situação, havia se tornado impossível transportar a produção por via férrea e por via fluvial, já que a baixa do rio teria gerado o encarecimento absurdo dos fretes. Isso é abordado mesmo se saliente que o rio, no momento da publicação, estava melhor e a navegação tinha melhorado.

As causas desse desandar são bem conhecidas, mas convem recordal-as. Desde algum tempo accentuava-se, no paiz, a escassez do meio circulante, produzindo o abalo das industrias productoras, que rapidamente se sentiram feridas, geralmente. Essa crise affectou particularmente o Rio Grande porque, o seu governo, tendo necessidade de encampar a Viação Ferrea, que se desmantelava, occasionando a gravissima crise de transportes no Estado, teve de apoiar-se, para a projectada operação, nos fundos que depositará nos Bancos. Estes, prevenidos dos designios governamentaes, fizeram, desde logo, cessar o fornecimento de credito ao commercio e ás industrias do Estado.

Devido a isso, já a lavoura do nosso municipio, na ultima plantação e colheita luctou com enormes difficuldades, sendo a producção pouco abundante e de custeio excessivamente caro. Para cumulo de desventura, essa produção não poude ser movimentada, pois o transporte pela via ferrea tornou-se impossivel, sendo que o pela via fluvial, devido à baixa do rio, tornou-se insufficiente, mesmo sujeito a fretes espantosamente elevados. Dire-se-á que, agora, a estrada melhorou e que o rio offerece franca navegação.<sup>410</sup>

Na sequência, segue-se falando que a melhora das condições do rio aconteceu de fato, porém o reestabelecimento da capacidade de transporte teria ocorrido de forma tardia e, conjuntamente a outro fator, a queda nos negócios arroseiros na cidade. O jornal argumenta que para esse fato não importaria saber se a razão pela qual ocorreu é a diminuição do consumo, a falta de dinheiro circulante ou a especulação, que tentava conseguir vantagem da situação de aperto em que se encontrava a lavoura de arroz. É argumentado, porém, que o indubitável é que o preço do arroz havia caído e que não havia saída. A partir daí, são mencionados os engenhos descascadores parados, pois os estoques haviam sido colocados para vender em Porto Alegre – o que, de qualquer maneira, teria resultado em pouca venda.

Isso é exacto; mas acontece que coincidiu com essa tardia facultade de transportes um accentuado esmorecimento nas transacções arroseiras, não importa saber porque motivo: si devido à real diminuição de consumo, si pela falta de numerario, ou

<sup>409</sup> BERNARDES B. *A cultura do arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sindicato Arroseiro, 1935. p. 101.

<sup>410</sup> O FRACASSO da Cachoeira: um apello ao Dr. Presidente do Estado. *O Commercio*, 29 set. 1920.

porque haja tambem, alem dessas causas, alguma especulação commercial procurando tirar partido das aperturas em que se debate a nossa lavoura de arroz. O certo é que o preço desse cereal cahiu e pouca sahida tem. Os engenhos descascadores estão em grande parte parados, pos os stocks na praça de Porto Alegre estão com diminuto escoamento.<sup>411</sup>

Na continuidade da matéria, discorre-se sobre a dita situação econômica crítica do município com concomitante paralisação da indústria pastoril, da qual não temos dados efetivos daquele ano para fins deste trabalho. Neste ponto, volta-se a questionar o trabalho dos bancos, dos quis se diz que, além de não darem crédito, teriam subido a taxa de juros de 9% para 12%, o que, na prática, com as correções, chegaria a 14%. Isso teria levado as empresas bancárias a colocarem os devedores na parede para quitarem rapidamente a dívida sob pena de execução.

Aqui cabe observar o que já mencionamos, que houve grandes revezes na lavoura arrozeira desde seu princípio até se alcançar um bom patamar de crescimento, como consta na afirmação de Bernardes sobre os arrozeiros pioneiros, já trazida no segundo capítulo: “Assim de etapa em etapa, chegaram a um ponto em que hoje estão, graças à abnegação de muitos que não trepidaram envolver fortunas, numa cultura pouco conhecida, entre nós, naquella época”.<sup>412</sup> Porém, não encontramos registros que apontam falências além do habitual no ano de 1920, apesar da queda na produção de arroz em Cachoeira nesse ano com relação ao ano de 1919. De 1920 a 1923, ela se manteve por volta das 30.000 toneladas e, a partir de 1924, voltou a atingir acima de 36.000 toneladas, chegando, em 1925, a mais de 40.000 toneladas e a 44.334 no ano de 1926.<sup>413</sup>

Acrescente-se a essa precaria situação, a paralysação simultanea da industria pastoril, e teremos, em conjuncto, o quadro real da escepcional situação da Cachoeira.

Pois bem. Sobre tudo isso ainda paira uma circumstancia verdadeiramente ruinosa, inevitavelmente ruinosa, si as industrias economicas do municipio continuarem desprotegidas, como se acham.

Sabido é que os Bancos não só cerraram suas portas ao credito, como tambem elevaram de 9 para 12% as suas taxas, nas contas correntes existentes; de modo que, bem feitas as contas das commissões e capitalisações a prazos curtos, os devedores não estão pagando nada menos de 14% sendo preciso acrescentar que, para esses estabelecimentos chegou a hora de pôrem a faca aos peitos dos devedores: ou hão de pagar logo e logo, ou serão executados.<sup>414</sup>

<sup>411</sup> SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926b

<sup>412</sup> BERNARDES B. **A cultura do arroz no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sindicato Arrozeiro, 1935. p. 100.

<sup>413</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>414</sup> O FRACASSO da Cachoeira: um apello ao Dr. Presidente do Estado. **O Commercio**, 29 set. 1920.

No trecho seguinte, o jornal questiona se teria como pagar ou amortizar as dívidas e, supondo-se que nessa situação voltasse a circular, o comércio revertendo em bons preços, se o problema estaria solucionado. Essas questões são levantadas pelo noticioso para encadear argumento de que, nesse caso, o valor das dívidas continuaria crescendo com os juros acrescidos dos impostos, tornando difícil a salvação de qualquer devedor.

Em continuação, aparecem os *valores*, as *crenças* e a *visão de mundo* em prol do trabalho, quando o periódico considera que esses agricultores endividados não estavam nessa situação por gastos com ostentação e luxo, pois se tratavam de produtores de vida simples e modesta dedicados ao trabalho, sobre os quais recaía o fato de estarem em situação de desvantagem frente ao capital que poderia arruiná-los completamente, levando junto o recente poder econômico da cidade, que se vangloriava como um dos mais promissores do Estado. Também pode ser observado o uso do *poder simbólico* no seu artifício de se valer da enunciação para tentar modificar ou impor a própria *visão de mundo* à sociedade, já que esse enaltecimento da capacidade de prosperidade de Cachoeira foi feito muitas vezes pelo jornal na sua bandeira arrojada levantada. E é a favor desse mesmo estandarte que o jornal se levanta, nessa notícia, em apelo ao governo do estado.

Ora, ha com que pagar ou amortizar as dividas; mas como, se a produção está, como se viu, em geral, immobilizada?

Admitta-se, porém, que esta se movimente convertendo-se em effeitos a preços bons, e que à industria pastoril succeda o mesmo. Estaria salva a situação?

Evidentemente não: porque com esse crescendo acelerado das dividas, imposto, a seu [ilegível], pelos Bancos, raro seria o devedor que, por fim, conseguisse a salvação.

Poucas vezes a tyrannia do capital ha-de se fazer sentir tão duramente como nesta conjunctura. Não se trata de devedores que esbanjaram, abusando do credito para a conquista de gosos e ostentações de luxo, e sim de homens de vida modesta e simples, exclusivamente consagrados ao trabalho, contra os quaes pesa, no entanto, uma sentença cuja execução os arruinará fatalmente, arrazando, ao mesmo tempo, o nascente poder economico de um municipio que se exhibia como um dos mais productores do Estado.<sup>415</sup>

Na parte final da matéria, o jornal volta sua artilharia para os bancos, dizendo que as instituições financeiras modificavam as regras de crédito como queriam, enquanto para os trabalhadores não havia lei que os protegesse. Cachoeira seria um exemplo expressivo desse fato, pois os clientes não teriam se negado a pagar suas dívidas com essas instituições, somente teriam atrasado por conta da crise que os impediu de transformar seu trabalho em dinheiro.

---

<sup>415</sup> Ibid.

Em ponto adiante do pronunciamento, o periódico discorre sobre instituições financeiras, afirmando que, diante dessa situação, os bancos deveriam ter sido razoáveis, diminuindo a taxa de juros e dando aos agricultores mais prazo. Racionalmente, sabemos que até poderia ser estendido o prazo, mas a juros mais altos conforme prática de mercado que é usual até hoje no país, um século depois. O jornal lamenta ser incompreensível que, nesse quadro, os credores tenham subido os juros até 14/15%, trazendo tormento aos devedores.

Esta crise patenteia, aos olhos de todos, que o trabalho não é protegido pelas leis, entre nós. Os institutos de credito, como vê-se, alteram a seu alvedrio as condições dos compromissos dos seus clientes, não importa saber por que motivo, agravando-os de modo a arrastal-os às liquidações forçadas.

O exemplo da Cachoeira é frisante. Os clientes não dissiparam, não se negaram á honra dos compromissos, apenas se atrasaram no movimento de entradas em suas contas correntes, porque a crise os assoberbou, porque não puderam converter logo e logo, em effeitos, o producto do seu trabalho.

Ora, nestas condições, o que os credores podiam razoavelmente fazer era minorar as taxas dos juros e conceder-lhes prazos mais folgados.

O que não se comprehende, o que difficilmente poderão explicar é que, em vez dessa justificavel tolerancia, os institutos de credito, ao contrario, elevassem de um dia para outro as suas taxas até á altura usuraria de 14 e 15 %, e exijam, a afflictção aos afflictos.<sup>416</sup>

Por fim, o periódico reconhece que as instituições financeiras estavam no seu direito legal de manejar a administração de seus serviços, enquanto aos devedores só restaria se deixar sacrificar pelas execuções bancárias e pagarem as custas processuais. Em seguida, o texto alerta que esse fato estava em iminência de acontecer com agricultores, bem como com industrialistas da cidade que estavam em situação difícil e sem poderem produzir por falta de meios para fazê-lo. Então, o jornal puxa para si a função de agir, dentro do que considera sua função, gerando uma reclamação direcionada diretamente ao presidente do estado, Borges de Medeiros, adjetivando-o como “eminente”, para lhe dar ciência dos fatos e intentando que ele tomasse providências “possíveis” para “salvar Cachoeira do fracasso de sua indústria”. Porém, quais seriam essas providências não é referido. Pode-se aludir que seria interferência do governo estadual na taxa de juros bancários e nos impostos pelo desenvolvimento do argumento em matéria que foi citada anteriormente.

Em tal apelo, é possível apontar que, apesar das críticas feitas a Borges no início da matéria com relação a usar dinheiro dos fundos bancários para encampar as ferrovias, deixando os bancos sem dinheiro para dar crédito ao agricultor, o jornal desenvolve um argumento para dar conta do seu lamento defendendo a sua bandeira, mas ao final apela de forma respeitosa e até enaltecendo o presidente estadual, ao qual, ficou claro, o dono do

<sup>416</sup> O FRACASSO da Cachoeira: um apello ao Dr. Presidente do Estado. *O Commercio*, 29 set. 1920.

periódico cachoeirense vê como um aliado, agora de forma oficial e institucional, pois Henrique Möller fora eleito Conselheiro do município pelo PRR. Pode ser percebido mais uma vez o uso do *poder simbólico* com a palavra e a voz da imprensa para tentar influenciar a instância política e a disputa do que é a visão mais legítima para a sociedade dentro do *campo de produção ideológica*.

E não se pode dizer que não estejam no seu *direito* pois a lei lhes faculta essas manobras financeiras, enquanto que para os devedores, mesmo os dessa natureza, o direito só lhes indica um remédio: deixarem-se immolar nas execuções e pagarem as custas do processo...

Essa é a contingencia que está iminente e quasi que entrando em via pratica para os agricultores e industrialistas deste município, pois não é crível que, com taes aperturas, e não podendo mais produzirem, por falta de meios - a solução seja outra. Nós, na qualidade de organ da imprensa local, desempenhamos a nossa função levantando o clamor suscitado pela situação, e appellamos para o eminente Dr. Borges de Medeiros, benemerito presidente do Estado, afim de que S. Ex., sciente de tudo, adopte as providencias que forem possiveis, no sentido de salvar a Cachoeira do fracasso de suas industrias.<sup>417</sup>

Na matéria a seguir é possível comprovar a consideração que apontamos com relação a uma relação íntima entre o jornal e governo estadual, conseqüentemente, com o Partido Republicano Rio-grandense no período estudado. A matéria é a respeito do aniversário de Borges de Medeiros, no dia 19 de novembro de 1921. O texto se refere a ele como ilustre e adjetivos correlatos, chefe da política republicana rio-grandense. *O Commercio* se diz envaidecido por cumprimentar aquele que elevou o Rio Grande do Sul a destaque econômico e administrativo entre os outros estados do país. Como já referimos aqui, o estado gaúcho teve de fato um crescimento nesse período de governo republicano da República Velha.<sup>418</sup>

Politicamente, o jornal diz que o RS tornou-se de forma indiscutível líder entre os republicanos nacionais e cita como comprovação disso a opinião de Borges sobre a eleição presidencial daquele ano, o que teria sido um parecer definitivo para aquele pleito.<sup>419</sup> Com relação à economia, o periódico elogia a atuação de Borges diante da situação geral da nação e opina que a administração borgista é um exemplo a ser seguido pelo país, apesar de, como

<sup>417</sup> O FRACASSO da Cachoeira: um apello ao Dr. Presidente do Estado. **O Commercio**, 29 set. 1920. Grifos do jornal.

<sup>418</sup> HERRLEIN, J. R. A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 175-207, jan./jun. 2004

<sup>419</sup> Borges de Medeiros “[...] Em 1922, apoiou a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha à presidência da República, lançada pela Reação Republicana, contra Artur Bernardes, apoiado por mineiros e paulistas. Bernardes venceu o pleito, mas no Rio Grande do Sul a vitória coube à Reação Republicana por larga diferença” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A era Vargas**: dos anos 20 a 1945. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/borges\\_de\\_medeiros](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/borges_de_medeiros). Acesso em: 01 dez. 2018).

vimos, ter criticado as encampações em matéria anterior, pois acreditava que isso iria contra o interesse da sua bandeira em prol do arroz.

Dessa forma, o noticioso termina a matéria dizendo que não tem competência para traçar linha das características políticas do governo estadual, de modo a avaliar sua influência material e moral no RS, por isso se limitaria a saudá-lo com os melhores votos de vida feliz. É possível, então, verificar mais uma vez um alinhamento de *valores e crença, visão de mundo* entre o jornal e o governo republicano. Segue a transcrição da referida notícia:

DR. BORGES DE MEDEIROS

A 19 do corrente passou o anniversario natalicio do egregio chefe da politica republicana rio-grandense e benemerito Presidente do Estado.

Registrando esse facto *O Commercio* ufana-se em saudar o eminente chefe, a cuja sabia direcção politica e administrativa, o Rio Grande ascendeu a uma situação de incomparavel destaque entre todos os Estados da Federação Brasileira. Quanto à politica o Rio Grande tornou-se, incontestavelmente, o *leader* do republicanismo nacional, como exuberantemente o prova o recente facto das candidaturas presidenciaes, em cuja questão, a palavra do eminente estadista teve a força de uma sentença definitiva, pois a ninguem mais é licito duvidar da marcha triumphante dos principios postos em acção sob a influencia benemerita e benefica do grande chefe gaúcho.

Quanto à situação economica e financeira do nosso Estado, em meio do descalabro geral, não póde ser mais gloriosa a direcção do s. ex. pois que, em verdade, o Rio Grande, ainda sob esse aspecto, constitue um modelo e uma lição que não podem deixar de actuar sobre a administração geral do nosso paiz, no sentido de regenerar-a e aperfeiçoal-a.

Mas não cabe na estreiteza da nossa competencia traçar as linhas da physionomia politica desse eminente patricio, de modo a apreciar-se a influencia que elle ha exercido no desenvolvimento material e moral do nosso Estado; por isso nos limitamos a saudal-o, fazendo os nossos melhores votos pelo prolongamento feliz de sua vida.<sup>420</sup>

A matéria que vem a seguir é um bom exemplo para fecharmos esse ciclo de análises a respeito da ligação do jornal *O Commercio* com o Partido Republicano.<sup>421</sup> Ela aborda a eleição que seria realizada no dia 3 de maio de 1924, tendo sido expedida por decreto pelo governo federal em conformidade com uma das cláusulas de pacificação do Acordo de Pedras Altas cedidas aos opositores, que, desde a posse de Borges, em 1923, visavam a sua deposição. O pleito era para eleger um senador e deputados ao Congresso Nacional pelo Rio Grande do Sul e visava combater o domínio do PRR no estado.

A matéria começa dizendo que se aproximava a data definida pelo governo federal para que acontecesse o “grande pleito” que iria decidir de que lado estava a maioria da população gaúcha, se estava com o seu governo honesto e trabalhador, ancorado por um partido que

<sup>420</sup> D. BORGES de Medeiros. *O Commercio*, 23 nov. 1921. Grifos do jornal.

<sup>421</sup> MENSAGEM... **O Commercio**, 25 out. 1924. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092843-1924-antonio-augusto-borges-de-medeiros.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

fazia mais de 30 anos atuava se entregando a um programa de princípios construtivos de ordem e progresso, ou se partilhava das opiniões da oposição com suas crenças contraditórias que havia tomado caminhos desvairados, optando pelo crime de encher de sangue o estado combatendo seus próprios irmãos.

Aparecem novamente os *valores, crenças e visão de mundo* do jornal quando se afirma que a resposta das urnas somente pode ser uma: prestigiar suas classes conservadoras, no que Borges de Medeiros teria o apoio dos grandes nomes, pois ele era um líder de convicções ao mesmo tempo liberais e orgânicas desse grande estado da federação brasileira. Aqui cabe observar que há o que pode ser chamado de unidade nas mitologias políticas, como foi visto no trabalho de Girardet,<sup>422</sup> quando ele afirma que, em relação ao padrão da unidade ou de atuação em uma obra de unificação, é construída uma imagem legendária dos líderes políticos. Nesse sentido, o objetivo de se construir uma narrativa mítica sobre uma liderança cumpriria as funções explicativa e de mobilização, simultaneamente. A busca por uma ação unificadora daria por si só o caráter maniqueísta do discurso. De qualquer modo, essa procura por uma atuação unitária em torno da posição ditada por um líder buscaria manter o status quo, prevenir e inibir ameaças de sua ruptura.

Após esse clamor aos eleitores para votarem com Borges e os republicanos, o periódico acusa a oposição de ter realizado ataques de forma sistemática e embustes visando enganar ingênuos com promessas falsas e ameaças ridículas, narrando fatos que se sucederam desde a eleição de Borges. Ele enaltece o fato de que Artur Bernardes reconheceu a legitimidade da eleição borgista, tendo desiludo os opositores.

#### O pleito de Maio

Aproxima-se a data marcada pelo governo federal para ter lugar o grande pleito, que vae decidir neste Estado de que lado se acha a maioria da população rio-grandense - si com o seu governo honesto e operoso, amparado por um partido que em mais de trinta anos de actuação se tem entregue ao cumprimento de um programa de salutareos principios de ordem e de progresso, si com uma opposição fundida nos credos mais antinomicos e que relatou o caminho de seus desvios pelo crime de ensanguentar as nossas [ilegível] com a mais delictuosa das pugnas fraticidas.

A resposta só pode ser uma unica - a maioria immensa do povo riograndense, o prestigio das suas classes conservadoras, o appoio dos grandes nomes será com Borges de Medeiros, o *leader* das aspirações ao mesmo tempo liberaes e organicas desta grande e prospera unidade da federação brasileira.

A campanha oposicionista tem vivido do recurso systematico do ataque, da cavillação e do embuste, enganando a credulidade dos ingenuos com promessas felizes e ameaças ridiculas. Primeiro acenavam com a intervenção federal, sob a forma de um aresto do Tribunal Supremo, que inutilizasse o reconhecimento de Borges de Medeiros pela Assembléa Estadual; depois com a intervenção partida directamente do Congresso e essa ficou sepultada no projeto Soares dos Santos, condemnado à poeira das pastas parlamentares; depois com a attitude hostile e directa

<sup>422</sup> GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

do executivo, e o presidente da República desiludiu os mais tímidos, quando proclamou a unicidade e legalidade do governo rio-grandense na sua mensagem inaugural.<sup>423</sup>

Na continuação da matéria, *O Commercio* segue narrando as ações da oposição federalista na tentativa de depor Borges do poder, no que afirma com veemência que o Partido Republicano venceu a batalha e sairia vencedor no pleito de maio, alcançando a maioria, o que acarretaria o desprezo do Brasil todo à oposição traidora que preferiu sacrificar vidas e paralisar a indústria por ambição de origem pessoal. O recado foi dado de forma que ninguém se iludisse, pois a eleição ratificaria Borges de Medeiros de forma esmagadora, dando continuidade a seu governo por ser o mais útil e trabalhador dos governantes.<sup>424</sup>

Por ultimo, acenavam com um golpe de força de que seria protagonista o ministro da guerra e esse veiu ao Estado em dezembro para obter o que? Que os revolucionarios despuzessem as armas e se consolidasse o reconhecimento expresso da administração riograndense. Eis a tecitura dos enredos reduzida á expressão mais singela. Venceu o Partido Republicano em toda a liuha, como vae triumphar nas urnas de maio com uma maioria, que sepultará no desprezo do Brasil inteiro a traiçoeira oposição, que prefere talar campos, ceifar vidas, paralisar industrias, á custa da mais desmedida ambição de mando pessoal.

Não se iluda ninguem. A sentença dos comicios proximos referendará com uma eloquencia esmagadora o pronunciamento de todo os órgãos de opinião e o dr. Borges de Medeiros continuará a governar esta terra, que o tem pelo mais util dos cidadãos e o mais operoso dos administradores.<sup>425</sup>

Em seu trecho final, a matéria segue a narrativa contando que os federalistas contaram com o alistamento de pouco mais de 17.000 eleitores no estado, ao passo que os republicanos tiveram 41.000 eleitores alistados. Disso pode ser aferido que, ao longo de toda matéria, a forma simbólica de *legitimação* e sua estratégia de *narrativização* descrita por Thompson são utilizadas na busca por dar legitimidade ao discurso.

O periódico encerra a matéria convocando os republicanos de Cachoeira a irem ao pleito e fazerem fileiras ao redor de seus líderes para que se coloque a oposição no seu devido lugar de derrota, de confusão de ambições pessoais, de grupo sem princípios e finalidades que

<sup>423</sup> O PLEITO de Maio. *O Commercio*, 23 abr. 1924. Grifos do jornal.

<sup>424</sup> Sobre o resultado dessa eleição federal de maio de 1924 no RS, não temos informação precisa. Borges, em mensagem à Assembleia dos Representantes, em outubro de 1924, diz que as minorias alcançaram a representação de três deputados pelo 1º distrito e dois em cada um dos outros. (MENSAGEM... *O Commercio*, 25 out. 1924. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092843-1924-antonio-augusto-borges-de-medeiros.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.).

Supõe-se, pelo número de eleitores alistados nos dois partidos, segundo O COMMERCIO, que a maioria tenha ficado realmente entre os republicanos. O Senador eleito supomos que seja o republicano Vespúcio de Abreu que consta no site do Senado como o representante do RS de 1924 a 1930 (BRASIL. SENADO FEDERAL. *Senadores da 33ª Legislatura (1924 - 1926)*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/33/por-nome>. Acesso em: 29 nov. 2018.).

<sup>425</sup> O PLEITO de Maio. *O Commercio*, 23 abr. 1924.

por vezes até de modo caricato se manifestava. No fechamento do escrito, pode ser observado também o uso do *poder simbólico* e sua capacidade de enunciação para tentar interferir na discussão corrente na sociedade de acordo com o ponto de vista, *visão de mundo* e os interesses do noticioso, mantendo a situação de dominação dos republicanos, cuja legitimação foi argumentada na narrativização ao longo de toda matéria.

Basta um olhar sobre o novo alistamento para dar a medida do resultado da eleição. Cercados de tôdas as garantias, auxiliados por fiscaes de sua propria escolha, os opposicionistas alistaram pouco mais de 17 mil eleitores, em quanto o partido republicano qualificou acima de 41 mil co-religionarios.

Concorram os republicanos cachoeirenses unidos ás mesas do grande escrutinio, cerrem fileiras em torno de seus chefes. Eis o dever de todos e de cada um e a opposição ficará reduzida ao que era antes - um amontoado de destroços, um cahos de ambições pessoaes, sem principios e sem finalidade, com a nota ás vezes carnavalesca de uma ostentação inoffensiva de lenços encarnados.<sup>426</sup>

As notícias analisadas seguiram os conceitos elencados de Bourdieu, Eagleton e Thompson. Por tudo o que foi descrito até aqui, através da análise empregada, podemos afirmar que de fato havia uma relação entre o jornal *O Commercio* e o Partido Republicano Rio-Grandense no período estudado, institucionalizada em 1908 com a primeira eleição de Henrique Möller a Conselheiro Municipal pelo partido. A interpretação das matérias propostas procura trazer luz às formas dessa ligação, valendo-se das conceitualizações eleitas para analisar como se deu esse processo, em que fica claro novamente os usos dos conceitos de Eagleton e Thompson para alçar uma situação de dominação, através do uso da defesa de sua bandeira em prol do arroz e influência no *campo de produção ideológica*, recorrendo ao *poder simbólico* para atuar nesse cenário e buscar impor sua *visão de mundo*.

---

<sup>426</sup> O PLEITO de Maio. *O Commercio*, 23 abr. 1924.

## 5 A CRISE DA RIZICULTURA, A FUNDAÇÃO DO SINDICATO ARROZEIRO E O POSICIONAMENTO DA IMPRENSA

Sonia Mendonça,<sup>427</sup> em trabalho a respeito do ruralismo brasileiro dentro do período da República Velha, relata que um grupo conciso de 47 pessoas se reuniu em maio de 1896, no endereço da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, para projetar os pilares de uma organização agrícola mais ampla. Esse agrupamento firmou um estatuto em janeiro de 1897, criando a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), inspirada em instituição francesa de mesmo nome.

A SNA desenvolveu como estratégia a prática da organização de congressos e exposições para divulgar seu ponto de vista, visando se consolidar como um bloco de pressão e formação de opinião no cerne da classe proprietária. Para atingir seu objetivo e propagar o que via como missão dos agricultores – agremiarem-se –, a Sociedade promoveu, em 1902, lobby na Câmara dos Deputados para que fosse reinstituída a sua Comissão de Agricultura. Assim, esta Comissão poderia aprovar a lei que regulamentava a organização de sindicatos e cooperativas no Brasil. Com o apoio da SNA, o movimento associativo de proprietários se tornaria um fenômeno que alcançou todo o país.<sup>428</sup>

Em um contexto de supremacia da agricultura na economia e na sociedade brasileira da República Velha, quando se tinha a crença na “vocação eminentemente agrícola do país”,<sup>429</sup> a passagem para o capitalismo industrial teria gerado rea o das parcelas agrárias hegemônicas, que adotaram o discurso de supervaloriza o do campo e do mundo rural, vendo de modo negativo a vida urbano-industrial. Dentro disso, um discurso de ideologia liberal, ancorado em linhas ortodoxas e neoclássicas, promoveria a f  na ciência como princípio que poderia proporcionar a “reabilita o agrícola do país”.<sup>430</sup>

Porém, esses valores só se tornaram plausíveis por terem se baseado em um indício visto de modo consensual por esses ruralistas: o entendimento de que havia uma crise agrícola no país que deveria ser defrontada por todos os atores da sociedade que dela fizessem parte. Em um contexto em que existia falta de habilidade para assimilar a irregularidade e a imprevisibilidade, pois a ordem era vista como algo que deveria ser natural, havia forte temor de que os métodos tradicionais de produzir e comerciar fossem interrompidos. Isso faria com

---

<sup>427</sup> MENDONÇA, S. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>428</sup> Ibid.

<sup>429</sup> Ibid., p. 64.

<sup>430</sup> Ibid., p. 68.

que a concepção de crise significasse, permanentemente, um desequilíbrio a ser consertado por ações restauradoras de uma ordem hipoteticamente perdida.

Na realidade, toda a organização discursiva que culminou na noção de “crise agrícola nacional”<sup>431</sup> teria se transformado em voz das demandas de partes subjugadas das classes dominantes, que de forma isolada raramente teriam tido como atingir setores com poder de decisão a nível estatal. Assim, teria havido várias crises, segundo os vários grupos e seus interesses, que a usavam como desculpa para defender seus benefícios, apesar de dizerem estar defendendo a agricultura brasileira.

A noção de crise viria a se tornar sinônima de atraso, não sendo mais vista como uma momentânea desordem ou ameaça específica, mas sim como uma condição a ser reformada.<sup>432</sup> Acreditamos, para fins deste trabalho, que a origem da percepção de crise no setor arrozeiro gaúcho, na década de 1920, e a consequente mobilização para a formação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul podem ter as bases nas visões da SNA e nos seus valores de congregação da classe rural dominante.

Fraquelli<sup>433</sup> já contextualizou que a instituição do Sindicato estaria inserida no panorama de crescimento generalizado do associativismo no RS em fins da década de 1920, quando se somaram os arrozeiros às associações de charqueadores, criadores, produtores de banha, comerciantes, entre outros. Dentro disso, Love<sup>434</sup> apontou que havia 70 associações de agricultura, comércio e pecuária no Estado em 1930, das quais por volta da metade teria sido criada entre 1926 e 1928.

A seguir, veremos de que modo a historiografia econômica descreve e reconhece a existência de uma crise na agricultura e mais especificamente na rizicultura gaúcha nesse período. Posteriormente, veremos como ocorreu a formação do Sindicato, analisaremos seus documentos de fundação e algumas notícias do jornal *O Commercio* para verificarmos o discurso ideológico do arrozeiro e do jornal diante dos problemas no setor. O fechamento consistirá na análise do posicionamento do jornal durante todo o íterim estudado.

Herrlein,<sup>435</sup> abordando a crise pela qual a pecuária gaúcha passou nos anos 20 do século passado, afirma que as deliberações governamentais não teriam sido as causas exclusivas da crise nesse setor, já que os fluxos comerciais tiveram alteração após o fim da 1ª Guerra

<sup>431</sup> MENDONÇA, S. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 71.

<sup>432</sup> Ibid.

<sup>433</sup> FRAQUELLI, J. A lavoura capitalista de arroz e a crise de 1926. In: CÉSAR, Guilhermino *et al.* **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

<sup>434</sup> LOVE, J. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

<sup>435</sup> HERRLEIN, J. R. O cenário econômico da revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, p. 76-97, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6935>. Acesso em: 12 abr. 2019.

Mundial, tendo uma rápida explosão de crescimento e em seguida uma grande retração no mercado internacional. Questões como a perda do poder aquisitivo europeu, a deflação e as dificuldades com relação a voltar à situação econômica de paz foram fatores que contribuíram para a queda dos preços dos produtos pecuários.

Nessa crise que atingiu dimensões mundiais, mais especificamente em 1921, o Rio Grande do Sul passou por uma queda brutal no consumo dos seus artigos agrícolas e pastoris, gerando centenas de execuções judiciais de produtores rurais e a falência de diversas pequenas fábricas gaúchas.

Com relação ao arroz, Beskow<sup>436</sup> afirma que o veloz crescimento do arroz no estado até 1927, afora a queda severa na safra de 1924 – que foi rapidamente restaurada na safra seguinte –, em combinação com o crescimento da produção desse grão em outros estados e do número de fornecedores do mercado nacional, que além de tudo, estavam localizados convenientemente mais próximos dos centros consumidores nacionais e geraram arroz sequeiro de custo mais baixo e de variedade mais bem recebida nesses mercados, teriam sido algumas das causas da primeira grande crise pela qual a rizicultura gaúcha passou.

Dessa forma é que surge a crise em 1926, quando os preços médios de venda do arroz gaúcho caíram em torno de 50%. O autor supracitado acredita que a abrupta queda de exportações do arroz do RS para o Prata tenha auxiliado para desencadear a crise de comercialização do arroz gaúcho, dentro de um contexto no qual a concorrência com o arroz de São Paulo no Prata, a partir de 1924, também havia influenciado as exportações gaúchas para a Argentina e o Uruguai, uma vez que SP tinha uma situação mais propícia para frete. Além disso, a política econômica deflacionária do governo federal de Artur Bernardes, executada de 1924 a 1926, trouxe consequências recessivas, o que também favoreceu para que o arroz gaúcho tivesse dificuldades de venda no mercado interno.

Nesse contexto, a crise de 1926 na rizicultura do RS acarretaria uma modificação no cenário anterior:

Na década de 1920, a intensificação do processo de acumulação capitalista do eixo São Paulo/Rio de Janeiro ensaia uma nova etapa nas relações entre agricultura subsidiária gaúcha e o Estado Nacional. Assim, a crise de 1926 evidencia uma mudança na conjuntura anterior, caracteriza pelo crescimento populacional, expansão de renda, urbanização, aumento da demanda de alimentos, tarifas protecionistas e reserva de mercado nacional, onerando o consumidor que paga preços mais altos pelo arroz nacional do que pelo produto importado.<sup>437</sup>

<sup>436</sup> BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>437</sup> FRAQUELLI, J. A lavoura capitalista de arroz e a crise de 1926. In: CÉSAR, Guilhermino *et al.* **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 340.

No entanto, Beskow<sup>438</sup> afirma que, ao se analisar de forma detalhada a economia brasileira e sua performance a partir do início da década de 1920, é possível assegurar a hipótese de que a queda brutal do preço do arroz no mercado atacadista nos principais locais de comércio do país não pode ser atribuída somente ao *boom* gerado pela expansão da produção de arroz no RS, mas ser associada ao do restantes dos estados que competiam com os gaúchos.

Outros fatores teriam ajudado a criar empecilhos para as exportações do arroz do RS que era destinado ao mercado internacional nesse período, como a política de valorização cambial instaurada em 1924. Também deve se considerar o domínio da produção arrozeira no estado pelo capital/beneficiador/financiador/exportador. Beskow concorda com Aroztegui que não havia financiamento bancário até 1937, embora notícia de *O Commercio* a respeito, exatamente, dessa queda de produtividade de 1924 refira-se ao fácil e abundante acesso a crédito, até aquele momento, e responsabilize as encampações do governo borgista pela escassez de dinheiro nos bancos naquele ano, conforme vimos no terceiro capítulo do presente trabalho.

Porém, Beskow<sup>439</sup> nota que, até ser criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937, havia predomínio dos interesses comerciais dos empresários dos ramos beneficiados, aos quais ele chama mais de comerciantes do que de beneficiadores, pela razão de que acumulariam mais dinheiro exercendo a compra e venda de arroz do que formatando industrialmente o grão. Nesse cenário, eles obtinham grande vantagem com relação aos produtores de arroz sem capital próprio ou sem possibilidade de obterem crédito em bancos privados, pois se colocavam como financiadores e compradores a baixo preço das safras arrozeiras.

O autor crê que essa variação de mercado percebida pelos produtores e comerciantes gaúchos de arroz retrata conjunturas de atuação da produção e do consumo, mas também a situação de dependência das importações do Rio de Janeiro, que era a praça incumbida de redistribuir o grão para os mercados do interior e para as capitais nordestinas, bem como a outros locais nacionais. Do mesmo modo, ele entende que a queda dos preços no comércio atacadista gaúcho, em 1926, demonstra o poder superior dos comerciantes atacadistas e

---

<sup>438</sup> Beskow, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>439</sup> Ibid.

financiadores da produção do grão em relação aos produtores sem capital próprio para financiar e comercializar suas safras.

Essa conjuntura de ameaça e crise percebida pelos produtores, que vamos analisar mais adiante, culminou na fundação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, em meados de 1926. Duvoisin,<sup>440</sup> em trabalho sobre a instauração desse sindicato, afirma que essa era uma instituição que representava os produtores de arroz no RS, instaurada com o propósito de valorizar o cereal em um momento em que havia desvalorização de preços na praça nacional e internacional. A tática de ação dos atores implicados era a centralização das vendas, a classificação dos grãos, a diminuição dos custos de produção e a propagação de informações para os produtores, objetivando incrementar as condições de negociação e de enfrentamento da concorrência.

Apesar de a totalidade dos agentes comprometidos com a instauração dessa instituição ter afim a questão de serem produtores e comerciantes de arroz, eles tinham muitas diferenças, que em certas circunstâncias os faziam ter posições opostas em resoluções de ordem política e econômica. Nesse contexto, a classe hegemônica no RS não era homogênea, tampouco um conjunto unitário, pois havia partes distintas que se definiam através de práticas econômicas peculiares, do mesmo modo que provenientes de locais regionais e projetos singulares, e que participavam e estavam inseridas de diferentes formas no estado regional.<sup>441</sup>

Dentro disso, o charque, que era o principal artigo de exportação do estado, dispendo do mercado nacional como seu maior consumidor, teve seu preço subordinado às conveniências que se atravessavam no interior do processo. O ciclo de financiamento da produção arrozeira também ficava nas mãos de comerciantes que davam crédito para que seus fornecedores produzissem. Esta seria a demanda central do Sindicato Arrozeiro, pois a sua grande meta era obter o comando comercial do produto, buscando eliminar o oligopólio do transporte de cabotagem e de financiamento da produção. Uma exigência que ia ao encontro disso era a de ser fundado um banco estadual de crédito rural que possibilitasse financiar o plantio de arroz.<sup>442</sup>

Duvoisin afirma que a modernização da produção rizícola gaúcha apareceu no início do século XX, e, como já foi discorrido neste trabalho, teve um significativo crescimento durante a República Velha. No entanto, em 1926, uma sequência de causas associadas teria gerado a

---

<sup>440</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>441</sup> Ibid.

<sup>442</sup> Ibid.

queda dos preços do cereal, conjuntura que se iniciou em 1924, como temos discorrido aqui, e que trouxe inquietação aos atores do setor. O contexto do pós-guerra, em que retornaram as exportações espanholas e italianas para o Prata, a grande amplificação das plantações gaúchas e o aumento da concorrência inter-regional nas propostas de venda estão entre os motivos mais apontados desse cenário pouco favorável que levou à criação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul.

Na mesma linha de argumentação, Aroztegui afirma que o contexto da década de 1920, caracterizado por um cenário nacional e internacional de queda de preços e complicações para posicionar o produto fora do Rio Grande do Sul, estava relacionado ao pós-guerra e à crise do padrão agroexportador do Brasil, o que ocorre justamente no momento em que o setor descrevia uma trajetória de modernização e aumento da produtividade.

Duvoisin<sup>443</sup> vê certa politização da economia dentro do processo de resolução dos conflitos partidários imediatamente depois da Revolução Federalista de fins do século XIX, conjuntura na qual surgiram várias sociedades agrícolas e pastoris que defendiam passar por cima das divergências partidárias em prol de unir as classes rurais. A hipótese desse autor é que o Sindicato Arrozeiro do RS foi uma expressão desse gênero, pois conseguiu unificar atores de gênese partidária e local distintos, visando trazer solução para um problema econômico tangível. Assim, esse sindicato teria se tornando um ambiente de articulação política, já que os tratados para sua realização desempenharam certo capital político central para acalmar os conflitos entre os lados rivais.

A conjuntura econômica para o arrozeiro estava de fato em um momento tenso, em 1925, por conta de uma grande seca no Triângulo Mineiro, região de plantio de arroz designado a suprir o mercado de São Paulo. Em decorrência disso, houve escassez do grão, o que fez com que o governo federal diminuísse a taxa de importações do produto com o objetivo de normalizar o abastecimento com a compra desse cereal do exterior.<sup>444</sup>

No Rio Grande do Sul, a continuidade do protecionismo econômico era uma questão recorrente entre os arrozeiros do estado, pois, através disso, eles detinham uma parte do mercado nacional determinada para a sua produção.<sup>445</sup> Autores gaúchos da época, estudiosos da cultura do arroz, como Novello Novelli,<sup>446</sup> discorriam amplamente sobre a contribuição das tarifas alfandegárias sobre o produto estrangeiro que teria servido como proteção ao arroz

---

<sup>443</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>444</sup> Ibid.

<sup>445</sup> Ibid.

<sup>446</sup> NOVELLI, N. **Cultura do arroz**: palestras agrícolas. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1919.

nacional e teria ajudado sua expansão, defendendo quais taxas deveriam ser mantidas até que a rizicultura atingisse um patamar considerado de boa proporção.

Os maiores problemas dos gaúchos para distribuir seu artigo no mercado interno nacional seriam o monopólio das linhas e o comércio de cabotagem, bem como a continuidade dos impostos interestaduais, o que revelaria como ainda estava em estágio inicial a integração do mercado brasileiro. Desse modo, a escassez de arroz, em 1925, não teria sido consequência de uma produção deficiente no país, mas da falta de equilíbrio entre as regiões de mais oferta, tal qual o Rio Grande do Sul, a limitação dos meios de transporte e certa agiotagem dos comerciantes.<sup>447</sup>

O Sindicato do Arrozeiro do Rio Grande do Sul teria surgido como um modo de romper com a especulação no mercado brasileiro na ocasião em que ocorreu a baixa dos preços, em 1926. Por conta disso, a medida de proteção crucial adotada pela instituição teria sido a centralização do comércio do arroz gaúcho, operando a venda em praças distintas, isto é, no contexto nacional e no Prata, além do plantio. Dessa forma, a proposta era de uma atuação em formato de cartel; porém, no primeiro ano de execução do plano de valorização, esse não logrou controlar grande montante de arroz, já que os preços retornaram ao patamar normal rapidamente.<sup>448</sup>

Nesse contexto, no Rio de Janeiro, jornais teriam denunciado o que estava sendo instituído no RS como sendo um truste. Duvoisin<sup>449</sup> acredita que, possivelmente, a ideia gaúcha de redirecionar o arroz para o mercado do Prata, buscando valorizar os preços nacionalmente, tenha sido percebida como uma pechincha com relação à especulação comercial. No decorrer da década de 1920, por causa do aumento da concorrência inter-regional, o RS teria se tornado um local estratégico para superar a competição mercantil. Dentro disso, o autor se questiona até que ponto o governo auxiliou o Sindicato e em que isso teria auxiliado a formação específica do Estado no RS.

Nesse aspecto, o governo teria prestado algumas contribuições relevantes para os arrozeiros do estado, como a isenção dos impostos de exportação e de taxas nos portos e a classificação do arroz que ia para exportação, que contou com uma atuação conjunta do Laboratório de Análises do Estado e do Sindicato. Tanto a classificação do cereal como a verificação de qualidade eram vistas como providência de relevo, pois elas facilitariam as

---

<sup>447</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>448</sup> Ibid.

<sup>449</sup> Ibid.

negociações e garantiriam preços mais vantajosos no mercado. Todavia, para a compreensão do papel do Sindicato Arrozeiro no crescimento do poder público no RS, seria necessário considerar a concepção de Estado adotada por Duvoisin.<sup>450</sup> Para ele, na conjuntura gaúcha daquele período, o Estado inclinava-se a confundir-se com a pessoa do governador, pois a centralização política era intensa.

Em sua perspectiva, a divisão da produção numa esfera e do beneficiamento e do comércio do arroz em outra teria sido fundamental para o modo como o ramo agiu diante as variações do mercado. O Sindicato estudado estaria intrinsecamente ligado ao surgimento de um grupo de cidadãos que começou a intermediar as negociações que partiam das sedes dos engenhos de descasamento e beneficiamento, a quem ele define uma nova facção de classe, distinta dos que eram somente lavradores.

Aqui cabe lembrar a situação de Cachoeira do Sul nesse cenário. Aroztegui afirma, como referido no segundo capítulo deste trabalho, que, diferentemente de Pelotas e Tapes, onde os engenhos acabaram comprando as terras que seus sócios cultivavam anteriormente, instituindo lavouras particulares incorporadas à empresa do engenho, em Cachoeira, no caso do Engenho Brasil, este comprou menos terras e, ao invés de construir nelas lavouras particulares, optou pelo arrendamento.<sup>451</sup>

Assim, especialmente em Cachoeira, as maiores plantações não eram dos engenhos e tinham como donos cultivadores com relativa independência. Nesse contexto, sobressaíam-se os arrendatários provenientes de ambiente urbano, como profissionais liberais, comerciantes de vultos, artesões e técnicos. Essa situação, na cidade, apresentava algumas particularidades. Em primeiro lugar, os engenhos não tinham tanto poder como em outros locais, haja vista Porto Alegre e Pelotas. A maior parte dos proprietários de engenho era oriunda do comércio de materiais agrícolas e outros ofícios urbanos, além de iniciarem a partir de um grau um tanto menor de capitalização em relação a outros.<sup>452</sup>

Além disso, havia em Cachoeira um agrupamento de grandes e médios arrendatários, oriundos de modo especial da classe média do município, que se sobressaíram nas lavouras. Os arrendatários que tinham pouco ou nada de terra e capital principiaram arrendando pequenas quantidades e foram, inicialmente, bastante dependentes dos fazendeiros e

---

<sup>450</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>451</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>452</sup> Ibid.

engenhos. No entanto, no decorrer do período, conseguiram uma relativa independência e centralizaram sob seu poder uma parcela relevante do capital do arroz.<sup>453</sup>

Não temos aqui robustas informações de quanto esse grupo de arrendatários e empresários do arroz de Cachoeira se mobilizou para a criação do Sindicato Arrozeiro e pelas suas reivindicações, porém, mais adiante, traremos alguns posicionamentos e matérias do jornal *O Commercio* nesse período de crise que levou a que essa instituição fosse criada. Do mesmo modo, serão analisados documentos das reuniões de fundação em que aparecem alguns personagens cachoeirenses e confrontaremos esse material com as colocações do jornal na época em que despontava o órgão arrozeiro.

Duvoisin<sup>454</sup> aponta que o surgimento dos engenhos de arroz é um feito do início do século XX, ligado às modificações econômicas que aconteceram na República Velha. Em fins do século XIX praticamente não havia engenhos com proprietários regionais nos estados do país, e a idealização de engenhos centrais nas mãos de um único administrador não prosperou. As entidades estaduais, por sua vez, apresentaram grande absorção de capital da produção agrícola nacional e domínio do comércio de arroz.

O autor supõe que, partindo da existência dos engenhos, a alternativa sindical veio a ser algo factível para os rizicultores. Ele salienta que o pensamento de sindicalizar a cultura arrozeira não era uma informação nova em 1926, pois ela já circulava no meio anteriormente. Nesse contexto, a característica comercial da instituição seria nítida como decorrência da centralização e do controle do cereal por parte dos donos de engenho.

Nesse cenário é que o movimento em prol da defesa da cultura do arroz no RS teria se tornado concreto, em junho de 1926, quando, em Pelotas, Luis Simões Lopes, que era representante do Ministério da Agricultura, em consonância com esse órgão, iniciou um mapeamento da situação e um cadastro geral dos rizicultores gaúchos. Isso resultou que, durante o Congresso de Rizicultores de 1926, em Porto Alegre, dentro de uma reunião, plantadores e comerciantes de arroz se juntassem para proclamar fundado o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul.<sup>455</sup>

A intensificação do controle dos engenhos sobre a produção não deixaria de chamar a atenção durante a chamada crise, o que teria feito que, quando um representante de uma

---

<sup>453</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>454</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>455</sup> Ibid.

relevante empresa de exportação de Porto Alegre se candidatasse a comissário do Sindicato Arrozeiro, encontrasse resistência de alguns produtores, que temiam não possuírem o controle de seus produtos livremente. A saída para esse impasse foi segmentar o Sindicato em Comissões Regionais, concedendo a administração dos estoques para mandatários locais. Essa opção teria sido escolhida no intento de unificar os beneficiadores de cada cidade em um planejamento compartilhado, minimizando as diferenças regionais com ações conjuntas no armazenamento dos estoques e colocando os plantadores em desvantagem.<sup>456</sup> Esse mesmo representante de firma exportadora, motivo de impasse, Gastão Englert, foi presidente da reunião de fundação do Sindicato, a qual indicou Alberto Bins para presidente do órgão em fundação, conforme pode ser visto em texto da ata de fundação do mesmo:

Aos doze dias do mez de Junho de 1926 na sala da associação commercial desta cidade de Porto Alegre gentilmente cedida por sua diretoria, presente grande numero de plantadores de arroz, abria a sessão o Sr. Gastão Englert que a pedido do Sr. Cnel Alberto Bins explicara os fins da reunião dizendo não ter comparecido então por motivo de doença e depois de fazer exposição dos motivos desse que se retiraria por não ser plantador. Por proposta de um dos plantadores aprovada unanimemente conservou-se na presidencia o Sr. Gastão Englert que propoz a fundação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul apresentando uma proposta de estatuto que depois de amplamente discutido foi resolvida a fundação do Sindicato [...]. Resolvido pela assembleia que a diretoria do Syndicato deveria ser eleita immediatamente apresentou a seguinte chapa: para Prezidente o Sr. Cnel Alberto Bins, para Thesoureiro o Sr. Walter Schmidt, para Secretario o Sr. Carlito de Araújo Ribeiro e para diretores os Sr<sup>es</sup> Jorge Franke, H. Theo Möller, Francisco Berta, Felix Damião Scherer e Carlos Salim que foram eleitos unanimaente.<sup>457</sup>

Como pode ser visto, na diretoria do recém-fundado Sindicato estava o já citado empreendedor pioneiro do arroz cachoeirense, Jorge Franke. Duvoisin<sup>458</sup> salienta que, em Cachoeira, distintamente de em outras cidades gaúchas, a cultura do arroz era o segmento mais movimentado e importante para a economia municipal. No município, do mesmo modo que em Porto Alegre, muitos empresários teriam investido na rizicultura como forma de diversificar a economia.

Destacam-se comerciantes de origem alemã que se direcionaram para o cultivo de arroz, arrendando terras no local e construindo engenhos. Dentre estes, o autor referencia o teuto-brasileiro Jorge Franke, precursor empresário arrozeiro de Cachoeira, dizendo que ele produzia arroz na cidade, mas morava na capital, onde mantinha vínculos comerciais.

<sup>456</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>457</sup> SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Ata de fundação**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926a.

<sup>458</sup> DUVOISIN, op. cit.

A formação heterogênea do setor arrozeiro, no entanto, teria sido um aspecto contraditório para o pacto interno com relação à direção a seguir para dar solução à crise comercial. O cultivo desse produto teria aparecido, de um ângulo, como uma opção importante no contexto de queda do preço do charque e, de outro, como um ramo de diversificação para gestores relacionados aos comércios de importação e exportação.<sup>459</sup>

Seria constatado, assim, que houve uma competição entre dois projetos distintos no momento em que se decidiu instituir uma agremiação do setor arrozeiro. O primeiro deles relaciona-se à disputa entre duas partes com interesses econômicos contrastantes, os plantadores e donos de engenhos. Nesta, certamente os últimos teriam se sobressaído pelo fato de controlarem o preço do cereal e o fornecimento de crédito para o incremento da produção, além de terem conseguido construir um projeto comum entre seus pares. “O *Sindicato Arrozeiro* seria a demonstração da pujança econômica e política dos proprietários de engenho no Rio Grande Sul”.<sup>460</sup>

O segundo projeto seria o de buscar liderança dentro do setor, algo que os mandatários de cada cidade pretendiam assegurar. Para Duvoisin, essa tensão teria tendido a reforçar certas segregações típicas da tradição que formatou o povo gaúcho, tendo como ideia que o governo republicano deixou de lado a campanha, favorecendo o norte do estado, fato resumido na supremacia de Porto Alegre dentro das políticas públicas instauradas. Desse modo, o Sindicato Arrozeiro teria sido um âmbito de soluções para disputas de princípios partidários e regionais do RS ao politizar a economia.<sup>461</sup>

Dentro disso, verificaremos os estatutos do Sindicato para analisar as suas pautas e reivindicações e, posteriormente, averiguar notícias elencadas do jornal *O Commercio* no período contemporâneo à fundação da instituição. A seguir, apresentamos o primeiro capítulo do referido estatuto e seus artigos iniciais:

#### CAPITULO

Denominação, séde, fins e duração do syndicato

Art. 1. Em conformidade com as resoluções tomadas em reunião de 12 de Junho de 1926, fica constituída, pelos plantadores de arroz que adherirem aos presentes estatutos o “SYNDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL”, com sede na cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do R. G. do Sul.

Art. 2. O Syndicato tem por fim congregar os plantadores de arroz para, em acção conjuncta, zelar por seus interesses, promovendo a defeza da lavoura de arroz pelo

<sup>459</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>460</sup> Ibid. Grifo do original.

<sup>461</sup> Ibid.

emprego de meios e pela criação de instituições que possam amparar, defender, valorizar, aperfeiçoar e desenvolver a sua produção.

§ 1. Para realização destes fins organizar-se-ão dentro do Sindicato os departamentos julgados convenientes pela Assembléa Geral, ficando desde já constituídos, o departamento de informações, o departamento tecnico e o departamento commercial.

Pelo Artigo 2º e seu inciso 1, observa-se que o regulamento do Sindicato diz que seu objetivo era agrupar os plantadores que aderissem às normas as quais o documento contemplava. Constituíram-se naquele momento três departamentos dentro do órgão: o de informações, o técnico e o comercial. Porém, como vimos anteriormente, Duvoisin afirma que a instituição, na sua formatação, teve supremacia dos beneficiadores em detrimento dos plantadores.<sup>462</sup>

Na sequência descrita abaixo do Artigo 2º, o inciso 2 discorre a respeito das incumbências do departamento de informação, cuja principal função era orientar e dar conselhos aos associados através de uma atividade integral de informação. Dentro disso, cabia construir estatísticas a respeito da produção em outros locais, coletar dados e estudar sobre o consumo do grão no estado regional e nacional, bem como dar informações sobre o mercado estrangeiro. A associação deveria ainda editar um boletim mensal contendo todas as informações descritas, além de outras relacionadas à rizicultura que pudessem ser do interesse dos plantadores. Cabe referir que as normas do estatuto colocam-se a serviço do plantador, apesar de que trabalhos<sup>463</sup> conjecturando a fundação do Sindicato dizem que as negociações da sua formação favoreceram o setor organizado dos engenhos beneficiadores.

§ 2. Ao departamento de informações incumbe:

Principalmente orientar, animar e aconselhar os associados por meio de um serviço completo de informações;

Elaborar com a possível precisão estatísticas sobre a produção no Estado e em outros centros productores assim como colher dados e estudar o provavel consumo estadual e nacional;

Informar sobre a situação geral do mercado nacional e estrangeiro ;

Editar um boletim mensal, contendo todas estas informações e demais esclarecimentos, que digam respeito á cultura do arroz e possam interessar aos productores.<sup>464</sup>

<sup>462</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>463</sup> Ibid.

BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>464</sup> SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926b

Também pode ser percebida claramente, no inciso 2 do Artigo 2º do Estatuto do Sindicato Arrozeiro, a afirmação de Duvoisin<sup>465</sup> de que um dos propósitos do Sindicato era a divulgação de informações para os produtores visando melhorar as condições de negociação e a confrontação com a concorrência. Isso seria porque, de acordo tanto com o último autor citado quanto com Aroztegui,<sup>466</sup> a conjuntura do pós-guerra, com a retomada das exportações espanholas e italianas para o Prata e o crescimento da concorrência inter-regional na oferta de venda, em um cenário nacional e internacional de queda de preços, configura a pauta da criação dessa instituição, objetivando união de forças, conforme verificado nos itens citados do Estatuto, para amearhar informações que possibilitassem enfrentar essa situação.

Na sequência, o inciso 3 do Artigo 2º aborda o departamento técnico, no que Duvoisin<sup>467</sup> aponta que a classificação do arroz que era exportado teve uma atuação conjunta do Laboratório de Análises do Estado e do Sindicato. Dentro disso, esse item do Estatuto era visto como providência importante pelo setor tanto na classificação do cereal como na verificação de qualidade, pois isso ajudaria nas negociações e asseguraria melhores preços no mercado.

§ 3. Ao departamento tecnico compete: Promover a officialisação dos typos do arroz Rio Grandense, organisando para este fim um mostruario permanente de todas as qualidades de arroz produzidas no Rio Grande do Sul,' classificando-as em typos numerados e distintos, que serão os typos officiaes do Rio Grande do Sul e servirão de base para as vendas;

Auxiliar os associados em todas as questões technicas, que dizem respeito á cultura de arroz, visando seu aperfeçoamento e barateamento da producção;

Instalar, o quanto antes, sob a direcção dum tecnico especialista, uma plantação experimental para praticamente estudar os diversos systemas de cultura, de adubaçao e de irrigação dos arrozaes modernos e suas possibilidades de adaptação ao nosso meio, tendo por principal escopo fornecer sementes seleccionadas aos associados.<sup>468</sup>

Além disso, esse inciso também previa auxiliar os associados em questões técnicas para aperfeiçoar e baixar o custo da produção e instalar uma plantação experimental sob acompanhamento de um técnico para estudar a cultura do arroz de modo abrangente, observando a adubaçao, a irrigação e a adaptação do cereal ao solo local, visando prover sementes selecionadas aos seus membros. As providências e técnicas de cultivo, como

<sup>465</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha.** 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>466</sup> AROZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX.** 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>467</sup> DUVOISIN, op. cit.

<sup>468</sup> SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto.** Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926b

tratamos em capítulo anterior, eram indicadas ao plantador em manuais de plantio, como os de Novelli e de Simões Lopes, mas, conforme relatou Aroztegui, eles não eram observados pelos cultivadores, algo que, de acordo com esta autora, prejudicou a competitividade do arroz gaúcho no momento em que a conjuntura favorável acabou e principiou a dita crise.

No entanto, Fraquelli<sup>469</sup> aponta que houve um período em que o consumo interno teve estabilidade dentro da expansão da rizicultura do RS ocorrida nos anos 1920 (verificada numericamente, como vimos anteriormente), correspondendo ao crescimento nas exportações do cereal. Tais índices mostraram tendência de queda, principalmente por se ter perdido o mercado platino, mas a criação do Sindicato Arrozeiro teria dado propulsão às exportações, que só caíram novamente em 1929. Dentro disso, o crescimento da produtividade, que ocorreu após a formação da instituição, deveu-se em grande medida às ações do departamento técnico com a importação de sementes e estudos de tecnologia de plantio.

Por fim, o 4º inciso do Artigo 2º do referido Estatuto tratava das incumbências do departamento comercial da organização. Cabia a esse departamento cuidar de todas as negociações comerciais, intermediando os negócios dos associados, assim como conseguir, através de ações especiais, os fundos financeiros necessários para defender a produção, buscando valorizar a mesma, principalmente pelo gerenciamento da oferta com relação à procura por arroz no mercado. Ele era também responsável por empregar esforços para a criação de um banco de crédito real e agrícola no RS, como se lê na íntegra a seguir:

§ 4. O departamento commercial encarregar-se-á:

De todas as transacções commerciaes, quando de interesse da collectividade, servindo de intermediarios nos negocios dos associados;

De conseguir por organizações especiaes e por medidas aconselháveis os necessarios fundos financeiros para a defeza da produçção, procurando valorisal-a, principalmente pela coordenação da offerta em relação às necessidades dos mercados, evitando assim a especulação;

Envidar, finalmente, todos os esforços para organizar, auxiliar e amparar a fundação de um banco de credito real e agrícola no nosso Estado.<sup>470</sup>

Cabe lembrar que Duvoisin<sup>471</sup> vê como consequência do surgimento dos engenhos o fato de a alternativa sindical ter se tornado algo concreto para os rizicultores. Dentro desse cenário, a característica comercial da instituição seria evidente como decorrência da centralização e controle do cereal por parte dos donos de engenho. Em concordância,

<sup>469</sup> FRAQUELLI, J. A lavoura capitalista de arroz e a crise de 1926. In: CÉSAR, Guilhermino *et al.* **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

<sup>470</sup> SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926b

<sup>471</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

Beskow<sup>472</sup> afirma que a constituição do departamento comercial do Sindicato Arrozeiro representou um aumento do sistema de concentração da comercialização de arroz. Isso porque esse departamento realmente chegou a intervir no mercado, comprando arroz no início da safra por preço mínimo, regulando a oferta e forçando o aumento de preços nos mercados, o que teria evitado crises maiores nos anos posteriores ao período do presente estudo.

Na sequência está o Artigo 3º desse primeiro capítulo do Estatuto do Sindicato Arrozeiro:

Art. 3. Os diversos departamentos ficam sujeitos aos respectivos regulamentos internos, que serão elaborados pela Directoria e levados ao conhecimento de todos os socios.

§ 1. A adesão aos diversos departamentos e suas instituições é facultativa, porém, aderindo a elles, o associado não só gozará das vantagens, como tambem se obriga a cumprir integralmente as disposições dos respectivos regulamentos, alem da observancia dos presentes estatutos.

§ 2. Todos os serviços de informações serão gratuitos. Para attender às despesas que occorrerem com a installação e manutenção dos outros departamentos, a Directoria poderá, nos respectivos regulamentos, estabelecer uma porcentagem ou taxas especiaes, pagaveis pelos socios que a elles adherirem.<sup>473</sup>

Esse Artigo 3º discorre a respeito da subordinação dos citados departamentos do Sindicato a regulamentos internos que deveriam ser elaborados pela diretoria da agremiação e divulgados a todos os associados. O seu inciso primeiro determina que a adesão aos departamentos e suas respectivas organizações era facultativa, porém aderir a eles não forneceria vantagens ao sócio, e que a partir dessa concordância o membro da associação deveria cumprir o regulamento dos referidos departamentos, além de seguir o Estatuto. Já o seu inciso segundo determina que todas as atividades de informação seriam gratuitas. No entanto, para dar conta das despesas decorrentes da instalação e manutenção dos departamentos, a diretoria poderia, em cada regulamento, fixar uma porcentagem ou taxas a serem pagas pelos sócios que aderissem a esses departamentos.

No segundo capítulo do Estatuto são estabelecidas as características aceitas para que se fosse um associado do Sindicato, ficando estipulado que, para ser admitido como sócio efetivo, o indivíduo deveria ser necessariamente plantador de arroz, enquanto o sócio contribuinte poderia ser qualquer pessoa ou firma interessada na cultura do arroz que submetessem ao referido Estatuto. Cabe observar que os beneficiadores, donos de engenho, tinham firmas constituídas, em grande número de casos não eram plantadores e acabaram se

<sup>472</sup> Beskow, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

<sup>473</sup> SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926b

sobressaindo a estes nos conchavos que estabeleceram a organização administrativa dessa instituição, conforme discorrido aqui anteriormente. Ainda no Artigo 8º desse mesmo capítulo do documento, estabeleceu-se um valor de joia para se tonar associado, bem como a mensalidade cabida aos integrantes do órgão.

## CAPITULO II

Dos socios

Art. 5. Haverá duas cathogorias de socios:

- a) Socios effectivos.
- b) Socios contribuintes.

§. 1 para ser admittido como socio effectivo do Syndicato é condição essencial e indispensavel ser plantador de arroz.

§. 2. Socios contribuintes pode ser as pessoas ou firmas que se interessarem pela cultura de arroz e se sujeitarem aos presentes estatutos. Os socios contribuintes não terão direito a voto nem poderão ser votados.

Art. 8. A joia de entrada será de 100\$000 e a contribuição mensal de 10\$000.<sup>474</sup>

Na sequência do texto, discorre-se a respeito dos direitos e deveres dos sócios. A eles era assegurado o direito de fazer parte das assembleias gerais, debater, votar e serem votados, porém os sócios contribuintes (que pode ser aferido como tendo em seu grupo os beneficiadores e engenhos) tinham restrições que estavam dispostas no posterior quinto capítulo, que trata em termos gerais da comissão fiscal do órgão. No inciso segundo deste<sup>475</sup> ficou disposto que a referida comissão deveria fazer vistoria na caixa, nos livros, nos documentos e nos bens do Sindicato, levando relatório à diretoria. Aqui pode se presumir que o Estatuto condiciona os associados contribuintes a esse item para submetê-los ao correto pagamento das mensalidades e ter condições de averiguar irregularidades. Quanto aos deveres, os integrantes da agremiação deveriam, entre outras coisas, apoiar as medidas do Sindicato, cumprir o Estatuto e fornecer informações que contribuíssem para os dados de construção de estatísticas.

## CAPITULO III

Dos direitos e deveres dos Socios

Art. 10. Os socios do Syndicato gozarão dos seguintes direitos:

§1. Tomar parte nas Assembléas Geraes, discutir, votar e serem votados, com restricções quanto aos socios contribuintes, de accordo com o Art. 5 § 2.

§2. Usufruir todas as prerogativas que o Syndicato possa offerecer, de accordo com as relativas disposições.

<sup>474</sup> SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926b. Capítulo II.

<sup>475</sup> § 2. Dar vistoria sempre que julgar necessario ou que lhe seja solicitado na caixa, livros, documentos e bens do Syndicato, apresentando um relatorio à Directoria. (Ibid.)

§3. Tomar parte dos departamentos que forem organizados, sujeitando-se aos respectivos regulamentos.

§4. Só poderá gozar dos direitos e vantagens conferidas pelo Syndicato o sócio que estiver quite com a Thesouraria.

Art. 11. São deveres dos socios do Syndicato:

§ 1. Apoiar o Syndicato em todas as medidas que tomar ou aconselhar no interesse da collectividade, pois é no espirito de cooperação que se baseia o exito de todos os trabalhos do Syndicato.

§ 2. Effectuar pontualmente o pagamento de suas joias e contribuições.

§ 3. Observar, acatar e cumprir estes Estatutos, assim como os regulamentos e deliberações legalmente impostas pelos poderes constituídos do Syndicato.

§ 4. Prestar com todo escrupulo e a maxima exactidão todas as informações que forem pedidas pelo Syndicato, principalmente no que se refere aos dados necessarios para a confecção de estatísticas.<sup>476</sup>

O quarto capítulo do documento é relativo às disposições da Diretoria. Cabe aqui apenas salientar o Art. 16, que determina que todos os cargos da diretoria deverão ser gratuitos. Mais adiante, no sétimo capítulo, estão as deliberações sobre as comissões regionais, ficando estipulado que em qualquer município do RS poderiam ser instituídas as tais comissões, somente condicionando a formação dessas representações à existência de, no mínimo, dez sócios na localidade que se candidatasse a instituí-las, como pode ser lido neste trecho retirado do documento original:

#### CAPITULO VII

##### Das comissões regionaes

Art. 37. Em qualquer localidade do Estado poderão ser constituídas commissões regionaes do Syndicato, todas as vezes que hajam socios effectivos em numero minimo de dez.

Estas Commissões Regionaes servirão de intermediarias entre os interesses dos socios locais e os do Syndicato.

§ 1. O nome de cada Comissão será: „Comissão Regional de (conforme nome da localidade) do Syndicato Arrozeiro do Rio G. do Sul,

§ 2. Estas Commissões Regionaes reger-se-ão por regulamentos internos, nas bases dos estatutos de Syndicato e, previamente aprovados pela Directoria do Syndicato.

§ 3. Como no Syndicato, também nas Commissões Regionaes haverá duas categorias de socios: Socio effectivos e socios contribuintes.

§ 4. Cada socio das Commissões Regionaes terá todo os deveres e, quando quite com a Thesouraria, todos os direitos de socio do Syndicato, e poderá comparecer às sessões do Syndicato ou delegar poderes por escripto aos Directores da Comissão Regional a que pertence.

§ 5. A joia e as contribuições dos socios das Commissões Regionaes são as mesmas de todos os socios do Syndicato, conforme o Art. 8.<sup>477</sup>

Como já referimos, Duvoisin<sup>478</sup> observa que o aumento do comando dos engenhos sobre a produção causou divergências durante a crise, dentro do que teria gerado objeção por parte

<sup>476</sup> SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926b. Capítulo III.

<sup>477</sup> Ibid., Capítulo VII.

de alguns produtores a tentativa de colocar representantes do setor industrial em cargos do Sindicato. Para solucionar essa discordância é que a instituição teria se dividido em Comissões Regionais, delegando a administração dos estoques para lideranças locais, estratégia de união dos beneficiadores para diminuir as diferenças regionais que teriam dificultado a situação dos plantadores. A seguir, apresentamos o texto literal do Estatuto sobre as eleições da diretoria das Comissões e suas atribuições:

Art. 38. Cada Comissão Regional elegerá de dois em dois annos uma Directoria composta de um presidente, um secretario e um thesoureiro, de conformidade com a epoca e typo de eleição procedida no Syndicato.

Art. 39. Ao Presidente da Comissão Regional compete:

§ 1. Interpretar junto aos poderes competentes do Syndicato os interesses dos socios locaes.

§ 2. Transmittir aos socios locaes as deliberações do Syndicato [...]

Art. 40. Ao Secretario da Comissão compete:

§ 1. Substituir o Presidente em todos os seus impedimentos.

§ 2. Redigir as actas das reuniões da Comissão' Regional e despachar, com o Presidente da Comissão, a correspondencia e documentos da mesma [...]

Art. 42. As Directorias das Comissões Regionaes deverão envidar todos os esforços para comparecerem à Assembléa Geral do Syndicato ou, ao menos, mandar um delegado com os competentes poderes.<sup>479</sup>

O último capítulo do Estatuto discorre sobre as disposições gerais. Cabe destacar que o Art. 43 delibera que todas as formas de renda do Sindicato deveriam ser utilizadas para aumentar o seu patrimônio, não podendo haver distribuição de lucros aos seus sócios em possibilidade nenhuma. Além disso, o Art. 44 prevê que, caso ocorresse o fim da instituição, seu lucro deveria ser entregue ao governo do estado. No Art. 45, estipula-se que ficam vedadas as participações políticas, partidárias ou religiosas da instituição. A seguir trazemos o referido trecho do documento:

#### CAPITULO VIII Disposições Geraes

Art. 43. Todas as rendas do Syndicato serão applicadas ao augmento do patrimonio e sob hypothese alguma pódem ser distribuídos lucros aos seus socios.

Art. 44. No caso de dissolução ou liquidação do Syndicato o seu patrimonio será entregue ao Governo do Estado que o administrará até entregal-o a outro Syndicato congénere que com os mesmos fins se funde em Porto Alegre.

Art. 45. E' vedado ao Syndicato ingerir-se em assumptos de ordem politica, partidaria ou religiosa.

<sup>478</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>479</sup> SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926b. Capítulo VII.

Art. 46. Nos casos onmissos nos presentes estatutos as resoluções serão tomadas de accordo com a lei federal dos syndicatos agrícolas (decreto 979 de 6 de Janeiro de 1903).

Approvedos na Assembléa Geral de 23 de Julho de 1926.<sup>480</sup>

Conforme já referimos, para abarcar o período da crise arroseira, por conta de as edições do jornal *O Commercio* de 1926 terem desaparecido, teremos que nos nutrir de fonte complementar, buscando encontrar no jornal *A Federação e Correio do Povo* o discurso de crise, bem como a voz do arroseiro sobre o momento vivido por eles, quando da fundação de seu Sindicato. Notamos que esses jornais não dão tanto destaque ao arroz, sendo que no último há ainda um grande destaque para a pecuária e o charque a nível regional e para o café em nível nacional.

Dentro disso, trazemos *A Federação* abordando a crise agropecuária de um modo geral, pois, por não se posicionar como o porta-voz do arroseiro, tal qual *O Commercio*, o periódico republicano aborda a crise agrícola no geral. Escrevendo sobre “A crise agro-pecuaria e crédito real”, em *A Federação* de 10 de junho de 1926, dois dias antes da fundação do Sindicato Arroseiro, o colunista Freitas Valle e Silva alude sobre as questões do pós-guerra como responsável pela crise nesse setor, a que se segue:

[...] Catastrophe econômica que diminuiu de mais de 50 % as fontes de nossa riqueza!

Bem conhecida, pois, são as causas proximas do ‘phenomono: qual, porém, a remota?

Ligeiramente, já alludimos a tal causa, porque quem fala em não aparelhamento economico das classes productoras, refere-se, implicitamente, à defficiencia ou ausencia do credito real, que é a mola occulta que põe em movimento as machinas agrícolas, que faz florescer as searas, que valoriza os campos com a criação intensa e extensiva das nobres raças vacunas nacionais e europeas.<sup>481</sup>

Como se vê, esse artigo de *A Federação* responsabiliza a ausência real de crédito de bancos estatais para o agricultor como principal alçoz da dita crise do setor. Na sequência, reproduzida a seguir, são culpados os acionistas dos bancos comerciais aos quais os ruralistas que fazem sacrifícios têm de recorrer, apesar de somente contribuírem para enriquecer quem tem ações em bancos privados. Nisso nota-se uma reclamação pró-agricultor, visando atingir legitimação no *campo de produção ideológica*, através do *poder simbólico*, mas não se trata de refletir nitidamente os *valores e crenças* e a *visão de mundo* do jornal, pois se trata de um artigo opinativo assinado, diferentemente de *O Commercio*, em que tratamos os artigos como

<sup>480</sup> SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926b. Capitulo VIII.

<sup>481</sup> A CRISE agro-pecuaria e crédito real. **A Federação**, 10 jun. 1926.

notícias, pois não são assinados e são a “elaboração intelectual”<sup>482</sup> do fato ou acontecimento pelos donos do jornal, cujo perfil é diferente por ser um jornal comercial e não partidário.

Forçados a recorrer, em taes emergencias, aos bancos commerciais e industrias que, admiravelmente, prosperam em todos os recantos do Brazil, em franco contraste com a anemia financeira generalizada, os produtores nacionaes, em longos annos de atividade, de sacrificios, nada mais fazem do que contribuir e, poderosamente, para o enriquecimento dos acionistas de tais bancos, que nunca soffreram crises reaes, pois sempre distribuíram, como é facil constatar, pingeres dividendos!<sup>483</sup>

Essa reclamação pró-agricultura, culpando os bancos privados, segue os mesmos moldes ditos acima no trecho abaixo:

De tal estado de cousas, resultou e ainda resulta espetaculo que sempre estamos a presenciar: de um lado os que produzem e trabalham, vivendo escassamente, uma vida de tribulações e, de outro, os improdutivos, verdadeiros parasitas sociaes, passando uma vida de luxo que nos custa bem caro, porque só se nutre de importações caras: joias, sedas, autos que absorvem grande parte do ouro que nos sobra do saldo da balança comercial!<sup>484</sup>

A seguir, o autor do artigo, Freitas Valle e Silva, ao falar do efeito danoso da crise – que aponta como culpada a falta de crédito estatal –, faz-nos voltar ao pensamento de Mendonça<sup>485</sup> de que, na verdade, todo o sistema discursivo que resultou na noção de “crise agrícola nacional”<sup>486</sup> teria se transformado em voz das demandas de partes subjugadas das classes dominantes, que de modo isolado dificilmente teriam tido como atingir o poder de decisão a nível estatal. Desse modo, as várias crises, de acordo com os vários grupos e seus interesses, teriam utilizado como desculpa a defesa de seus benefícios, apesar de dizerem estar defendendo a agricultura brasileira, como se percebe no seguinte trecho do artigo: “Urge, pois, dar um remedio tal estado de cousas uma vez que lhe reconhecemos as causas determinantes e os effeitos ruinosos, procurando dar-lhe uma solução adequado à nossa época, ao nosso meio, às nossas prementes necessidades!”<sup>487</sup>

A parte que segue do referido artigo opinativo de *A Federação* segue essa mesma linha:

[...] Só depois do advento do credito real com todas as suas modalidades é que o resurgimento da agricultura e da pecuária fará reina abundancia entre os que

<sup>482</sup> SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>483</sup> A CRISE agro-pecuaria e crédito real. **A Federação**, 10 jun. 1926.

<sup>484</sup> Ibid.

<sup>485</sup> MENDONÇA, S. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>486</sup> Ibid., p. 71.

<sup>487</sup> <sup>a</sup> CRISE..., op. cit.

trabalham e produzem, não pesando em seus orçamentos a tão racional tributação constitucional.

E a prova de que, enfim, as classes produtoras enveredam pelo bom caminho, foi o recente Congresso Rural de Pelotas, em que actuaram homens de indiscutível valor. [...] A victoria de um ideal é certa quando os que commungam sabem querer e actuar.<sup>488</sup>

Nesse trecho é possível observar ainda aquilo que Mendonça<sup>489</sup> apontou com relação às várias formações de associações agrícolas no período baseadas na SNA, que usou a tática de desenvolver a prática da organização de congressos e exposições para divulgar suas opiniões, objetivando se firmar como um bloco de pressão e formação de opinião no núcleo da classe proprietária. As crenças difundidas só se tornaram verossímeis por serem baseadas em indicações consensuais dadas por esses ruralistas de que havia uma crise agrícola no país que deveria ser enfrentada por todos os agentes da sociedade que dela fizessem parte.

Trazemos a seguir notícia de *A Federação* sobre o Congresso arrozeiro que anuncia efetivamente a instalação do Sindicato:

Congresso Arrozheiro Rio-Grandense

A sessão de Instalação

O Syndicato Arrozheiro do Rio Grande do Sul

Conforme estava anunciado teve lugar essa manhã a primeira reunião dos industrialistas arrozeiros rio-grandenses, afim de promover os meios de combater a crise do arroz. A reunião que se realizou às 10 horas, nos salões da Sociedade Leopoldina esteve grandemente concorrida. Compareceram industrialistas de todas as zonas do Estado.<sup>490</sup>

O trecho seguinte da mesma notícia relata que Alberto Bins, presidente do sindicato, teria aberto a sessão e chamado os congressistas presentes para compor a primeira mesa do evento. Discutiram-se o programa do congresso e, então, teve a palavra Gastão Englert. O interessante é que a matéria de *A Federação* reproduz o discurso de Englert literalmente, podendo-se nela observar a voz dos arrozeiros presentes sendo repercutida. Inclusive, o fim da sua fala, após os agradecimentos, remete ao que Mendonça<sup>491</sup> teoriza a respeito de essas entidades e eventos buscarem defender os interesses e usarem a crise como desculpa para defender seus benefícios.

Meus senhores<sup>492</sup>

<sup>488</sup> A CRISE agro-pecuaria e crédito real. *A Federação*, 10 jun. 1926.

<sup>489</sup> MENDONÇA, S. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>490</sup> CONGRESSO arrozeiro rio-grandense. *A Federação*, 28 jun. 1926.

<sup>491</sup> MENDONÇA, op. cit.

<sup>492</sup> CONGRESSO..., op. cit.

A feliz ideia do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul de convocar e realizar o presente Congresso dos Riscultores do Estado não poderia ser melhor recebida e mais bem executada do que o foi e está sendo. A adesão de todas as regiões produtoras, o apoio do governo do Estado, as referências elogiosas da imprensa, o interesse que o movimento vem despertando em todos os ramos de indústria e do comércio, são provas cabais da oportunidade desse Congresso e demonstrações confortantes para todos os riscultores e para aqueles que têm os interesses direta ou indiretamente ligados à indústria arrozeira [...].

Gastão segue seu discurso, mas, para encerrá-lo, reafirma sua posição “de único exclusivo propósito de colaborar na defesa da indústria arrozeira, cuja defesa é uma necessidade incontestável, a bem da lavoura, do povo e da pátria”.<sup>493</sup> Novamente nota-se aceitação de Mendonça<sup>494</sup> de que essas entidades visavam defender interesses de grupos que se sentiam ameaçados e usavam a crise para defender seus privilégios, embora dizendo que fosse em prol da nação e da agricultura nacional. A notícia prossegue com o representante do governo do estado, em nome deste, declarando simpatia ao movimento para que se atenuasse a dita crise, dando apoio às aspirações do congresso em curso:

[...] Sr: Sergio Ulrich de Oliveira, declarou em nome do governo do Estado que este via com simpatia o movimento que se estava realizando com o fim de atenuar a crise da indústria arrozeira [...]. Tinha o prazer de hipotecar ao Congresso o apoio moral e material que fosse possível ao Governo do Rio Grande do Sul, nos sentidos da realização das aspirações que ali congregaram os arrozeiros do Rio Grande do Sul.<sup>495</sup>

A notícia de *A Federação* continua anunciando as resoluções do congresso que, em um primeiro momento, reconhece o programa e a instituição do Sindicato:

[...] O Congresso reconhece que o programma do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, fundado em Porto Alegre a 12 de junho de 1926, preenche inteiramente a falta que se fazia sentir de semelhante entidade e para isso resolve que para todos os efeitos o “Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul é será o órgão official dos riscultores do Estado!”<sup>496</sup>

Posteriormente, em suas resoluções, o congresso arrozeiro reconhece que há uma crise, bem dentro das afirmações de Mendonça<sup>497</sup> de que esse tipo de instituição e evento se baseava em indícios reais de crise para levantar em defesa de seus interesses que via ameaçado.

<sup>493</sup> CONGRESSO arrozeiro rio-grandense. *A Federação*, 28 jun. 1926.

<sup>494</sup> MENDONÇA, S. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>495</sup> CONGRESSO..., op. cit.

<sup>496</sup> CONGRESSO..., op. cit.

<sup>497</sup> MENDONÇA, op. cit.

Reconhecendo a necessidade imediata de se tomarem medidas de propmtto effeito na safra de arroz de 1926 e, reconhecendo as grandes vantagens que adviriam não só aos plantadores, mas à lavoura de arroz em si, com a centralização do producto, unica medida que de momento poderia minorar a grave crise, resolve o Congresso aconselhar a centralização do arroz do Estado, autorizando o “Syndicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul” a promover immediatamente a centralisação do arroz, tomando nesse sentido todas as providências necessarias e aconselháveis. [...] Considerando que em virtude de factores e circunstancias diversas, o custo da produção de arroz de 1926 é elevado, o Congresso reconhece que o producto precisa obter o preço de 40.000 para o arroz japonês classificado, para defender o custo e obter a indispensavel remuneração de seu trabalho e emprego de capital.<sup>498</sup>

No sentido da defesa dos seus interesses, os arrozeiros congressados autorizam o Sindicato a centralizar a comercialização de arroz. Lembramos que Duvoisin<sup>499</sup> indica que o Sindicato do Arrozeiro do Rio Grande do Sul surgiu como uma busca por romper com a especulação no mercado brasileiro quando houve a baixa dos preços em 1926. Dentro disso, a principal ação de proteção adotada pela instituição foi a centralização do comércio do arroz do RS, operando a venda em praças distintas, nos contextos nacional e do Prata, além do plantio. Assim, a atuação teria uma forma de cartel, porém, no primeiro ano de execução do plano de valorização, esse não conseguiu controlar grande montante de arroz, já que os preços retornaram ao patamar normal de modo rápido e natural.

Prosseguindo com a averiguação de fonte complementar do período, veremos que o *Correio do Povo* noticia crise no setor arrozeiro naquele ano de 1926 em nota intitulada “Agricultura”, publicada em 14 de maio daquele ano: “[...] Prossegue a colheita do arroz sendo a produção relativamente boa e os preços bastante baixos e variáveis (de 12\$000 a 18\$000, arroz com casca)”.<sup>500</sup> Como vimos, ao proporem a centralização da comercialização nas mãos do Sindicato, os produtores queriam alcançar 40\$000 para o arroz japonês, do que se percebe que o preço estava mesmo baixo, não cobrindo os custos.

Em outra matéria no mesmo jornal, o autor novamente traz o discurso de crise à tona ao tratar da Exposição Agrícola e Pastoril de Pelotas:

[...] Quanto ao lado agricola, não se podia esperar outra cousa. Os colonos nada tinham que expor. O tempo correu-lhes mal. Apenas se apresentaram mostra de bom arroz, que hoje constitue uma das maiores culturas das terras baixas do sul do Estado. Não foi muito grande o movimento de compras. Passamos por uma crise complexa.<sup>501</sup>

<sup>498</sup> CONGRESSO arrozeiro rio-grandense. **A Federação**, 28 jun. 1926.

<sup>499</sup> DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>500</sup> A AGRICULTURA. **Correio do Povo**, 14 maio 1926. p. 6.

<sup>501</sup> EXPOSIÇÃO agricola e pastoril de Pelotas. **Correio do Povo**, 21 maio 1926. p. 2.

A isso se segue, no mesmo *Correio do Povo* do dia 21 de maio de 1926, matéria sobre a fundação do Sindicato Arrozeiro, concordando com a situação mencionada por Mendonça<sup>502</sup> de que a noção de crise ainda era vista como uma ameaça, um receio a ser defrontado para defesa de seus interesses:

A Situação dos plantadores de arroz  
 Tratam de fundar Syndicato para defesa de seus interesses  
 O mercado do arroz tem estado no corrente anno, um tanto desanimado, havendo muito retrahimento e receio por parte dos compradores.  
 Este facto tem causado não pequenas apprehensões aos innumerous empresários do municipio de Cachoeira, que tem, nessa cultura, uma das suas principais fontes de riqueza.  
 Há dias, na Associação Comercial desta capital, houve até uma reunião de interessados no assumpto, plantadores do nosso e de outros municipios.<sup>503</sup>

Pode se vislumbrar, nessa matéria, uma queixa e uma ação da cidade de Cachoeira que levou a instaurar o sindicato. Corrobora-se para essa assertiva ainda mais quando, a seguir na matéria, é apresentado um telegrama do grande empresário de arroz de Cachoeira do Sul Julio Castagnino:

A este respeito o sr. Julio Castagnino dirigiu aos srs. Bier, Creidy, desta capital o seguinte telegramma:  
 Bier, Creidy. Porto Alegre.  
 Desejando orientar plantadores este municipio propos as comissões ahi encarregadas [ilegível] defeza lavoura arroz terei prazer noticias oportunamente. – Castagnino.<sup>504</sup>

Foi respondido a Castagnino pela empresa Bier e Ullmann, da qual Gastão Englert era representante, na mesma notícia:

No dia 11 corrente houve na Associação Commercial concorrida reunião de interessados, em que foram eleitas duas comissões: uma para estudo de medidas imediatas para moralização do mercado outra para propaganda. Cogitou-se de inicio da formação de um Syndicato e foi lembrada, como medida imediata a centralização das vendas, não para promover uma especulação descabida, pela retenção do producto, mas para promover a moralização e normalisação dos negócios vendendo sempre de acordo com as necessidades do mercado e procurando a estabilidade de preços razoáveis. [...] A centralização acabaria com as constantes “futricações” e traria em negocio calmo e seguro para todos. [...] Pelo que temos colhido por ahi nos parece que o resultado final dos trabalhos se limitará a formação de uma Associação de plantadores de arroz [...].<sup>505</sup>

<sup>502</sup> MENDONÇA, S. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>503</sup> A SITUAÇÃO dos plantadores de arroz. Tratam de fundar Syndicato para defesa de seus interesses. *Correio do Povo*, 21 maio 1926. p. 6.

<sup>504</sup> Ibid.

<sup>505</sup> Ibid.

Já foi referido que o Congresso Arrozeiro feito posteriormente, como noticiou *A Federação*, instituiu de fato o Sindicato e lhe deu poderes de centralização do produto, embora o resultado sobre os preços tenha sido reduzido, pois, pela conjuntura nacional, estes voltaram logo ao normal.

Dentro disso, conforme analisamos, no capítulo anterior deste trabalho, em matéria do jornal *O Commercio* datada de 1920, o periódico adotou o discurso de uma possível crise pela queda da safra em Cachoeira naquele ano – que, como relatamos, foi recuperada nos anos seguintes. Com relação à chamada crise do setor temos algumas manifestações neste veículo, entre os anos 1920 e 1925, que se direcionam nesse sentido. Traremos tais matérias em seguida e buscaremos fazer uma análise de acordo com todo o restante do trabalho e os conceitos analíticos elegidos.

A primeira matéria que abordaremos tem o título “O Regresso das Machinas”, e logo no seu início afirma-se não ser necessário ser exímio observador para perceber que a lavoura arrozeira de Cachoeira estava em explícita derrota. O jornal argumenta que, para constatar tal situação, bastava que se visse o que chama de espetáculo, no qual regressam de empresas que fecharam suas portas máquinas como locomóveis, bombas desmontadas e outros equipamentos em ruínas adquiridos por aqueles que atenderam ao clamor para que se intensificasse a produção. Nisso pode ser observado o conceito elencado neste trabalho, postulado por Thompson,<sup>506</sup> de característica das formas simbólica de *legitimação* se utilizando da estratégia de *narrativização* dos fatos, buscando-se, assim, tornar suas ideias legítimas e dignas de serem apoiadas pelo público ao qual se direcionava.

#### O regresso das machinas

Desnecessario é possuir-se grandes dotes de observação para ver que a lavoura de arroz do nosso municipio está em franca derrota. Basta olhar-se o espectáculo de que são teatro as ruas desta cidade, de algum tempo a esta parte. Quasi não falta dia que se não veja, regressando das ex-empresas, trilhadeiras, locomoveis, bombas desmontadas e tantos outros destróços das installações agricolas que acudiram ás exhortações do <<intensifique-se a produção>>.<sup>507</sup>

No trecho a seguir, o jornal relata a penhora de agricultores que primeiro tiveram tomada pelos credores as suas colheitas, mas que naquele momento estavam tendo levadas as suas máquinas. Na continuação a essa parte do texto, pode ser observada a característica da forma simbólica de *dissimulação*, que usa a estratégia de *tropo* com uso figurativo de

<sup>506</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>507</sup> O REGRESSO das machinas. *O Commercio*, 19 jul. 1922.

linguagem para tentar dissimular uma tentativa de dominação. Lê-se que esse maquinário, que foi lutar através das margens dos rios acima para que se tivesse produção abundante, retornava, exausto por tanto esforço feito sem reconhecimento, para a inércia relegada a utensílios inúteis. As pobres máquinas estariam indo sem consolo ao prego dos leilões de penhora das massas falidas, mas o Rio Grande lhes era grande deverdor. É evidente o uso de *tropo*, na figura de linguagem de metáfora, ao se atribuir ao maquinário características que o compara à peleia do agricultor arroteiro, a quem o periódico considera que o Rio Grande do Sul deve o seu desenvolvimento do período. Mais uma vez fica claro quem o jornal representa e qual é sua bandeira:

A grande maioria deste espolio vem arrastado pelos penhores agrícolas. Primeiramente veio, pela mesma via, a última colheita; agora chega a vez ao maquinário que foi pelas margens desses rios acima pelejar pela opulência da produção e que, agora, exausto de tanto esforço despendido ingratamente, volta à imobilidade das coisas inúteis.

Entretanto, pobres máquinas, que vindes, desconsoladamente, rumo ao prégo, ou ao de ról das massas falidas, quanto vos deve este Rio Grande!<sup>508</sup>

No trecho em continuação da referida matéria, o jornal clama aos maquinários/arroteiros que verifiquem os índices de exportação de arroz produzidos por iniciativa deles, que cresceriam semana a semana, tornando o produto o de maior vulto dentre as riquezas locais. Apesar disso, lamenta-se que as máquinas/produtores de arroz tivessem que se render ao poder invencível do capital, dos quais se encontravam naquele momento prisioneiros, apesar de os leilões devolverem as máquinas remendadas ao campo. Nessa parte reportada, aparece mais uma vez a bandeira pró-arroteiros defendida pelo jornal:

Vêde o registro de sua exportação! Cada semana que Deus dá, o arroz produzido pela vossa iniciativa, remonta ao valor de seiscentos contos - mais do duplo do que o de qualquer outro producto que mais avulte entre os generos constitutivos da nossa riqueza económica. Sem embargo de tudo isso, tiveste de vos render às forças invencíveis de sua magestade o Capital, de quem, agora, sois umas acabrunhadas prisioneiras, até que o lanço usurario de alguns dos concurrentes ao publicos leilões, vos restitua esfregadas e remendadas, ao ar vivificante dos campos.<sup>509</sup>

Nas frases finais, o periódico afirma que os cofres públicos sofreriam com certeza a decadência da lavoura arroteira, porém Cachoeira sentiria desde já a dor da ingratidão, pois era considerado que a cidade devia ao arroz, nova fonte de riqueza gaúcha, seu crescimento naqueles tempos. Nesse ponto é possível observar a tentativa de *O Commercio* de influenciar

<sup>508</sup> O REGRESSO das máquinas. *O Commercio*, 19 jul. 1922.

<sup>509</sup> *Ibid.*

nas disputas do *campo de produção ideológica* para que a sua visão de que se deveria defender a cultura do arroz e o arroteiro se tornasse a mais legítima naquela sociedade. Além disso, é utilizado seu *poder simbólico* de criar enunciados com as palavras para formar *visões de mundo e valores e crenças*, procurando manter a relação de dominação que o setor arroteiro, ao qual representava, tinha adquirido e que, na sua visão, encontrava-se ameaçada.<sup>510</sup>

Os cofres publicos não de sentir, sem duvida, o efeito do collapso da lavoura arroteira; mas a Cachoeira, sobre sentir os efeitos dessa natureza soffre, desde já, a dôr que sempre causam as ingratidões, pois ella a creadora dessa nova fonte da riqueza Riograndense.<sup>511</sup>

A matéria que traremos a seguir é informativa e compara os valores do arroz e do charque exportados no primeiro trimestre de 1922 no Rio Grande do Sul. Pelos números, verifica-se que a quantia de arroz exportado, na casa dos milhões de quilos, é bem superior ao do charque, do mesmo modo que o valor das exportações de arroz atingem os sete dígitos de réis, deixando o charque bem para trás. Essa informação corrobora os números trazidos no segundo capítulo desse trabalho. *O Commercio* ratifica que, no total dessa contagem, o arroz em casca exportado no ano de 1922 já era superior ao de 1921 e que, por isso, previa um aumento do arroz limpo e também do charque no fechamento do ano de 1922.

Arroz e xarque

Nos tres primeiros trimestres de 1922, a exportação global desses productos, pelo porto de Pelotas, se representa por estes animadores algarismos:

Arroz limpo: 4.700,760 kilos, no valor de 2.508:749\$000.

Arroz em casca: 4.664.924 kilos, no valor official de 1.282:547\$210.

Cavacos de xarque: 109.516 kilos, no valor de 108:938\$240.

Fazendo confronto com a exportação total desses productos em 1921, verifica-se um augmento, até 30 de setembro, de mais de tres milhões de kilos na exportação do arroz em casca, sendo de prever que maior será também, 1922, a do arroz limpo e xarque.<sup>512</sup>

Nesse texto se vê um otimismo do periódico quanto à produção/exportação do cereal menos de três meses depois da notícia anterior de lamento e clamor pelos arroteiros arruinados. Pode-se supor, assim, que a queixa era mesmo contra os bancos, como em notícia reportada no terceiro capítulo deste trabalho, por medo de que se perdessem privilégios como

<sup>510</sup> Como vimos em Mendonça (1995), a noção de ameaça surge entre a classe rural hegemônica do período, dentro das várias crises a que ela se atribui diante das mudanças sociais, econômicas e culturais que possam modificar a situação dos seus interesses.

<sup>511</sup> O REGRESSO das machinas. *O Commercio*, 19 jul. 1922.

<sup>512</sup> ARROZ e xarque. *O Commercio*, 8 nov. 1922.

a taxação do arroz importado a nível federal e a isenção dos impostos de exportação e de taxas nos portos a nível estadual. Talvez também houvesse uma possível noção de que, quando a Guerra Mundial tivesse fim, seria preciso lidar com a concorrência no mercado platino.

O jornal o tempo todo se coloca no seu discurso ao lado do produtor ou da causa arrozeira como um todo, não diferenciando os produtores dos comerciantes donos de engenho. Pode-se supor que isso aconteceu porque em Cachoeira a maioria das plantações não estava nas mãos dos engenhos, mas sim de arrendatários independentes. No entanto, os engenhos estão em predominância nos anúncios veiculados no jornal no período deste estudo. A disputa entre produtores e engenhos, que não deixou de aparecer na crise que levou à fundação do Sindicato, não aparece no jornal durante todo o íterim analisado. Segue-se a sequência da análise para buscar clarear essa conjuntura.

Na matéria que trazemos a seguir, de setembro de 1925, já é relatada uma movimentação do setor arrozeiro em função da retirada da taxa sob o arroz e o charque estrangeiros decorrente do problema de abastecimento no Rio de Janeiro naquele momento histórico. O jornal considera esse fato “perigo”, “ameaça” para a produção brasileira. Em seguida, afirma-se que os charqueadores e arrozeiros se encontravam “apreensivos”, prevendo grandes “prejuízos”. Isso está bem dentro do que discorre Mendonça,<sup>513</sup> de que houve na República Velha um discurso de crise agrícola, acompanhado de um sentimento de ameaça por parte da elite hegemônica diante da industrialização e das incertezas que os novos contextos de urbanização e mudança no modo de produção no campo traziam naquele período, ancorado no fato concreto da queda dos tributos ao arroz e ao charque estrangeiros. Para buscar solução para tal temor, o jornal reporta que os setores interessados procuraram Borges de Medeiros para que fossem defendidos os seus interesses, que para o periódico estavam estreitamente ligados aos interesses de todo o estado. Aqui, no discurso de *O Commercio*, pode ser percebida a característica das formas simbólicas descrita por Thompson<sup>514</sup> de *legitimação* com a utilização da estratégia de *universalização* quando o periódico descreve a busca por defesa de interesses de alguns setores dominantes como convenientes para todo o Rio Grande do Sul.

A Livre Importação de Arroz e Charque

[...] Embora o governo ao adoptar a medida, tivesse inicialmente, o proposito exclusivo do abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, ella naturalmente se ampliou, abrangendo todo o territorio nacional, e creando assim um imminente

<sup>513</sup> MENDONÇA, S. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>514</sup> THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

perigo, uma grandíssima ameaça à produção brasileira, decorrente da entrada livre, de qualquer taxaço, do producto similar estrangeiro. Os nosso charqueadores e arroseiros estão justamente apprehensivos, na previsão de prejuizos avultados, que iriam interferir\* de modo notável na economia riograndense, procuraram immediatamente o illustre presidente do Estado, dr. Borges de Medeiros, solicitando o seu [ilegível] patrocínio aos seus interesses e produtos, intimamente ligados aos interesses do Estado.<sup>515</sup>

Na sequência da matéria, o jornal narra que Borges, no entanto, tinha sugerido que fosse formada uma comissão de interessados para ir diretamente ao Rio de Janeiro para colocar a situação ao governo federal, sugestão que teria sido acatada de imediato, sendo liderada pelo Cel. Pedro Osório. Reproduzimos a seguir:

Entretanto, opinou o presidente do Estado pela ida ao Rio de Janeiro de uma comissão de interessados, afim de expôr ao governo federal directamente a situação que para nós se creara [...]. O alvitre do dr. Borges de Medeiros foi immediatamente acceto [...] presididos pelo coronel Pedro Osório [...]. Essa delegação seguiu sem demora [...].<sup>516</sup>

No trecho citado a seguir, depois de expor números das exportações de charque e arroz em 1924 e 1925, o jornal prossegue dizendo que a simples exposição de dados numéricos considerados eloquentes já seria suficiente para mensurar o desequilíbrio, a desordem econômica a que estavam ameaçadas essas indústrias. Novamente as afirmações vão ao encontro do estudo de Mendonça,<sup>517</sup> que postula que as várias chamadas crises na agricultura da República Velha se baseavam, durante a maior parte desse período, no pensamento de que havia momentânea desordem e uma ameaça pontual a ser enfrentada:

A simples enunciação desses algarismos, sugestivos e eloquentes, é suficiente para que se aquilate do desequilíbrio economico que nos adviria da [ilegível] perturbação que estavam ameaçadas estas industrias. E por isso mesmo o benemerito presidente do Estado, solicito sempre, na defesa dos grandes interesses do Rio Grande do Sul e das nossas classes conservadoras, não vacilou um instante em intervir esforçadamente em assumpto de tal magnitude, acolhendo com a maior atenção os clamores dos nossos industrialistas.<sup>518</sup>

Neste contexto, remontamos outra vez ao pensamento apontado por Mendonça<sup>519</sup> de que teria havido várias crises agrícolas na República Velha, de acordo com os vários grupos e interesses, que utilizavam a denominada crise para defender seus próprios interesses, apesar de dizerem estar defendendo a agricultura brasileira ou, nesse caso, a agricultura gaúcha. Pelo

<sup>515</sup> A LIVRE importação de arroz e charque. **O Commercio**, 16 set. 1925.

<sup>516</sup> Ibid.

<sup>517</sup> MENDONÇA, S. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>518</sup> A LIVRE..., op. cit.

<sup>519</sup> MENDONÇA, op. cit.

posicionamento do jornal pode ser aferida, mais uma vez, a argumentação em prol da sua bandeira do arroz e da cultura rizícola, bem como uma disputa pelo discurso mais legítimo dentro do contexto mais amplo da sociedade do *campo de produção ideológica* da comunidade, tentando impor a sua *visão de mundo*, seus *valores e crenças*.

No trecho seguinte da mesma matéria o jornal noticia que a ação conjunta e alinhada do poder público estadual e dos setores charqueador e arrozeiro trouxe resultados positivos. É salientado que, como havia presumido Borges de Medeiros, o governo federal, ao tomar conhecimento dos prejuízos que causaria e a livre importação dos referidos produtos, teria analisado acuradamente a situação e decidido suspender essa medida totalmente, segundo declaração do então Ministro da Agricultura feita para deputados da comissão gaúcha que foi à capital do país para tratar dessa questão e cuja mensagem teria sido detalhada no serviço telegráfico do periódico:

A ação conjunta e homogenea dos poderes publicos estadoaes e dos xarqueadores e arrozeiros produziu de pronto resultado salutar a beneficio. Como bem previa do dr. Borges de Medeiros, o governo da União, informado seguramente dos males da importação livre desses produtos, analysou cuidadosamente a questão e resolveu, suspendel-a, sumprimil-a de todo, conforme declaração autorizada e [ilegível] de eminente Ministro da Agricultura a deputados nossos á Comissão de Industrialistas rio-grandenses, de que demos circumentanciada noticia em nosso serviço telegráfico.<sup>520</sup>

Segundo informação da historiografia trabalhada no presente trabalho, essa taxaçoão ao produto importado, especificamente no caso do arroz, não voltou a ocorrer no período. Naquele momento, o jornal, por sua vez, deu a questão por totalmente solucionada. O periódico afirmou inclusive aos interessados que se tranquilizassem inteiramente e retornassem sem temores aos seus trabalhos, pois não via qualquer possibilidade da livre importação, vista como privilégio (de outrem), e de seus decorrentes prejuízos virem a ocorrer.

Está assim essa relevante questão perfeitamente resolvida, de conformidade com os nossos legítimos desejos. Podem, portanto, os interessados tranquilizarem se completamente e volver, sem sombras de receio, à sua actividade e ao seu labor, certos de que está definitivamente afastada a hypotese de uma ocorrência privilegiada e dos prejuizos que fatalmente decorreriam della [...].<sup>521</sup>

<sup>520</sup> A LIVRE importação de arroz e charque. **O Commercio**, 16 set. 1925.

<sup>521</sup> Ibid.

Nessa passagem, pode ser verificado que o jornal fez uma elaboração intelectual<sup>522</sup> do fato relatado pelo Ministro a deputados gaúchos, documentado no telegrama mencionado, porém é possível dizer que o periódico está de certa forma se esforçando para que o que foi relatado realmente se concretizasse. Isso demonstra uma tentativa de influenciar as disputas do *campo de produção ideológica* para que a sua visão de que se deveria defender a cultura do arroz e o arrozeiro e sua bandeira em prol desse setor se tornasse a mais legítima naquela sociedade. Há a utilização do seu *poder simbólico* de enunciador para difundir essa *visão de mundo* e esses *valores e crenças* para manter a relação de dominação do setor charqueador, com o arrozeiro obviamente em primeiro lugar, diante daquele novo cenário que se apresentava.

De tudo o que foi discorrido ao longo deste capítulo, lembramos que a argumentação discursiva que resultou na concepção de que havia crise na agricultura brasileira na República Velha teria dado voz a demandas de parcelas subjugadas das classes dominantes, que de modo isolado não teriam alcançado altos escalões estatais.<sup>523</sup> Através desse raciocínio, é possível entender a postura do jornal *O Commercio* de tentar tornar audível a demanda do setor arrozeiro, que ele escolheu como sua bandeira, usando seu apelo e *poder simbólico* em enunciados como “ameaça”, “perigo” ou “desequilíbrio econômico” e em metáforas como a contida na primeira matéria trazida na apreciação desse tópico.

Como se sabe, as tarifas sobre o arroz estrangeiro demandada na última matéria que trouxemos não foram solucionadas, e no ano seguinte o preço do arroz despencou, de modo que para esse setor se tornou imprescindível se organizar em uma organização setorial, tal qual o Sindicato Arroeiro, típica organização daqueles tempos da República Velha, em que cada setor agrícola reivindicava sua crise de acordo com a necessidade da defesa de seus interesses e benefícios.<sup>524</sup> Como vimos, o organograma do Sindicato, com suas Comissões Regionais – que deram mais poder ao beneficiador –, acabou prejudicando, nos anos seguintes, o produtor e, por conseguinte, o produtor arrendatário. Esse talvez seja um ponto que explique o porquê de Cachoeira ter sentido fortemente uma queda da produção rizícola nas décadas seguintes, a ponto de, no final do século XX, apesar de a cidade se intitular capital do arroz, sua produção de soja ter ultrapassado a do cereal.

O fato é que, na década de 20 do século passado, essa crise arroeira poderia ser chamada de uma percepção de um setor de que seus interesses e privilégios seriam atingidos,

<sup>522</sup> SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>523</sup> MENDONÇA, S. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>524</sup> Ibid.

ancorado sim em indícios reais, mas sem reflexo efetivo com relação aos números de plantio e safra trazidos pelo próprio jornal *O Commercio*, já que falências e empreendedores que não tiveram boa sorte são percebidos ao longo de todo período, como traz material do próprio Sindicato<sup>525</sup> sobre os pioneiros da cultura do arroz. No entanto, cremos ser evidente que a retirada de subsídio ao produto nacional, ao cair a taxaço sobre o estrangeiro, refletiu-se no fato de a produção não ter crescido mais de modo tão exponencial se comparado a outros momentos ou ao período histórico em questão. Agregado a isso, obviamente, estão os demais fatores, como a Grande Guerra, as exportações para o Prata, etc.

O que é interessante salientar aqui é que o jornal estudado ao longo de todo o íterim visto neste trabalho se posiciona pela bandeira da rizicultura. Diferentemente dos dois jornais que trouxemos de modo complementar neste capítulo, *A Federação* e *Correio do Povo*, que sobre a crise abordam a agropecuária de um modo geral e até se limitam a apenas relatar a dita crise dando espaço para que os arroteiros se manifestem sem que os responsáveis pelo jornal levantem uma bandeira claramente pró-arroz nas matérias analisadas, como faz *O Commercio*, no qual é possível observar os conceitos de análise elencados de Thompson, Eagleton e Bourdieu.

Esses conceitos trazem à luz o posicionamento ideológico do jornal estudado neste trabalho – com sua bandeira em prol do arroz –, procurando impor *seus valores, crenças e visões de mundo* à sociedade mais ampla no *campo de produção ideológica*, bem como as estratégias utilizadas para legitimá-los e defendê-los perante o seu próprio *métier* e a comunidade de Cachoeira do Sul, usando do seu *poder simbólico* da enunciação pela palavra.

---

<sup>525</sup> BERNARDES B. *A cultura do arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sindicato Arroteiro, 1935.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O proposto nesse trabalho foi verificar se o jornal *O Commercio* assume papel de porta-voz do arrozeiro, bem como analisar as relações de dominação e poder manifestadas no posicionamento do jornal e nas suas mensagens. Para tanto, escolhemos matérias num corpo de 25 manchetes publicadas entre os anos de 1905 e 1925.

Dentro do acervo a que tivemos acesso no Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, que contém o jornal *O Commercio* e livros que nos serviram de fonte, compusemos o corpo documental das notícias analisadas. Isso foi feito através de visitas realizadas entre os meses de novembro de 2015 e agosto de 2016. Além disso, visitamos o Museu Municipal de Cachoeira do Sul, o Arquivo do *Correio do Povo*, a Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Trata-se de um olhar da pesquisadora dentro da hermenêutica proposta, com limitações e riscos iminentes a todo processo de análise e metodológico, no que toca à clareza com que a interpretação de um pesquisador pode ser validada. Este trabalho pode ser visto como uma tentativa de compreensão da historicidade da comunicação de massa, através de um jornal do interior no qual se abre a lente de visão e a partir do qual se analisa o contexto histórico-econômico-político em que ele está inserido e qual é seu papel nesse cenário.

Sobre este, cabe ser dito que acreditamos que Cachoeira do Sul gosta de preservar a memória daqueles tempos de auge do arroz e da cidade. Por esse motivo, como diz o próprio site do Arquivo Histórico de Cachoeira,<sup>526</sup> algumas pessoas da sociedade cachoeirense, que entendiam que o município era rico em fatos, acontecimentos e personagens, julgaram que deveria haver um museu, que foi criado em 1978 por sugestão de um vereador, e, posteriormente, um arquivo. Neste consta o acervo do jornal estudado, o qual tentamos contextualizar e analisar.

Por escolha e visão da pesquisadora, as matérias elegidas para o primeiro capítulo apresentam os conceitos de análise mais amplamente, pois acreditamos ser necessário apresentar e contextualizar o leitor sobre essas unidades de análise. Nos capítulos seguintes, a eleição das matérias se deu de modo mais direcionado ao assunto tratado em cada um dos tópicos.

---

<sup>526</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL. Disponível em: <http://arquivohistoricodcachoeiradosul.blogspot.com/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

No primeiro capítulo, foi possível observar os conceitos eleitos de Thompson e Eagleton, formando a base e demonstrando a dominação que o periódico e o setor arroteiro pretendiam alcançar utilizando o *poder simbólico* na tentativa de também influenciar o âmbito mais amplo do *campo de produção ideológica*, e procurar impor sua *visão de mundo*.

No segundo capítulo, foi possível verificar uma sinalização para o crescimento de Cachoeira do Sul, dentro do íterim que estudamos, coincidindo com um bom momento da cultura rizícola na cidade. Nesse contexto, o jornal *O Commercio* foi moldando seu discurso de forma mais explícita, de maneira a levantar a bandeira em prol do arroz, integrando o grupo de produtores que defendia. Essa busca por domínio ocorreu com o jornal defendendo a bandeira arroteira na abrangência maior do *campo de produção ideológica* e usando para isso seu *poder simbólico*, na tentativa de impor sua *visão de mundo*, ancorados nos conceitos de Thompson e Eagleton para dar legitimidade a essa visão.

No terceiro capítulo, por toda conjuntura analisada, foi possível afirmar que existia uma relação formalizada entre o jornal *O Commercio* e o Partido Republicano Rio-Grandense a partir de 1908, com a primeira eleição de Henrique Möller a Conselheiro Municipal pelo partido, o que veio a se repetir mais duas outras vezes. Isso evidencia outra vez como o uso dos conceitos eleitos de Eagleton e Thompson elucidam o processo do periódico na tentativa de alçar uma situação de dominação através da defesa da bandeira arroteira e a consequente busca por influência no *campo de produção ideológica*, em ambos os casos recorrendo ao *poder simbólico* para “vender” sua *visão de mundo*.

No quarto e último capítulo foi possível visualizar a crise da rizicultura no estado, o que levou à fundação do Sindicato Arroteiro do Rio Grande do Sul, resultado da demanda de um setor que tinha a percepção de ter seus benefícios ameaçados e queria tornar audível sua voz dentro do cenário local. Pela lógica que seguimos em todo o presente trabalho, torna-se possível compreender a postura do jornal *O Commercio* de se posicionar de modo explícito pela causa arroteira, diferentemente de outros dois jornais verificados, na ocasião de fundação do Sindicato, pois o periódico cachoeirense dos irmãos Möller escolheu sua bandeira utilizando seu apelo e *poder simbólico* para procurar influenciar tanto na esfera do jornalismo quanto de forma mais ampla na sociedade no *campo de produção ideológica* e para vender sua *visão de mundo*.

Dentro desse corpo de análise, podemos afirmar uma possível confirmação da hipótese de que o jornal *O Commercio*, no período estudado, pode ser visto como o porta-voz do produtor arroteiro em Cachoeira do Sul. Do mesmo modo, pela verificação das mensagens do

jornal, pode ser afirmado que, naquele contexto, a enunciação do periódico serviu para buscar e sustentar relações de dominação.

Com relação a essa busca por firmar um setor, no caso o arrozeiro, como dominante naquela cidade, por todas as aferições mencionadas, consideramos que os proprietários do jornal se guiavam por uma questão ideológica, produzindo um discurso ideológico na empreitada em defesa pelo arroz, ao mesmo tempo em que agiam por interesses comerciais, já que seus parceiros arroseiros eram seu público e anunciantes. Entretanto, a vertente ideológica aparece desde os primeiros capítulos, quando esse grupo de empreendedores rizícolas ainda não tinha firmado seus domínios. Muito embora o jornal tenha artigos noticiosos defendendo a agricultura e outras culturas, como a do trigo, ao longo do tempo estudado, por conta do crescimento da rizicultura, ele acaba se aliando mais a esse setor.

Essa supremacia se viu ameaçada quando se retiraram os subsídios ao arroz importado e, aliado a outras conjunturas, os preços despencaram. Daí todo o discurso de crise que não pudemos comprovar numericamente em toneladas produzidas, especialmente em Cachoeira, naqueles anos anteriores ao clamor de instabilidade no setor, nas notícias de *O Commercio* a que temos acesso, bem como pela própria fonte do Sindicato Arrozeiro,<sup>527</sup> que informa uma safra expressiva na cidade no ano de 1926 e nos anos posteriores, conforme o citado no segundo capítulo deste trabalho. Quanto ao preço, conforme já citamos, este voltou rapidamente ao normal no país daquele período.

Atualmente, a cultura mais cultivada em Cachoeira é a da soja, a qual, segundo informações da Secretaria de Agricultura de Cachoeira do Sul, na presente gestão possui área plantada três vezes maior do que a de arroz, totalizando em torno de 100 mil hectares. A rizicultura, por sua vez, plantou 28.720 hectares na cidade, tendo colhido 222.379 toneladas na safra 2017/2018. Segundo dados de Bernardes,<sup>528</sup> a produção de arroz em Cachoeira em 1930 foi de 53.352 toneladas, menos da metade do que a de hoje em dia, embora ainda muito inferior à de outros municípios na contemporaneidade.

Na atualidade, a cidade campeã em plantio e produtividade de arroz é Uruguaiana, que plantou uma área de 81.386 hectares e produziu 743.787 toneladas na safra 2017/2018. Das regiões do estado, as que se destacam como maiores produtores, tanto em área plantada

---

<sup>527</sup> BERNARDES B. *A cultura do arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sindicato Arrozeiro, 1935.

<sup>528</sup> Ibid.

quanto em produtividade, são as da Fronteira Oeste e Zona Sul. Cachoeira não está nem entre os dez municípios nesses quesitos.<sup>529</sup>

O *Jornal do Povo*, maior periódico de Cachoeira nos dias atuais, noticiou que a lavoura de soja cresce 33% nas áreas de arroz, considerada aliada na rotação com o cereal. A notícia fala em coro de crise dos arroteiros, mas não se posiciona nem por estes nem pelos plantadores de soja.<sup>530</sup>

Por tudo que foi visto até aqui, cremos que, na situação exposta, é interessante lembrar que um jornal do início do século tenha se agarrado tanto a um setor produtivo por interesses de sobrevivência comercial e como forma de defender sua ideologia, conforme vimos, apesar de aparecerem, nas edições estudadas do periódico, matérias também em defesa de outras culturas agrícolas e da agricultura no geral. Esperamos, sinceramente, que nossa busca em analisar o perfil de *O Commercio* durante o período estudado traga luzes a novos pesquisadores que se interessarem pelo desenvolvimento regional e, sobretudo, pela compreensão da historicidade da comunicação de massa.

---

<sup>529</sup> INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ. [Principal]. Porto Alegre, [2019]. Disponível em: <https://irga.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 20 abr. 2019.

<sup>530</sup> LAVOURA de soja cresce 33% nas áreas de arroz, **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, ano 90, n. 227, p. 10, 6 e 7 abr. 2019.

## REFERÊNCIAS

ALSINA, M. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 2005.

AROSZTEGUI, E. **A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX**. 1980. Dissertação (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL. Disponível em: <http://arquivohistoricodecachoeiradosul.blogspot.com/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

ASSIS, F. (org.). **A Imprensa do interior: conceitos a entender e desvendar**. Chapecó: Argos, 2013.

AXT, G. Política Portuária e de navegação e a formação do Estado no Rio Grande do Sul (1900-1930). In: TARGA, L. R. P. (org.). **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: UFRGS: FEE: UNIVATES, 1998. p. 147-194.

AXT, G. Coronelismo indomável: o sistema de relação de poder. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

BARBOSA, M. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo**, Niterói, n. 12, p. 51-61, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/558>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BESKOW, P. R. A formação da economia arrozeira no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 55-84, 1984.

BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo: HUCITEC: CNPQ, 1986.

BOURDIEU, P. O mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, P. L'Émprise du journalisme. **Actes de la recherche en sciences sociales: l'emprise du journalisme**, v. 101- 102, p. 3-9, mar. 1994.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 7-16.

BOURDIEU, P. Espaço social e a gênese das classes. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Senadores da 33ª Legislatura (1924 - 1926)**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/33/por-nome>. Acesso em: 29 nov. 2018.

CARVALHO, M. **Às margens do Jacuí**: literatura e imprensa em Cachoeira do Sul. 1999. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

CHAVES, R. Livro bilíngue conta os primeiros 50 anos da Bromberg & Cia. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 6 de junho de 2018, 00:15. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2018/06/livro-bilingue-counta-os-primeiros-50-anos-da-bromberg-cia-cji27itfp0ar101paynbnkk58.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

COELHO, T. **O que é indústria cultural**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

DUVOISIN, Almeida Allan Lauro. **O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado**: reflexões sobre a institucionalização de interesses e intervenção econômica na crise da República Velha. 2008. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_13.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_13.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

ENCICLOPÉDIA INTERCOM de comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://www.cienciasnuevns.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

FELIX, F. Gênero jornalístico informativo, opinativo e interpretativo. *In*: ACADEMIA do jornalista. [s.l.], 2019. Disponível em: <https://academiadojornalista.com.br/producao-de-texto-jornalistico/genero-jornalistico-informativo-opinativo-e-interpretativo>. Acesso em: 21 mar. 2019.

FERREIRA, J. Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2087>. Acesso em: 27 nov. 2018.

FRAQUELLI, J. A lavoura capitalista de arroz e a crise de 1926. *In*: CÉSAR, Guilhermino *et al.* **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A era Vargas**: dos anos 20 a 1945. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/borges\\_de\\_medeiros](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/borges_de_medeiros). Acesso em: 01 dez. 2018.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HERRLEIN, J. R. A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 175-207, jan./jun. 2004.

HERRLEIN, J. R. O cenário econômico da revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, p. 76-97, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6935>. Acesso em: 12 abr. 2019.

HOHLFELDT, A. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **E-compós**, v. 7, p. 1-12, dez. 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/ecompos/article/view/118/117>. Acesso em: 10 mar. 2019.

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ. [Principal]. Porto Alegre, [2019]. Disponível em: <https://irga.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LAVOURA de soja cresce 33% nas áreas de arroz, **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, ano 90, n. 227, p. 10, 6 e 7 abr. 2019.

LIMA, L. **Teoria e cultura de massas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LOVE, J. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCA, T. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L. (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, L. Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas. In: MARTINS, L. C. dos P. (org.). **Pensar a história com e além de Bourdieu**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

MENDONÇA, S. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MERTZ, M.; GRANDO, M.; TARGA, L. A lavoura empresarial do Arroz. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo 1- Neurose**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MÜLLER, C. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

PEUCER, T. Os Relatos Jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-29, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070/1812>. Acesso em: 26 fev. 2019.

PEZAT, P. Leituras interpretações de Augusto Comte. *In*: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.). **República Velha (1889-1930)**. Porto Alegre: Méritos, 2007. p. 29-29. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 3, t. 2).

RICOEUR, P. **Conferência em Budapeste**. Coimbra: [s.n.], 2003. Escrita e proferida em inglês. Traduzida pela Universidade de Coimbra. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia). Acesso em: 07 abr. 2019.

RÜDIGER, F. **Tendências do jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

SARMENTO, S. N. **A raposa e a águia**: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana. Salvador: Edufba, 2011.

SCHUDSON, M. **The sociology of news**. New York, NY: W. W. & Norton Company, 2003.

SCHUH, A; CARLOS, I. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SCHUH, A; RITZEL, M. **Cachoeira do Sul**: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SELBACH, J. **Muito além da Praça José Bonifácio**: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo. Cachoeira do Sul: Ed. do Autor, 2007.

SILVA, J.; CLEMENTE, E.; BARBOSA, E. **Breve histórico da imprensa sul-riograndense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Manuad, 1999.

SOUSA, J. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 31-56, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2071/1813>. Acesso em: 07 abr. 2019.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura de moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

TRINDADE, H. 2007. **O Positivismo**. Teoria e prática. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS.

## LISTA DE FONTES

### Livros e Documentos:

BERNARDES B. **A cultura do arroz no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sindicato Arrozeiro, 1935.

CAMOZATO, B. **Grande album de Cachoeira no centenário da Independência do Brasil**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1922.

LOPES, J. S. **Cultura do arroz**. Pelotas: [s.n.], 1914.

NOVELLI, N. **Cultura do arroz: palestras agrícolas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1919.

PARANHOS, A. **História de Cachoeira**. Cachoeira do Sul: Oficinas Typographicas do Cachoeira-Jornal, 1930.

PIMENTEL, F. **Aspectos gerais de Cachoeira**. Porto Alegre: Gundlach, 1941.

PIMENTEL, F. **Aspectos gerais da cultura do arroz no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.n.], 1949.

SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Ata de fundação**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926a.

SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto**. Porto Alegre: Biblioteca IRGA, 1926b.

TACQUES. **O arroz no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Barcelos, Bertaso & Cia, 1941.

### Matérias Jornalísticas:

A AGRICULTURA. **O Commercio**, 13 dez. 1905.

A AGRICULTURA. **Correio do Povo**, 14 maio 1926. p. 6.

A CRISE agro-pecuária e crédito real. **A Federação**, 10 jun. 1926.

A LIVRE importação de arroz e charque. **O Commercio**, 16 set. 1925.

A SITUAÇÃO dos plantadores de arroz. Tratam de fundar Sindicato para defesa de seus interesses. **Correio do Povo**, 21 maio 1926. p. 6.

ABASTECIMENTO d'água á Cachoeira. **O Commercio**, 20 jun. 1920.

ARROZ e xarque. **O Commercio**, 8 nov. 1922.

CONGRESSO arrozeiro rio-grandense. **A Federação**, 28 jun. 1926.

CULTURA do arroz. **O Commercio**, 7 fev. 1906.

CULTURA do arroz. **O Commercio**, 18 abr. 1906.

D. BORGES de Medeiros. **O Commercio**, 23 nov. 1921.

DR. BORGES de Medeiros. **O Commercio**, 17 maio 1916.

ENGENHOS. **O Commercio**, 28 maio 1913.

ENGENHOS de beneficiar arroz. **O Commercio**, 12 ago. 1916.

EXPEDIENTE d' "O Commercio". **O Commercio**, 23 jan. 1918.

EXPOSIÇÃO agricola e pastoril de Pelotas. **Correio do Povo**, 21 maio 1926. p. 2.

HYDRAULICA e encampação da "Auxiliaire". **O Commercio**, 30 jun. 1920.

LIBERDADE de imprensa. **O Commercio**, 19 fev. 1913.

MENSAGEM... **O Commercio**, 25 out. 1924. Disponível em:  
<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092843-1924-antonio-augusto-borges-de-medeiros.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

O ARROZ. **O Commercio**, 16 maio 1906.

O ARROZAL. **O Commercio**, 30 jan. 1907.

O COMMERCIO, 1º jan. 1907.

"O COMMERCIO" em seu 1001º numero. **O Commercio**, 5 fev. 1919.

O FRACASSO da Cachoeira: um apello ao Dr. Presidente do Estado. **O Commercio**, 29 set. 1920.

O PLEITO de domingo. **O Commercio**, 1º set. 1920

O PLEITO de Maio. **O Commercio**, 23 abr. 1924.

O REGRESSO das machinas. **O Commercio**, 19 jul. 1922.

O SANEAMENTO de Cachoeira. **O Commercio**, 3 set. 1919.

POSSE do Intendente e do Conselho Municipal. **O Commercio**, 22 set. 1920.

RELATÓRIO anual. **O Commercio**, 24 abr. 1912.

TERRAS para arroz. **O Commercio**, 20 mar. 1912.

TERRAS para arroz. **O Commercio**, 3 abr. 1912.

ANEXO A - Notícias de *O Commercio* (meramente ilustrativas)



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)